

O Império de D. João

ALBERTO DA COSTA E SILVA

Ocupante da
Cadeira 9
na Academia
Brasileira de
Letras.

Em 1808, transferiu-se para o Rio de Janeiro a sede do Império português. Que Império era esse? Compreendia o território europeu de Portugal, os arquipélagos dos Açores e da Madeira, as vastidões do Brasil e os domínios na Ásia e na África.

Na Ásia, esses domínios estavam reduzidos à parte oriental da Ilha de Timor, a Macau e, no subcontinente indiano, a Goa, com suas ilhas, a Damão, com Dadrá e Pragana Nagar-Aveli, e a Diu, com Gongolá e Simbor.

Na África, era bem menor do que se apregoava nos documentos oficiais a presença portuguesa. Suas possessões não passavam de enclaves, alguns deles pequenos e até diminutos, como a Fortaleza de S. João Batista de Ajudá — não maior do que uma chácara. O controle sobre terras que hoje formam Angola, embora extenso, se restringia, no litoral, às áreas entre a foz do Rio Lifune e a boca do Cuanza e entre o Rio Quiteve e a cidade de Benguela, a isso se somando, ao norte do Rio Zaire (ou Congo), o entreposto fortificado de Cabin-

da. Para o interior, os limites não estavam determinados: avançavam e recuavam conforme as circunstâncias e mal chegavam a 300 km da costa.

Podia considerar-se que os limites da influência portuguesa eram marcados, na região dependente de Luanda, pelos presídios de S. José de Encoge, a nordeste, e Pungo Andongo, a sudeste, e, na parte de Benguela, pelos presídios de Caconda, a leste, e de Quilengues, ao sul. Esses presídios – assim se chamavam as vilas fortificadas, que tinham por principal missão proteger os mercadores – eram, porém, ilhas em territórios controlados por africanos e, sem o consentimento de seus reis e pagamento de imposto, nesses territórios não se comerciava, nem por eles passavam as caravanas. Muitos eram os reis e sobas que fechavam suas terras aos pombeiros e aviados, fossem brancos, mulatos ou os chamados “negros calçados”, isto é, aporuguesados. O Jaga ou Rei de Caçanje, por exemplo, não lhes permitia atravessar o Cuango. Assim atuando, garantia o seu papel de intermediário no tráfico de escravos provenientes do centro do continente e impedia o comércio direto entre Luanda e o Império da Lunda, que era o principal fornecedor de cativos. Na capital do Jaga funcionava uma feira portuguesa, mas esta era inteiramente controlada por ele, que determinava até mesmo os preços nela vigorantes.

O Jaga vivia distante do mar, longe da capital da Angola portuguesa, e podia pôr em pé de guerra 120 mil soldados. Logo ao norte de Luanda, junto da costa e militarmente muito menos forte, o régulo de Mossulo continuava, porém, a mandar como queria, após ter derrotado em 1790 os portugueses, quando estes tentaram expandir-se para aquela área.

Mais para cima no mapa, onde se desenhara o reino do Congo, os portugueses tinham de entender-se com vários senhores, pois os vaidosos nobres congueses mandavam sobre seus territórios sem prestar contas a um manicongo que, embora por todos reverenciado, perdera o poder político fora de sua capital, S. Salvador. Para o sul, da margem meridional do Rio Cuanza até o Rio Queve, estendia-se o domínio incontestado dos reis quissamas, que repetidamente prevaleceram sobre as armas de Luanda. Havia, é certo, dirigentes que não eram hostis, como aqueles que os portugueses conside-

ravam vassalos, alguns dos quais, contudo, se viam, na relação, como aliados e até mesmo suseranos.

Também as terras que dependiam de Benguela estavam envolvidas por todos os lados, exceto o do mar, por reinos africanos e deles dependiam para se abastecerem de escravos, gado, cera, mel e marfim. Ninguém mercadejava no planalto sem a aquiescência dos reis ovimbundos de Huambo, Bailundo e Bié. Nesse último, havia uma feira portuguesa, mas sob completo controle do rei, que taxava cada escravo ali adquirido.

Não era muito diferente a situação no Índico. Tanto a Ilha de Moçambique quanto Sofala, Quelimane, Inhambane, Lourenço Marques e outras feitorias da costa tinham de haver-se com os sultões e xeques das várias cidades-estados suaílis vizinhas e não esquecer a proximidade protetora do sultão omani de Zanzibar.

Mal se saía das ilhas e do litoral, estava-se sob soberania africana: mandavam os herdeiros do monomotapa em Chidima e Dande e os reis de Barué, Quiteve, Manica, Lundu e Undi. Se a oeste pesava sobre europeus, árabes e africanos o poder dos rózuis de Changamira, ao sul, os angúnis, pressionados pelos zulus, começavam a atravessar o Limpopo e, logo ao norte da Ilha de Moçambique, repetiam-se os ataques das flotilhas malgaches dos betsimisaracas.

Sobre o Zambeze, duas cidades, Sena e Tete, hasteavam a bandeira portuguesa, e, ao longo do rio, sucediam-se os *prazos* (grandes extensões de terra concedidas em enfiteuse a colonos portugueses e herdadas por suas filhas e netas, as famosas *donas*, quase todas mulatas). Mas os titulares dos prazos, *prazeiros* ou *prazeiras*, ostentavam modos e luxos europeus ao receber visitantes, comportavam-se no dia-a-dia como chefes africanos. Se podiam acudir ao governador de Moçambique com suas tropas privadas de soldados-escravos, ou *chicundas*, não hesitavam em desafiar-lhe a autoridade.

Os reis africanos consideravam os portugueses, fossem prazeiros ou comerciantes instalados nas feiras do interior, como hóspedes ou tributários. O sucessor do *monomotapa* em Chidima tinha razão de assim pensar, pois o governa-

dor de Moçambique lhe enviava anualmente um tributo em tecidos e outros bens, para assegurar o livre trânsito dos portugueses por suas terras. Esses não ficavam, porém, exonerados de pagar os impostos de passagem aos régulos e chefes que tinham pelo caminho.

Voltando ao Atlântico, na Guiné, a presença portuguesa reduzia-se a Bissau, Cacheu e alguns entrepostos, como Geba e Ziguinchor (este último às margens do Casamansa), controlados por mulatos, os “filhos da terra”, mais africanos do que portugueses, e seus agregados. Esses luso-africanos dependiam em grande parte dos mercadores mandingas, os *diulas*, para se abastecerem de escravos, que eram trazidos do interior, sobretudo das zonas de conflito entre o reino do Gabu, cujo poder começava a esgarçar-se, e o *almami* do Futa Jalom. Contavam também com os cativos gerados no litoral pelas razias das canoas bijagós. Bissau não chegava a cem casas, a maioria simples choças de sopapo, protegidas por um forte de pedra e cercadas por uma paliçada. Dentro dela, mandavam os portugueses; no resto da ilha, os pepéis, dos quais a povoação dependia para abastecer-se de víveres. No continente, senhoreavam os reis africanos.

No Golfo do Benim, a Fortaleza de Ajudá deixara de merecer qualquer cuidado da Coroa e só não caíra em completo abandono porque dela tomava conta o baiano Francisco Félix de Souza, que, no período, se transformaria no maior traficante de escravos da costa.

O comércio de escravos era, aliás, a principal atividade de todo esse complexo colonial. Mercadejavam-se outros produtos (marfim, couros e peles, madeiras tintórias, cera, ouro, panos-da-costa), mas todos somados não chegavam aos joelhos dos escravos. Embora houvesse colonos a cultivar a terra na Zambézia e em Angola, sobretudo na região do Rio Bengo, não só Cacheu, Quelimane, Luanda e Benguela, mas quase todos os estabelecimentos portugueses viviam do comércio de escravos, e não passavam de empórios de escravaria.

Disso sequer haviam escapado, ainda que neles tivessem relevo outras atividades econômicas, extrativas, agrícolas e manufactureiras, o arquipélago de Cabo Verde e as ilhas de São Tomé e Príncipe, terras sobre as quais o domínio

português se exercia em plenitude. Tinham elas, contudo, perdido a importância como centros de aclimação e revenda de escravos, embora continuassem a ser pontos de paragem e abastecimento para muitos dos navios que, no caso de Cabo Verde, demandavam a Guiné ou a Europa, e, no de São Tomé, faziam o tráfico negreiro em Angola e no Golfo do Benim. O arquipélago caboverdiano continuava a exportar para o Brasil os seus tecidos feitos em teares estreitos de tipo africano, panos que tinham grande procura entre a escravaria, enquanto São Tomé começava a acordar, com a introdução do café, da bissecular apatia econômica que se seguira ao declínio da produção açucareira.

Determinavam as regras do sistema colonial que as relações comerciais se dessem tão-somente entre cada um dos domínios ultramarinos e a Metrópole, que, por sua vez, intermediaria e controlaria as trocas entre eles. Havia muito, no entanto, a situação entre o Brasil, de um lado, e Cabo Verde, São Tomé, Angola, Guiné e Moçambique, de outro, contrariava os mandamentos do sistema, pois se ligavam diretamente pelo comércio de escravos. E, desde o século XVII, Angola, como se fosse uma espécie de subcolônia, era regida pelos interesses do Rio de Janeiro e dele dependia mais do que de Lisboa.

O alvará de 2 de abril de 1811 anulou a legislação anterior que vedava o comércio direto entre os portos brasileiros e outros portos dos domínios portugueses. Em última análise, tendo em vista que esse já se dava, intensamente e sem oposição da Metrópole, entre o Brasil e a África, o alvará só tinha, na prática, o efeito de legalizar o comércio brasileiro com a Índia. Embora proibido, não era incomum que barcos saídos de Goa a caminho de Portugal, e que paravam em Moçambique, alegassem razões de emergência – falta de alimentos ou de água, doenças ou necessidades de consertos – para ancorar em portos brasileiros e neles descer, clandestinamente ou às escâncaras, parte da carga: algodões indianos, sedas chinesas, especiarias, porcelanas, móveis de vime e laca, assim como escravos que recolhiam nos litorais da África Índica.

Em Moçambique, o comércio de gente fora relativamente pouco importante até o início do século XVIII, quando de seus portos passaram a sair, em grande número, escravos para as plantações de açúcar das ilhas france-

sas do Índico e, cinquenta anos mais tarde, para o Brasil. O aumento da presença brasileira não deslocou os banianes e outros comerciantes indianos, nem os árabes, sobretudo os de Zanzibar, do controle do comércio numa área que, havia séculos, estava integrada no grande sistema mercantil do Índico, fornecendo matérias-primas e escravos a portos que se entendiam do Mar Vermelho à China.

Já boa parte, se não a maior parte, do comércio externo no Golfo do Benim caíra nas mãos dos brasileiros. Era principalmente com Salvador que os seus portos se entendiam. E o número de escravos que neles eram embarcados não parava de aumentar, neles se incluindo tanto falantes de línguas do grupo *gbe* (os jejes da Bahia) quanto iorubás e, em menor número, nupes e baribas. Esse enorme fluxo de cativos era alimentado pelo militarismo expansionista do reino do Daomé, pelas dissensões entre as cidades-estados iorubanas e, desde o começo do século, pela guerra santa do sábio muçulmano Usuman dan Fodio. Da Hauçalândia, o *jihad* não demoraria a expandir-se para o Iorubo e para o reino de Bornu, dela resultando o aumento no Brasil não só de escravos hauçás, fulas, bornus e nupes, mas também de iorubás muçulmanos.

Os embarcadouros de Popô Pequeno, Aguê, Ajudá (ou Uidá), Jakin, Porto Novo, Badagry e Lagos tinham por principais mercados os brasileiros, notadamente o de Salvador. Daí as várias embaixadas enviadas pelo reis do Daomé, de Onim (ou Lagos) e de Porto Novo (ou nova Ardra ou Aladá), para tratar do comércio de gente. Durante o período joanino, duas chegaram a Salvador: a primeira, em fins de 1810, do Rei de Porto Novo, o *dé* Adjohan, e a segunda, em janeiro do ano seguinte, do Rei do Daomé, o *dadá* Adandozan, essa última com o objetivo de obter do soberano português a exclusividade do comércio de escravos com o Brasil. Os embaixadores não chegaram a apresentar suas homenagens ao Príncipe Regente no Rio de Janeiro, porque o Conde dos Arcos os reteve em Salvador. Foi o governador da Bahia autorizado a negociar com eles acordos comerciais, desde que não se concedesse a Adandozan o monopólio por ele pretendido. Enquanto os emissários de Porto Novo e do Daomé ainda se encontravam na capital baiana, recebia-se, no Rio de Janeiro, uma em-

baixada do Rei de Cabinda, pois era principalmente ao Rio de Janeiro que Cabinda fornecia escravos, do mesmo modo que Cacheu e Bissau tinham por melhores mercados São Luís e Belém do Pará.

Não se comerciava na África sem o consentimento dos reis, régulos e chefes africanos. Fora dos enclaves portugueses e de outros países europeus, como, por exemplo, a Ilha da Goréa e a Fortaleza de Saint-Louis, no atual Senegal, e os fortes de Saint-James, na foz do Gâmbia, e El Mina, no atual Gana, bem como dos territórios em constante expansão da Colônia do Cabo, o controle do continente se repartia entre grandes e pequenos reinos, cidades-estados, micro-estados e grupos de aldeias sem poder centralizado. E a grande maioria de seus povos jamais pusera os olhos sobre um europeu.

Até a independência do Brasil, as possessões africanas foram para Portugal quase que apenas fornecedoras de mão-de-obra escravizada. Seria após 1822 que Lisboa passaria a olhar para Angola, Moçambique e Guiné com outros olhos. E só no final do século XIX procuraria assenhorear-se, e nem sempre com êxito, dos amplos territórios que figuravam em seus mapas.



Dom João e a língua portuguesa no Brasil

DOMÍCIO PROENÇA FILHO

Ocupante da
Cadeira 28
na Academia
Brasileira de
Letras.

~ A situação linguageira da colônia

A marca da intercomunicação, no cotidiano da sobrevivência comunitária do Brasil colonial, como é consabido, é o multilingüismo. Independentemente de grupos étnicos ou de classes sociais. Com dominância do português e da língua geral de base tupi. Entendida esta última como uma língua depreendida da série dos muitos idiomas falados, com alguma uniformidade, pelos índios do litoral, e que provinham do tronco comum modernamente chamado tupi e corporificada pelo Padre José de Anchieta, na *Arte de Gramática da Língua Mais Usada na Costa do Brasil*. Modernamente porque o radical, embora freqüente em palavras como tupiniquim, tupinambá, etc., só tem seu uso como termo isolado nos fins do século XIX, inicialmente entre especialistas. Uma língua, portanto, disciplinada e aperfeiçoada pelos missionários. Que chegou a ser escrita para facilitar-lhes a ação catequética. De certa forma, acultura-se o idioma indígena, o que facilita a adaptação lingüística do índio ao português.

Ao lado dessa “língua geral” de base tupi, vale lembrar, outras existem, configuradas a partir de diferentes artes de gramática, levadas a termo ainda pelos religiosos, em função de línguas de troncos distintos. Um exemplo: a arte de gramática do Cariri, configuradora da “língua geral” do amplo território do interior do Nordeste e do sertão norte da Bahia.

Claro está que as muitas tribos indígenas, várias ainda sem contato com o colonizador, valem-se das diversas línguas que cultivam. E, possivelmente, contingentes de escravos e descendentes utilizam línguas de origem ou uma provável língua geral, esta notadamente nos quilombos.

Línguas índias, africanas, além de idiomas estrangeiros, seguem, deste modo, juntas ao português de vários matizes: de Lisboa, dos Açores, além de variantes de outros sítios. Gradativamente, a língua portuguesa vai ganhando espaço e peculiaridades, com índice maior ou menor de falantes nos núcleos comunitários, em função da dinâmica da diversificada mobilização de contingentes populacionais e das distintas características das comunidades.

Os falares indígenas autóctones e as “línguas gerais”, de base tupi e cariri, e outras possivelmente depreendidas no curso da colonização perdem aceleradamente presença desde o final do século XVII. A primeira permanece em certos locais residuais. E chega aos nossos dias, na variante *nbeengatu*, ainda falada no Amazonas.

O percurso das línguas africanas traça outro desenho. Até a década de 1820 o tráfico negreiro implica procedimentos glotocidas: não se permite que os negros permaneçam juntos, nem por etnias, nem por famílias e, conseqüentemente, nem por línguas. Para impedir qualquer movimento de revolta. Situação que perdura até a ação contrabandista, decorrente da proibição legal. Entre os escravos vêm, por outro lado, alguns já familiarizados, desde a África, com os portugueses e sua língua, que usavam para fins práticos e elementares: os *ladinhos* ou *ladinos*. Funcionam como pontes entre os colonizadores e os demais escravos. Mesmo nos quilombos, seria difícil a comunicação em língua de origem. Até porque abrigam não apenas negros, mas brancos, mestiços e índios, estes oriundos de tribos dizimadas. É de supor-se, reitero, que os quilombolas se

valessem, inicialmente, de uma “língua geral”, talvez de base nagô, preferencial à de base tupi, reduzida às necessidades práticas. A posterior massificação da importação negreira eliminou a seleção negativa, quer na origem, quer na destinação, esta eminentemente urbana: Salvador, em especial, e ainda as periferias. Devem ter-se constituído então grupos de língua africana comum. Os quilombos atravessam os séculos XIX e XX e culminam por converter-se em aldeamentos abertos. Vestígios de línguas da África, assinala-se, permanecem, na atualidade brasileira, na comunicação familiar de algumas comunidades de descendência quilombola.

Por outro lado, ao longo do tempo da escravidão, grandes contingentes de escravos e forros buscavam os núcleos citadinos, movidos, sobretudo, por aglomerados de irmãos de etnia ali constituídos e receptivos. Os chamados “territórios negros” eram caracterizados por vinculações sociais e de parentesco e por manifestações culturais peculiares, traços relevantes como fatores de resistência, seja ao escravismo, seja à subsequente discriminação da gente negra e seus descendentes. Territórios aqueles de amplitude vária, em função da relação entre os negros e a população das cidades que os abrigavam: grandes áreas do Rio de Janeiro e Salvador, pequenos aglomerados em São Paulo e em Porto Alegre. Vinculações agregadoras, relevantes na construção da identidade cultural¹.

Os idiomas estrangeiros, por seu turno, mantêm-se paralelos, e em menor escala, ao uso gradativo da língua portuguesa. O predomínio do português sobre as línguas indígenas já é perceptível nos fins do século XVII em vários espaços da Colônia. Em tempos e lugares distintos. No Nordeste, na área rural, São Francisco abaixo, sítio onde convive com a língua geral de base cariri, que perde presença gradativa; no litoral, seja nos centros urbanos, como Olinda e Recife e periferia, onde a língua geral de base tupi também vai sendo abandonada. Verifica-se, diante da marcada assimilação cultural e mesmo biológica da população indígena ao colonizador, uma gradual in-

¹ Cf. WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível. In: SEVCENKO, Nicolau. (org.) *História da Vida Privada no Brasil*. V. 3, São Paulo: Cia das Letras, 2002. p. 99.

corporação à língua então já luso-brasileira. Predomina a presença de brancos, negros e mulatos.

No Rio de Janeiro, em São Paulo, em São Vicente e em Santos, inclusive nas respectivas periferias, já é dominante, em relação a quaisquer outras, na segunda metade do século XVIII. A língua geral ainda se presentifica na comunicação decorrente das relações sociais não-locais.

No Amazonas, com população marcadamente indígena e mestiça de índios e brancos, com pouca presença negra e onde a colonização encontrou pouca resistência indígena, predomina o português nas pequenas cidades ribeirinhas que surgem na região, com baixíssimo índice populacional.

Em Minas, em 1720, e em Mato Grosso, logo depois, a prevalência não tem caráter uniforme: a requintada população das cidades históricas enriquecidas pelo ouro se permite cunhas de português em meio à língua geral e aos falares indígenas, atitude facilitada na medida em que os aborígenes locais pertenciam a diferentes troncos etno-lingüísticos. É mesmo provável que mais de uma língua geral tenha florescido na região. No Sul, ganha vulto a mistura de europeus, notadamente espanhóis, e de indígenas. A unidade do português brasileiro nascia, assim, com a diversidade, que o processo subsequente parece ter preservado até os tempos atuais.

Na dinâmica do processo, a política adotada pelo Marquês de Pombal contribui sobremaneira para a prevalência assinalada, a partir da obrigatoriedade, por lei, datada de 17 de agosto de 1758, do uso do idioma em todo o território da colônia, proscrito o emprego de quaisquer outras línguas. Notadamente, como está no documento legal, “o uso da língua que chamam geral, invenção verdadeiramente abominável e diabólica, para que, privados os índios de todos aqueles meios que os podiam civilizar, permanecessem na rústica e bárbara sujeição em que até agora se conservaram”². Por força da expulsão dos jesuítas e da conseqüente mudança nos rumos da catequese, e, sobretudo, do en-

² Parágrafo 6.º do Diretório de 3 de maio de 1757, convertido em lei em 17 de agosto de 1758. Coleção da Legislação Portuguesa. *Apud* CASTRO, Ariel, *op. cit.* p. 100.

sino, com a criação de uma rede leiga de escolas, ainda que restritas a umas poucas famílias de colonizadores, com a política pombalina o ensino do idioma luso integra-se ao sistema pedagógico.

Desde logo se evidenciam, no âmbito da língua portuguesa falada no Brasil, realidades distintas: de um lado, a formação de grupos cujo repertório cultural e lingüístico possibilita um uso que, sem desfigurar-lhe a estrutura de origem, confere marcadamente novos matizes ao idioma; de outro, a utilização de um falar com características definidas, resultantes de alterações por vezes extremas. Paralelamente, a língua portuguesa escrita presentifica-se nos documentos, na arte literária.

Em 1808, a população da colônia se faz de 68% de habitantes de etnias não-brancas. Nos espaços da comunicação, convivem:

1. o português: língua do comércio, nos portos do litoral, nas cidades e nas vilas de maior importância; língua usada no ambiente da família portuguesa; língua escrita, nos documentos oficiais e nos papéis da Igreja, já com os traços arcaizantes que permaneceriam até a atualidade. Língua usada nos colégios dos jesuítas, mas à feição do latim e exclusiva da formação de sacerdotes. Língua suporte de literatura. Língua que constitui, ao lado do catolicismo e da ação administrativa lusa, um dos elementos de ligação da multifacetada realidade do Brasil colonial.
2. idiomas crioulos ou semicrioulos, de base portuguesa, falados por mestiços ameríndios ou africanos. Entendido o termo “crioulo”, no caso, como a língua que emerge da adaptação do português na fala mestiça. Trata-se, como aponta Celso Cunha, de “língua de gramática e vocabulário simplificados, surgida numa situação de emergência para obter um mínimo de compreensão entre falantes de idiomas diversos”³. É criação de pessoas adultas e não é língua materna de ninguém.

³ CUNHA, Celso. *Língua. Nação. Alienação*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1981. p. 39.

3. uma língua geral de base tupi, já, na faixa litorânea que vai de Pernambuco ao Rio de Janeiro, com terreno perdido para a língua portuguesa e para os citados falares crioulos ou semicrioulos.
4. uma língua geral de base cariri, usada no interior do Nordeste e no norte da Bahia
5. o *nheengatu*, resultante da difusão, no Norte, a partir do século XVII, pelos missionários, da língua geral de base tupi entre os nativos.
6. línguas indígenas várias, restritas aos espaços silvícolas.
7. falares africanos e prováveis “línguas gerais” de base africana, usados nos quilombos ou entre africanos ainda não aculturados.
8. francês, holandês, espanhol, localizados em função de invasões e eventuais domínios.

~ O Príncipe Regente no Brasil

Essa a realidade linguageira ao tempo em que se festeja a chegada, à Bahia, do grupo maior das naus, que trazem a corte lusa ao Brasil. Entre elas a que transporta a pessoa do Regente. A 24 de janeiro. A real majestade, como se sabe, decide mover a corte e a sede do governo para o Rio de Janeiro. A 8 de março do mesmo ano. Não sem antes assumir medida altamente significativa: abrir os portos às nações amigas. E pelos portos passam a transitar pessoas, mercadorias, idéias, idiomas.

Com o príncipe transfere-se para a colônia a máquina administrativa: ministros, juízes da Suprema Corte, Conselheiros, militares da Marinha e do Exército, funcionários do Tesouro, dignitários da Igreja. Na carga, os arquivos governamentais, o real tesouro, uma máquina impressora e livros, base do acervo da biblioteca que logo será criada. Na comunicação, conseqüentemente, um reforço significativo de usuários da língua lusitana.

Providências governamentais – como a revogação do decreto de 1785, que proíbe manufaturas no território colonial, subsídio às indústrias da lã, da seda, do ferro, incentivo à invenção e à introdução de novas máquinas – propiciam a ampliação da mão-de-obra escrava.

Segundo as estatísticas oficiais, a média anual de ingresso de escravos no Brasil foi de 32.770 cativos, no período 1811-1820, e de 43.140, no período 1821- 1830. A concentração da entrada de escravos pelos portos ao sul da Bahia, com amplo destaque para o Rio de Janeiro, amplia-se enormemente⁴. São mais falantes africanos que se vêm juntar a tantos outros na comunicação cotidiana.

Em contrapartida, com a transmigração da real família aumenta consideravelmente a população urbana do Rio de Janeiro, logo capital do reino: aos prováveis 16-18 mil brancos, e possíveis 20 mil índios, negros e mestiços em ação no trabalho agrícola, somam-se outros portugueses, chegados com o príncipe. Aproximadamente 10 mil, como lembrou Mestre Candido Mendes. Acentua-se a presença da língua portuguesa na comunicação.

E muito europeu se achega, com suas línguas de origem, além de norte-americanos. São ingleses, alemães, franceses, suecos, italianos, suíços. Comerciantes, na maioria dos casos, e também artistas, militares, artesãos e diplomatas. E muitos vêm em bloco, caso dos dois mil suíços que se instalam como colonos e fundam Nova Friburgo, no Rio de Janeiro.

O Brasil, nesses começos do século XIX, tem definidos os seus contornos geográficos, à exceção das terras acreanas, mais tarde tomadas à Bolívia.

O Rio de Janeiro que sedia o governo obriga o Príncipe Regente e sua corte a deslocamentos em coches e seges sem grandeza, montados a cavalo, ou, na maioria dos casos, a pé. Mas logo engalana-se de virtudes urbanas e arquitetônicas. São bancos, entre eles o do Brasil, a Biblioteca Real, o Supremo Conselho Militar, o Jardim Botânico, teatros, a Imprensa Régia.

Com esta última, criada por Antonio de Araújo, futuro Conde da Barca, ganha presença uma norma orientadora da língua escrita no Brasil.

Configura-se nas terras cariocas a constituição de uma elite nostalgicamente européia, que procura, como pode, adaptar à realidade brasileira padrões cor-

⁴ BORIS FAUSTO. *História do Brasil*. 2.^a ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995. p. 192.

tesões de Lisboa, normas ditadas por Coimbra, na vida social como na língua, para cuja sedimentação e unidade irá contribuir a educação sistematizada das escolas, inda que precária. E a imprensa. E a literatura, que se permite um que outro matiz brasileiro na temática ou no texto. Bibliotecas e tipografias entram em atividade. Livros começam a ser imediatamente produzidos, como, em 1808, *Observações sobre o Comércio Franco do Brasil*, de Antônio da Silva Lisboa; em 1809, *O Tratado de Geometria*, de Legendre; em 1810, *Marília de Dirceu*, de Tomás Antônio Gonzaga. O ano de 1813 já registra a existência de duas livrarias na capital da Colônia. Divulga-se a expressão escrita, ainda que a leitura seja privilégio de poucos.

De 1808 até 1822, aproximadamente, só 20 mil habitantes do território brasileiro sabem ler e escrever. E com poucos livros disponíveis: a organização da biblioteca régia criada por D. João levou muito tempo para colocar os livros à disposição dos leitores. No mesmo período, Portugal, com população de 200 mil habitantes, já conta com 80 mil letrados e um significativo número de obras disponíveis, sejam manuscritos, sejam impressos. À leitura, entretanto, abrem-se, ao longo da centúria, jornais, revistas, panfletos.

Data de 1808, para citar exemplos, o lançamento do primeiro jornal oficial: *A Gazeta do Rio de Janeiro*. Feito de informações sobre o estado de saúde de todos os príncipes europeus, de eventuais documentos, notícias de aniversários, poemas laudatórios à Família Real. Poucas folhas, preço baixo, curta periodicidade.

Doutrinário, combativo, saíra, no mesmo ano, em 1.º de junho, três meses antes do aparecimento da *Gazeta*, o número inaugural do *Correio Braziliense*, fundado, editado e escrito por Hipólito José da Costa. O jornal era feito em Londres, “dada a dificuldade de publicar obras periódicas no Brasil, já pela censura prévia, já pelos perigos a que os redatores se exporiam, falando livremente das ações dos homens poderosos”, como explicita seu fundador. Brochura, mais de 100 páginas, periodicidade mensal, preço alto. Circulação clandestina, por força da proibição da Coroa, suspensa em 1820.

Em 14 de maio de 1811, é publicado, na Bahia, o primeiro número de *A Idade do Ouro no Brasil*. Defensora da Coroa e do absolutismo, sairá de circulação

em 1823, com a expulsão do General Madeira. Discursos, trechos de História antiga e moderna, de autores clássicos, anedotas, etc., fazem os dois únicos números do periódico *Variedades ou Ensaios de Literatura*, o primeiro, nos começos de fevereiro, o segundo, em fins de julho de 1812.

De 1811 é também *O Investigador Português*, lançado em julho, ostensivamente patrocinado pelo Príncipe Regente, com recomendação expressa de promoção e apoio por parte dos governadores da Bahia, de Pernambuco, do Rio Grande do Sul, de São Paulo, de Minas Gerais, do Maranhão, do Pará. No objetivo, a contraposição ao *Correio Braziliense*. O governo retira o beneplácito, diante da posição adotada pelo periódico a favor da permanência da Corte no Brasil.

Da mesma natureza do *Variedades* é *O Patriota*, que circula de janeiro de 1813 a dezembro de 1814. Mensalmente no primeiro ano, bimestralmente no seguinte.

A língua portuguesa ganha espaço ainda na educação. Verdade que, em tal âmbito, o ensino elementar não usufrui de maior atenção e no todo permanece com a orientação anterior. As novas exigências comunitárias impõem, entretanto, profissionais qualificados, notadamente militares, médicos e engenheiros. O governo real amplia então a rede de estabelecimentos escolares, com a criação das chamadas escolas régias, equivalentes ao atual ensino médio. Inaugura também o ensino superior no Brasil e, nessa direção, cria, entre outros centros, na Bahia, em 1808, a Escola Médico-Cirúrgica e, no Rio, a Academia Real da Marinha; no mesmo ano, ainda no Rio de Janeiro, os cursos de Medicina e Anatomia, e, em 1810, a Academia Militar, que, em 1858, passa a Escola Central, para ser Escola Politécnica em 1874, base da futura Escola Nacional de Engenharia.

Para suprir os vazios dos quadros técnicos, necessários ao melhor desempenho da agricultura e à emergente atividade industrial, abrem-se cursos especiais: na mesma Bahia, ainda em 1808, curso de Economia; em 1812, curso de Agricultura; em 1817, curso de Química (Química Industrial, Geologia e Mineralogia); curso de Desenho Técnico, em 1818. Na capital, em 1816, a Escola de Ciências, Artes e Ofícios, que se transforma, em 1834, na Real Academia de Pintura, Escultura e Arquitetura Civil. Em Minas Gerais, cadeiras especiais:

Desenho e História, em 1817, em Vila Rica, e Retórica e Filosofia, em Paracatu, em 1821.

Ao fundo, ainda marcantes na orientação educacional, os princípios implantados pela Companhia de Jesus. Na ação de outras congregações católicas, à docência, obrigatoriamente em língua portuguesa, associam-se competência cognitiva e competência lingüística.

Os princípios norteadores dos rumos do idioma irão logo refletir-se, a médio prazo, no sistema de educação pública, ao tempo da independência. São de ver as referências da Lei de 15 de outubro de 1827 à Constituição do Império e à História do Brasil como textos modelares.

Acelera-se o desenvolvimento da faixa litorânea. No interior, mantêm-se a dispersão e o isolamento ao longo do vasto território em que, à exceção do Rio, capital, e de centros do progresso oriundo da extração e exportação do ouro, entre elas Salvador, São Luís, Ouro Preto, vicejam cidades modestas.

É 1815 e o Brasil torna-se Reino, unido a Portugal e Algarves. Morre D. Maria I, em 1816, e o Regente D. João é aclamado Rei, o sexto do mesmo nome, seis meses depois.

A tal tempo, a população faz-se de 3.817.900 habitantes. Destes, 1.887.900 livres (1.043.000 brancos; 595.500 negros e mestiços; 259.400 índios) e 1.930.000 escravos. Altas as taxas de nascimento e de mortalidade, em especial infantil. Família patriarcal feita de classe alta: fazendeiros, grandes comerciantes, altos funcionários, militares graduados, clérigos de alta hierarquia; família “extensa” integrada, na sua periferia, por escravos e “agregados” livres (libertos, arrendatários, empregados diversos, parentes, etc., dependentes do chefe da família). Entre os mais pobres, predomínio das uniões livres, com elevado índice de nascimentos ilegítimos e famílias uniparentais, formadas de mães e filhos. Grande o número de pobres livres: brancos, negros ou mestiços.⁵

⁵ CARDOSO, Ciro Flamarion. A crise do colonialismo luso na América Portuguesa. In: LINHARES, Maria Yeda (org.). *História Geral do Brasil*. 9.^a ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 125.

A comunicação cotidiana privilegia o português como língua comum falada no Brasil por essa população marcadamente miscigenada. A escola secundária converte-se em baluarte da preservação e da permanência da língua, modelizada segundo as normas gramaticais vigentes, ditadas por Portugal. Mesma posição assumida pela imprensa. De um lado, o uso cotidiano, na fala do povo, tradicionalmente na área rural, mais aberto na zona litorânea. De outro, a língua adquirida na escola, destacada a manifestação escrita, com alguma abertura na área do texto literário. É patente, a propósito, entre os escritores, a “consciência da diferença” e a tomada de posição. Já há brasileiros no Brasil.

Pouco a pouco, o indígena assimila os hábitos do colonizador e aproxima-se da língua dos lusitanos. Sincretizam-se, gradativamente, traços culturais peculiares dos negros africanos e seus descendentes com conseqüências na manifestação lingüística.

Em 1820, pressões intensas, como é consabido, chamam o Rei João e sua Corte para as terras européias. Retornar é preciso. Para garantir o trono. O soberano vai em 21 de abril. Com ele, 4 mil lusos. Mas deixa eleições de brasileiros, como deputados nas cortes do Reino. Indiretas, mas gerais. Na língua da capital as marcas da fala sedimentada, em que se configuram traços peculiares da pronúncia portuguesa, traços inovadores e, até aquele momento, sem presença no Brasil.

Ao longo da então sede do Reino Unido, as línguas gerais seguem perdendo espaço diante da presença do português, multifacetado na diversidade de suas variantes. E, à margem da reduzida parcela escolarizada da população familiarizada com a língua adquirida, modelizada pelo padrão lusitano, com a grande massa do povo fiel à língua transmitida, que unia, no espaço da parte aberta, ou seja, no vocabulário, o português, as contribuições indígenas e as contribuições africanas. E persistem falas crioulas e semicrioulas. E línguas de tribos indígenas isoladas. Depois, são tempos independentes. E a língua portuguesa do Brasil, sedimentada, ganha relevo como fator de unidade nacional e acentua, na dinâmica do processo cultural, a norma paritária que a peculiariza no concerto da língua portuguesa comum que une os povos da comunidade

lusófona. Direta ou indiretamente favorecida pelas diretrizes e pela ação do governo de D. João, Príncipe Regente e o sexto do nome a assumir a Coroa lusitana. Língua viva, que seguirá acompanhando a dinâmica do processo cultural em que se insere.

Rio de Janeiro, 30 de outubro de 2007.

D. João VI – a Corte errante e a transfusão portuguesa

CANDIDO MENDES

Ocupante da
Cadeira 35
na Academia
Brasileira de
Letras.

~ A orelha da Europa e o Império do Ocidente

O II Centenário da chegada da Família Real ao Rio cada vez mais entremostra o seu papel fundador na História do Brasil. Quiçá talvez mais decisivo que o Grito da Independência ou a Proclamação da República. Reflete o que Antonio Vieira, com o excesso da competência profética, veria como a “transfusão” de Portugal na história.

Nesta Corte errante a perfazer o seu destino, juntavam-se o fenómeno inédito de uma transferência de capital do Império, de par com a multiplicação dos seus reinos, e o assento de uma nova visão geopolítica, a partir do trópico e da investidura imposta ao Rio de Janeiro.

Impedia-se a fragmentação do Brasil, ao contrário do despedaçamento da América Latina, a garantir a consolidação continental de uma América portuguesa para além de Tordesilhas. E fixava-se uma identidade de Império, no seu desmesurado interior, que a

presciência do poder ultramarino terminava por assegurar, em legado póstumo, a Lisboa.

A partida, afinal, atabalhoada do Tejo respondia ao nervo profundo deste Portugal debruçado sobre o oceano, e mera “Orelha da Europa”, que Luiz da Cunha, quase um século antes, lembrava a D. João V: “Cruzai o Atlântico pois que sois, Majestade, o Imperador do Ocidente”.

Esse despegue do Velho Mundo se fazia, na visão poderosa de Vieira, no cumprimento que se impunha a Portugal, na saga de D. Sebastião, de ser, *urbi et orbi*, a consagração final da cristandade. A largada apressada de 1808 não enganava, no seu atafalho aparente, o itinerário escrito pelas grandes navegações, mas adormecido na decadência seiscentista do apêndice enfeitado da mole ibérica.

Toda a antiga derrota da chegada às Índias, a Damão ou a Din ou a Macau não chegara a uma conformação geopolítica de seu domínio, mantendo o acoplamento dos reinos sobre a Coroa Real, como se aninham no brasão português.

A travessia incorpora, de vez, o Brasil a este protocolo de poder. Não se transportava a Família Real mais à colônia longínqua, mas a este jogo de espelhos em que os reinos se multiplicariam: Portugal, Brasil e Algarves. É prenunciando esta arquitetura política a que passa a corresponder, nas naus singrando o Equador, a Corte errante. Tal o verso camoniano, não se poria o sol no seu horizonte, pois que, cumprindo o primeiro frêmito do bardo, viam-se, de fato, todos os mares navegados. A elevação efetiva do Brasil a reino deveria guardar, entretanto, 1815, à espera do retorno da Coroa a Lisboa, na Europa do Tratado de Viena.

As predições, velhas de um século, de Luis de Aguiar não entendiam a largada histórica como um êxodo, e a partida do Tejo, até a última hora, se atrasa na perplexidade com que D. João defronta o Império napoleônico no jogo de ambigüidades com a Inglaterra, entre a *realpolitik* de uma rendição e captura por Junot, ou o ganho do Atlântico, com a frota de Sir Sidney Smith.

~ Entre as velas e os incunábulo

Mas o açodado destes dias não esconde o portento previsto para a mudança e o que seria, sem concessão, o patrimônio régio a literalmente se transplantar para a outra banda do oceano. Nada de fugas temporárias, ou de residências no exílio, mas transplante de todo tesouro do reino, sua riqueza, seu botim secular, marfins, rubis e diamantes, ao lado das barras de ouro nos cofres trazidos aos galeões. Mas, sobretudo, a força toda da identidade portuguesa na sua memória, na biblioteca e na incunábula portentosa dos volumes, trazidos à beira do cais e tantos ainda largados à falta do transporte da última hora. Ficavam à esmo as encadernações pesadíssimas, os textos em pergaminho das primeiras ordenações do Reino, suas achegas e comentários capitosos.

Que população, afinal, vai aos barcos e larga em outubro, da barra, nas trinta e cinco velas que conta o almirante inglês para o périplo da travessia atlântica? O próprio eixo da Corte, a Família Real, vinha separado ao percurso: D. João, D. Maria e os filhos no “Príncipe Real”; D. Carlota Joaquina no “Afonso de Albuquerque”; as irmãs no “Príncipe do Brasil”.

No balanço efetivo da vinda há que a imaginar em 10 mil almas, ou 5% da população de Lisboa, na época, a se deslocarem para a capital do Brasil, então com cerca de 50 mil habitantes. O “Príncipe Real”, o maior dos cinco grandes brigues, acolhia 1.600 pessoas, para uma capacidade máxima de metade destes viajantes a sofrer, por mais de três meses, como lembrou Oliveira Lima, o dormir no tombadilho “e o suplício das cloacas”.

O périplo se emaranha a partir da Madeira, quando o grosso da Marinha inglesa volta ao bloqueio do Tejo, e dispersam-se as naus em todo o trajeto, a “Medusa” arribando em Recife em vez de Salvador, onde chegavam, sucessivamente acossados por calmarias, os galeões portugueses. No sinal do vigor do seu transplante, a Corte transportava todo o maquinário da imprensa régia, recém-importado de Londres e cuidadosamente embalado nos porões da “Medusa”.

A chegada a Salvador é já de um Príncipe Regente, em pleno exercício das suas funções, ao instalar-se em palácio e pegar da pena para o conjunto de me-

didadas por meio das quais Portugal entrava na conjuntura global da influência britânica e de seu comando do novo mercado internacional.

A abertura dos portos antecipa a chegada ao Rio dois meses após e é antecipada pela corrida da fragata “Voadora”, trazendo a notícia estrondosa de que a cidade seria a nova capital do Império.

~ A capital instantânea

Despontou na sua capacidade logística o primeiro carioca de nossa história, Fernandes Vianna, o Intendente Municipal, cometido à tarefa de abrigar de imediato 10 mil estrangeiros à urbe dos 60 mil, mal saída ainda das suas velhas muralhas defensivas, nos quarteirões crescidos sob o Largo do Paço, que significativamente prefigurava a Praça do Comércio, na majestade em que a alargara Pombal, após o terremoto de 55.

O eixo entre o Largo do Paço e o Campo de Santana seria ampliado de imediato no avanço, pelo Intendente, do saneamento das lagoas da Sentinela, do Boqueirão e da Várzea, num trabalho de batalhões militares, no reforçar imediato da malha urbana da cidade. Mas as providências envolveriam a desocupação dos melhores prédios e casarões, marcados com o labéu da saída compulsória de seus proprietários.

O PR – a dizer da requisição pelo Príncipe Real – lia-se pela população indignada como “propriedade roubada”. A tarefa de busca desses aposentos ganha um primeiro jargão burocrático na cidade das mil azáfamas e improvisações. E quando passa um século após a aposentadoria ao vocabulário previdenciário é exatamente pelo proverbial da demora em que a torna dos proprietários a seus “aposentos” procrastinou-se durante a instalação da Corte na cidade. O conflito pelas ditas aposentadorias aceleraria a criação, inclusive, do primeiro Banco do Brasil, e a tentativa de indenização pelos “PR” levou-o à falência nos seus primeiros anos.

O enorme e criativo esforço logístico de abrigar o séquito real veio de par com a transfiguração literal da cidade. Instalar a Corte implicava também a

mudança radical da sua ambiência, ordenada ao novo e constante espetáculo do seu desempenho majestático. Deslocavam-se de Lisboa um ritual de óperas, opulentas liturgias religiosas, infindáveis procissões. A Corte é toda sua exteriorização litúrgica, ao lado do rigor das etiquetas e ademanos na nova e preciosa indumentária, e seu elaborado ritual do ver e ser visto.

~ O Rio dos *castrati* e do cantochão

O estro próprio de D. João reclamará o cantochão e a grande música religiosa em que despontará a criatividade de um José Maurício. As igrejas acolhem novos órgãos e coros a que não faltarão inclusive os *castrati*, tão do agrado dos espetáculos de Lisboa, guardados nos ouvidos da Corte errante.

As escolas cantoras ganham um brio italiano, entre falsetes e fortíssimos, e uma nova e contundente competição de confrarias. A rua continua a partir do grande eixo da Rua Direita esta figuração na abertura dos cafés espelhados e da sanha de leituras da imprensa panfletária do insulto, da intriga ou do escândalo do dia, dos reinóis frente a uma população seduzida e a avantajá-los nos modismos.

O grande cerimonial cívico vem também à nova pompa semanal, instituída pelo beija-mão do Paço, na feira interminável e democraticíssima em que todo cidadão se aproximava de Sua Majestade e tinha condição de trazer-lhe o preito ou o pleito quando se fala por uma vez ao poder dos deuses.

O cenário se move por esse novo desígnio do Príncipe Regente que queria sentir-se em sua Versalhes e reformula impetuosamente a arquitetura pública da cidade ao gosto francês. A Corte já trouxera os seus primeiros pintores, e é em torno de Debret, Grandjean de Montigny, Taunay que o Rio se afrancesa, a ter como epítome desses novos tempos o prédio da Alfândega junto ao porto.

As novas arcadas e os frontispícios vazados trocam cada vez mais a arquitetura portuguesa, da pedra maciça em alcantil, contra as paredes despojadas. O Convento do Carmo, ao lado do Paço, e de construção completada em 1618,

permite hoje ainda esse confronto tanto quanto a gravura de Debret fixa, ao traço luxuoso da vinheta, esta sociedade que emerge.

É o Rio do artista francês o que imanta às retinas de D. João VI, que o leva inclusive a volta a Lisboa e que não admite nenhum outro artista a pintar-lhe o semblante, ou dos seus próximos.

~ A corte amancebada e a *intelligentsia* brasileira

Naturalmente este afluxo do séquito real, acompanhado de toda sua chibata cultural, irromperia no seu dintorno social e até em réplica inesperada. A Corte como que se rebarbariza, em contato com a escravidão e seu forçoso amancebamento coletivo.

A domesticidade se torna permissiva na freqüentação dos escravos na intimidade doméstica, numa promiscuidade irreversível de tratos e relações. Nelas avulta esta peculiaridade da importação dos negros no Brasil, que não desmembrava as famílias em cativo, permitia o seu desembarque conjunto e muitas vezes, na senzala preguiçosa, a completa reprodução de seus costumes e identidade, da religião à arte e à cozinha. Mais ainda, e no Rio, ao contrário do reducionismo quilombola do Nordeste, deparava-se o reconhecimento de reinos inteiros e a manutenção paralela dos seus ritos, o que levou, entre outros, o Rei de Benguela a ser recebido pelo Príncipe Regente. Nesse quadro prosperavam as alforrias e a verdadeira situação de pária social acossava muito mais o branco pobre, e radicalmente desmunido, do que o africano escravo ou livre, que mantinha o laço orgânico da tribo ou da família alargada.

A Corte — sua freqüentação, seu espetáculo, sua comunicação — avivara uma opinião pública nervosa, propensa à arruaça e à manifestação pública estridente. Um começo de efetiva reflexão da sociedade brotaria deste quadro urbano exposto a modas, ao alvoroço, à chegada marítima de notícias e a um novo interesse pelo mundo de que viera a Corte, e cobrava a sua presença.

Todo exercício contemporâneo, entretanto, da verdadeira crítica social, comparável à francesa e à britânica, se fará do exterior. Evaristo da Veiga não

vem ao Brasil para instalar a polêmica nacional. Sabe-a pobre, mofina, e prefere o compasso das tensões internacionais e o nosso confronto frente aos novos Impérios e, sobretudo, ao avanço das idéias da modernidade e do emergente poder cidadão.

O *Correio Brasiliense* pauta a nossa vida metropolitana pela chegada da folha quinzenal ao Rio e o seu consumo ávido por uma população saída das rotinas mentais da colônia, a ver no mundo a ação da Coroa distante.

~ Livre comércio, imperialismo britânico e proscrição da escravidão

Mas como, neste cenário vasto, definir a política emergente de D. João VI, muito menos dentro de expectativa de retorno à Lisboa do que, de fato, ao horizonte emergente do Império que lhe dava a voz, a partir da imensidão brasileira e seu aporte aos centros de poder europeus? A visão internacional do Príncipe, e em função dos Condes de Linhares e da Barca, é exatamente a de afirmar a perspectiva que ganhara a Corte errante frente ao mundo napoleônico e, sobretudo, ao começo de esboroamento do Império espanhol na América Latina.

O Brasil ataca a Guiana, em invasão de iniciativa de Linhares, conquista Caiena, patrocina o repatriamento de seus poucos franceses e elimina de vez toda viabilidade da mais ambiciosa estratégia de Paris de avançar, então, das Caraíbas às margens do Amazonas.

No extremo sul, ocupando o Uruguai, a Coroa devolve os divisionismos ao outro lado do Prata, e assenta a viabilidade, a partir dos direitos dinásticos de Carlota Joaquina de assentar um Império austral espanhol não obstante as debilidades das restaurações em Madri.

Na definição da sua política econômica frente ao imperialismo mercantil britânico, a nossa abertura dos portos vai de par com a manutenção de um tratamento preferencial pelo mercado dominante. Se a nova tarifa geral à mercancia que aporte no país é de 24%, o produto inglês vai ao estrito gravame dos 15%.

Ao mesmo tempo estabeleceu-se no mundo tratado com a Coroa no Rio de Janeiro, a decisão por juízes ingleses de qualquer feito envolvendo britânicos no Brasil, a impossibilidade de aquisição de terras por brasileiros na Inglaterra ou a manutenção, pela Coroa, de qualquer barco inglês envolvido em lutas contra a França.

A Inglaterra fez de *Lord Strahngford* seu embaixador junto à Corte, com o apoio frontal de Souza Coutinho, e só perderia a presença interventora com a morte deste em 1815.

E o confronto entre as Cortes assumirá ideologicamente o argumento humanitário, no condicionamento que a Inglaterra impõe ao Príncipe Regente, na eliminação do tráfico de escravos, de importância crucial para a constituição dos latifúndios brasileiros, no plantio do açúcar, do fumo, do algodão e do café. Vão se reproduzir os jogos de esquivas ou de aparência no vedar-se, por exemplo, o tráfico de escravos do Rio de Janeiro para a América espanhola.

D. João VI não só encontra e consagra a escravatura no quadro do seu convívio emoliente na capital do Império como aceitará um regime de benefícios crescentes com esse objetivo estado de coisas. Quando se instala finalmente na sua Versalhes em São Cristóvão, aceita o presente do Palácio de propriedade do maior latifundiário e traficante de escravos do Rio de Janeiro. A nova liderança social do Rio de Janeiro a partir de Fernandes Vianna resiste, não obstante o fato consumado da escravatura, e se lança a proposição de uma alternativa, através do projeto de colonização do país pelos açorianos.

~ Da Academia Militar às *Belles Lettres*

A nova visão Atlântica do Império vai de par também com a tradição iluminista em que o novo corte histórico da saída de Lisboa força a atualização com o dito “espírito do tempo”. No quadro da economia liberal, Silva Lisboa – o futuro Visconde de Cairu – não só é o tradutor da *Riqueza das Nações*, de Adam Smith, mas a influência dominante na visão internacional dos mercados brasileiros, marcada pela abertura dos portos e, subsequente-

pela luta, ainda, contra o protecionismo inglês deixado entre os meandros da nova política.

Criando a Aula Comercial no quadro dos novos conhecimentos nascidos da transferência na Corte, Silva Lisboa juntou a formação de uma nova ciência, como a economia, num largo descortino, ao que seriam os passos de uma saída da Coroa, ao jogo de barganhas e pressões no horizonte do novo mercado emergente.

Como se define no Rio esta política de ilustração a partir das influências sucessivas de Souza Coutinho e de Antonio Araújo no correr de duas décadas? A Academia Militar é o primeiro implante de uma visão realmente universitária no Brasil, reunindo a visão multidisciplinar possível à época, a formação demandada pelos batalhões de engenharia, de par com os princípios de organização do aparelho público brasileiro, passado dos quadros militares à sociedade civil. Falecido no primeiro lustro da Coroa no Brasil, Linhares é sucedido, após Tomás Portugal pela sua nêmesis, na política maior, por Araújo, o Conde da Barca, que se contrapõe ao antecessor, na sua francofilia.

São as *Belle Lettres* que ganham a ribalta não só na sua área literária, mas, sobretudo, ao veio do Príncipe Regente, no fomento das artes plásticas, onde a arquitetura e a escultura acompanhavam, na lição aos fluminenses, o impacto de Debret e Granjean na cidade que se metamorfoseava. De par com o ensino brotava, no Rio de Janeiro, a preocupação com o museu, a galeria, a exposição e já os esforços de preservação da natureza, através da criação pioneira do Jardim Botânico.

~ Fleuma, paciência política e ruminação da cabeça

O Príncipe curioso era basicamente também um ruminante da cabeça pouco dado ao grande protagonismo pessoal ou à deambulação pelo território desmesurado. Desembarcado de Salvador, no Rio, manteve-se praticamente preso ao ritual da estada na cidade e Santa Cruz. Foi, por uma vez, aos itinerários históri-

cos de Minas Gerais, e nunca se deslocou a São Paulo nem ao Sul do país. Afeiçãoou-se, sim, ao imediato contexto que vislumbrava do Paço e de São Cristóvão e fez da Ilha de Paquetá o itinerário na sua ambientação tropical.

As primeiras rebeldias nacionais – a intentona do Padre Roma ou de Frei Caneca – e a violência das suas execuções deixaram no ar esta acusação de uma Coroa mofina, ao arrepio da imensidão nacional e do seu potencial de mudança. Roma poderia, a caminho do patíbulo, gritar a D. João VI: “Majestade, sois pequeno demais para o Império que tendes.”

Napoléon nos seus últimos dias em Santa Helena relatou ao Conde de Las Casas que o Príncipe Regente fora, talvez, o único de seus adversários que o enganou. Referia-se ao tartamudo do Príncipe, à sua falta de ênfase no querer, na mais exímia das esgrimas da ambigüidade, e ao caráter profissionalmente fleumático do monarca, em contraste tão radical com o Imperador francês.

O temperamento, entre a timidez e a preguiça aparente, pedia o retiro de Mafra, ou o coloquial sumítico do Paço de São Cristóvão, ou as andanças solitárias na cidade. Forrava-se D. João, também, de pertinácia frente à Rainha, no confronto a seus projetos incessantes de poder, à margem do marido ou contra ele, explodindo no Império do Prata, e depois a condenando, no retorno a Lisboa – e como conspiradora insaciável –, à residência confinada na Quinta do Ramalhão.

~ Da esgrima da ambigüidade ao poder moderador

Esta mesma mistura de realismo em troca do *pathos* político e da renúncia a todo epos o levou ao conselho ao filho, de que resultou a independência, *a priori* consentida, do país em 1822.

O cotidiano estrito de D. João, que exprobrava os áulicos que o chamassem de Príncipe Perfeito, supunha este malabarismo implícito em que passou da fidelidade britânica ao Congresso de Viena e à restauração da *entente* com a França, mantida sempre *in pectus* como seu ideal majestático.

Realizou-o afinal na festa da Aclamação, e no espetáculo único em que o centro do Rio deu-lhe a melhor gala, em cerimônia consagradora. Fê-la Fernandes Vianna após a passagem, segundo a liturgia canônica, dos seis meses seguintes à morte de D. Maria, na presunção da saída de sua alma do purgatório.

O Príncipe louvaria o Intendente pela celebração e ainda mais por não ter custado um centavo à Coroa. “Grande caixa”, elogiava D. João o primeiro servidor a garantir toda a opulência da cerimônia pela estrita contribuição muni-ficante dos cidadãos fluminenses.

O retorno não tem a envergadura da estada no Rio e vai viver dos impasses sucessivos em que as monarquias enfrentarão o avanço da representação popular passada pela guilhotina e o termidor, bem como pela sideração ao Imperador morto em Santa Helena.

O impacto da insurreição de Cadiz tem a sua retranscendência necessária, tanto em Madrid quanto em Lisboa. O Rei, de volta, deixa a cena, nos cenários da monarquia liberal sofreada pelos embates sucessórios. Mas é o Príncipe das andanças de Paquetá, do anticlímax napoleônico, que fez do seu temperamento um *caveat* aos grandes jogos de poder e assegurou a Coroa levada à cabeça pelo filho mais velho, deixado na Guanabara.

D. João VI, na arduosa falta de *pathos* e da aparente paixão pelo cetro, mas na plena certeza da sua última palavra, legou, sub-repticiamente, ao nosso Império a criatividade do Poder Moderador, no cerne do parlamentarismo irrepreensível de Pedro II.

~ Bibliografia imediata

- AZEVEDO, Francisca Nogueira de. *Carlota Joaquina na Corte do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.
- COHEN, Thomas. *The Fire of Tongues: Antonio Vieira and the Missionary Church in Brazil and Portugal*. Stanford: Stanford University Press, 1991.
- COSTA, Emília Viotti da. *The Brazilian Empire: Myths and Histories*. Chaper Hill: University of North Carolina Press, 2000.

- LIMA, Manuel Oliveira. *D. João VI no Brasil*. 3.^a ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.
- NEEDELL, Jeffery. A Tropical Belle Epoque Elite, Culture and Society, in *Turn of the Century Rio de Janeiro*. Cambridge: Cambridge University Press. 1987.
- NEWITT, Malyin. *The First Portuguese Colonial Empire*. Exeter: University of Exeter, 1986.
- PRIESTLEY, J. B. *The Prince of Pleasure and his Regency – 1811-1820*. Londres: Penguin Books, 2002.
- SCHULTZ, Kirsten. *Tropical Versailles: Empire, Monarchy and the Portuguese Royal Court in Rio de Janeiro*. New York, London: Routledge, 2001.
- SCHWARCS, Lilia Moritz. *A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis: do Terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- TOSTES, Vera Lucia Bottrel (org.). *D. João VI: Um Rei Aclamado na América*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional. 2000.
- WILLIKEN, Patrick. *Império à Deriva – A Corte Portuguesa no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

Problemas da governação de D. João em Portugal e no Brasil

☞ (DE METRÓPOLE A COLÓNIA
OU PROTECTORADO?)

LUÍS A. DE OLIVEIRA RAMOS

Nos finais do século XVIII, até o afastamento do trono de D. Maria I (1792), a Coroa Portuguesa seguiu uma política de paz, traduzida pela neutralidade durante a guerra de independência dos Estados Unidos e posterior relacionamento com esse novo Estado, pela adesão à Liga dos Neutros, cara à Rússia, pelo fortalecimento dos laços dinásticos e políticos com a realza espanhola, mal visto pelo gabinete de Londres etc.

Com a tomada de poder pelo príncipe herdeiro D. João, face à doença mental da rainha, Portugal participa da Guerra do Rossilhão contra a França revolucionária ao lado da Espanha. Faz, em 1793-1794, uma campanha cheia de honra no campo das armas. Tenta reagir, depois, à derrocada espanhola frente aos exércitos gauleses, revolucionariamente motivados. Sabe da paz celebrada à sua revelia entre a Espanha e a França. Entra num longo, complexo e

É Doutor em História Moderna e Contemporânea, Doutor *Honoris Causa* pela Universidade de Bordéus e Licenciado em Ciências Históricas e Filosóficas pela Universidade de Lisboa. Publicou, entre vários títulos: *O Cardeal Saraiva (1766-1845)*; *Da Ilustração ao Liberalismo (Temas Históricos)*; *O Porto e a Gênese do Liberalismo*.

ameaçador processo de negociações com a República Parisina, república que seduz Carlos IV de Espanha, propondo-lhe a invasão conjunta de Portugal em 1801, afinal apenas protagonizada pela Espanha, graças a uma rápida vitória durante a “guerra das laranjas”, cobrando-nos, em pouco mais de 15 dias, o território de Olivença. Depois vem a paz com a França, de onerosas consequências financeiras e claras abertas comerciais. Mais tarde, a Espanha, aliada da França, vê as tropas deste país, onde Napoleão passara de Cônsul a Imperador, lá penetrarem para invadir Portugal, situação da qual resultam as invasões napoleónicas de 1807, 1809 e 1811.

Os problemas maiores do Príncipe D. João, Regente de direito a partir de 1799, são a guerra, o medo de uma invasão francesa ou espanhola, ou ainda conjunta, como fora resolvido em 1801, e o temor de falta de apoio eficaz da Inglaterra, num tempo que precede a vigência do imperialismo de Bonaparte pela força das armas no continente europeu, em aliança com a Rússia desde 1807.

Nos círculos governamentais, apreensão, mas não terror, provocavam os críticos do Trono e do Altar, os leitores de Voltaire, Montesquieu, Bielefeld, Raynal, d’Argens, Diderot e tantos outros filósofos, colaboradores ou não da *Encyclopédie*, onde se propunham, em nome da razão e graças à crítica, novas formas de pensar. O mesmo acontecia em relação à maçonaria e principalmente aos jacobinos que foram aparecendo no país com a marcha da Revolução Francesa ou então relativamente aos que admiravam a América independente e a sua Constituição. Contra os leitores de livros proibidos, contra os maçons, contra os jacobinos, contra os activistas franceses da Revolução agiam, respectivamente, as Mesas Censórias, a Inquisição decadente e sobretudo a Intendência Geral da Polícia, comandada pelo Desembargador Pina Manique, que mesmo em relação aos heterodoxos e aos livros proibidos actuava, forçando a intervenção dos restantes organismos repressivos. Aliados deste perseguidor dos jacobinos eram os autores de obras em prol da monarquia absoluta ou do despotismo esclarecido moderado, que entre nós vigorava, uns estrangeiros, outros nacionais, alguns traduzidos em português ou redigidos por bispos em forma de pastoral. O Intendente da Polícia atribuía aos inimigos do regime vi-

gente procedimentos de gravidade máxima, prevenia o ministro do Reino para conhecimento do Príncipe. Queria vê-los detidos ou degradados num presídio africano. Todavia, os propagandistas revolucionários ou foram expulsos de Portugal, ou exilados em vilas distantes, ou, na maioria dos casos, admoestados pelo ministro do Reino D. Tomás de Lima.

Nos primórdios do reinado, foram sujeitos a autos de fé públicos, e sem pena de morte, abolida por Pombal na sua avançada reforma da Inquisição, alguns soldados, oficiais, estudantes e até o lente de Geometria na Universidade de Coimbra, José Anastácio da Cunha. Penaram uma reciclagem em conventos e alguns, como o próprio lente penitenciado, a breve trecho beneficiaram de perdão. Já com D. João no poder, em 1797 um pequeno grupo, dado como revolucionário, foi levado a tribunal.

Bem antes, no Brasil, reinava D. Maria I, ocorreram a Inconfidência Mineira e a condenação à morte do Tiradentes. A monarca, a par da marcha do processo, advertiu expressamente os magistrados de que só em casos de excepção autorizava a pena de morte, política ignorada, de facto, por D. João em revoltas. Tal castigo desprazia a sua mãe, que propugnava, em geral, a reeducação dos condenados, doutrina esta encomiada por José Bonifácio em 1817, na Academia Real das Ciências, no elogio póstumo da soberana.

Além das constantes pressões inglesas em favor dos seus interesses, além do que alguns consideravam os excessos de zelo persecutório de Pina Manique, a hipótese de guerra e o medo, por efeito do génio militar de Napoleão e da consequente quebra da neutralidade portuguesa, constituíam fulcral temor e problema do futuro D. João VI, no termo do século das “luzes”.

Na Corte e no país, os membros do partido inglês e do partido francês formavam grupos antagónicos que tentavam influenciar o Príncipe. Achavam os primeiros, chefiados por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, que a aliança com a Inglaterra primava por razões marítimas, comerciais e de defesa; diziam os segundos, guiados por António de Araújo de Azevedo, que era necessário quebrar a arrogante primazia britânica mediante uma aproximação à França, sem se aperceberem dos seus desígnios inequivocamente hegemónicos.

E nem os excessos do Embaixador Lannes, um autêntico diplomata revolucionário, explicou o Prof. Jacques Godechot, ou a acção descarada e persuasiva de Junot, que lhe sucedeu no posto, lograram grandes resultados. O que o Príncipe queria, e os ingleses aceitavam, consistia na manutenção da neutralidade, em última análise, numa aliança de amizade com a França, que não tolheria a continuação dos históricos laços mercantis e de respeito mútuo para com a Inglaterra.

Ora, em 1805/1807, vencidas as grandes potências europeias, estabelecida a aliança com a Rússia, decretado o bloqueio continental para combater o bloqueio marítimo proclamado pelos ingleses, o que interessava a Napoleão era ver Portugal acatar as normas do mesmo bloqueio, soltar-se da Inglaterra, expulsar os ingleses, obstar à prossecução do seu comércio, alinhando-se com a França e a Espanha. Logo depois, em segredo, em outubro de 1807, o Imperador firmará com os espanhóis o Tratado de Fontainebleau, estilhaçando Portugal, olhando já para o continente do Sul, onde refulgia o Brasil. O império das duas Américas tocava a Carlos IV, e os territórios lusos, às partes contratantes.

E Portugal, também em outubro de 1807, acabou por aceitar as exigências da França, esperando saciar Napoleão, não sem que, em paralelo, o embaixador de Portugal em Londres combinasse a transferência da Corte para o Brasil, apoiada pela armada britânica, a manutenção do Reino, dos Braganças e suas possessões, a abertura de canais de mercancia aos ingleses no vosso Estado. Em Lisboa, corriam já, em segredo, os preparativos para a travessia do Atlântico pela Corte em navios de guerra lusos.

De facto, temia-se que o Imperador, como vinha ameaçando, conquistasse Portugal para acabar com a dinastia bragantina. Ora, a continuidade e a grandeza da Casa de Bragança é a convicção máxima de D. João VI, que, como príncipe e como monarca, ele nunca abandonou e acerca da qual cedeu para ganhar tempo. No mais, vemo-lo indeciso, timorato, manhoso sempre, mas não inferior, nas relações com a França, a qualquer príncipe do seu tempo, pois logrou escapar-se para o Brasil e manter a soberania portuguesa.

E no concerto das realidades e ambições próprias da Casa de Bragança, ao Brasil cabia realmente um lugar único, por si e como ponto de apoio à expansão imperial dos domínios da Casa reinante portuguesa na América do Sul até ao Rio da Prata, à custa da Espanha. Com essa ideia D. Rodrigo de Sousa Coutinho cativou D. João, tanto mais que remontava a concepções dos jesuítas Padres António Vieira e Simão de Vasconcelos no século XVII, também evocada por D. Luís da Cunha na segunda metade do século XVIII, a cujo teor não foi estranho Pombal, sempre disposto a bater-se com os espanhóis na América meridional, o qual também considerara a hipótese da ida da Corte para o Brasil, durante a guerra dos 7 anos.

Mas se o filho da Revolução e o grande podador dos seus excessos, Napoleão Bonaparte, por várias razões, depois justificativas da união ou sistema continental, queria eliminar a base de apoio inglesa que o porto de Lisboa e os seus estaleiros navais, a sua oferta colonial e a frota da guerra lusa proporcionavam, a sua ambição e o seu espírito ardiloso estimularam de novo o expansionismo de Espanha na Ibéria (travado por Carlos III), através de Carlos IV e do válido Godoy.

Genro dos reis de Espanha, que auxiliou na Catalunha e no Rossilhão, talvez D. João visionasse com dificuldade o relançar dos apetites espanhóis, que se traduziram numa guerra contra Portugal que, essa sim, o Regente não esqueceu. Trata-se de um problema que surgiu e teve consequências palpáveis, definitivas quanto ao traçado da fronteira alentejana, cerceada pela perda de Olivença.

À Inglaterra não interessava de modo algum que o rei de Portugal e senhor do Brasil, parente dos Bourbons de Espanha, assim como a sua esquadra, os seus portos, entrepostos comerciais, aquém e além-mar, caísse em mãos francesas. Estava disposta a fazer em Lisboa o que os canhões da sua armada concretizaram duas vezes em Copenhaga, mas, mais que tudo, convinha-lhe a ida da Corte lusa para o Rio de Janeiro, conforme ficara acordado em Londres.

Olvidaria Londres as cedências antibritânicas do Regente D. João a Napoleão, relativamente à velha aliança, à colónia inglesa em Portugal e seus interesses?

Certo é que, se houvera cedências, em privado celebrara-se o convénio secreto sobre os termos da mudança da Corte, onde subsistia o primado inglês. Entretanto, em Lisboa e no Porto, está estudado, os súbditos britânicos, antes de seguirem forçados para a Grã-Bretanha, acautelaram os seus bens e empresas através de contratos camuflados com amigos portugueses.

D. João, por seu turno, queria Portugal poupado por Napoleão, e essa esperança animava igualmente António de Araújo de Azevedo e os seus partidários. Daí as ordens do monarca para que não se resistisse às tropas francesas ao zarpar para o Brasil.

Assim, o General Junot, chefe da invasão franco-espanhola de 1807, dizia-se protector de Portugal e disposto a libertar a nação da tutela inglesa, por ordem do seu Imperador, quando, em última análise, se visava anexar o país, nos termos do tratado franco-espanhol de Fontainebleau, que cortava Portugal em três fatias e começava a desvendar a ambição sul-americana de Napoleão.

A premente conselho do partido inglês e do Gabinete de Londres, D. João seguirá para o Rio de Janeiro com D. Maria I, toda a Família Real e a sua Corte, largando a pátria-mãe e os seus súbditos mais próximos.

Esta decisão surgiu com o ar de fuga que outros monarcas da Europa empreenderam no âmbito, por exemplo, dos seus domínios mediterrânicos. Na realidade, a viagem da corte portuguesa configura um feito político e um facto único. Comparável só à transferência para o exílio em Londres dos governos das nações ocupadas por Hitler na primeira metade do século XX. O Regente, graças a esta decisão, garantiu, na adversidade, a sua realza e a existência do Estado. Para mais o Brasil ficava noutra continente, a milhares de quilómetros da Europa convulsa e dela separado pelo Atlântico.

O régio embarque surpreendeu as cortes europeias, porventura tanto como o terramoto de Lisboa de 1755 surpreendera as mentes superiores e os povos.

Curiosamente e graças à amplitude do séquito, formal e informal, do Príncipe Regente, a expedição saiu de Lisboa em desordem, em naus superlotadas, onde muito faltava. Para os problemas encontraram-se as soluções possíveis.

A despeito da novidade da situação, dos desafios a enfrentar, havia mais projectos para o Brasil e para a América do que propriamente para vencer Napoleão. No Continente, quando começaram a vigorar os decretos das forças imperiais, a esperança residiu, afinal, nos ingleses, arrogantes, prontos na intervenção, e ao mesmo tempo na inventiva dos senhores e dos povos lusos, que espantados, duvidosos, cindidos em facções, sofreram as inclemências de uma ocupação dura e impiedosa, contra a qual o Príncipe e os seus ministros ou delegados locais não descobriram soluções para os problemas em aberto, que se sucederam ao longo do primeiro quartel do século XIX.

Na viagem para o Rio, com o futuro D. João VI ia a Princesa Carlota Joaquina, que, em 1805, aliada à nobreza descontente, tentara substituir o marido, provavelmente deprimido, na regência. A conduta marital da princesa e as desvantagens de uma alma inteligente e maldosa jamais findaram, e vieram à tona no Brasil em questões de política internacional e das relações entre as nações ibéricas.

A Inglaterra participara na formulação da política de mudança da Corte para o Brasil. Fê-lo a bem da sua luta contra a França napoleónica, à espera de contrapartidas que a breve trecho começou a cobrar. Ambicionava o comércio brasileiro, o acesso aos seus portos, a garantia de que D. João não tergiversaria no sentido da França.

Logo na Bahia aconteceu a abertura dos portos do Brasil às nações amigas, escutado José da Silva Lisboa, de que outro confrade há-de falar.

No Rio surgiu um novo governo onde pontificavam os amigos da Inglaterra. Entre o fervilhar de intrigas, empenhos, conselhos, sugestões procedeu-se à remodelação em causa, não apenas por morte de titular como, quase sem excepção, era costume de sua mãe e seu costume. Em desgraça estava António de Araújo de Azevedo, ministro todo-poderoso nos tempos que antecederam a ocupação de Portugal. O Regente D. João escolheu D. Fernando José de Portugal, antigo vice-rei do Brasil, para ministro assistente ao despacho, em substituição de Araújo; manteve o Conde da Anadia na Marinha e Ultramar, único elemento do antigo partido pró-francês; integrou, como ministro dos Estrangeiros e da Guerra, o estadista anglófilo e imaginativo D. Rodrigo de Sousa Coutinho, que assim voltava ao executivo,

onde há de preponderar, mesmo na política interna brasileira e na preparação de planos expansivos desfavoráveis à Espanha e à França, a sul e a norte do Brasil.

No Conselho de Estado figuravam personalidades das extintas tendências anglófila e francófila, com relevo para António de Araújo de Azevedo, pois D. João não descartava personalidades úteis a prazo, como se verificará, tanto mais que na Europa a guerra entre as potências não dava sinais de acalmia.

Em política exterior, a despeito de algumas objecções que se exprimiram às claras no Conselho de Estado, cortam-se as relações com a França, fortifica-se a linha de relacionamento privilegiado com a Inglaterra, tal qual preconizava, com ênfase, D. Rodrigo de Sousa Coutinho. A Inglaterra manda para o Rio de Janeiro Lord Strangford, antes seu representante em Lisboa. No mar, influente, comandava a esquadra britânica o Almirante Sir Sidney Smith, fonte de sérios problemas quando aliado da Princesa Carlota Joaquina, a propósito de situações nas colónias espanholas do Sul, almirante que, à tomada de Caiena por Portugal aos franceses, enviou uma canhoeira da sua frota.

Testemunho fiel do tempo afirma que os britânicos tudo podiam na Corte do Rio. E esta aceção é verdadeira só até certo ponto, porquanto o Embaixador Strangford agia em conluio estreito com o embaixador português em Londres, D. Domingos de Sousa Coutinho, e com o irmão deste, D. Rodrigo, o mais influente membro do Executivo junto do Príncipe.

A regência em Portugal, nomeada antes da saída da Corte, ficou paralisada pelas instruções finais do Regente no sentido de bem receber os franceses. Os ocupantes a breve trecho depuseram essa entidade, apearam os Braganças e lograram enviar alguns ilustres portugueses do tempo à França para, em embaixada, solicitar um novo rei para Portugal, que podia ser o imperador ou alguém por ele designado. O próprio Junot e amigos seus franceses e portugueses pensavam na elevação desse general ao trono.

No Reino, os franceses roubavam, espoliavam, queimavam, forçavam portuguesas e portugueses a ceder aos seus caprichos, às suas requisições, tudo culminando com o lançamento de uma fortíssima contribuição de guerra, o licenciamento das forças armadas e a formação de uma Legião Portuguesa para

combater ao lado do Imperador na Europa, comandada pelo Marquês de Alorna, chefe de uma família perseguida por Pombal. Mas as notícias de Portugal para o Brasil e as ordens desde o Rio dimanadas levavam meses a chegar, meses a obter resposta numa situação em rápida mutação, de tal sorte que o embaixador em Londres, D. Domingos, passou a funcionar, junto dos ingleses, como o mandante do Príncipe Regente na Europa, sem o ser.

Aliás, com os ingleses havia problemas a resolver na esfera política e económica, pois estes não concordavam com a expansão dos portugueses na América do Sul. Na Europa, particularmente em Portugal, tal como desejava a resistência interna, as tropas inglesas desembarcaram na Figueira da Foz por decisão própria, conduziram as operações contra os franceses de Junot a seu talante, com êxito. Os exércitos espanhóis, aliados de Napoleão na invasão de 1807, largaram os franceses e regressaram à Espanha por causa das sublevações monárquicas no seu país, que culminaram na entronização de José Bonaparte e na queda dos Bourbons. Ao partir, incitaram os portugueses à rebelião.

Vencedores, fortemente reforçados pelos portugueses, os britânicos celebraram despreocupadamente a capitulação de Sintra, negociada pelo seu comandante em chefe, Dalrymple. Graças a essa inacreditável convenção, estranha aos responsáveis portugueses, as forças inglesas autorizaram os franceses aniquilados a partir com os avultadíssimos despojos de guerra tomados e roubados em Portugal.

O Governo Supremo do Reino, saído da rebelião, em 1808, contra o imperialismo napoleónico, de pronto lavrou bem alto a sua desaprovação. Em Londres, o embaixador D. Domingos de Sousa Coutinho de tudo se queixou em nome de Portugal. No Brasil soube-se mais tarde do acontecimento, houve protestos veementes que não alteraram factos consumados.

Gozando de autonomia na América do Sul e ignorando o desagrado britânico, também o Príncipe Regente e o Executivo, estimulados por D. Rodrigo, congeminaram a expansão para Sul, não sem todos os cuidados em relação a D. Carlota Joaquina, que, enquanto infanta de Espanha, manobrava para desempenhar um papel de relevo nos domínios espanhóis, apoiada pelo almiran-

te britânico Sir Sidney Smith e até, em circunstâncias específicas, pelo Regente seu marido e pela diplomacia portuguesa nas Cortes de Cadiz, ocasião em que se impôs o Conde de Palmela.

No Rio de Janeiro, problemas havia de primeira linha. Parecia imperativo negociar um tratado de amizade e comércio com a Inglaterra com vantagem para a persistência do Reino de Portugal e contrapartidas económicas para os aliados ingleses. Imprescindível tornava-se acorrer, desde logo, à construção da administração pública do Brasil, agora sede do Governo. Urgia encontrar alojamento para a Corte e para os que acompanhavam o Regente, formal ou informalmente, como ainda para novos órgãos do Estado.

Havia a intenção de retaliar o imperador dos franceses nessa área do mundo, o que levou à conquista de Caiena, entrava o ano de 1810, vitória de inegável simbolismo, pois dificultava uma eventual progressão dos franceses rumo à Amazónia. Caiena foi devolvida aos Bourbons depois do Congresso de Viena, sem que Portugal lograsse obter novos territórios fronteiriços no Pará, como desejava.

Quanto aos alojamentos da Corte, o problema maior, para além das carências iniciais, foram os ressentimentos que o exercício do “direito de aposentadoria”, isto é, a requisição oficial de residências, provocou entre os brasileiros e reinóis que viram as suas casas ocupadas.

Problema diverso, com repercussões futuras, residiu no preço que outros territórios do Brasil pagaram pela honra da presença da Corte no Rio, sem os benefícios de transformação demográfica, sócio-económica, centralizadora, urbana e arquitectónica que à nova sede da Coroa advieram.

No concernente às negociações entre Portugal e a Inglaterra, para urdir o depois chamado Tratado de 1810, sabe-se que este foi congeminado em Londres por D. Domingos de Sousa Coutinho, sondadas as autoridades britânicas, no Brasil afeiçoado e defendido por D. Rodrigo e Lord Strangford. O respectivo teor constitui a resposta a antigas reivindicações, a questões decorrentes das ameaças de Napoleão, da viagem da Corte para o Brasil, da ocorrência de uma segunda invasão de Portugal pelos franceses e das situações existentes

no mesmo Brasil, configurando um problema maior e dos mais discutidos relativamente às comunidades envolvidas aquém e além-mar, a ponto de se escrever que “o monopólio do comércio com o Brasil ficava nas mãos dos ingleses” (Francisco António Correia), enquanto Portugal perdia o privilégio do tráfego exclusivo com os portos brasileiros.

Conforme referimos, segundo um autor coevo que de Portugal seguia a par e passo a sorte da Coroa no Rio, não obstante a preponderância dos britânicos junto do Príncipe, este teve de enfrentar ainda variadíssimas manobras. “Londres usou todas as fraudes e tergiversações... para o concluir e para, depois de concluído, iludir e esquivar-se a todas as justas questões que os portugueses logo fizeram contra...[tal Tratado]”. A mesma fonte lamenta também o total transtorno por ele provocado no Reino; verbera o Governo do Rio por não ter consultado ou ouvido quer os governantes estantes em Lisboa, quer os negociantes portugueses. Aponta as falácias do princípio de reciprocidade entre as duas nações quando as diferenças entre as marinhas mercantes das partes contratantes eram abissais. Insiste nas alterações que os ingleses introduziram no Tratado depois de este entrar em vigor, ratificadas em 1812 por um convénio ou, num caso concreto, simplesmente comunicadas ao Governo do Príncipe.

Aponta-se o Tratado como fator das dificuldades portuguesas em anos sucessivos ao longo do século XIX. Somada às invasões francesas e a estas ligada, a abertura à Inglaterra dos portos do Brasil que do Tratado resultou e, “pior que tudo, o crescimento fabuloso da indústria britânica implicou o déficit sempre crescente do comércio português”(Oliveira Marques). Enfim, Portugal pagou o preço da ajuda britânica, mas a prazo a “função transitória do porto de Lisboa” (J. B. Macedo), enquanto cais fundamental das esquadras mercantes e de guerra na Europa subsistiu. Demais, a subordinação à Inglaterra cresceu (A. Silbert) em condições políticas extremamente favoráveis e o poderio industrial e comercial afundou o sistema económico luso (J. B. Macedo).

Sem embargo, como o grande Jaime Cortesão notou, “a abertura dos portos do Brasil às nações amigas, isto é, à Inglaterra, senhora de poderio nos mares,

deu um enorme impulso não só à economia, mas a toda a vida do Brasil, ainda que em prejuízo da metrópole” (Ramos, p. 357) e com desvantagens certas para o Brasil, pois o seu açúcar e o seu café não puderam competir com produtos idênticos vindos das colónias inglesas.

O imperialismo inglês estava em marcha, dominou o século XIX, e nesse século, com todas as ressalvas e por causa das suas relações britânicas, também o Brasil se justificou como nação. Portugal sobreviveu.

Relativamente à administração pública, o Príncipe ultrapassou numerosas dificuldades através do decalque de organismos estatais existentes em Lisboa, inclusive promovendo fusões, por serem indispensáveis à sede da Monarquia. Surge assim a Mesa do Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens, tribunal superior para os assuntos dessas esferas de competência, mas também do Conselho do Ultramar em Lisboa, cujos desembargadores gozavam das prerrogativas e competências dos seus homólogos no Continente.

O mesmo aconteceu com o estabelecimento do Real Erário e do Conselho da Fazenda, cujas competências se estenderam aos Açores, à Madeira e às possessões de África e da Ásia. Erige-se o Banco do Brasil, antes que Lisboa conhecesse instituição semelhante. Acontece a fundação da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, idêntica à lisboeta, incumbida da fomentar a economia. Entre os seus objectivos figurava a construção de uma praça de comércio, lugar de reunião e de actividade dos negociantes, tendo anexo ensino adequado aos mercadores.

A necessidade de novos impostos estabelecidos pelo Regente resulta do crescimento das despesas e do respeito pelo trono e seu esplendor. Esses impostos recaíram sobre o tabaco e deram origem “à décima sobre os prédios urbanos em todas as cidades e vilas mais importantes do Brasil”, que compreendeu depois as restantes, mais os lugares do interior e foi alargada aos domínios ultramarinos, salvo aos da Ásia. O tributo da sisa sobre a compra e venda de bens de raiz ascendia a dez por cento.

A aquisição de escravos aos mercadores tinha o mesmo valor e entre particulares ficava-se pela metade. Alargou-se o imposto de selo, envolvendo “os li-

vros dos negociantes e mercadores, assim como os das câmaras municipais, dos tabeliães, das confrarias, irmandades e ordens terceiras” e, bem assim, os documentos judiciais. Regularizaram-se o peso e a dimensão das moedas e ordenou-se a cunhagem de uma espécie pecuniária em prata com o valor de três patacas. Além disso, lançaram-se “direitos sobre a entrada de navios nos portos e sobre a saída dos principais géneros de exportação do Brasil, açúcar, tabaco, couros, algodão”. Outras medidas beneficiaram súbditos, embarcações e géneros nacionais, enquanto se promoviam, por outros modos, a indústria, o comércio e a navegação (Pedreira e Costa).

Os cuidados com a indústria conduziram à supressão do impedimento de fábricas e tipografias no Brasil, bem como à fundação da Real Fábrica de Pólvora e à instalação de uma fundição de ferro em Minas Gerais. Do mesmo modo, estabeleceu-se a Impressão Régia, surgiram *A Gazeta do Rio de Janeiro*, bibliotecas régias da Coroa e da Casa do Infantado, o Real Teatro de S. João e, bem antes, a Capela Real, onde se cultivava a música sacra (Pedreira e Costa).

Cuidados especiais mereceram a defesa, a judicatura, a saúde pública, as negociações com Espanha nas Cortes de Cadiz e a intervenção no Congresso de Viena. Aqui Portugal assinou o tratado final que estabeleceu a paz e o novo mapa das nações europeias, assim como o equilíbrio europeu e o princípio da legitimidade, que, inclusive, restaurou os Bourbons no trono de França. Logrou ainda, conforme o interesse dos magnates brasileiros de então, uma solução que eliminava a escravatura tão-só a norte do Equador, contra a opinião pública inglesa e os direitos humanitários propugnados na Europa e por sectores esclarecidos do Brasil e de Portugal.

Ainda segundo a biografia *D. João VI*, de Pedreira e Costa, na área da defesa e segurança, no Brasil, a reacção do Regente revelou-se pronta e adequada. Estabeleceu o Conselho Supremo Militar, com competências antes assumidas pelo Conselho da Guerra, pelo Conselho Ultramarino, pelo Almirantado nos seus campos específicos. Cuidou ainda da organização de um Arquivo Militar, de uma Contadoria para a Marinha e de uma biblioteca para a Academia Naval. Só em 1810 instituiu a Real Academia Militar, cujos professores dispu-

nam de privilégios idênticos aos da Faculdade de Matemática de Coimbra. A Intendência Geral da Polícia e a Guarda Real da Polícia destacam-se quanto à segurança. Na Judicatura criou dois juízos criminais no Rio de Janeiro em crescimento, abriu um Tribunal da Relação no Maranhão. Disseminou novas comarcas e dezenas de postos de juiz de fora em diversíssimos pontos do Brasil, aspecto de notória importância dadas as funções administrativas e judiciais destes magistrados, cabeça dos municípios.

Inadequado pode afigurar-se relembrar estas medidas justamente numa cidade que foi então sede da Corte portuguesa, mas logo se descobrirá a razão.

Assim, não é demais acrescentar, sem exaustividade, o que se concebeu e iniciou em matéria de comunicações terrestres, nomeadamente para encurtar distâncias entre o Rio e o Pará ou no que toca à densificação do circuito dos correios, apesar das dificuldades.

O mesmo afã e as carências existentes explicam o aparecimento do Provedor-Mor da Saúde da Corte e Estado do Brasil, a reorganização do Hospital Real Militar e a fundação de uma emblemática Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica, em 1810, que se acresce à erigida na Bahia em 1808, escola que, além do mais, devia acolher estudantes das colônias africanas para se tornarem médicos.

A regência de D. João atingiu o seu acúmen com a elevação do Brasil a Reino, no âmbito da criação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Por isso, fixo em 1815 o termo desta comunicação, não sem vincar, como os anos posteriores demonstrarão, que D. João VI foi deveras, e não apenas de direito, o primeiro Rei do Brasil, sobretudo por causa das competências executivas de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, depois Conde de Linhares, e ainda quando António de Araújo de Azevedo, elevado a Conde da Barca, voltou ao Ministério como o mais acatado ministro, primeiro titular da pasta da Marinha e Ultramar, em 1813, e, depois, como ministro principal, de 1814 até 1818, ano da sua morte.

Olhando todas estas medidas e sofrendo nesses anos três invasões francesas, pouco fizeram as regências que se sucederam em Lisboa. Avolumaram-se os

problemas decorrentes das comunicações entre a antiga e a nova sede do Governo, a grei ergueu-se contra os franceses, os exércitos ingleses ajudaram a rechaçar o invasor, mas houve desencontros entre as autoridades civis e militares lusas, entre si e com os ingleses.

Todavia, a resistência floresceu sem medo no seio das gentes. Desde o princípio estimulada pelos espanhóis, a guerrilha bateu-se contra os franceses com rara valentia. Desde o princípio houve contactos com espanhóis e britânicos. Os portugueses formaram uma Junta do Governo Supremo do Reino a partir do Porto, que congregou as juntas locais. Alcançada a vitória, os ingleses reorganizaram, sob o comando de Beresford, um novo exército português que acompanhará os britânicos até França, até a derrota de Napoleão.

As propostas que vieram do Brasil, mesmo quando o Principal Sousa, irmão do Ministro D. Rodrigo, pertencia ao Governo do Reino, apesar de escassas e nalguns casos oportunas ou simplesmente sonhadoras, não tiveram efeitos palpáveis, embora não esteja feito o estudo exaustivo dos Governos de Portugal neste período.

O Brasil impunha-se como prioridade. Em Lisboa, os ingleses pesavam na regência e controlaram o exército em crescendo até 1820. Portugal sentia-se colónia da Corte carioca e refém dos serviços prestados pela Inglaterra, situações que era imperativo ultrapassar.

O regresso do Rei e da Corte ecoava no Reino reclamado ante o Monarca que se sentia bem no Brasil, chegando a governar pessoalmente, quase sem Executivo, ajudado pelo Ministro Tomás Vilanova Portugal.

Entretanto, uma crise económica de excesso de produção agravou a situação de forma inusitada sem que se eliminassem compras exteriores próprias das faltas anteriores.

Antes destes eventos e já depois das revoltas do Recife e de Gomes Freire, em 1817, reprimidas sem piedade, apesar da proclamada clemência do Sobe-rano, no estrangeiro e em Portugal, dizia-se o país uma espécie de protectora-do inglês. Mas o certo é que, desde a paz, o Reino gozava de maior autonomia externa, o que se vê pelo forçado regresso a Inglaterra do Embaixador Strang-

ford. Esse regresso foi exigido pelo Príncipe, pela política brasileira, que culmina com a conquista de Montevidéu, pela aproximação cultural à França que o Conde da Barca preconizou, pela ascensão do futuro Duque de Palmela nas relações externas, apoiado de início por aquele ministro, pelo casamento de D. Pedro, herdeiro do trono com a Arquiduquesa D. Leopoldina, filha do Imperador da Áustria, etc.

Independentemente dos sentimentos da época, tampouco aconteceu a dependência colonial do Reino antigo face ao Rio de Janeiro, a não ser pelo facto de aí sediar o Regente. Confirma-o a luta contra os franceses, a inoperância do Executivo no Brasil relativamente aos problemas lusitanos e mais tarde a Revolução Liberal de 1820, que expulsou os ingleses do exército, por exemplo. Metrópole sempre fomos porque aqui se gerou, desde o século XII, um povo que preza a sua independência na Ibéria, sofre guerras e alianças para descobrir e congregar gentes estranhas e nações amigas e presenciar, com dor ou sem ela, a afirmação de outros Estados que assumem o seu porvir.

Hoje, situados no tempo e na história, vencidos problemas velhos e a contas com novos problemas, como outrora D. João no Rio de Janeiro, animamos nos últimos meses a União Europeia. O Brasil, antiga sede de uma Corte real e depois imperial, lidera no Mercosul e cresce entre as primeiras potências de agora e do futuro.

O papel de D. João VI na união de Portugal e Brasil

≈ JOSÉ DA SILVA LISBOA E A IDEIA LIBERAL

JOSÉ LUÍS CARDOSO

É Doutor em
Economia pelo
Instituto Superior de
Economia e Gestão
da Universidade
Técnica de Lisboa,
Licenciado em
Sociologia pelo
Instituto Superior de
Ciências do Trabalho
e da Empresa;
Professor e membro
de inúmeras
associações e
sociedades científicas.
Publicou, *História do
Pensamento Económico
Português. Temas e
Problemas; Pensar a
Economia em Portugal:
Digressões Históricas; O
pensamento Económico em
Portugal nos finais do
século XVIII, etc.*

≈ I. Introdução

A evocação da presença do Príncipe Regente D. João e da corte em território brasileiro presta-se a uma diversidade de abordagens, todas elas ricas de significado. Tal evidência fica bem demonstrada no conjunto de comunicações integradas nesta reunião conjunta da Academia Brasileira de Letras e da Academia das Ciências de Lisboa.

O tema que escolhi para ilustrar a relevância dessa presença constitui um dos principais motivos e factores de mudança no relacionamento interno entre a metrópole e a sua mais preciosa colónia, no quadro de uma desejada construção ou reinvenção do império luso-brasileiro. Refiro-me à abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional, com a consequente perda do domínio exclusivo

imposto pela metrópole portuguesa que até então apenas beneficiava os comerciantes nacionais¹.

Este foi, sem dúvida, um momento decisivo para o destino económico brasileiro e, ainda que na época tal não pudesse ser percebido, um acto fundador de um processo mais amplo de construção da sua cidadania económica. Não pretendo sugerir que foi um passo no sentido da autonomia ou da independência brasileira, ainda que apenas avaliada na sua componente económica. Mas foi um momento de viragem que impôs regras e procedimentos diferentes do que até então estava a ser praticado.

Nesta comunicação procurarei sobretudo discutir o papel doutrinador desempenhado por José da Silva Lisboa, futuro Visconde de Cairu, que viu na abertura dos portos um pretexto ideal para a explanação das suas convicções económicas liberais.

A abertura dos portos tem que ser vista, no contexto das guerras napoleónicas e do embargo ditado pelo bloqueio continental, como uma solução de largo alcance que procura ir ao encontro dos interesses de agentes económicos que actuavam em território brasileiro, ou que ambicionavam tomar posição nesse importante mercado, com especial destaque para produtores e comerciantes ingleses. Ou seja, ao impor uma quebra na situação de exclusivo e, por conseguinte, das vantagens que a metrópole detinha na balança comercial com a sua mais importante colónia, a abertura dos portos brasileiros aos navios e negociantes britânicos – eufemisticamente tratados na Carta Régia como “potências, que se conservam em paz, e harmonia com a minha Real Coroa” – consolida um movimento irreversível de transição de um sistema de comércio internacional protegido pelo regime de privilégio colonial para um sistema de comércio livre sem exclusivos².

¹ Em ano de comemoração do bicentenário dos eventos aqui recordados – a transferência da corte para o Brasil e a abertura dos portos brasileiros – são diversas as oportunidades de apresentação e partilha, em vários auditórios, de balanços e perspectivas de pesquisa. O presente texto, que serviu de base para a palestra proferida na Academia Brasileira de Letras em 30 de outubro de 2007, foi elaborado a partir de materiais incluídos em Cardoso 2007 e Cardoso 2008.

² O tema da abertura dos portos possui já uma vasta tradição de análise na historiografia luso-brasileira. Para uma visão de conjunto deste tema cf. Eça 1908, Vianna 1950, Aguiar 1960, Pinho 1961 e sobretudo Alexandre 1993.

A perspectiva de análise centrada nos interesses em presença, tendo em vista a explicação das alterações na ordem institucional estabelecida, não impede a valorização de uma outra componente essencial à compreensão das mudanças em curso. Refiro-me ao papel das *ideias* que inspiram e que conferem legitimidade e coerência doutrinal às reformas postas em prática. Neste caso específico da abertura dos portos, as ideias de liberalismo económico assumidas e divulgadas por José da Silva Lisboa tiveram um papel preponderante³.

2. A abertura dos portos e as vantagens do livre comércio

É bem conhecida e está bem documentada a contribuição activa dada por José da Silva Lisboa para a redacção e promulgação da Carta Régia de 28 de janeiro de 1808. Para além da revelação que o próprio fez — “tendo participado da honra de concorrer para a dita resolução soberana, sendo ouvido em qualidade especial do meu emprego” (Lisboa 1808-9, 190)⁴ — conhece-se o testemunho privilegiado de D. Gabriela, mulher de D. Rodrigo de Souza Coutinho, que referiu ter sido a amizade que mantinha com o Marquês de Aguiar, D. Fernando José de Portugal (que exercera o cargo de vice-rei do Brasil entre 1801 e 1806), que permitiu a José da Silva Lisboa insinuar-se como conselheiro influente nos dias que imediatamente se seguiram à chegada do Príncipe Regente à Bahia⁵. Também assim o asseverou Bento da Silva Lisboa no elogio que dedicou à memória de seu pai. Pelas considerações e comentários que dedica a este facto da paternidade da Carta Régia, vale a pena atender ao que escreveu seu filho Bento:

“Aportando aquele soberano à Bahia, Silva Lisboa aproveitou-se da amizade, que tinha com D. Fernando José de Portugal, depois Marquês de

³ Sobre a obra económica de José da Silva Lisboa, e sobre o seu vínculo e divulgação das ideias de Adam Smith, cf. sobretudo Paim 1968, Almodovar 1993, Rocha 1996 e Cardoso 2001.

⁴ Recorde-se que José da Silva Lisboa exercia desde 1797 o cargo de deputado e secretário da Mesa da Inspeção da Agricultura e Comércio da Cidade da Bahia, recebendo nessa qualidade o Príncipe Regente quando aí aportou.

⁵ Veja-se o testemunho de D. Gabriela de Souza Coutinho in Silva 2006, II, 581-82.

Aguiar, para lhe indicar a necessidade de abrir os portos a todas as nações amigas da Coroa de Portugal; e apesar da forte oposição, que então se fez, tal foi a força dos seus argumentos, que aquele fidalgo cedeu às suas persuações, e fez com que o Príncipe Regente publicasse a Carta Régia de 24 (*sic*) de janeiro de 1808, que liberalizou aquele máximo benefício à nação.

Tão salutar medida, que ainda hoje nos salva no meio das crises políticas que atormentam ao império, longe de ser apreciada no seu justo valor, mereceu pelo contrário a maior desaprovação da parte dos negociantes portugueses; pois que, acostumados a terem unicamente comunicação com as praças de Lisboa e Porto, não podiam sofrer ideia alguma de concorrência; e por isso não se pouparam a esforços e diligências, para que se revogasse a Carta Régia, que, segundo proclamavam, aumentava os males que a Nação sofria e privava ao Estado das suas rendas” (Lisboa 1839, 240).

A “forte oposição”, a “maior desaprovação” e os “esforços e diligências” para a revogação da medida, desenvolvidos pelos negociantes portugueses, comprovam que nem todos os interesses em jogo estavam acautelados. Daí decorre a necessidade sentida por José da Silva Lisboa para justificar o alcance da Carta Régia e, de certa forma, para antecipar uma pronta resposta aos argumentos contrários que a abertura dos portos, necessariamente, iria desencadear. E é assim que, em julho ou agosto de 1808, após se ter instalado no Rio de Janeiro, Silva Lisboa dá à estampa, nos novos prelos da Imprensa Régia, a primeira e a segunda partes de um longo folheto intitulado *Observações sobre o Comércio Franco no Brasil*, com o objectivo expresso de explicar as vantagens decorrentes da abertura dos portos brasileiros (Lisboa 1808-9).

Por muitos estudiosos aclamado como o primeiro livro impresso no Brasil⁶, o simbolismo deste acontecimento editorial não podia ser mais feliz. Com efei-

⁶ Não terá sido, em rigor, a primeira publicação da Imprensa Régia, já que os primeiros títulos de que se tem conhecimento são relações de despachos e outros documentos e papéis oficiais. Mas terá sido, certamente, o primeiro livro de autor, na verdadeira acepção das palavras. Sobre esta matéria cf. Moraes 1993, XVIII-XIX.

to, num só golpe se revelam duas importantes mudanças que directamente resultavam da presença da corte no Brasil: a abertura dos portos e a abertura da imprensa.

As *Observações sobre o Comércio Franco*⁷ são dedicadas ao Príncipe Regente D. João, a quem Silva Lisboa atribui o epíteto de “Libertador do Comércio”, e estão divididas em três partes, seguidamente apresentadas de forma sintética.

Na primeira parte expõe princípios gerais em favor da liberdade de comércio, com base na ideia de que “a franqueza do comércio, regulada pela moral, rectidão e bem comum, é o princípio vivificante da ordem social, e o mais natural e seguro meio da prosperidade das nações” (Lisboa 1808-9, 188). Princípios gerais cuja aplicação era inevitável no contexto da transferência da corte, pois só dessa forma o mercado poderia ser abastecido e animado. Na sua argumentação, Silva Lisboa revela o domínio que tinha da ciência da economia política, enquanto discurso organizado de interpretação do funcionamento da vida económica, conforme bem ilustra o seguinte excerto:

“A franqueza do comércio no Brasil será do progressivo interesse à Coroa e nação. Aquela terá mais rendas, em proporção à maior quantidade dos valores importados e exportados, que pagarem os direitos estabelecidos; e esta aumentará continuamente os seus recursos, despertando da letargia em que jazem as indústrias do país, e introduzindo-se outras por novas direcções que a energia do interesse particular, deixada à sua natural elasticidade removidos todos os obstáculos, deve achar, até pela constante emulação e conflito dos competidores nacionais e estrangeiros [...]. Quanto maior for o número dos compradores dos géneros coloniais, tanto mais extracção, e valor, terão estes; e consequentemente se animará a sua ulterior e recrescente reprodução” (*ibid*, 194).

⁷ Todas as citações a este texto são da edição crítica incluída em Lisboa 1993, Tomo I, 185-320. Outra edição crítica recente deste texto está disponível em Rocha 2001, 61-210.

A visão de Silva Lisboa segue de perto a linha de raciocínio da economia política de Adam Smith, quando nesta passagem explica as vantagens da extensão do mercado para um acréscimo do poder produtivo do trabalho e para garantia do processo de acumulação e reprodução da riqueza criada. E é a mesma fonte de inspiração que enquadra a sua avaliação positiva do mercado, quer enquanto espaço de afirmação da “energia do interesse particular”, quer também como processo de realização de virtudes sociais baseadas na ideia de reciprocidade e de troca de equivalentes, contra o espírito de cobiça e do ganho momentâneo, contra a aparente vantagem de vender caro e comprar barato. Ou seja: “O verdadeiro espírito do comércio é social: ele quer ajudar, e ser ajudado: ele aspira a dar socorro, e recebê-lo: ele carece um benefício recíproco, e não é fecundo, e constantemente útil, senão quando é repartido” (*ibid*, 195).

Nestas e noutras observações, a presença de Adam Smith e da declaração expressa de admiração que por ele tinha é uma característica recorrente da escrita de José da Silva Lisboa. Com efeito, o autor mais não faz do que repetir uma profissão de fé amplamente demonstrada no livro que publicara quatro anos antes (Lisboa 1804). E para os putativos detractores que ousassem acusar Adam Smith e o seu fiel seguidor do pecado da abstracção, Silva Lisboa esclarece que “a doutrina de Smith sobre a franqueza do comércio não consiste em mera teoria de gabinete; ela funda-se em factos incontestáveis, em instintos e sentimentos de todos os homens não preocupados com o seu egoístico interesse e na experiência e história das nações” (Lisboa 1808-9, 288).

Na segunda parte das *Observações*, expõe e antecipa argumentos de resposta a quem procurasse ver na abertura dos portos uma cedência às pretensões inglesas. Silva Lisboa considera que não deveria existir qualquer complexo em reconhecer os benefícios resultantes do facto de a Inglaterra ser a nação mais industriosa e rica da Europa, pelo que tal vantagem deveria ser bem registada e melhor celebrada “por necessidade, interesse, política e gratidão nacional” (*ibid*, 200).

Nos ingleses elogia a excelência e qualidade dos seus produtos manufacturados, a disponibilidade de capitais, o espírito empreendedor, a perspicácia no aproveitamento de oportunidades, a regular administração da justiça, o com-

bate aos monopólios, o desenvolvimento da ciência e dos instrumentos do comércio. Por isso considera que quanto maior for o comércio com os ingleses maior será a possibilidade de participar e partilhar os benefícios da sua actividade lucrativa.

As vantagens para Portugal, vistas na perspectiva do território brasileiro, seriam: maior saída de géneros e matérias-primas; extensão da produção industrial; inspiração e aprendizagem da sua língua e espírito público (cidadania). A alusão explícita ao Brasil é feita também por analogia com a situação vivida pelos Estados Unidos, considerando Silva Lisboa que, atendendo à sua ampla dotação em recursos naturais, “se deve esperar que o Brasil se eleve em riqueza, população, indústria e potência, adoptando-se com firmeza igual política, estando na situação a mais favorável para a correspondência mercantil em todas as partes do globo” (*ibid*, 215).

Apesar de considerar globalmente positivas as consequências do Tratado de Methuen, manifesta um optimismo ainda maior em relação a novos tratados a estabelecer no futuro, conforme viria a ocorrer dois anos depois:

“Como agora os tempos são outros, é de esperar que, permitindo a divina bondade paz sólida, prevaleçam nos Estados cultos princípios mais liberais na diplomacia e administração pública; e que, nos ministérios tão esclarecidos da nação portuguesa e inglesa, os tratados de comércio que se ajustarem às exigências das circunstâncias assentem sobre as bases da mais perfeita reciprocidade e escrupulosa observância dos direitos do género humano” (*ibid*, 224).

Silva Lisboa demonstra que a natureza “interina e provisória” da Carta Régia que estabelece a abertura dos portos poderia – e, em seu entender, deveria – assumir um carácter mais definitivo. É isso que procura demonstrar na terceira e última parte do seu texto, na qual passa em revista e refuta as objecções que poderiam ser levantadas à prossecução de uma política coerente de liberdade de comércio.

A primeira dessas objecções seria a possível saída de dinheiro e metais preciosos levados pelos estrangeiros para pagamento de suas mercadorias. Silva Lisboa adopta uma visão analítica idêntica à famosa lei dos mercados de J. B. Say, afirmando que:

“Nos países civilizados, e maiormente nos comerciantes e marítimos, só pode faltar o dinheiro indispensável a fazer as funções de moeda quando há estagnação do comércio, por causas fortes e duráveis. Então sente-se um vazio na circulação; não porque não haja dinheiro, mas porque se entesoura, por falta de emprego útil” (*ibid*, 247).

Por outras palavras, o problema da estagnação do comércio não estava na procura excedentária de moeda em relação à quantidade disponível, mas sim na ausência de produtos em quantidade suficiente para serem trocados. O aumento da procura de bens importados era uma consequência inevitável da instalação da capital no Rio de Janeiro, dado o óbvio aumento das despesas em bens de consumo e capital circulante.

“Que seria do Estado se ela [a franqueza do comércio] não existisse nesta miserável época? Donde viriam os réditos necessários à dignidade da soberania, ao sustento da força militar e à manutenção de todos os que estão no real serviço nalguma parte da administração pública?” (*ibid*, 247)

Ou seja, a presença da corte no Brasil acarretava efeitos induzidos para um acréscimo significativo das actividades económicas que só seria possível num contexto de abertura do comércio. A ironia da situação estava, precisamente, no facto de essa abertura acarretar maior autonomia e força política ao território brasileiro, pondo em causa de forma definitiva o cada vez mais precário equilíbrio com a metrópole.

Outra objecção refutada por Silva Lisboa seria a entrega aos ingleses do monopólio do comércio brasileiro, em nociva concorrência aos comerciantes

nacionais. Na verdade, tal suposta consequência negativa era apenas fruto da cobiça daqueles que, habituados a viver em situação de monopólio, perdiam os seus privilégios e garantias. O autor elabora uma acérrima defesa do princípio da concorrência como caminho para a satisfação dos interesses individuais, mas também ao serviço da opulência da nação, concluindo que “os que desejam monopólios sempre são de curtas vistas e tropeçam nos próprios passos” (*ibid*, 259).

José da Silva Lisboa admite que pudessem momentaneamente ocorrer situações de manifesta dificuldade para alguns comerciantes e produtores. Todavia, de uma forma geral, considera que a livre importação de mercadorias estrangeiras (apenas controlada pelo pagamento de direitos estabelecidos na Carta Régia) constituiria um benefício e um estímulo ao desenvolvimento da actividade económica, particularmente no território brasileiro.

Relativamente à protecção a ser dada pelo governo, considera que ela deveria ser nos domínios da pronta e recta administração da justiça, da segurança na circulação interior, da construção de estradas e depósitos, da brevidade dos despachos da administração, da correcção dos tratados de comércio. Neste contexto, também desvaloriza as pretensas objecções baseadas no abandono da protecção à indústria e marinha mercante nacionais. O seu desenvolvimento não estava em perigo, dados os efeitos desencadeados pelo acréscimo generalizado dos elementos motores da vida económica. Em contrapartida, seria nefasta qualquer política que insistisse na protecção de sectores obsoletos e não competitivos que impedissem o florescimento de actividades geradoras de benefícios.

Silva Lisboa não ignorava os argumentos e objecções que insistiam na perda económica que a metrópole europeia, ainda a braços com a situação de invadida, necessariamente teria de conhecer. Porém, a sua resposta a esta questão vai ser essencialmente política e programática, enunciada sob a forma de doutrina reinventada de um novo mas impossível império. Vale a pena seguir com atenção as suas palavras, já que elas dão conta do reencontro de Silva Lisboa com a visão ilustrada de império propugnada por D. Rodrigo de Souza Coutinho:

“O verdadeiro interesse do soberano é que as colónias sejam cordialmente unidas a seu governo e pátria comum, e que prosperem o mais possível; pois de sua íntima união e constante prosperidade depende a maior possível renda e força do Estado. A franqueza do comércio não tende a sacrificar a metrópole aos domínios ultramarinos; mas a fazer crescer as partes integrantes da monarquia pelos seus naturais meios de crescimento, e não umas à custa das outras.

Naturalmente o Brasil, em virtude daquele benefício de S.A.R., deve, com o tempo, crescer a muito alto grau de opulência, população e prosperidade, maiormente se tiver a fortuna de aí se estabelecer a corte; pois, como dizem as Sagradas Escrituras, *o Rei justo levanta a terra, e o seu olho dissipa todo o mal*. Então o império lusitano será mui respeitado na Europa, inexpugnável na América, e por extremo influente no progresso da civilização” (*ibid*, 268-69).

~ 3. José da Silva Lisboa e o ideário econômico liberal

Nos anos seguintes, José da Silva Lisboa continuaria a dar largas à sua enérgica e expressiva escrita em prol da ideia liberal, declamando a favor da franqueza da indústria (Lisboa 1810a) e da prosperidade do Estado (Lisboa 1810b). Em ambos os casos, os pretextos foram a legislação decretada pelo Príncipe Regente D. João a favor do estabelecimento de manufacturas no Brasil e pela remoção de outros entraves ao exercício pleno da liberdade económica em território brasileiro. O tom algo repetitivo das proclamações eufóricas de Silva Lisboa não pode deixar de ser considerado como elemento vital de uma estratégia de doutrinação em que a retórica persuasiva assume particular relevância. E, claro está, sempre pontuada com declarações pomposas de respeitosa fidelidade à figura do monarca:

“Tenho dito (e nunca assaz repetirei) que, pelo benefício da franqueza do comércio, que S.A.R. concedeu na imortal Carta Régia de 28 de janeiro de 1808, os habitantes deste Estado devem levantar um monumento de eterna gratidão ao mesmo augusto senhor, consagrando-lhe os justos títulos de *Salvador do Brasil* e *Libertador dos Portos*. Este monumento será o padrão indelével que destruirá para sempre a falsa glória do pérfido invasor do reino” (1810b, 437).

Esta faceta panegírica não passou despercebida aos seus contemporâneos, designadamente a um outro ilustre autor e publicista brasileiro, Hipólito José da Costa, que dedicou ao livro de José da Silva Lisboa uma oportuna recensão crítica nas páginas do então recém-criado *Correio Braziliense*. Hipólito começa, precisamente, por revelar algum incômodo pela atitude algo subserviente de José da Silva Lisboa em relação ao governo e à corte estabelecida no Rio. No entanto, Hipólito da Costa aproveita tal remoque para declarar a sua convicção nos méritos e virtudes da “liberdade de falar e escrever” e termina a sua resenha dizendo tratar-se de “um opúsculo tão útil e tão cheio de observações dignas de serem lidas por todos os compatriotas do autor” (Costa 1809, 40-41).

Na verdade, o tom da recensão é globalmente positivo e de concordância em relação às duas questões de fundo suscitadas pelo texto de Silva Lisboa. Em primeiro lugar, Hipólito não duvida da necessidade de abertura dos portos como instrumento de revitalização da economia brasileira. Em segundo lugar, também concorda com a aliança privilegiada a estabelecer com a Inglaterra e seus negociantes, afirmando de forma inequívoca que o Brasil,

“*este país nascente*, e falto de experiência, só da Inglaterra pode, nas actuais circunstâncias, aprender a organizar as suas instituições políticas, a dirigir as suas operações comerciais; a dispor e tirar vantagem dos seus recursos de finanças, etc., e por isso é muito louvável o panegírico que, em toda esta segunda parte, o autor tece à Grã-Bretanha; e seria para desejar que ele apontasse a seus compatriotas aquelas causas intrínsecas, inerentes ao governo inglês, que têm produzido tão benéficos efeitos para a nação” (*ibid.*, 39, grifado nosso).

Porque se trata de uma verdadeira recensão crítica, escrita em cima da hora e com extremo sentido de oportunidade editorial, Hipólito não podia deixar de apresentar alguns pontos de divergência em relação a Silva Lisboa. E diga-se desde já que são dois pontos que acertam em cheio na fragilidade argumentativa do futuro Visconde de Cairu. O primeiro reparo refere-se à justificação da prosperidade americana pela aceitação dos princípios da liberdade de comércio. Hipólito da Costa não deixa de assinalar que tal sucesso também se ficava a dever a medidas de carácter proteccionista que consistiam na diminuição de direitos das mercadorias transportadas em navios nacionais americanos. O segundo reparo diz respeito à não verificação de “reciprocidade alguma de vantagens entre o comércio dos negociantes brasileiros em Inglaterra e o comércio dos ingleses no Brasil” (*ibid*, 38). O redactor do *Correio Braziliense* não tinha dúvidas sobre quem era e devia continuar a ser o principal aliado dos comerciantes e produtores (luso-) brasileiros. Mas tinha clara consciência de que não era ainda chegado o momento de se poder reclamar ou pressupor a existência de reciprocidade de vantagens.

A diferença de opinião sobre o problema dos benefícios mútuos é resultado de uma visão mais pragmática e realista de Hipólito José da Costa acerca das possibilidades de triunfo dos pequenos países, quando envolvidos numa teia de relações comerciais muito competitivas à escala internacional. Para José da Silva Lisboa, em contrapartida, a rivalidade e a competitividade num mercado global não invalidavam a ideia de que o comércio envolve reciprocidade e benefícios mútuos, vantagens que são fonte de prosperidade das nações, mas também de enriquecimento dos indivíduos.

Independentemente da sua adesão arreigada ao ideário económico liberal, Silva Lisboa faz eco de uma noção bastante mais ampla e muito generalizada entre diversos autores setecentistas que viam no desenvolvimento do comércio internacional um factor de paz e harmonia entre as nações⁸. É essa ideia ilustrada do *doux commerce*, a crítica aos preconceitos de cobiça e inveja entre na-

⁸ Um panorama exaustivo sobre este assunto é apresentado em Hont 2005, I-155.

ções, que se distingue do panfletário apelo ao *laissez faire*, mas que enforma o liberalismo económico de autores como Adam Smith ou Silva Lisboa. Trata-se de uma nova visão da cidadania económica baseada no usufruto de bens, no refinamento dos costumes e na renúncia à frugalidade e à austeridade, que transporta consigo uma nova atitude em relação às virtudes cívicas da busca do interesse individual e da liberdade no funcionamento dos mercados.

Neste sentido, importa salientar que os escritos de José da Silva Lisboa, sempre servidos por abundante retórica, se inscrevem numa lógica de justificação e legitimação dos actos que o Príncipe Regente e o governo foram decretando, a fim de criar um espaço de maior abertura económica no território brasileiro. Visam convencer e persuadir a opinião pública sobre a correcção e a bondade das medidas, ao mesmo tempo que servem para fixar o quadro doutrinal e teórico que lhes confere coerência estratégica. Por outras palavras, Silva Lisboa não pretende apenas aplaudir o que estava a ser feito. Pretendia também demonstrar a existência de princípios e leis universais que guiam o nosso entendimento sobre o verdadeiro significado dos actos de legislação e de governo.

A ciência da economia política ergue-se como instrumento fundamental em todo este processo de persuasão e convencimento, que é também um processo de formação de uma esfera pública esclarecida. A este propósito, assinale-se o significativo gesto de criação de uma aula de economia política, destinada a proporcionar as luzes indispensáveis a uma boa governação. No decreto da sua instituição, de 23 de fevereiro de 1808, que é o segundo acto legislativo do Príncipe Regente D. João quando ainda se encontrava na Bahia, a regência da aula pública que funcionaria no Rio de Janeiro é atribuída a José da Silva Lisboa, por nele se reconhecerem os talentos e conhecimentos de uma ciência “sem a qual se caminha às cegas, e com passos muito lentos, e às vezes contrários, nas matérias do governo”⁹.

A reputação de José da Silva Lisboa na matéria advinha da notoriedade que granjeara após a publicação dos seus *Princípios de Economia Política* (Lisboa

⁹ Refira-se que, apesar de solenemente instituída, a aula pública de economia política não chegou a funcionar. Sobre os detalhes da história do seu fracasso, baseada nos documentos de arquivo que foi possível localizar, cf. Cardoso 2002, 153-55.

1804). No seu conjunto, o livro procura mostrar a relevância e correcção dos princípios desenvolvidos na *Riqueza das Nações*, sendo Silva Lisboa sobretudo influenciado pela mensagem de abertura económica, no sentido de uma maior liberdade de actuação dos agentes económicos individuais. É o que fica expresso na seguinte passagem:

“A simplicidade e a dignidade do sistema de Smith, entronizando o trabalho e a liberdade de cada indivíduo no manejo dos seus negócios, sem intervenção dos que exercem poder de Estado, seguram a riqueza, extirpam a preguiça e têm por base e abono a doutrina das Divinas Letras, que manda cada indivíduo seguir a economia da formiga, a qual trabalha e acumula pelo próprio interesse e previdência, sem algum externo director público” (Lisboa 1804, 92).

Para Silva Lisboa, eram justamente as situações de restrição impostas aos agentes económicos – tais como a vigência de “estancos, vínculos, bens de mão morta, embargos, taxas e outros achados de obscuros tempos” (*ibid*, 5) – que exigiam uma especial tomada de atenção por parte dos governantes e legisladores, aos quais competiria promover a aplicação das leis essenciais da economia política, definida como “a ciência e arte de prover às necessidades e comodidades de uma nação, para o fim da maior opulência dos particulares e do Estado” (*ibid*, 38). Os seus objectivos eram os de mostrar a inconveniência de toda e qualquer legislação discricionariamente impeditiva da acção económica, e de glorificar a “indústria activa, trabalho discreto, instrução franca, comércio livre”, de modo a que “se deixe a cada indivíduo livremente trabalhar, instruir e dispor em boa-fé do fruto do seu trabalho honesto” (*ibid*, 29).

Em função de tais objectivos, nitidamente inspirados num ideário de liberalismo económico, define o autor um conjunto de princípios de economia política cuja essência se poderá aglutinar nos seguintes postulados: segurança da propriedade e da liberdade individuais garantida pelo soberano, a quem igualmente compete a manutenção e a propagação da moralidade e da instrução pública; distribuição das actividades de acordo com a escolha espontânea dos in-

divíduos; incentivo do trabalho produtivo e promoção do crescimento dos fundos anualmente acumulados.

Enquadrando estes princípios, José da Silva Lisboa não poupa as sistemáticas referências a uma acção não interventora do Estado, reafirmando que “o soberano deve exercer antes um poder puramente tutelar, e de benéfica influência [...], do que autoridade compulsória e de direcção imediata” (*ibid*, 59).

Para enfatizar as suas convicções de feição liberal, recorre insistentemente ao exemplo dado por Adam Smith e por alguns dos seus seguidores e divulgadores europeus. E ao mérito da *Riqueza das Nações* contrapõe a menoridade, quer da anterior obra dos fisiocratas e de James Steuart, quer da crítica de autores posteriores. Saliente-se que nestas passagens do seu livro Silva Lisboa revela um invulgar conhecimento da literatura económica coeva produzida no exterior, conhecimento esse que viria a evidenciar e testemunhar ao longo da sua carreira literária.

Todos os seus argumentos pró-smithianos confluem no capítulo final, destinado a enaltecer a “exacção filosófica e ortodoxia política das doutrinas de Smith” (*ibid*, 191), e essa extrema exaltação panegírica é bem patente no seguinte excerto:

“Com Smith, que abrangeu tudo quanto havia de bom e seguro na navegação do atlântico económico, teremos sábio palinuro, prumo certo e exacta carta de marear, para se poder proejar em todos os rumos e direcções da indústria, para o maior cúmulo possível de opulência e prosperidade da nação. Os obstinados e atrasados, que não se quiserem desmamar do primeiro leite, ficarão raquíticos e em perpétua atrofia” (*ibid*, 199).

~ 4. O liberalismo económico e a ordem política da monarquia imperial

O entusiasmo com que José da Silva Lisboa caucionou alguns dos mais sagrados preceitos da ideologia de liberalismo económico não significou, de modo algum, idêntico ou convergente fervor na aceitação de princípios libe-

rais em matérias relativas à organização política da monarquia imperial. Na pública consagração que dedicou aos êxitos proporcionados pela incontestada figura de D. João VI, escreveu no seu habitual tom panegírico:

“Os benefícios que mostram espírito superior, e iluminada política, dos príncipes destinados a bem-aventurar seus Estados são os actos que manifestam a constante solicitude de manter ilesa a religião, segura a ordem civil, respeitada a dignidade da Coroa, firme a independência nacional, imóvel a integridade do Império, sólidos os sistemas do bem público, progressivos os melhoramentos da sociedade” (Lisboa 1818, 7-8).

Aplaudindo o restabelecimento das ordens honoríficas em território brasileiro, congratulou-se com o facto de assim se “ter colhido o fruto de tão benéfica prudência, exterminando dos entendimentos as ilusões democráticas, e dirigindo o amor da nobreza para os dignos objectos, mantendo a todas as classes na dourada cadeia da subordinação, para sempre ter em vista a pirâmide monárquica” (*ibid*, 87-88). De forma transparente, Silva Lisboa expressa a sua convicção acerca da necessidade de preservação dos equilíbrios sociais e políticos essenciais à manutenção da ordem do Império e das suas formas de existência no plano da representação simbólica¹⁰.

É essa mesma convicção que, nas vésperas da independência, o leva a exaltar o pensamento de Burke e as suas bem fundadas críticas às “cruas teorias de especuladores metafísicos, ou maquiavelistas, que têm perturbado ou pervertido a imutável ordem social, estabelecida pelo eterno Regedor do Universo” (Lisboa 1822, v).

Um outro sinal visível do pragmatismo e da prudência política que induzem Cairu a tomar posição em favor do regime monárquico ilustrado é dado pelo modo como expressa, nos debates do Senado brasileiro no final da década de 1820, a sua posição de apoio ao regime de morgadio e ao

¹⁰ Sobre este assunto, cf. o detalhado estudo de Malerba 2000.

direito de primogenitura. Trata-se de uma matéria que claramente revela o alinhamento político do Visconde de Cairu e a sua intransigente defesa de privilégios de grupos sociais em perda gradual de importância na nascente nação política brasileira¹¹.

A oposição a qualquer lampejo político liberal constituía, por conseguinte, o indispensável contraponto da estabilidade e segurança requeridas pela vontade de concretização dos “melhoramentos da sociedade”. Melhoramentos e reformas que Silva Lisboa advogava e para os quais se socorria da legitimidade da ciência da economia política e do respectivo enquadramento doutrinal, fundado em ideais de franqueza e liberdade.

A ideia liberal presente na abertura dos portos – pela qual José da Silva Lisboa muito pugnou e em cuja defesa investiu muito do seu labor intelectual, durante a fase inicial da presença da corte do Príncipe Regente no Brasil – não foi transposta para outras dimensões do exercício da liberdade, designadamente no campo político. Um partidário do liberalismo económico não tinha de ser, inevitavelmente, um doutrinador do liberalismo político. Esse aparente paradoxo é um adicional sinal da riqueza que reveste o estudo de um período crucial para o entendimento do sentido do império luso-brasileiro nesses anos cruciais que medeiam entre 1808 e 1822. Um período que é, afinal, momento decisivo para a compreensão do sentido da história trilhada pelos nossos países.

~ Referências

- AGUIAR, Manuel Pinto, 1960. *A Abertura dos Portos. Cairu e os Ingleses*. Salvador: Livraria Progresso Editora.
- ALEXANDRE, Valentim, 1993. *Os Sentidos do Império. Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*. Porto: Edições Afrontamento.

¹¹ Sobre este tema cf. Pereira e Pereira 2006. Sobre o aparente paradoxo entre a visão avançada de Cairu em matéria de liberdade económica e a sua posição retrógrada em assuntos relativos à organização social e política, cf. Schultz 2001, 197-207.

- ALMODEVAR, António, 1993. Introdução a José da Silva Lisboa, *Escritos Económicos Escolhidos (1804-1820)*. Lisboa: Banco de Portugal. (Colecção de Obras Clássicas do Pensamento Económico Português).
- CARDOSO, José Luís, 2001. Nas malhas do império: a economia política e a política colonial de D. Rodrigo de Souza Coutinho. In José Luís Cardoso (ed.), *A Economia Política e os Dilemas do Império Luso-Brasileiro (1790-1822)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 65-109.
- CARDOSO, José Luís, 2002. O liberalismo económico na obra de José da Silva Lisboa. *História Económica e História de Empresas*, Vol. V:I, 147-164.
- CARDOSO, José Luís, 2007. A transferência da corte e a abertura dos portos. Portugal e Brasil entre a Ilustração e o liberalismo económico. In Luís Valente de Oliveira e Rubens Ricupero (eds.), *A Abertura dos Portos*. São Paulo: Editora Senac (no prelo).
- CARDOSO, José Luís, 2008. A abertura dos portos no Brasil em 1808: dos factos à doutrina. *Ler História* (no prelo).
- COSTA, Hipólito José da, 1809. Primeira obra impressa no Brasil. *Correio Braziliense*, Vol. II, Maio de 1809, 474-77 e Vol. III, Julho de 1809, 49-56. Reproduzido in Barbosa Lima Sobrinho, *Antologia do Correio Braziliense*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Cátedra, 1977, 32-41.
- EÇA, Vicente Almeida d', 1908. *A Abertura dos Portos do Brasil*. Lisboa: Livraria Férein.
- HONT, Istvan, 2005. *Jealousy of Trade. International Competition and the Nation-State in Historical Perspective*. Cambridge MA and London: Harvard University Press.
- LISBOA, Bento da Silva, 1839. José da Silva Lisboa, Visconde de Cayru. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Vol. I:3, 238-46.
- LISBOA, José da Silva, 1804. *Princípios de Economia Política para Servir de Introdução à Tentativa Económica do Autor dos Princípios de Direito Mercantil*. Lisboa: Imprensa Régia. In Lisboa 1993, Tomo I, 1-121.

- LISBOA, José da Silva, 1808-9. *Observações sobre o comércio franco do Brasil*. Rio de Janeiro: Impressão Régia. In Lisboa 1993, Tomo I, 185-320.
- LISBOA, José da Silva, 1810a. *Observações sobre a franqueza da indústria e estabelecimento de fábricas no Brasil*. Rio de Janeiro: Impressão Régia. In Lisboa 1993, Tomo I, 321-423.
- LISBOA, José da Silva, 1810b. *Observações sobre a prosperidade do Estado pelos liberais princípios da nova legislação do Brasil*. Rio de Janeiro: Impressão Régia. In Lisboa 1993, Tomo I, 425-72.
- LISBOA, José da Silva, 1818. *Memória dos Benefícios Políticos do Governo de El-Rei Nosso Senhor D. João VI*. Rio de Janeiro: Impressão Régia.
- LISBOA, José da Silva, 1822. *Extractos das Obras Políticas e Económicas do Grande Edmund Burke*. Segunda edição mais correcta. Lisboa: Nova Impressão da Viúva Neves e Filhos [1.^a edição: 1812].
- LISBOA, José da Silva, 1993. *Escritos Económicos Escolhidos (1804-1820)*. Lisboa: Banco de Portugal, Tomos I e II. Introdução e direcção de edição de António Almodovar (Colecção de Obras Clássicas do Pensamento Económico Português).
- MALERBA, Jurandir, 2000. *A Corte no Brasil. Civilização e Poder no Brasil às Vésperas da Independência (1808 a 1821)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- MORAES, Rubens Borba, 1993. A Impressão Régia do Rio de Janeiro: origens e produção. In Ana Maria de Almeida Camargo e Rubens Borba de Moraes (eds.), *Bibliografia da Impressão Régia do Rio de Janeiro (1808-1822)*. São Paulo: Edusp/Livraria Kosmos Editora, Vol. I, XVII-XXXI.
- PAIM, António, 1968. *Cairu e o Liberalismo Económico*. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro.
- PEREIRA, José Flávio e Pereira, Lupércio António, 2006. Instituições jurídicas, propriedade fundiária e desenvolvimento económico no pensamento de José da Silva Lisboa. *História* (São Paulo), Vol. 5:2, 192-213.
- PINHO, Wanderley, 1961. *A Abertura dos Portos. Cairu. Os Ingleses. A Independência*. Salvador: Publicações da Universidade da Bahia.

- ROCHA, António Penalves, 1996. *A Economia Política na Sociedade Escravista*. São Paulo: Editora Hucitec.
- ROCHA, António Penalves (ed.), 2001. *José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu*. São Paulo: Editora 34 (Coleção Formadores do Brasil).
- SCHULTZ, Kirsten, 2001. *Tropical Versailles: Empire, Monarchy, and the Portuguese Royal Court in Rio de Janeiro, 1808-1821*. London and New York: Routledge.
- SILVA, Andrée Mansuy-Diniz, 2002-2006. *Portrait d'un Homme d'État: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares 1755-1812*. Lisboa e Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, Vol. I (Les années de formation, 1755-1796) e Vol. II (L'homme d'État, 1796-1812).
- VIANNA, Hélio, 1950. O Brasil, sede da monarquia portuguesa. A abertura dos portos e a economia brasileira. Política interna de D. João e seus ministros. *O Instituto*, Vol. II4, II7-46.

Portugal e a Ciência na viragem dos séculos XVIII e XIX

≡ BRASIL E HISTÓRIA NATURAL

MIGUEL TELLES ANTUNES

Dois séculos estão a passar desde 27 de novembro de 1807. A Rainha, o Príncipe Regente e mais a Família Real partiam para o Brasil, frustrando o essencial dos objectivos estratégicos definidos por Napoleão e cuja realização era da responsabilidade do Comandante das forças francesas invasoras, General Andoche Junot.

- Um, primeiro dentre todos, a conquista de Portugal e o fecho dos portos à navegação da Grã-Bretanha.
- Outro, a destituição dos Braganças (Fig. 3), forçando o Regente a sancionar juridicamente o que pretendia a França, Imperial e imperialista.

Deixava-se aberto o caminho para reestruturações da Península Ibérica, pelo menos desta parte, com a partição de Portugal em três fragmentos, dois dos quais já tinham titular indigitado. O do Sul se-

O Académico Miguel Telles Antunes é licenciado em Ciências Geológicas, Doutor em Geologia pela Universidade de Lisboa. É sócio efetivo e diretor do museu da Academia das Ciências de Lisboa. *Full Member* da European Academy of Sciences, Arts and Humanities, Membro da International Commission on the History of Geological Sciences, da UNESCO, diretor da revista *Ciências da Terra*, etc. É de *O Neocretácico e o Cenozóico do Litoral de Angola/Estratigrafia e Faunas de Vertebrados*, entre outros.



Fig. 1 – Apresentação, logótipo da Academia das Ciências de Lisboa.

ria um Principado para Manuel Godoy, Chefe do Governo espanhol conivente. Ou para outras combinações e arranjos, até porque, dentre os napoleónicos, havia quem quisesse ser Rei de Portugal: insistiu-se no cunhado do Imperador, o Marechal Murat, mas o próprio Junot apontava nesse sentido.

Outro objectivo, também da máxima importância, era a tomada da armada portuguesa. Estamos a tratar de pouco após a tremenda derrota naval das esquadras aliadas, francesa e espanhola, em Trafalgar, frente à esquadra britânica comandada por Nelson, em 1805. Renovada pela acção eficiente dos sucessivos ministros Martinho de Mello e Castro e Rodrigo de Sousa Coutinho, comportava dezenas de unidades, incluindo naus de grande porte e excelente cons-

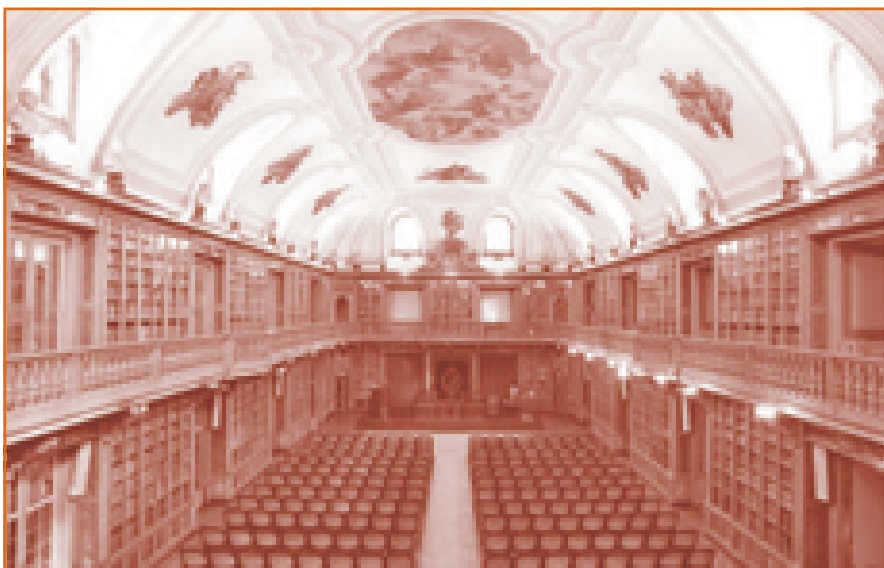


Fig. 2 – Academia das Ciências de Lisboa, Salão Nobre.

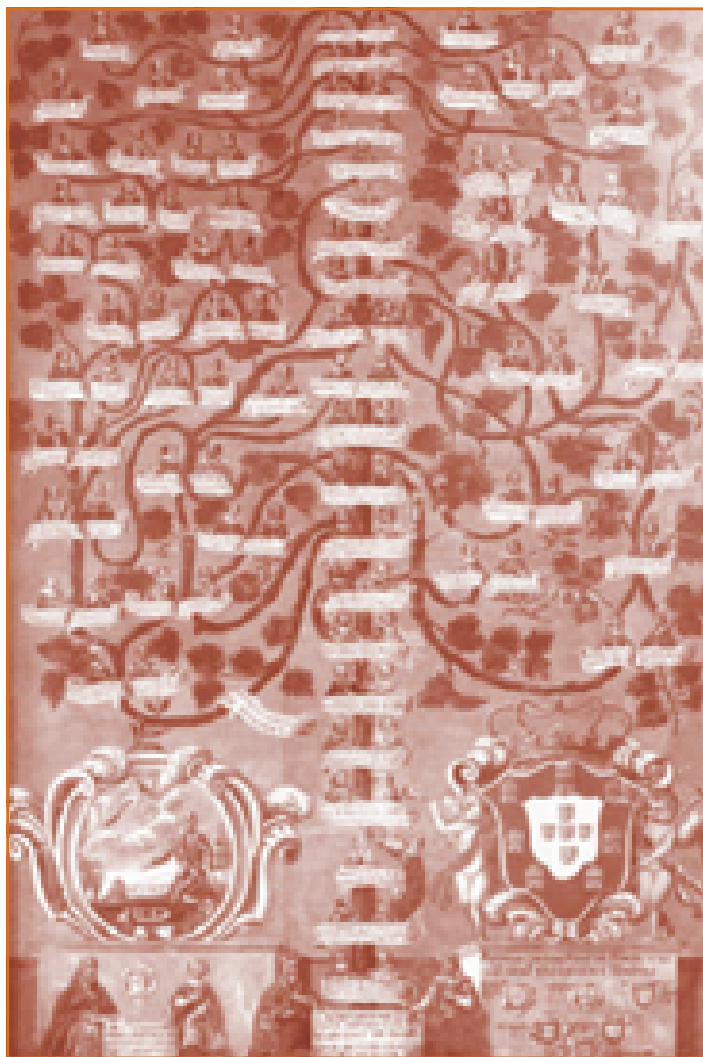


Fig. 3 – Genealogia dos Reis de Portugal até D. José I e suas filhas, incluindo a futura Rainha D. Maria I, então Princesa do Brasil, segundo quadro na ACL, sem data mas entre 1750 e 1760.

trução (Fig. 4): seria a terceira da Europa, apenas superada pela mais forte, a inglesa, e pelos restos das armadas francesa e espanhola aliadas. Reforço precioso para Napoleão, portanto.



Fig. 4 – Nau Príncipe Real com a esquadra de Nelson no bloqueio ao Porto de Nápoles; veio a levar a Rainha e o Regente para o Brasil. Museu da Marinha, Lisboa.

Aconteceu que unidades portuguesas cruzaram o Tejo em situação vulnerável perante a importante esquadra russa comandada por Siniavin, aí estacionada. Ora, fora entretanto celebrado o Tratado de Tilsit (1807), que congregou Napoleão com o Tsar de Todas as Rússias. Devido à reviravolta das alianças, a esquadra russa, que havia cooperado com a britânica no Mediterrâneo, via-se na situação de se virar contra o antigo aliado, favorecendo a França. Porém, os russos limitaram-se a prestar honras militares aos navios portugueses que partiam para o Brasil; para esta prática favorável a Portugal não terá sido alheia, dissipando escrúpulos do Almirante, a oportuna entrega de um saquinho de diamantes enviado pelo Regente...

Objectivos franceses frustrados, frustradíssimos. D. João de Bragança salvou Portugal, seguindo por fim o parecer dos mais destacados membros do

“partido inglês”, com Sousa Coutinho em destaque. Isto apesar de diligências de afrancesados como o Conde da Barca, expedidor de mensagens patéticas pretendendo negociar com Junot quando este estava a dois passos de Lisboa e com a conquista de Portugal assegurada.

De uma vez aconteceram as duas coisas, a partida da Família Real, de alguns milhares de pessoas, e a da armada portuguesa em peso, acompanhada por numerosos navios mercantes. Tudo chegou ao Brasil. Apenas ficaram em Lisboa três navios avariados. Junot falhara rotundamente.

O estabelecimento da corte no Rio de Janeiro teve consequências profundas. Representou uma aceleração do desenvolvimento do Brasil, entretanto erigido em Reino. A ideia imperial desenhava-se nitidamente. O estatuto de Colónia estava, de facto, ultrapassado, mesmo antes da Independência.

Não foi, porém, o início do desenvolvimento. O Brasil havia-se tornado o principal território português, e o Rio de Janeiro, a capital. Era o destino fundamental da emigração portuguesa. Muito menos gente partia para o Oriente, cujo interesse económico decaía, embora ainda fosse significativo. Mantinha-se intacto, todavia, o seu valor simbólico.

Poucos portugueses iriam para África, assolada por doenças que muitas vítimas causaram entre europeus. Iam degredados, a quem havia sido poupada a morte no patíbulo em troca de situações de grande afastamento com riscos de doenças.

Quanto ao Brasil, o seu incremento deve-se à governação no reinado de D. Maria I, sobremaneira notável por ter estabelecido um clima de tolerância e de moderação. Preferia a paz à guerra, e não apoiava a pena de morte. Em tudo isto se afastou radicalmente da feroz ditadura pombalina.

Reformas, havia-as feito o Marquês de Pombal, algumas de carácter progressista. Porém... reformas não têm asas para voar se não forem implementadas por gente competente. Com D. Maria I, muito da inteligência portuguesa que havia sido compelida a emigrar voltou e muito contribuiu para fazer evoluir o país. Intenso fomento agrícola, industrial e das vias de comunicação, entre outras medidas, representou um enorme salto quantitativo e qualitativo.

A conjuntura internacional ficou marcada por conflitos que afectavam a Grã-Bretanha, sobretudo o processo de independência dos Estados Unidos. Era favorável a Portugal do ponto de vista económico. A neutralidade portuguesa, colaborante com os americanos mas sem romper laços com a Grã-Bretanha, somada às dificuldades comerciais da França e Holanda bem como ao notável incremento das relações económicas com a Rússia e outros países, redundou em balanças comerciais positivas. Coisa que há muito não se via. Foi espectacular o incremento de exportações portuguesas, como vinhos, sal, citrinos, etc. Portugal “inundou” de vinho a Grã-Bretanha, aproveitando a liquidação da concorrência dos vinhos franceses. Responde pelo sucesso a dispensa de importações, substituídas por produção local, tal como ocorreu com diversos tecidos, seda, arroz e outros itens, a par de serviços prestados ao tráfego marítimo e à venda de produtos asiáticos e americanos.

Pombal havia renovado a Universidade de Coimbra, única após a extinção *de facto* da Universidade de Évora (Fig. 5). Isto, mesmo se alguns Mestres apontassem graves deficiências, ao ponto de cuidarem perder aí o seu tempo e diligenciarem estabelecer-se em Lisboa: são exemplos notáveis Domingos Vandelli, José Bonifácio de Andrada e Silva, Félix de Avellar Brotero.

Mau grado a repressão pela Inquisição e pela Polícia, que lutavam contra a implantação de ideias tidas por subversivas, a Universidade propiciava condições de discussão e difusão de ideias. Sopravam ventos novos, de carácter revolucionário. Para mais, a difusão de ideias decorria não só de relatos de viajantes, mas, de modo sistemático, de agentes e instituições de aparência particular e, mesmo, sob patrocínio directo do Ministère des Affaires Étrangères de Paris. Procurava-se exportar a Revolução, cujos ideais iam seduzindo muitos. Ao mesmo tempo, ampliava-se o poder da França.

Para defesa do Antigo Regime, mas também porque não era nada simpática a evolução da Revolução Francesa para uma brutalidade monstruosa, desencadeavam-se medidas repressivas. Em particular as implementadas pelo Intendente Pina Manique, condenado por uns pela actuação política, louvado por outros pela extraordinária obra social que legou.



Fig. 5 – Colégio do Espírito Santo, Universidade de Évora: brasão do Rei Cardeal-Arcebispo, D. Henrique, encimado pelo emblema da Companhia de Jesus (IHS). A Universidade paralisou por falta de professores após a expulsão dos jesuítas.

Por outro lado, e aproximamo-nos do centro da temática em causa, estava a constituir-se com base na Universidade uma verdadeira elite de naturais do Brasil, que veio a prestar serviços relevantes para o progresso das Ciências e Tecnologias, para não falar do Direito e de outras áreas. E não apenas no concernente ao Brasil, pois, em escala e com resultados desiguais, abrangeram desde Cabo Verde à Índia.

Tantos avanços? Como foram custeados? Continua a repetir-se o chavão simplista do ouro do Brasil remetido para Portugal. Teria pago tudo ou quase. Em contraste com muita coisa que tem sido ensinada, a maior parte do ouro do Brasil ficou no Brasil, ao menos primariamente – ainda que gastos sumptuários de gente que aí vivia lhe possam ter dado outros destinos. O magnífico património barroco brasileiro representa dispêndio elevadíssimo. Importa analisar o caso, mesmo que não passe de uma tentativa menor de divulgar a verdade a contrapor-se à intoxicação prevalecente entre o público.

É facto que o “centro de gravidade” económico de Portugal se deslocou. Primeiro, pesou mais a África, depois o Oriente. Não obstante, pouco após a descoberta, despontavam no horizonte as Terras de Santa Cruz, graças a madeiras preciosas, sobretudo o pau-brasil.

Brasil e regiões de África com economias complementares, Costa da Mina, S. Tomé e Angola, assumiam papel cada vez mais relevante, ultrapassando o Oriente. Cerca da década de 1620, citando Oliveira Marques (Marques, 1972: 438):

“A Rota do Cabo, eixo da estrutura económica, deixara de constituir a fonte principal da prosperidade e das receitas. O tráfico português entre Lisboa e a Índia reduzira-se a menos de um terço desde 1580: as especiarias asiáticas, o ouro africano e muitos outros produtos chegavam agora à Europa também a bordo de navios holandeses e ingleses”.

O açúcar, importante produto brasileiro, era vendido da Grã-Bretanha à Rússia, aos Estados italianos, e outros. Foi determinante dos pontos de vista económico e político; financiou o equipamento das forças portuguesas necessário em consequência da aclamação de D. João IV, em 1640. O açúcar continuou a pontificar, mesmo após o advento da exploração do ouro, até decair por perda de mercados quando a Grã-Bretanha, Holanda e França passaram a produzi-lo nas Índias Ocidentais.

A economia de Portugal acompanhou o que acontecia a nível global. Desde fins do século XVII ao início do XIX tendia a manter-se o défice da balança comercial com o parceiro principal, o Reino Unido. No entanto, durante o reinado de D. Maria I e a governação do Príncipe Regente, passou a ser cada vez mais relevante a exportação de produtos *produzidos no Portugal europeu*, o que geralmente é subestimado – vinhos, do Porto e muitos outros, sal, azeite, citrinos, a par de produtos ultramarinos como o açúcar, tabaco, algodão, etc. Medidas proteccionistas, exploração mineira e desenvolvimento industrial concorreram para significativa melhoria. O comércio externo prosperava.

Desde fins do século XVII passaram a ser recebidas remessas de ouro do Brasil. Passou a reverter para os cofres do Estado, por aplicação da antiga lei medieval, o imposto do *quinto da Coroa*, ou seja, 20% da produção *manifestada*.

A corrida ao ouro foi motor de muita emigração para o Brasil, desencadeando conflitos sangrentos entre antigos e novos colonos, os “emboabas”. É difícil contabilizar tudo o que diz respeito ao ouro, pela disparidade dos dados disponíveis e pela falta de outros. Para mais, a produção no Brasil foi em grande parte clandestina, escapando a todo o controlo. O contrabando foi enorme, no Brasil e na Europa, e cito Veríssimo Serrão (Serrão, 1980: 310): “Muito ouro que vinha para o Reino era objecto de contrabando e muitas vezes, por meios obscuros, levado para o estrangeiro”.

Muito ouro foi amoedado, a maior parte em Minas Gerais e Rio de Janeiro, ou fundido em barras, em várias localidades. Cunhagens limitadas tiveram origem na

Bahia, Pernambuco e Lisboa, neste caso com ouro nem todo do Brasil. Nem por isso cessou o contrabando, até porque a relativa escassez de numerário divisionário de prata e de cobre levava a usar ouro em pó como meio de pagamento.

Segundo Vitorino Magalhães Godinho (em Serrão, 1980: 310), chegaram entre 1712 e 1730 as seguintes cargas de ouro (Fig. 6):

É óbvio o decréscimo após o apogeu, cerca de 25 toneladas, em 1720, aos dezasseis anos do longo reinado de 44 anos de D. João V. As receitas em ouro caíram para cerca de um terço, e continuaram a cair. Daí as tentativas de cobrar contribuições previamente fixadas, o que se saldou em descontentamento e revolta em Minas Gerais.

Anos	Peso (Kg)	Peso (Kg), média anual
1712	14.500	
1713	7.200	
1714	9.000	
1715	12.400	
1716	3.000	
1717	1.000	
1718	7.500	
1719	7.500	
1720	25.000 (máximo)	
1721	11.500	
$\Sigma = 10$	$\Sigma = 98.600$	9.860
1722	11.500	
1723	6.000	
1724	4.000	
1725	2.000	
1726		
1727		
1728	$\Sigma = 6.000 \text{ a } 8.000$	
1729		
1730		

Fig. 6 – Cargas de ouro do Brasil chegadas a Lisboa no reinado de João V.

O apogeu corresponde naturalmente a um máximo de produção, sobretudo em Minas Gerais. A fartura de ouro permitiu cunhar moedas espetaculares, os dobrões de Minas (Fig. 7), excedendo 53 gramas, em emissões que apenas foi possível manter entre 1724 e 1727. Também relacionado está o lançamento, em 1722, da magnífica série com o retrato do rei por Francisco Vieira Lusitano, gravado por Antoine Mengin (Fig. 8). A dobra de 8 escudos, com cerca de 28.6 gramas, uma onça, saiu entre 1724 e 1733; a diminuição das quantidades de ouro disponíveis fez terminar a sua produção.

Vejamos alguns dados estatísticos das cunhagens de ouro a partir de 1 de janeiro de 1752, reinando D. José I. Por se tratar da moeda básica, con-



Fig. 7 – Dobrão de Minas, anverso e reverso, com valor facial de 20 000 reis mas cotação superior.



Fig. 8 – Dobra de 24 escudos, a maior moeda portuguesa de sempre (ca. de 86 gramas de ouro), cunhada em Lisboa em 1731. Os raros exemplares eram utilizados como oferta por D. João V.

sideraremos apenas a peça de 4 escudos, com 14.34 gramas de ouro 916% (Figs. 9 e 10); com efeito, moedas divisoras foram produzidas em muito menor quantidade, o que, conjugado com o peso inferior, lhes retira significado estatístico.

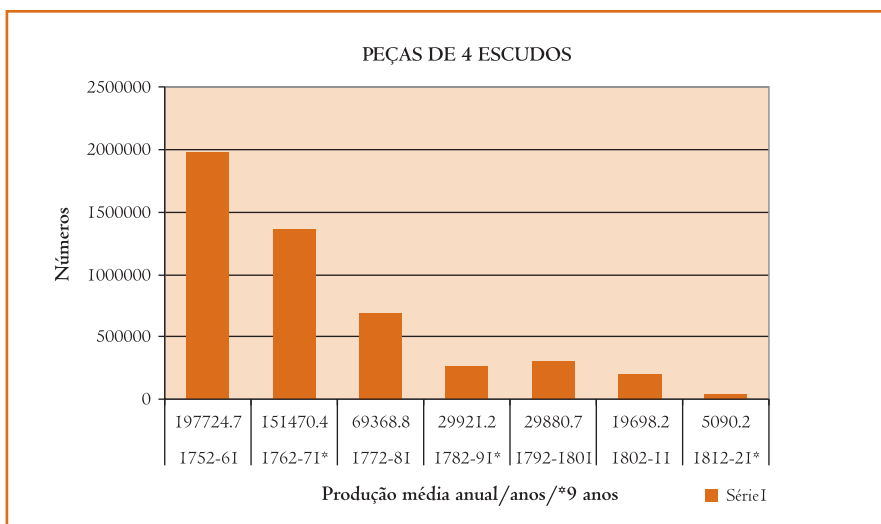


Fig. 9 – Produção da moeda básica de ouro, a peça de 4 escudos. Dados oficiais acerca das peças de ouro cunhadas de 1752 a 1822 segundo Ferraro Vaz (1948: 227-228).

Decénios	N.º total de peças	Média anual	Peso correspondente (g)
1752-1761	1 977 247 ➡	197 724.7 ➡	28 353 721 ➡
1762-1771*	1 363 234 ➡	151 470.4 ➡	19 548 775 ➡
1772-1781	693 688 ➡	69 368.8 ➡	9 947 486 ➡
1782-1791	269 291 ↗	29 921.2 ➡	3 861 633 ➡
1792-1801*	298 807 ➡	29 880.7 ➡	4 284 892 ↗
1802-1811	196 982 ➡	19 698.2 ➡	2 824 722 ➡
1812-1821*	45 812	5 090.2	656 944
69 anos	4 845 061	—	69 478 174

Fig. 10 – Médias por decénio do número de peças de 4 escudos (emitidas em Lisboa, Rio de Janeiro e Bahia até 1822). Houve anos em que não foi registada produção, provavelmente contabilizada no ano seguinte; (*) só em 9 anos.

O número de peças produzidas no último período *foi de apenas 2.3% do inicial!* Só não vê quem quiser ser cego. Citando Veríssimo Serrão (Serrão, 1982: 384):

99

“... a produção de ouro do Brasil começou a descer no quinquénio de 1755 a 1759 e assim se manteve até 1775. A baixa acentuou-se ainda mais nos primeiros 10 anos da realeza de D. Maria, segundo o cômputo de Virgílio Noya Pinto”.

Sobretudo no século XIX, historiadores portugueses interessados em denegrir a Dinastia de Bragança sublinharam os aspectos convenientes para as suas opiniões – com manipulação e distorção, com boa-fé ou sem ela. Exageraram aspectos sumptuários no reinado de D. João V. Jaime Cortesão (em Serrão, *ibid.*: 312) mostrou realidade bem diversa:

“188 ou 200 ou 450 milhões de cruzados teriam custado as loucuras do monarca!... Comparem-se estes cômputos com os quase modestos 104 milhões de cruzados que renderam o ouro e os diamantes nos 44 anos do reinado, menos que a menor daquelas somas, e concluamos que, poucas vezes, a história se haverá escrito com mais acerba paixão e insensatas hipérboles”; “O ouro do Brasil contribuiu para o fausto da realeza. Mas tal não permite considerar pródigo D. João V, uma vez que o dinheiro foi aplicado, em grande parte, em obras, projectos e alianças de que resultou benefício para o reino” (Serrão, 1980: 312).

As despesas joaninas muito contribuíram para o prestígio internacional do país, num contexto em que os outros países procuravam fazer o mesmo. Ajudaram, e muito, o desenvolvimento da instrução. Entre investimentos, directos e indirectos, contam-se: a magnífica Biblioteca joanina da Universidade de Coimbra; a criação da escola e da portentosa Biblioteca do Convento de Mafra, bem como da escola excelente do Convento de Nossa Senhora das Neces-

sidades, em Lisboa, cometida à Congregação do Oratório, cujos membros – os que não tiveram de fugir para o estrangeiro – Pombal viria a proibir que pregassem e ensinassem; a criação da Real Academia Portuguesa da História; melhorias na Marinha e criação de infra-estruturas. Foram financiadas obras no Brasil, dotando-o de património de valor inestimável.

Ouro em moeda, em barra e em pó teve por destino a Europa – Portugal e outros países. Aí, também, foi alvo de contrabando e fundição para exportação ilegal, sobretudo para a Grã-Bretanha, que foi o maior beneficiado graças ao comércio, legal ou não. Durante a primeira metade do século XVIII, Portugal importava muito mais do que exportava. O desequilíbrio da balança comercial resultava em défice, pago em ouro: naquele país, surgiu o neologismo “*moydorre*”, derivado do português “moeda de ouro”. Grande parte do ouro provinha do Brasil, mas houve contributos de ouro africano. Não tanto do Oriente: na Índia, onde continuou a cunhar-se ouro, a cotação era superior à vigente na Europa. Por isso, quem regressava a Portugal tinha toda a vantagem, não em trazer ouro, mas em comprar especiarias e outras mercadorias valiosas, vendidas com lucro elevado na Europa (Fig. II).



Fig. II – D. Maria I, moedas de ouro de 1793, aversos e reversos: peça de 4 escudos, Rio de Janeiro, ca. de 14.3 g; e 12 xerafins de Goa, ca. 4.5 g. Contrastes técnicos (respectivamente, cunhagem por balancé e moeda batida) e de sistema monetário.

Quanto à Inglaterra, os balanços anuais foram, segundo Oliveira Marques (1972: 526) (Fig. 12):

Anos	Balanços (£)
1705-1715	– 389 000
1716-1730	– 441 000
1731-1750	– 769 000
1750-1754	– 825 741
1755-1759	– 1 044 081
1760	– 1 015 660
1761	– 1 061 049 (inflexão resultante da política económica do Marquês de Pombal)
1762-1766	– 537 415
1767-1771	– 250 607
1772-1776	– 233 372
1777-1779	– 203 637
1780	+ 41 012
1781-1784	– 269 745
1785-1789	– 143 092
1790-1792	+ 200 000 (pouco menos)
1793	– ? (défice, mas desconhecido)
1794-1795	+ ? (saldos positivos, mas desconhecidos)

Fig. 12 – Balança comercial entre Portugal e o Reino Unido (D. João V a D. Maria I).

Os saldos do comércio externo mantiveram-se positivos entre 1796 e 1809, excepto em 1797 e 1799. A inversão do desequilíbrio foi conseguida *sem contributo significativo do ouro do Brasil, agora irrelevante, mas outrossim ao grande incremento das exportações do Portugal europeu*, essencialmente em resultado da política prosseguida pelos governos de D. Maria I e do Príncipe Regente, aproveitando a conjuntura internacional.

A situação económica favorável, em boa parte resultante da rivalidade e guerra entre a França e a Grã-Bretanha, permitia mais investimentos em trabalho científico.

Ora, há muito que se faziam sentir pressões sobre os territórios ultramarinos de Portugal. No concernente ao Brasil, estiveram envolvidas a França, Holanda e Espanha. Apesar das dificuldades, Portugal manteve no essencial as suas posições, criando na América do Sul um só país, enorme e com grandes potencialidades.

No século XVIII, desenvolvia-se aceleradamente o conhecimento científico. O progresso era evidente, no caso da História Natural e noutros. Assim aconteceu, em grande parte devido a expedições a longínquas regiões.

Os territórios portugueses, mau grado trabalho válido, estavam longe de serem bem conhecidos. Isto servia de pretexto a desejos de autorização de expedições que, todavia, não serviam só a Ciência. Deram cobertura a reconhecimentos com consequências económicas e políticas, incluindo a propagação de ideais – nobres para uns, subversivos para outros. No fundo, tentativas de colonização científica abrindo caminho a outras.

Não é por acaso que, numa instituição muito influente e de valor elevadíssimo entre as congéneres como o Muséum National d'Histoire Naturelle de Paris, foi invocada a falta de dados científicos e colecções do Brasil e a impossibilidade de aí serem enviadas expedições como argumento para a sua obtenção no Real Museu da Ajuda; o que, além de razões de ordem política, foi claramente invocado como pretexto para a invasão de Portugal.

Portugal e especialmente o Brasil eram, há muito, alvo de interesses de outros. A situação era, de facto, deveras fechada. Mas, também, era atitude compreensível por parte das autoridades portuguesas, já que as intenções não se limitavam à Ciência: não sejam ingénuos, eram também interesseiras, desestabilizantes, ou poderiam vir a sê-lo. França e Holanda eram exemplos.

Diferente foi a actuação da Grã-Bretanha. Nem sequer tentava a conquista, desnecessária porque a situação lhe era altamente vantajosa. Obtinha, assim mesmo, fartos proventos.

Era incontornável a necessidade de ampliar conhecimentos. Pressões externas e a imagem de atraso convergiam no sentido da adopção de uma política mais esclarecida. Contudo, as opiniões eram múltiplas. O ideário subjacente à

Revolução Francesa ia-se difundindo apesar da repressão pela Inquisição, Mesa Censória e pela Polícia dirigida por Pina Manique. Novas ideias ganhavam adeptos. Para isso concorreram pessoas, instituições várias, a Maçonaria. Multiplicavam-se os “afrancesados”.

Pretendia-se acabar com o sistema antigo e suas desigualdades enormes, substituindo-o e implementando uma avassaladora onda de progresso e de justiça. Muitos aderiram por ideologia, embora também por outros interesses, como sempre acontece em movimentações humanas de tamanha amplitude.

Uns não passaram de simples colaboracionistas. Não pareciam – ou não queriam – ver a realidade de uma França imperial e imperialista, afectando os demais estados por intimidação, absorção, aliança em posição hegemónica, fragmentação, ocupação e repressão. Contudo, as repressões que condenavam eram as de Pina Manique ou da Inquisição; não as da revolução, mesmo se acompanhada por um extraordinário cortejo de violência, brutalidade, abuso de toda ordem e injustiça extrema. Pareciam outrossim alheios às repressões consequentes do imperialismo nascente.

Os governos procuravam afastar as ameaças. Para isso não bastava proibir. Havia que colmatar lacunas, organizando expedições, conforme bem compreenderam – e empreenderam – o ministro Martinho de Mello e Castro (Fig. 13) e seu sucessor, Rodrigo de Sousa Coutinho (Fig. 14).



Fig. 13 – Martinho de Mello e Castro (Lisboa, 11.11.1716 – † Lisboa, 24.3.1795).



Fig. 14 – Rodrigo de Sousa Coutinho, Conde de Linhares (Chaves, 4.8.1745 – † Rio de Janeiro, 26.1.1812).

O contexto foi duplamente favorável. Por um lado, haviam melhorado as condições económicas. Por outro, devido a, entretanto, ter sido fundada e entrar em intensíssima actividade a Real Academia das Sciencias (Fig. 15), sob o patrocínio de D.Maria I (Fig. 16) e graças ao Duque de Lafões (Fig. 17), acolitado sobretudo por Correa da Serra, seu colaborador e amigo. Ele o diz, em resposta a carta enviada de Londres, onde Correa da Serra se refugiou em 1795 (Fig. 18):

“Vm.^{ce} mechama feu Amigo ; i f sobasta ; Dame outro Título mais ; Naõ era precizo, mayor.^{te} escrevendo-me dehum Paÿz ahonde, naõ à Fidalguia, mas f omente ao Merecim.^{to} e à amizade feda valor.”

A actuação da Academia traduziu-se nomeadamente por numerosas publicações, algumas de transcendente importância para a Ciência, Tecnologia e



Fig. 15 – Academia das Ciências de Lisboa, Sala das Sessões – mesa da Presidência e evocação dos fundadores.



Fig. 16 – D. Maria I. Academia das Ciências de Lisboa.

Economia. Para mais, estava liberta da Censura. O conjunto do seu contributo criativo suplanta muitíssimo o da Universidade. Diz respeito a questões de ordem geral, a Portugal e seus territórios ultramarinos, com realce muito especial



Fig. 17 – D. João de Bragança, 2.º Duque de Lafões (Lisboa, 6.3.1719 – † Lisboa, 10.11.1806) – busto de mármore assinado por Machado de Castro. Sala das Sessões da Academia das Ciências de Lisboa.

[illegible]

Fig. I8 – Resposta do Duque de Lafões a carta de Londres do Abade Correa da Serra, salientando a amizade.

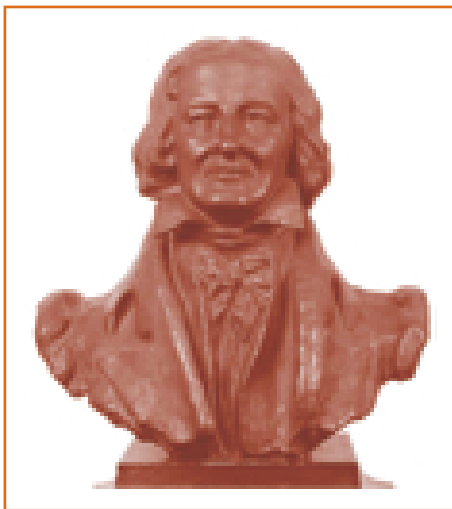


Fig. 19 – José Bonifácio de Andrada e Silva, Sócio e Secretário-Geral, busto de bronze. Academia das Ciências de Lisboa.

para o Brasil e para contribuições de naturais brasileiros, vários dos quais foram sócios.

Entretanto, o regime incomparavelmente mais tolerante de D. Maria I, positivo sob múltiplos aspectos, veio a suplantir e incentivar estudos universitários por parte de naturais do Brasil. O lugar de nascimento não foi óbice. Não se pode, em verdade, falar de discriminação. A desmenti-lo, veja-se José Bonifácio (Fig. 19) que, depois de longa e dispendiosa preparação nos melhores centros euro-

peus, ascendeu aos mais altos cargos e dispôs de grande influência no Portugal europeu, junto da realeza, antes do retorno ao Brasil e do seu papel no processo da Independência. Talvez menos conhecido no Brasil é o valor do seu contributo para o fomento da indústria extractiva, incluindo a indústria mineira, em Portugal, de que é exemplo a reactivação das minas de ouro medievais de Adiça, na Península de Setúbal.

Agiganta-se Alexandre Rodrigues Ferreira (Bahia, 24.7.1756 – † Lisboa, 23.4.1815) (Fig. 20). Merece reconhecimento pela sua portentosa missão no Brasil (Fig. 21).

Foram nove anos de cuidadas observações, devidamente relatadas, e de fabulosas colheitas de material zoológico, botânico e etnográfico. Valeu a pena, mesmo que Ferreira não tenha aproveitado – ou podido aproveitar – o espólio riquíssimo para produzir, no Museu da Ajuda e na Academia das Ciências, os estudos complementares que seriam de esperar. A isso obstaram a inevitável desactualização e, ainda mais, as actuações negativas do seu superior hierárquico, Domingos Vandelli – possivelmente receoso do sucesso de um antigo alu-



Fig. 20 – Alegoria com suposto retrato de Rodrigues Ferreira.

no –, subdirector do Museu da Ajuda, medíocre, incompetente, oportunista e ultra-afrancesado. Do seu comportamento redundaram gravíssimos prejuízos para o Museu e para o país, ao facilitar tudo e mais alguma coisa, indo além do que pretendeu “requisitar” (passe o eufemismo porque “roubar” é feio) Étienne Geoffroy Saint-Hilaire (Étampes, 15.4.1772 – † Paris, 19.6.1844) em 1808, aquando da 1.ª invasão napoleónica (Fig. 22).

Roubo que deixou marcas, ainda que minimizado pelo lado francês, que sempre insistiu na simpatia e cavalheirismo pessoal do naturalista, e por afrancesados. Era o mais natural, para a parte francesa, partindo da convicção subjacente da sua



Fig. 21 – Máscara-elmo de Índios Jurupixuna figurando um peixe characídeo de grande porte, provavelmente um tambaqui, *Colossus* sp.



Fig. 22 – Étienne Geoffroy Saint-Hilaire.

superioridade sobre os outros povos, ibéricos em particular, que desprezavam. A África começa nos Pirinéus, dizia-se. Cábra em Espanha o governo de Godoy, cúmplice da França contra Portugal. Contudo, o que se viu depois não foi uma libertação, foi a imposição da tirania de Napoleão com a abdicação forçada do Rei de Espanha e sua substituição pelo irmão Joseph Bonaparte. Notícias originaram tumultos em Madrid, reprimidos com brutalidade pelo indigitado Rei de Portugal, o Marechal Murat, cunhado do Imperador. Foi em 2 de maio. Às numerosas vítimas juntaram-se as dos fuzila-

mentos na Moncloa, no dia seguinte. Evento terrível que fez explodir a Espanha, ilustrado dramaticamente por Goya (Fig. 23).

Pois bem: sabedor da ocorrência, Geoffroy Saint-Hilaire, que havia já tido problemas graves ao atravessar a Espanha agitada no trajeto para Portugal, em carta ao célebre colega Georges Cuvier expedida de Lisboa e datada de 17 de maio, limita-se a referir os massacres, desvalorizando-os com displicência, como simples “*correction à la populace*” (transcrição em Hamy, 1908: 41).

É consolador verificar o interesse que Rodrigues Ferreira vem despertando no Brasil e em Portugal, entre cientistas e no público. Foram editadas obras de grande qualidade, bem recebidas e premiadas, com activa colaboração de instituições brasileiras e portuguesas, em particular da Academia das Ciências de Lisboa, onde algumas publicações foram lançadas (ver Bibliografia).

Em Portugal, houve intervenções em torno de Alexandre Rodrigues Ferreira. Permito-me destacar a pesquisa de Rómulo de Carvalho na Academia das Ciências, cujo Museu dirigiu. Com a colaboração da conceituada especialista



Fig. 23 – Fuzilamentos de patriotas na Moncloa, Madrid, por Francisco de Goya y Lucientes.

brasileira Tekla Hartmann, Rômulo fez renascer do esquecimento o inestimável espólio de Rodrigues Ferreira.

A personalidade, a vida e a obra de Rodrigues Ferreira têm sido muito tratadas, de modo que será redundante voltar a dar pormenores. Fê-lo Rômulo de Carvalho, com rigor e elegância. Procurámos fazê-lo, de outras perspectivas. Rematamos com uma frase do Presidente José de Pina Martins no volume póstumo de Rômulo de Carvalho (Carvalho, 2000) acerca do espólio etnográfico da Academia das Ciências:

“O Prof. Doutor Rômulo de Carvalho descreve com minúcia e meridiana clareza as vicissitudes da odisseia de Alexandre Rodrigues Ferreira, que dir-se-ia ter sido alvo de uma verdadeira maldição do Destino que acabou por condená-lo à tristeza destruidora dos seus últimos anos”.

Nascido no Brasil, cidadão de Portugal até a morte, sofreu com outros e com situações políticas que devastaram a Europa. Honrou a Ciência. A sua memória perdura, e esta é a melhor homenagem que lhe prestam os tempos.

O contributo português para a História Natural não ficou por aqui. Outros intervenientes merecem citação. Centrando-nos no Brasil, nosso principal enfoque, surgem outros nomes. Realce vai para João da Sylva Feijoo (Rio de Janeiro, 1760 – †Ceará, 1824), outro dos estudantes de Vandelli em Coimbra. Como Rodrigues Ferreira, foi enviado em missão, neste caso a Cabo Verde. As suas observações e colheitas de material de História Natural entre 1783 e 1793, bem como estudos, constam de notáveis Memórias da Academia das Ciências, de que foi membro.

Regressado ao Brasil em 1799, Feijoo foi Sargento-mor das Milícias da Capitania do Ceará, com situação material assegurada pela manutenção do pagamento como Naturalista que auferia em Lisboa. Seguiu para Fortaleza.

No Ceará dedicou-se à prospecção mineira. Como resultado lateral, avulta a descoberta, na Bacia do Araripe, de jazidas de peixes e outros fósseis, célebres em nível mundial, do maior interesse científico e com papel significativo na

economia da região. Ilustram episódios dramáticos as variações sazonais de extensão de áreas inundadas, com morte na estação seca de numerosos peixes, desde alevins a adultos. Predadores e presas encontravam a morte por dessecação (Figs. 24-26). Secas no Ceará ... desde há cerca de 100 milhões de anos!

Feijoo enviou espécimes, recentemente caracterizados a partir de exemplares do Museu da Academia das Ciências (Antunes, Balbino & Freitas, 2005) (Fig. 27). A primeira notícia sobre peixes fósseis do Ceará havia sido considerada como resultado da expedição dos bávaros Carl Friedrich Philipp von Martius e Johan Baptist von Spix, entre 1817 e 1820, com facilidades devidas à Imperatriz Leopoldina. A descoberta de Feijoo foi por ele relatada em texto de 1800. *Com prioridade evidente*, em muito antecede a notícia daqueles.

Também em torno do Brasil e da História Natural, José Velloso Xavier é personalidade incontornável, menos conhecido que Rodrigues Ferreira, mas importante.



Fig. 24 – *Dastilbe* sp., peixes teleósteos arcaicos frequentes no Membro Crato da Formação Santana, Bacia do Araripe (Cretácico); Mina Pedra Branca, Nova Olinda, Ceará: morte colectiva de juvenis.



Fig. 25 – *Idem*, de adulto.

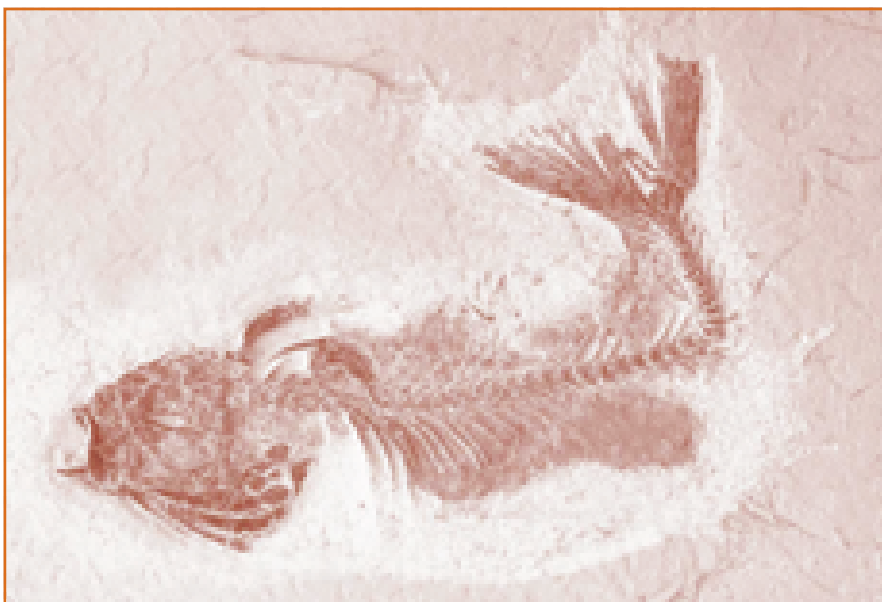


Fig. 26 – *Idem*, de adulto maior, este com vestígios de agitação por altura da morte por asfixia e curvatura necrolítica, resultante da contracção das partes moles em dessecação.

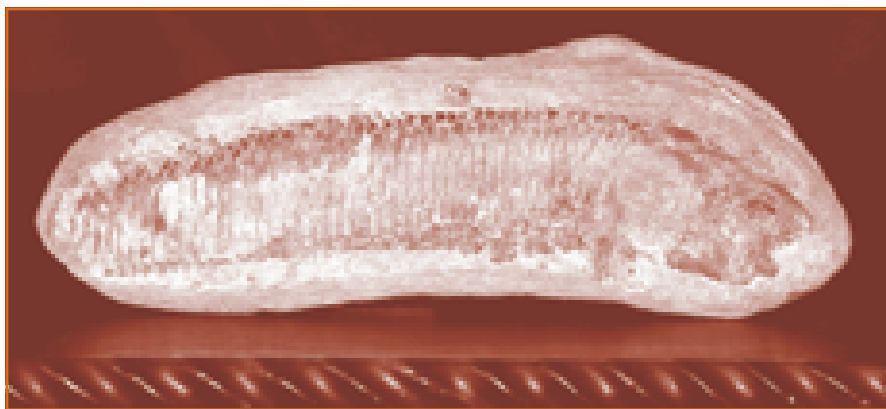


Fig. 27 – Nódulo com peixe holósteo, *Vinciger comptoni* (Agassiz), muito frequente; terá sido recolhido na área de Serra, no Engenho da Gameleira entre Missão Velha e Milagres. Formação Santana, bacia do Araripe, Ceará. Feijó enviou-o com outros para Lisboa, possivelmente para o Museu da Ajuda. Museu da Academia das Ciências de Lisboa.

Nasceu na Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais, em 1742. Ao professar na Ordem de S. Francisco, adoptou o nome de José Marianno da Conceição Velloso, pelo qual ficou conhecido. O seu interesse pela História Natural, sobretudo pela Botânica, levou-o a colher espólio riquíssimo de plantas e de peixes, que seguiram para o Museu da Ajuda. Faltam elementos para podermos precisar se os peixes preparados “em herbário”, verdadeiras relíquias que subsistem no Museu da Academia das Ciências escapadas à rapina de Saint-Hilaire e às reviravoltas do acaso (Antunes & Balbino, Fig. 28, 29), foram colhidos por Velloso ou por Rodrigues Ferreira, como tem sido admitido com verossimilhança.

Avulta o espólio botânico, base da *Flora Fluminensis*, obra monumental em onze volumes mais dois com descrições, incluindo desenhos de Francisco Solano, também franciscano, que o acompanhava nas excursões. Inventaria e descreve as plantas espontâneas do Rio de Janeiro.

A divulgação requeria edição adequada. A obra, apresentada em Lisboa, onde Velloso chegou em 1790, foi acompanhada de setenta caixões com exemplares para o Museu da Ajuda. Bem recebido, foi instituído por ordem do



Fig. 28 – Peixe preparado em “herbário”: *Chaetodipterus faber* (Brussonet, 1782), originalmente do Museu da Ajuda e designado por Enxada (em Português) e Puarerua (Tupi-Guarani), visto em maio de 1808 por Étienne Geoffroy Saint-Hilaire, que o classificou como “P Th Chaetodon *triestega*”.

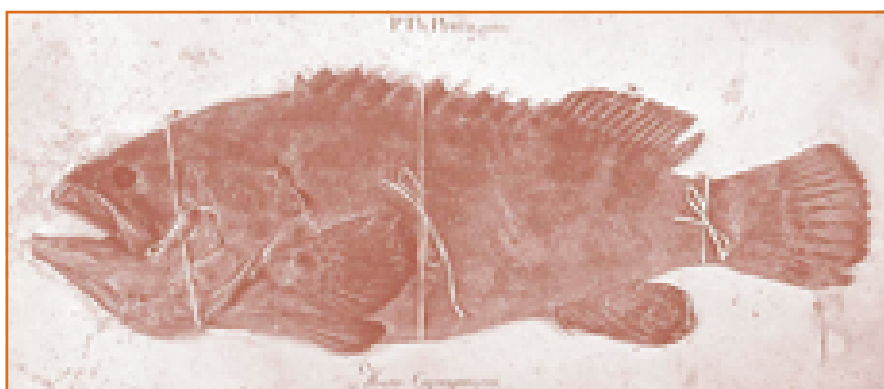


Fig. 29 – Outro peixe preparado em “herbário”: *Epinephelus irajara* (Lichtenstein, 1822), Mero (Português), Cupuguassu (Tupi-Guarani), “P Th Perca *guttata*”.

Regente como Padre Ex-Provincial e beneficiado pela concessão de uma boa pensão de quinhentos mil reis “em remuneração das suas descobertas no Reino Vegetal”.

Como no caso de Rodrigues Ferreira, as autoridades governativas reconheceram-lhe mérito e criaram condições de existência desafogada. Foi eleito Sócio-Correspondente da Academia das Ciências.

A *Flora Fluminensis* mereceu parecer favorável da Academia. Refere-se-lhe um Decreto em nome do Príncipe Regente, dado em Queluz a 9 de julho de 1792, pelo qual se ordenava que “seja impressa com as estampas à custa da Real Fazenda, incumbindo o cuidado e correcção della à Academia Real das Sciencias de Lisboa”.

A publicação parecia ao alcance. Com efeito, o Ministério e Sousa Coutinho não se limitaram a promover expedições e a colaborar com a Academia das Ciências, que havia sido dotada de tipografia altamente produtiva. Mais: criou a *Typographia Chartographica, Typoplastica e Litteraria do Arco do Cego*, que tinha por objectivos imprimir obras de História Natural e de Agricultura, difundindo conhecimentos no Portugal europeu e no Brasil. Citamos um documento da Bibliothèque Centrale do Muséum de Paris (Ms. 2445):

“O padre Velloso foi o Director da mencionada Typographia, e alli fez grandes trabalhos, e foi muito ajudado por outros dois litteratos Brasileiros, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva e Joze Feliciano Fernandes Pinheiro [...] Esta Typographia se conservou até 1801, em q. desejando-se animar a Imprensa Regia que fora creada por Alvará de 24 de Dezembro de 1768, por Decreto de 1801 de 29 de Dez.º, se supprimiu a dita casa do Arco do Cego e foi incorporada com as suas officinas na Impressão Regia, e foraõ nomeados para directores litterarios da mesma os dois professores Régios, Custodio Joze de Oliveira, e Joaõ Joze da Costa e Sá; e os Brasileiros Fr. Joze Marianno da Conceição Velloso, e o Bacharel Hyppolito Joze da Costa Pereira [...]”.

O pretexto invocado valia o que valia. Algo corria mal. Viu-se situação semelhante em outubro de 1910, quando Teófilo Braga, no inglório afã de esvaziar a Academia das Ciências, lhe destruiu a Tipografia, apesar de ter vindo a prestar serviços relevantes.

De língua viperina, Velloso “tinha muito máo génio e era m.^{to} mal creado”. Não admira que tenha entrado em choque com o Ministro:

“Disse o padre Velloso a D. Rodrigo de Sousa Coitinho = Todas as obras grandes que V Ex^a emprehende sempre tem transtornos, assemelhaõ-se a uma bella couve que uma lagarta lhe roe a raiz e a faz cair: ao que ao q. D. Rodrigo respondeo // diz bem porque o estabelecimento do Arco do Cego se tem destruido, porque a lagarta é o Padre Velloso q. eu p^a alli nomiei” (*ibidem*).

Foi salientada a não-publicação da sua obra. Teria sido consequência do envio para Veneza de centenas de plantas, para aí se abrirem, presumivelmente com melhor qualidade, as chapas das gravuras correspondentes. A impressão não avançou, mau grado pareceres favoráveis, bem como as facilidades de acesso à Tipografia do Arco do Cego e, depois, à Imprensa Real. A razão da dificuldade pode ser comezinha, mas determinante. Centenas de gravuras... ora descobrimos uma simples factura do seguinte teor (Mss. 2445, Bibl. Centrale do Muséum National d’Histoire Naturelle, Paris) (Fig. 30):

“Antonio Joze Quinto leva a entregar, quem pertencer, na Academia Real das Sciencias, huma estampa da Jaca [1], com o seu original, cuja chapa fica em meo poder, gravada pelo sobredicto, a entregalla com as outras, conforme o ord e naõ o Snr. D.^{or} [2] Alex.^e Ant.^o [3] – Deve-se-lhe pela gravura quatro moedas e meia. Aos 21 de Dezembro de 1803

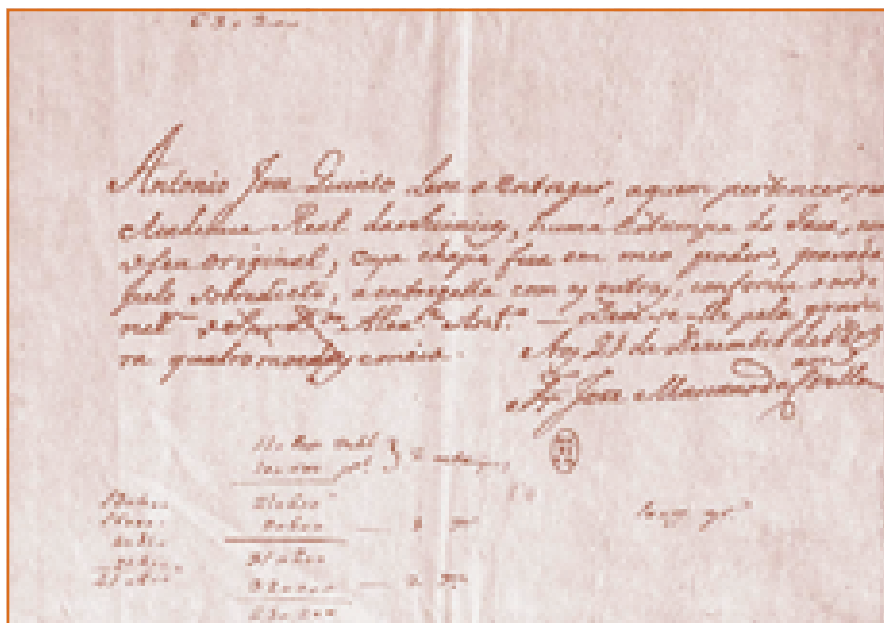


Fig. 30 – Factura referente a trabalho de gravura, assinada por Fr. Conceição Velloso.

ass

Fr Joze Mariano da C. Velloso”

[1] – Árvore frutífera da Índia, *Artocarpus integrifolia* L., levada para o Brasil, onde se aclimatou perfeitamente.

[2] – Estas duas abreviaturas estão riscadas.

[3] – Alexandre António, em abreviaturas. O nome não deve confundir-se com o de Rodrigues Ferreira; apesar de incompleto, tudo leva a crer tratar-se de Alexandre António Vandelli, filho de Domingos Vandelli, que desempenhou funções na Academia das Ciências e acabou exilado no Brasil após o triunfo do Liberalismo em 1834.

Quatro moedas e meia de ouro, então correntes, cunhadas desde D. Pedro II, com peso unitário de 8.06 g de ouro 916‰ e valor facial de 4000 reis, perfa-

zem 18 000 reis. Correspondem a 36.27 g de ouro 916, ou seja, 33.22 g de ouro fino. Ainda que comparações com a realidade actual não sejam rigorosas, podemos chegar a uma aproximação. Admitindo uma cotação (em 17 ag. 2007) de 657.5 USD por onça troy (ou 31.1035 g), o preço de *uma só gravura* pode ser avaliado, de acordo com o que hoje significaria, em 702.24 dólares dos Estados Unidos, ou, com a cotação no mesmo dia (1€ = 1.3454 USD): 522€.

O trabalho de um gravador especializado era muito caro. Poucos haveria em Portugal com elevada competência. Daí o envio de centenas de exemplares para Veneza, como foi dito. É fácil deduzir que a impressão das estampas da *Flora Fluminensis* requeria verba avultadíssima, que provavelmente não houve possibilidade de disponibilizar.

Velloso retirou-se para o Brasil em 1807; faleceu no Rio de Janeiro de uma moléstia do peito, na noite de 13 para 14 de julho de 1811. Não teve a dita de ver impressa a *Flora Fluminensis*. O original foi remetido do Museu da Ajuda para o Rio de Janeiro depois de 1811 por ordem do Ministro Miguel Pereira Forjaz, cumprindo ordens do Príncipe Regente. Encontrado na Biblioteca do Rio em 1825, foi impresso em 1827 sob o patrocínio do Imperador. O envio foi (facto menos conhecido no Brasil) acompanhado pela remessa de espólio diverso retirado do Museu da Ajuda e destinado à constituição de colecções do recém-criado Museu de História Natural do Rio de Janeiro.

O âmbito de pesquisas portuguesas foi muito mais longe. O citado colaborador da Imprensa Real, Hyppolito Joze da Costa Pereira, partiu em 1798 em missão aos Estados Unidos e México, aonde não se sabe se chegou. Obteve informações e enviou lotes de sementes dos Estados Unidos que interessavam a Portugal e ao Brasil.

Cabem menos no âmbito que adoptámos os Estados Unidos, bem como a China e Cochinchina, a que dizem respeito as contribuições do jesuíta João de Loureiro (Lisboa, 1710 – † Lisboa, 18.10.1791), justamente valorizadas pelo mais notável naturalista inglês da sua época, Sir Joseph Banks (Londres, 13.2.1743 – † Londres, 19.6.1820), Presidente da Royal Society (Figs.

31-32). Realçam o valor do contributo português no âmbito da Ciência e, em particular, no da História Natural, em que o Brasil é realidade destacadíssima.

O interesse pelo Brasil era enorme ao tempo do Príncipe Regente. Pequeno indício a corroborá-lo é o fabrico de móveis de qualidade por José Aniceto Raposo (1756 – † 1824), o Mestre dos marceneiros portugueses. Um exemplar, do lote de uns três encomendados em cerca de 1805 pelo Regente, sobrevive na Academia das Ciências de Lisboa (Figs. 33 a 36). Contém gavetas baixas onde estão dispostas amostras de madeiras preciosas do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Pará – mas também algumas da Ilha da Madeira à Índia. Outro foi oferecido ao Regente, que o mantinha no seu quarto. O exemplar da Academia estava no mesmo edifício, o do Convento de Jesus, em maio de 1808, quando da famigerada visita de Étienne Geoffroy Saint-Hilaire. Está re-

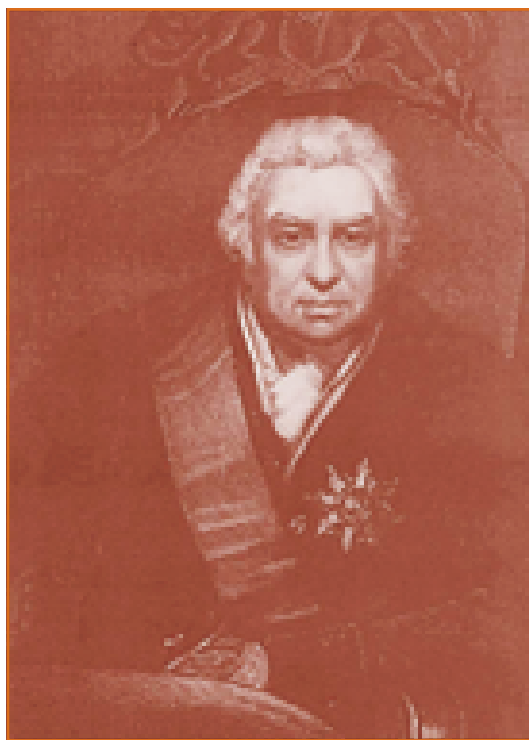


Fig. 31 – Sir Joseph Banks.

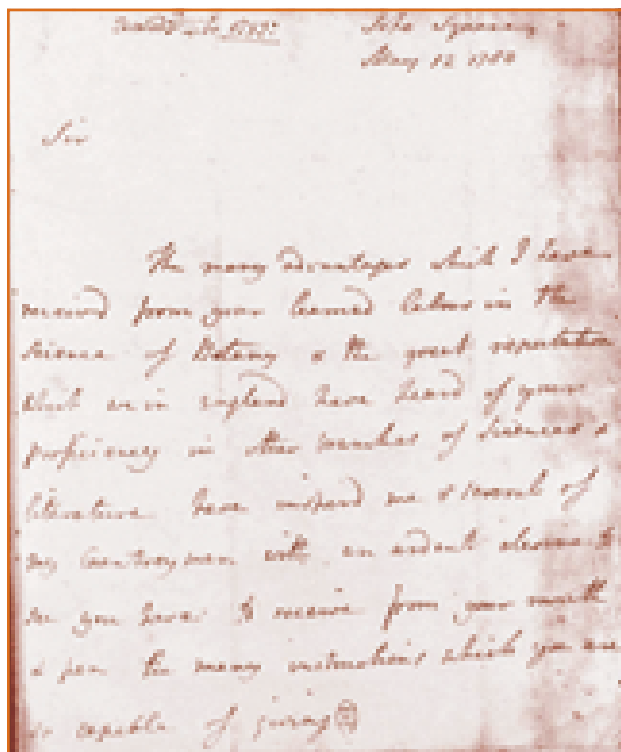


Fig. 32 – Carta de Banks a João de Loureiro (Londres, Soho Square, May 12 1780) em que expressa profunda consideração e desejo ardente de o ver em Londres.

ferido no relatório apresentado em Paris por este notável naturalista, mas escapou à “requisição” que tanto prejudicou material de origem brasileira das colecções do Museu da Ajuda.

O muito que foi realizado não desmerece Portugal, mesmo em confronto com outros países. E melhor seria se as circunstâncias políticas, externas e internas, acompanhadas por grande instabilidade, guerra e empobrecimento, não tivessem sido tão desfavoráveis.

A concluir, deixamos a imagem do Príncipe D. João, cuja partida para o Brasil é justamente recordada, acompanhado da jovem esposa Carlota Joaquina, tal como se vêem no medalhão (Fig. 37) comemorativo da inauguração, em



Fig. 33



Fig. 34

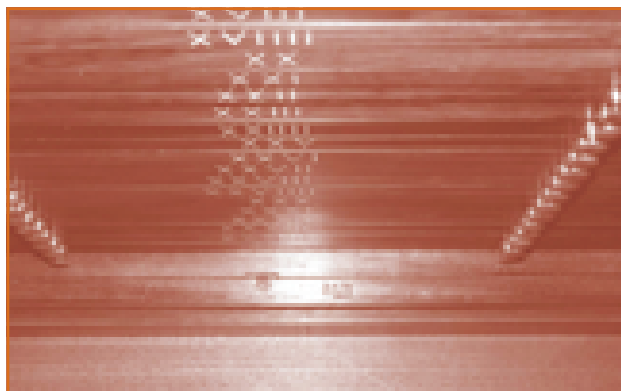


Fig. 35

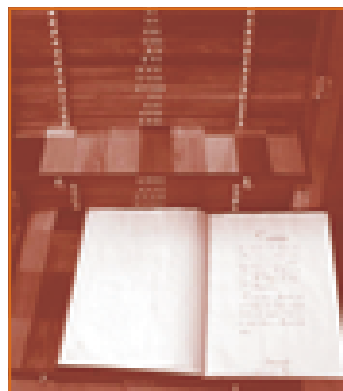


Fig. 36

Figs. 33 a 36 – Xiloteca assinada IAR (I de Iosephus, José) Aniceto Raposo, notável marceneiro e inventor, que organizou a pedido do Príncipe Regente colecções, parece que três, como esta, de madeiras preciosas do Brasil e algumas de outros territórios portugueses. Sucessivamente: fechada, aberta mostrando as gavetas para amostragem, assinatura gravada, última gaveta com Catálogo manuscrito. Data, ca. de 1805. Museu da Academia das Ciências de Lisboa.

1795, da magnífica Biblioteca do Convento de Nossa Senhora de Jesus – hoje Salão Nobre da Academia das Ciências de Lisboa.

O papel de D. João foi fundamental no desenvolvimento que foi conduzindo à realidade magnífica que é o Brasil de hoje.

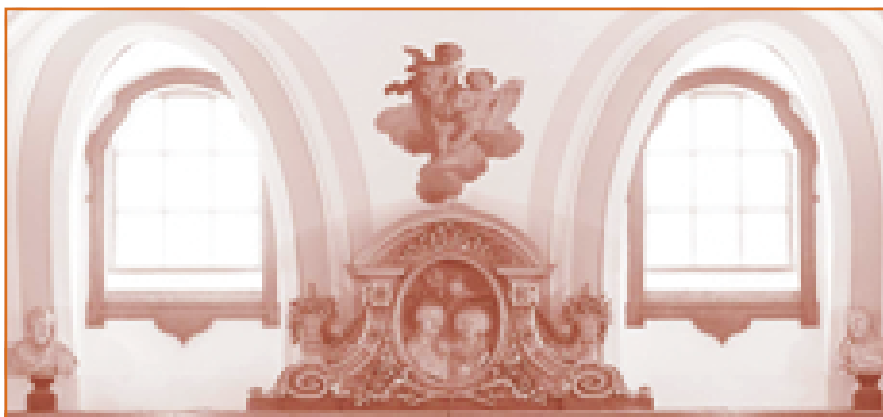


Fig. 37 – O Príncipe herdeiro D. João e D. Carlota Joaquina – Medalhão no Salão Nobre da Academia das Ciências de Lisboa.

Tenho dito.

Rio de Janeiro e Academia Brasileira de Letras, 29 de Outubro de 2007

~ Referências

- ANTUNES, Miguel Telles & Balbino, Ausenda C. (2003) – Herbário de Peixes do Brasil do século XVIII no Museu da Academia das Ciências de Lisboa/ Testemunho Histórico de Acontecimentos Controversos em 1808. *Viagem ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira*, II, vol. I: 75-119. Kapa Editorial. Academia Brasileira de Ciências. FINEP.
- ANTUNES, Miguel Telles; Balbino, Ausenda C. & Freitas, Idalécio (2005) – Early (18th century) discovery of Cretaceous fishes from Chapada do Araripe, Ceará, Brazil – Specimens kept at the ‘Academia das Ciências de Lisboa’ Museum. *C.R. Palevol* 4 (2005): 375-384.
- CARVALHO, Rómulo de (2000, publicação póstuma) – *O material Etnográfico do Museu Maynense da Academia das Ciências de Lisboa*. Academia das Ciências de Lisboa. 74 pp.
- HAMY, E.-T. (1908) – La Mission de Geoffroy Saint-Hilaire en Espagne et en Portugal (1808)/ Histoire et documents. *Nouvelles Archives du Muséum*, 4^e série – X: I-66.

- MARQUES, A. H. de Oliveira (1972) – *História de Portugal*. Tomo I. Edições Ágora. Lisboa. 711 pp.
- SERRÃO, J. Veríssimo (1980) – *História de Portugal [1640-1750]*, Volume V/ A Restauração e a Monarquia Absoluta. 493 pp. Editorial VERBO.
- SERRÃO, J. Veríssimo (1982) – *História de Portugal [1750-1807]*, Volume VI/ O Despotismo Iluminado. 509 pp. Editorial VERBO.
- Manuscritos da Bibliothèque Centrale do Muséum National d'Histoire Naturelle de Paris.

Retrato do Barão e da Baronesa de
Pedra Branca e sua filha Luíza
Margarida pelo pintor português
mais conhecido da época, Domingos
Antonio Sequeira – coleção Maria
Luíza e Oscar Americano Fundação.



Um poeta no tempo de D. João VI

~ Domingos Borges de Barros, o brasileiro
que dançou sobre o vulcão

MARY DEL PRIORI

Domingos Borges de Barros não era o comum dos *brasilianos*, como eram então chamados os brasileiros. Sua estampa traía as origens portuguesas. Era moreno, nariz forte, lábios finos, um par de olhos brilhantes e negros, rosto ovalado, pescoço magro e cabelo *à nazarena*: comprido, a cair sobre a gola da casaca, muito penteado e untado de banha de cheiro ou de óleo de macassá. Seus dotes intelectuais estavam longe das observações que os viajantes estrangeiros anotavam, maledicentes, em seus diários: “O Brasil não é lugar de literatura” ou “Neste país de analfabetismo, não se encontra ninguém que tenha intimidade com a noção de ciência”. Decididamente não era este o seu caso. Ele recebeu e cultivou uma educação de alta categoria.

Doutora em história social pela Universidade de São Paulo (USP), com pós-doutorado em Ciências Sociais pela Escola de Altos Estudos (França) sendo especialista em História do Brasil. Cultura, comportamento, vida privada, família, mulher, criança, corpo e sexualidade são temas-destaque na obra da autora, historiadora e pedagoga. É autora de 25 livros sobre história do Brasil.

Nota: Este texto é parte integrante do livro *Condessa de Barral: uma vida, mil histórias*, de minha autoria, em andamento.

Domingos era filho do sargento-mor Francisco Borges de Barros e de D. Luíza Clara de Santa Rita, senhores do Engenho de São Pedro. Nascido em 10 de dezembro de 1779, foi batizado, dois meses depois, na matriz de São Pedro por seu tio, o cônego Luiz Antonio Borges de Barros. Não tinha sangue azul, mas pertencia a uma constelação de grandes da terra, os chamados “homens bons”. Durante dezessete anos, seu bisavô, João, teve papel fundamental na luta para a expulsão dos holandeses do Nordeste do Brasil, que afrontou em Rio Real e na Batalha de Guararapes. O resultado, uma perna claudicante e um enorme prestígio. Um dos seus filhos, José, bacharelou-se em Cânones por Coimbra, foi Vigário-Geral em Évora, chegando a ser indicado Arcebispo de Goa. Além da carreira eclesiástica, foi respeitado pregador, poeta e comediógrafo. Foi, também, autor de vários sermões e tratados de teologia. Sua irmã, Maria da Soledade, fez história no Convento do Desterro em Salvador. Quase santa, teria presenciado por duas vezes aparições do demônio, seguidas de estrondos, relinchos de cavalos e rosnar de porcos. Morreu exalando odor de santidade e de “formosura revestida”. Ao seu tio-avô pertenceu o Engenho Madre de Deus, cantado em versos pelo poeta soteropolitano Gregório de Matos. Seu avô era cavaleiro professo da Ordem de Cristo, comenda concedida por destacados serviços prestados em cargos de Administração Pública, e irmão da Santa Casa da Bahia, ambos indicativos da mais alta distinção social. O outro tio-avô, Sebastião, que pertenceu à Academia Brasílica dos Renascidos, desfilava nas festas públicas em cavalos importados, acompanhado de escravos tocando tambores e flautas, ricamente fardados. Enfim, Domingos não saía às ruas sem ser reconhecido.

As terras da família se estendiam pelas paróquias de Nossa Senhora da Purificação, São Pedro do Rio Fundo, São Gonçalo e Bom Jardim, todas situadas no distrito de Santo Amaro. Só aí tinham mais de dezena e meia de engenhos. Havia, contudo, propriedades que se esticavam até Alagoinhas, no Sergipe, ou São Mateus, no Espírito Santo. Poder, dinheiro, intelectualidade eram os ingredientes que corriam nas suas veias.

Na tradição familiar, Domingos fez os primeiros estudos em Salvador. Sua meninice foi curta. Aos sete anos, como tantos outros garotos, teve os cachos

cortados, oferecidos ao Senhor dos Passos para a cabeleira do dia de procissão. Deixou de comer à mesa com os adultos e passou a ser castigado por todos: pai, mãe, tios, padrinhos. Uma espécie de pedagogia sádica, exercida dentro de casa pelo patriarca, pelo padre-mestre ou pelo capelão, à base de vara de marmelo, era o tratamento usual com os filhos machos. Choviam os bolos. Educar era um processo cru. Ensinavam-se o latim, a gramática, a doutrina e as boas-maneiras, conservando-se enorme distância entre o homem e o menino. Que desaparecesse da sala, se havia conversa de adultos. Tinha que responder em voz baixa, guardando deles uma distância subserviente, subordinada. Que brincasse sem fazer barulho.

O século XIX mal completara um ano e ele foi viajar. Jovem, ainda, seguiu para o Reino. Desembarcou num continente que conhecia então as mais violentas mudanças. Aliás, dos dois lados do Atlântico, um caldeirão de reformas começara a ferver. Domingos ia viver em meio às tempestades e guerras. Foi fazer o secundário em Lisboa, no Colégio dos Nobres, uma conhecida instituição. Suas instalações eram as do antigo colégio dos padres jesuítas que ficava no bairro da Cotovia. Além da bela fachada em estilo renascentista, ela guardava ainda a rica biblioteca do noviciado. O Colégio tinha, também, um excepcional gabinete de Física-Experimental, considerado o mais belo da Europa. Ele se destinava a preparar os jovens oriundos da alta aristocracia que soubessem ler e tivessem entre 7 e 13 anos de idade. O convívio com professores estrangeiros, entre os quais italianos e irlandeses, dava ares cosmopolitas a uma escola criada com o objetivo de introduzir o Iluminismo em Portugal. Procurava-se aperfeiçoar os nobres, tornando-os úteis para a administração, além de lhes oferecer uma tradicional formação nas humanidades clássicas, em ciências e literatura. Para quem entrava, o objetivo final era ir para a Universidade de Coimbra. O número de alunos era pequeno: apenas cem. A pensão anual, cara: 120\$000 réis, em duas prestações adiantadas no início de cada semestre.

Os colegiais deviam se apresentar no Colégio no dia 1 de outubro de cada ano, para procederem à matrícula e assistirem à abertura das aulas. Neste mes-

mo dia era feita a distribuição dos estudantes em cada uma das Câmaras destinadas aos alunos vindos de fora. Eles conheciam, então, os prefeitos de estudos e demais assistentes que passariam a orientá-los. Estes monitores deviam ser pessoas de letras, virtudes e circunspeção. Cabia-lhes castigar, acompanhar as aulas, manter a paz e o sossego, seguir as refeições e recreações e, finalmente, assistir com os meninos às missas diante do precioso altar trazido das Índias. As notas eram secretas e apresentadas ao rei uma vez por ano.

Domingos não era nobre nem filho de nobre, mas fazia parte dos alunos estrangeiros que partiram para Lisboa a fim de se tornarem bacharéis. Seu pai, um homem agreste, porém temente a Deus e fiel à Monarquia, aproveitou o preço alto do açúcar para dar-lhe um banho de civilização. Ele sabia que as famílias cujos filhos faziam estudos superiores desempenhavam o principal papel no plano político, nas Assembléias, no Executivo, na magistratura. O momento era oportuno não só pela situação financeira favorável, mas porque a sociedade estava se transformando em Portugal. Mudanças promovidas pelo Marquês de Pombal, quatro décadas antes, ajudaram a acelerar a ascensão de uma classe burguesa, saída do comércio com o ultramar. Os filhos de arrematadores de sabão, tabaco, diamantes, pau-brasil, sal e pescado, de membros da provedoria e das grandes Companhias de comércio e indústria, dos encarregados de inspeção das obras públicas, das alfândegas, do provimento das tropas, enfim, os filhos dos altos funcionários públicos, dos contrabandistas, dos fazendeiros no Brasil se nobilitavam estudando.

A nobreza desafortunada estava excluída por lhe faltarem recursos para a satisfação do encargo nesta que não era uma escola militar, mas um pensionato. Sobre estes jovens sopravam os primeiros ventos liberais. E de fato, no início da vida adulta, Domingos começou a circular entre intelectuais de diferentes idéias e convicções, aproveitando tudo o que via e ouvia. Sentia, contudo, na carne o que significava vir das Colônias, ser estrangeiro, ser moreno de pele. Se em sua terra era filho de conhecido senhor de engenho, *sinbozinho* mandão, lá a hierarquia era outra. As asperidades entre *brasilianos* e portugueses, colonos e reinóis, faziam parte do cotidiano. Os últimos, ou seja, os donos da casa, sendo os primeiros a mandar.

Depois veio Coimbra: velha cidade às margens do Rio Mondego. Lá, enquanto as ruas se agitavam com estudantes, pescadores silenciosos puxavam as redes com delicadeza. Galerias de pinheiros cobriam o vale. Ruas centenárias, onde a cultura romana deixou marcas, levavam até o alto do morro. Passando pela Sé Velha e a igreja do Mosteiro de Santa Cruz chegava-se à Universidade, uma das mais antigas da Europa. Aos 21 anos, Domingos aí estava matriculado. Foi o estudante brasileiro de número 512 no curso de Filosofia. Licenciou-se quatro anos depois, em 1804, tendo percorrido, sem cansaço, a biblioteca em madeiras exóticas e policromadas; a Sala dos Capelos, palco das cerimônias acadêmicas, atapetada de azulejos e pinturas; a Via Latina, ao fim da qual aguardava o busto do Rei D. José. Seus horários eram marcados pelo badalar do sino da torre barroca, com seu barulho de prata: era chamado de “Cabra”. Com seus amores passeou na Quinta das Lágrimas, ouvindo o barulho da fonte em torno da qual rondavam outros namorados.

À época da transmigração da Família Real, Domingos queria ser homem de letras e de ciências. Fazer ciências, naquela época, significava dar vida a um novo saber, assim como à figura ainda inédita do intelectual. Decidido a explorar os fenômenos naturais usando medidas e verificações experimentais, um jovem cientista tinha que buscar uma linguagem diferente de outras disciplinas. O objetivo era difundi-la enquanto forma de conhecimento original, digno de adquirir suas letras de nobreza em virtude de sua utilidade social. As academias se multiplicavam na França e Inglaterra, *savants & fellows* se acotovelando, disputando descobertas e discutindo seus resultados. Mas não bastava gostar de ciências.

Domingos também queria ser poeta e escritor renomado como, por exemplo, Diderot ou Goethe. Sabia que o homem de letras tinha que conhecer, além da gramática, a Filosofia, a História Geral, a Poesia e a Eloquência. Tinha que ser quase um enciclopedista: um estudioso que tivesse conhecimentos sobre todos os campos do saber. Letras não era só literatura. Era tudo. Um homem de letras, contudo, tinha que ter também um belo espírito — *le bel esprit*, como diziam os franceses —, que consistia em ter uma imaginação brilhante, uma

conversação agradável, ajudada pelo conhecimento de leituras comuns entre seus colegas. O homem de belo espírito devia, também, se interessar pelo fascínio que exerciam os *salons*, seus jogos e seus prazeres. E isto tudo ele adquiriu e, mais à frente, saberia transmitir a sua filha Luiza.

Em sala de aula, logo demonstrou interesse por literatura e, em especial, por um autor: Evariste Désiré de Forges, o Cavaleiro de Parny, cujas obras se pôs a traduzir. Várias razões alimentaram esta empatia. Parny, como Domingos, era das colônias. Era alguém de fora. Alguém de pele morena, alguém que conhecia os malefícios da colonização e que, sobretudo, detestava a escravidão. “Desconfiem dos brancos” era o seu bordão para falar dos maus tratos e violências contra africanos. Em versos, ele cantava a trágica história de mães que vendiam filhos e o erotismo das relações com as mestiças. Suas rimas se referiam a beijos que penetram a alma, carícias que queimam, pontuadas de exclamações: “pare ou morro!”.

Para Parny, não existia pecado abaixo do Equador. A voluptuosidade das relações que Domingos tão bem conhecia era a tônica desta lírica. A iniciação sexual com escravas o tinha familiarizado com tais sensações. Ele conhecia os recantos onde senhores e escravas se espojavam como animais, onde o prazer escorria livre, pelo menos para eles. Além dos hábitos comuns entranhados na cultura das colônias escravistas, seu tio Francisco casara-se com uma mulata e dela tivera doze filhos. O escândalo da infâmia foi absorvido pela família. Sua mãe, Luiza Clara de Santa Rita, também tinha sangue africano. Sua situação financeira a branqueara. Mas ele sabia que, aos olhos dos outros, era moreno demais. Seria sempre um mestiço. Pois o jovem baiano traduziu as obras de Parny, sem temer as acusações de libertino ou a perseguição da Real Mesa sobre a censura dos livros. Mas havia outras razões para uma tal afinidade. Domingos, assim como o Cavaleiro de Parny, conheceu, para além do sexo com as mulheres de cor, as lutas dos escravos por sua liberdade. Um primo seu, José, filho natural de seu tio Sebastião, foi o personagem oculto da sedição frustrada ocorrida na Bahia, em 1797, enquanto ele estudava em Portugal. José estava metido com tudo o que significava a quebra da velha ordem: idéias liberais e republicanas, abolição, maçonaria. Ele mesmo era um caldo em ebulição. José, um branco

maçom, se ligara aos rebeldes, forros e escravos. Era em sua casa que conversavam sobre o governo econômico da terra, assim como sobre as notícias que chegavam do estado político da Europa. Era lá que os “alfaiates” – como ficaram conhecidos os rebeldes – tinham acesso às obras de Volnay, *Ruínas ou Meditação sobre as Revoluções dos Impérios* e outros “francesismos”, mais tarde encontrados entre os papéis que guardavam os principais participantes do movimento. Lá, também, o ouviam recitar poemas revolucionários. Tratava-se de algo impensável então: instaurar a supressão de todos os sinais que indicassem as diferenças de condição. Embaralhar as cartas entre quem era senhor e quem era escravo. Quem era branco, mulato ou negro. Quem mandava e quem obedecia.

Esse comportamento era lido pelas autoridades locais como “uma loucura incompreensível” pela qual algumas pessoas da elite – o primo José, no caso – se achavam infectadas, influenciadas pelos “abomináveis princípios franceses e com grande afeição à absurda Constituição Francesa, que varia a cada seis meses”. Livros proibidos eram contrabandeados de navios estrangeiros que faziam aguada no porto de Salvador. Reuniões de homens livres e brancos, proprietários, padres e autoridades alimentavam uma política antimonarquista, num clima de desafeição ao Reino, de quebra de tradições. Já os escravos, vendo seus senhores envolvidos com as idéias liberais, se insubordinavam. O movimento no qual José se meteu e do qual participaram indivíduos pobres e cativos tocados pelas idéias da Revolução Francesa foi severamente reprimido pela Coroa.

Envolvido até o pescoço com a sedição, o primo José teve um destino diferente dos seus comparsas. Fugiu da Bahia para o Reino onde, certamente, se encontrou com Domingos. Ali teve problemas com a Inquisição em virtude de suas vinculações com a maçonaria. Fugiu novamente, agora para a Inglaterra, onde urdiu uma complicada trama que envolvia falsificação de dinheiro com o objetivo de levantar fundos, visando “a sublevação do Brasil”. O primo de Domingos foi o representante das elites brancas que conspiraram numa rebelião. Rebelião na qual os brancos pensavam e os negros e mulatos alfaiates agiam. Os segundos acabaram na forca. O tio, na Inglaterra. Este foi o clima intelectual que aproximou o jovem Domingos das idéias do Cavaleiro de Parny.

Além dos eventos familiares, fatos em toda parte do continente europeu afetavam a formação do jovem. A mesma França de Diderot e Voltaire, apóstolos da liberdade, nadava num banho de sangue. O país da igualdade e fraternidade virou um açougue. Em Paris, o cheiro dos massacres estava no ar. Estudando em Coimbra, Domingos se relacionava com franceses que se tinham instalado em Portugal, a maioria deles fugitivos do terror da Revolução. A partir de 1791, esta emigração começou a engrossar. Os refugiados contavam histórias terríveis que desdiziam as idéias iluministas pelas quais lutava o primo José. Segundo eles, cidadãos soturnos, com seus bicornes pretos, prendiam qualquer um. Os calabouços, conventos e prisões se enchiam de prisioneiros acusados de “celerados”. As mulheres empenachadas com as cores da Revolução uivavam, pedindo suas cabeças. O som dos sinos e dos tambores sob o qual eram lidas as sentenças e as carroças carregadas de mártires entupiam as ruas. A exposição de troféus – genitais, vísceras e outras peças ensangüentadas do corpo humano – enfeitava os postes assinalando o humor dos jacobinos.

Os que podiam escapar cruzavam os altos planaltos espanhóis. A presença de fugidos resultava num sem-fim de anúncios na *Gazeta de Lisboa*, onde se ofereciam serviços prestados por burgueses e padres. Tinham se transformado em preceptores, professores de dança e piano, chapeleiros e modistas. Mudados em qualquer profissão que lhes permitisse sobreviver, muitos viviam nos bairros pobres, albergados em pousadas miseráveis. Outros foram acolhidos pela maçonaria, que já tinha então um papel considerável na sociedade lisboeta. Em 1804, foram criadas várias lojas que agregavam maçons ingleses, franceses e portugueses, entre os quais figuras da intelectualidade local.

Junto com seus contemporâneos, Domingos dançava sobre um vulcão. As idéias liberais e queixas contra o regime monárquico se multiplicavam. Em Portugal, ele se acercou de quem, como ele ou o primo João, tinha críticas ao estado de coisas. O poeta Felinto Elísio era um deles. Domingos integrava seu pequeno grupo de admiradores. Felinto Elísio considerava Portugal um atoleiro de superstição, atacava o clero e a Inquisição e a crassa ignorância na qual vivia o povo. Nesta época, estava de mudança para Paris, de onde escreveria poe-

sias, daria lições, na convivência de alguns poucos amigos. Mais tarde, o velho poeta e o jovem que queria ser escritor iriam se encontrar novamente.

Domingos freqüentava também o poeta Nicolau Tolentino, como ele formado em Coimbra, cujas sátiras sobre uma sociedade sem grandeza nem fibra, marcada pela resignação e a mesquinharia, eram correntes. Sua denúncia das guerras européias apontava o iluminista enrustido. Queria paz! Tolentino criticou a ida de D. João para o Brasil, atacou a Revolução Francesa e o “mentecapto” Napoleão, assim como os pedreiros livres – os maçons. Esbravejava contra tudo e todos. E a esses gritos de resistência e revolta em favor ou contra as mudanças se juntavam outros. Inclusive os de Domingos.

Visto por estrangeiros, o clima intelectual no qual mergulhara o brasileiro era miserável. Um pouco antes da chegada dos franceses em Lisboa, a censura controlava não só a tradução e a publicação de livros, mas examinava as obras trazidas na bagagem dos viajantes. Essas ficavam retidas na alfândega até obterem autorização do intendente da polícia. O emigrado francês J.B. Carrère, num livro que ridicularizava o Reino, chegou a acusá-los de manter um sistema de gratificações e suborno para liberar obras, no mais das vezes de larga circulação no resto da Europa. E fustigava:

“Qualquer idéia mais ousada é reprimida; uma frase nobre, elevada, parece ousada e atrevida, e suprime-se; sofre anátema toda opinião, todo sistema que escandalize a inteligência do censor ou qualquer nova visão que escandalize seus princípios. Uma experiência que contradiga seus preconceitos, um raciocínio que seja incompatível com sua maneira de ver [...], por mais luminoso que seja, imediatamente é condenado, e o autor ainda poderá considerar-se muito feliz se pessoalmente não participar na condenação pronunciada sobre sua obra. Que resulta daqui? – perguntava-se o médico francês. Que em Portugal quase não se escreve, e o que se imprime são coisas insignificantes, triviais, à altura dos escassos conhecimentos que existem no país.”

Enquanto Domingos terminava seus estudos em Coimbra, Napoleão voltava do Egito e tomava o poder. O golpe do 18 do Brumário abriu as portas ao

futuro Imperador. As idéias liberais e os filósofos que inspiravam rebeliões, como Voltaire ou Newton, estavam nas cabeças e mentes. As ações dos exércitos napoleônicos e as respostas inglesas também. Mas, enquanto o mundo mudava, em Portugal, jovens e adultos favoráveis às transformações eram perseguidos. Todos lutavam contra os espíões, a serviço da polícia, por toda parte. Olheiros se misturavam à população nas ruas, praças, estalagens, cafés, na Bolsa ou nas salas de espetáculo. O silêncio, no qual muitos se protegiam, era interpretado como conspiração. A deportação e a perda da liberdade pairavam sobre as cabeças. Havia um clima de suspeição, de delação, de traição dentro e fora da universidade. Apesar da vigilância, o ambiente era extremamente cosmopolita e as novidades chegavam de todas as partes. Domingos se dividia entre as idéias liberais que gostaria de ver implementadas no Brasil e as informações sangrentas que tinha sobre a Europa.

Na mesma época, Portugal se aproximava dos conflitos que teria que enfrentar e que levaria a casa dos Bragança ao Brasil. Enquanto a Europa se agitava, um paralisado Reino tentava, mal-e-mal, proteger seu imenso império colonial. Com pouca gente e uma economia extrativista e mercantil, enfrentava falta de capitais e de escravos para explorar seus produtos, cuja circulação era precariamente controlada por escassos funcionários. A capital funcionava apenas como um entreposto. A riqueza não parava ali. Entre os portugueses, difundia-se o sentimento de ser “colônia de uma colônia”.

Durante os anos de estudos, Domingos observava que as autoridades de Lisboa viam-se diante de problemas sem precedentes. De várias regiões da América portuguesa chegavam notícias de desafeição ao trono, o que era grave. Mas pior eram as irrupções coletivas de violência, anunciando a erosão de um modo de vida. O desconforto político crescia e as autoridades se sentiam pisando em areia movediça. Por trás deste mal-estar, se aprofundava o esgotamento das formas de exploração da mina de ouro que foi o Brasil.

A crise se refletia no cotidiano do estudante: rico na colônia, pobre na metrópole. A mesada chegava com dificuldade, e ele sobrevivía fazendo pequenas traduções do grego, latim, francês e italiano: de Safo a Virgílio, de Voltaire a

La Fontaine. Em 1806, encontrava-se em Paris. O que o teria levado até lá? Pouco se sabe, mas é provável que os círculos maçônicos o tenham atraído. Na capital francesa se aproximou do Marquês de Marialva, futuro embaixador de Portugal, enviado à capital francesa para saudar Napoleão, e que se tornaria seu amigo até morrer. Foi acolhido por um pequeno grupo de emigrados portugueses e brasileiros, alguns deles, inclusive, teriam acompanhado, por puro entusiasmo, as tropas de Napoleão.

O aspecto de Paris neste início do Oitocentos não era brilhante. Por falta de meios financeiros, a municipalidade não conservara nem as ruas, nem a iluminação, nem a salubridade. O vandalismo revolucionário tinha degradado inúmeros edifícios sob o pretexto de fazer desaparecer as marcas da realeza, do feudalismo e da religião. Uma mistura confusa de feiúra e beleza crescia entre as ruínas, como terríveis cicatrizes deixadas para trás. Mas o Diretório decidiu mudar tudo. Quem chegasse ao *Champs-Élysées* iria encontrar uma via mais animada do que outrora e, apesar do aspecto campestre da cidade, assistir ao nascimento da nova capital. Na Praça da Concórdia, antiga Praça da Revolução, onde rolaram milhares de cabeças, os edifícios foram restaurados, os jardins arrumados e construído um adro imponente. As Tulherias, os cais e o Palácio *Bourbon* foram revestidos com nova decoração. À esquerda do *Champs-Élysées*, além do *fabourg Honoré*, crescia uma parte clara e luxuosa da cidade: eram os bairros de Anjou, de La Chaussée-d'Antin e do Rocher, que preenchiam suavemente os aclives na direção de *Montmartre*. Esta era uma cidade de novos ricos, de fornecedores, de generais que tinham feito fortuna na Itália, e também de artistas e comediantes. Todos os que a Revolução colocara em relevo e transformara em vedetes escolhiam morar por ali. Nos seus belos palácios com colunatas, nos interiores aquecidos por um mobiliário de formas retas ao estilo greco-romano, entre madeiras finas e afrescos, à luz da harmonia de tecidos claros, eles faziam, embora desajeitados, o aprendizado da elegância.

Bastava cruzar o bulevar para se encontrar a cidade antiga, completamente revirada. O bairro do *Palais-Royal*, que se espremia entre as duas margens do rio, era feito de contrastes entre o luxo e a miséria. Os contrastes aumentaram,

pois a Revolução só mudou o luxo de lugar, aumentando a pobreza. Seu jardim foi tão estragado que ficou fechado durante meses para ser consertado. Alguns lugares melhoraram. As Tulherias estavam mais bem cuidadas do que outrora, com seus hemicírculos em mármore, retângulos de verdura e seu povo imóvel de estátuas. Mas a fachada do castelo oposta ao jardim, a fachada voltada para o Carrousel continuava crivada de balas. A parte mais baixa desaparecia no meio de plantações recentes, pois a República decidira mascarar com plantas a residência dos reis. Do outro lado da cidade, o *Jardin des Plantes* se viu enriquecido, junto ao *Museum de Históire Naturel* criado pela Revolução num esforço para organizar a ciência. Mas o Palácio de Luxemburgo e seus jardins não passavam de uma grande ruína. A Esplanada dos Inválidos era uma maçaroca de trincheiras e escavações. Vários monumentos, inclusive os de que a Revolução tinha-se apropriado, foram violados. As igrejas perderam suas flechas, imagens e túmulos. A fome não tinha desaparecido. “Sopas econômicas” eram distribuídas aos indigentes e as carroças de pão continuavam a ser pilhadas. As colheitas claudicavam. Uma prefeitura de polícia foi criada com poderes ilimitados para tentar botar ordem na cidade. Posteriormente, um atentado a Napoleão desencadeou uma tremenda perseguição aos antigos monarquistas e jacobinos, ajudando-o a se isolar, confortavelmente, no poder.

Contudo, a sagração do Imperador, na Catedral de Notre Dame, suscitou satisfação na classe dos comerciantes e dos habitantes. O afluxo de estrangeiros e de gente vinda da província foi considerável e o retorno ao aparato deu força à máquina de consumo. Em meio ao requinte que renascia, a má notícia para os forasteiros: os hotéis eram imundos. As camas, ou melhor, os catres eram infestados pelos animais mais incômodos, e frestas no chão e nas paredes deixavam passar o vento. Melhor era alugar um apartamento, mas Domingos não tinha dinheiro:

“Em Paris, certo tempo sem ceitel
vivia certo moço do Brasil
que deveu por um tempo a certo amigo
Mal da escassa mesada havia a soma”

Para piorar a situação, no ano em que ele chegou a Paris, uma crise financeira fragilizou o florescimento econômico. Diante dos guichês do Banco de França, filas enormes serpenteavam. O objetivo era obter o reembolso em numérico de cédulas do Estado. A cada dia a massa de credores aumentava e houve mesmo feridos e agressões físicas. A vitória de Austerlitz diminuiu as filas e esvaziou os bancos, pondo um fim ao sobressalto financeiro. Mas a indústria não decolava e os ateliês continuavam parados. A maior preocupação de Napoleão era manter os trabalhadores ativos. Ele sabia o quanto estas massas desocupadas podiam ser perigosas.

O Imperador temia as rebeliões. Para neutralizá-las, criou obras públicas, abaixou o preço da carne, assinou, em 1807, a paz com a Rússia, assinalando uma trégua na esfera militar. A ingrata burguesia e os comerciantes parisienses que, antes, aplaudiram os primórdios do Império, agora repudiavam o bloqueio continental. O divórcio de Josefina também os desgostou. Teriam que dar adeus à ostentação tão cara à martiniquenha.

O casamento com Maria Luíza mudou tudo. A instalação da bela austríaca inaugurou uma era de regulamentação e economias do orçamento da Corte. As recepções oficiais nada tinham de animado. O Imperador mal aparecia entre uma batalha e outra. O despotismo fazia a polícia intervir em tudo, na vida privada e pública, no teatro, na literatura. Os soldados maltratavam a população. O clima era sufocante. Domingos observava as consequências desta nova forma de império, medindo seus limites e riscos. Perguntava-se qual a solução para o Brasil, atrasado, escravista, rural. Ao mesmo tempo, um sentimento de exílio lhe atravessava o peito e, em poemas, queixava-se ao pai sobre este Napoleão que o retinha:

“nunca mais vos verei, ó pai, ó pátria.
Sofra-se antes a morte, do que a infâmia
Dos déspotas aos pés, curve a baixeza”

Para sobreviver, o exilado triturava sua própria cultura e a devorava. Desenterrava seus mortos e sugava-lhes os ossos. Mais uma vez, as letras e a educação

que recebeu o permitiam comer e pagar as contas. Como soubesse bem o francês, escreveu um dicionário Português-Francês/ Francês-Português. O “maldito dicionário”, como o chamava, foi feito sem gosto. Uns versos enviados a um amigo, devoto de São José, o confirmam:

“Senhor, quis de São José
Cantar o aniversário
Mas tem secado a Musa
Um maldito dicionário”

No fundo, a vida dura que levava começava a mostrar seus limites. E ele não hesitava em amaldiçoar, em rimas, o trabalho não reconhecido de um exilado:

“Em Paris, certo tempo sem ceitil
Vivia certo moço do Brasil
Que deveu por um tempo a certo amigo
Mal da escassa mesada havia a soma”

As carências da estada eram aliviadas nos serralhos de prostitutas parisienses. A cidade oferecia várias novidades não só no reino das idéias políticas, mas, também, do sexo. Os bordéis começavam a ser decorados com luxo. Mulheres solteiras e casadas se ofereciam por dinheiro. A escolha se fazia através de um buraco na parede – “a judia” – ou consultando o “livro das belezas”, um catálogo ilustrado das pensionistas em cabelos soltos e decotes fundos. Às vésperas da Revolução eram 30.000 fazendo negócio dos seus charmes. Os bairros se especializavam: Rue Saint-Denis e Saint-Honoré. E lanternas vermelhas se multiplicavam nas portas das ruas de má reputação. Noites solitárias lhe renderam um filho natural havido com certa Françoise Elizabeth Derme: uma *grisette*, uma pequena burguesa que se prostituía para sobreviver. Era “mulher solteira” esta que deu à luz um menino, na casa de cômodos da Rue des Boucheries. No Brasil, um filho natural não acarretava grandes problemas de inser-

ção ou de ascensão social, pelo menos no âmbito das classes médias e inferiores. E, quando se era rico, as origens obscuras eram rapidamente esquecidas. Mas o pequeno Alexandre, nascido na Rua dos Açougues em setembro de 1809, daria, com o tempo, dura carne de peçoço. O pirralho ficou amparado por uma mesada “decente” e os cuidados do Marquês de Marialva, amigo de Domingos, que, por muitos anos, olhou por ele.

Na mesma época, começava a agonia do Império. Por ocasião do casamento de Napoleão com Maria Luíza, Domingos se aproveitou da paz com toda a Europa e, contando com a indulgência do Imperador, fugiu no brigue *Galeno* para os Estados Unidos: “Em tão miserando estado / Pôs-me da Europa o terreno/ Que para tornar à pátria/ Foi-me preciso um Galeno”, ria-se da própria sorte.

Tomou o caminho de Filadélfia, o centro maçônico mais importante das Américas. Fundada por protestantes, ela espelhava o desejo de uma cidade mais humana, imersa numa atmosfera de paz e tranquilidade, diversa das capitais européias. Sua marca era a liberdade, de pensamento e ação. Ela reunia os revolucionários que fizeram a guerra de Independência. Era o “centro das luzes revolucionárias”, matriz dos Filhos da Liberdade, que ativos resistiram às medidas coercitivas da Inglaterra. Nela se realizaram os primeiros congressos continentais, e tinha-se tornado, recentemente, a capital dos jovens EUA. Lá proliferavam os invernos frios e chuvosos, as trupes de teatro francesas que vinham encenar Molière para chocados protestantes, circos que exibiam danças ameríndias e ex-escravos contando histórias de sofrimento. Lá se encontravam, também, hispano-americanos exilados dos Vice-Reinos do Peru, México ou Nova Granada, que aproveitam o ambiente de liberdade para publicar livros e panfletos contra a metrópole espanhola e os abusos dos reis. Lá também se reuniam cinco lojas maçônicas que nada haviam sofrido com o rompimento com a Inglaterra. Ao contrário, elas alimentavam os refugiados que buscavam liberdade.

Domingos era um deles. Em Filadélfia encontrou não só gente da América do Sul, preocupada com liberdade e igualdade, assim como refugiados da Ilha

de São Domingos, colônia francesa que recentemente adquirira liberdade. Lá também Domingos compreenderia que os frutos das revoluções em favor da liberdade nem sempre eram doces. No então Haiti, terra de seu querido *Chevalier de Parry*, os escravos expulsaram seus senhores. Mais: os assassinaram e estupraram, queimaram suas fazendas e incendiaram as plantações. Pior, o ex-escravo e libertador *Toussaint l'Ouverture* instaurou o trabalho forçado e seu sucessor proclamou-se imperador! De novo, relatos de massacres embalavam as conversas nas casas de pasto, nos albergues, nas tavernas. De novo, passava um desfile de fugitivos em lágrimas, sem nada de seu, apenas a memória dos horrores. Eles se refugiavam em Filadélfia. Esse era o esfarrapado resultado de tantos sonhos. O conjunto dessas experiências fez de Domingos não mais um jacobino, mas um liberal moderado. Se por um lado concordava com as reações, aprendeu a temer as rebeliões.

A vida amorosa progredia junto com a política. Datam dessa época dezenas de cartas para as mais diversas amantes: uma baiana a quem chama de “meu bem” e diz que ainda lhe inflama o peito; Nise, a quem dizia amar os olhos; uma nativa da Ilha de Guadalupe, a quem declarava cruamente “quanto mais nua, mais me agradas”. Conquistador, bonito, experiente, Domingos estava cercado de amores e mulheres. Ele amava a vida, a beleza, a alegria.

“Em roupas de manhã deixando o leito
Antes que o toucador te insulte encantos
Qual leda madrugada
Quase despida, destoucada Vênus
Ante as rivais no Ida, se apresenta
E Paris não balança
Quanto mais nua, mais me agradas”

Em 1811, deixou os Estados Unidos com destino à Bahia. Junto com ele, muitos americanos, sócios de negócios no Recôncavo. O comércio de embarcações, aniagem, chumbo em pasta, piche, breu e tabuado de pinho ia de vento

em popa. Mas o comércio era para os estrangeiros. Para o retornado, o desafio era um só: os anos de formação teriam que se desdobrar numa carreira. Domingos voltava cheio de experiências e esperanças. Mas ao chegar, uma surpresa: foi preso sob acusação de Jacobinismo. As autoridades achavam que se tratava de um espião francês. As aventuras do primo José, os anos passados na França, suas peripécias, poemas e vida de homem de letras, as ligações com os maçons ajudavam a levantar suspeitas. No mesmo ano em que morria seu amigo Nicolau Tolentino e que Portugal enfrentava a França na batalha de Albufeira, Domingos conheceu o xadrez. Em poesia, denunciava os que arrastavam “a inocência aos cárceres”. “É crível, pode ser! Ó Rei, ó Pátria / Os ferros oiço, que anunciam crimes”. Ficou um tempo preso a bordo do brigue *Tamerlão*, partindo, depois, para o Rio de Janeiro, onde seria apurada sua culpa. Depois de idas e vindas e recados de “grandes da Bahia”, a influência de amigos o pôs em liberdade.

O esforço de seu pai em enviá-lo para a Europa não foi vão. Os primeiros frutos foram logo colhidos. Menos de um ano depois de chegar a Salvador, era indicado para ocupar a recém-criada cadeira pública de agricultura. Sua tarefa, ensinar os princípios teóricos e práticos deste ramo das ciências naturais. Além disso, tornou-se diretor do Passeio Público da cidade. O homem de ciências se instalava na capital da Província. Mas logo, logo o homem de letras também achou seu espaço. A partir de 1813, começou a colaborar com o jornal *O Patriota*, onde assinava com a rubrica B. Os artigos discorriam sobre as últimas descobertas de Agronomia e Química. Em 1813, publicou na Corte as traduções do poema de Legouvé, do Instituto de França: “O merecimento das mulheres”. Com o subtítulo de “Poesias oferecidas às senhoras brasileiras por um baiano”, o texto fazia uma apologia sobre a importância da educação feminina. Nele, este grande “*courreur de femmes*”, verdadeiro galo da aldeia, explicava que, ao ler a obra intitulada “Deduções filosóficas da desigualdade dos sexos e seus direitos políticos por natureza”, concluía que o voto feminino era mais do que necessário. Era obrigatório. A emancipação da mulher era assunto de maior importância, argumentava. Teve aplauso da Marquesa de Alorna, da poe-

tisa portuguesa Alcipe, então Condessa de *Oyenhausen*, entre outras. Curioso este D. Juan feminista! Mas o século não quis abdicar de uma parte de sua masculinidade, e as amazonas voltaram aos bordados e almofadas.

O recém-publicado Código Civil napoleônico consolidou o antigo ideal de submissão da mulher que fora rompido durante a Revolução. Ela voltava a ser considerada inferior ao homem. O absolutismo conjugal tornou a imperar. Graças à legislação, o marido podia exercer um controle sem limites sobre a mulher. Até mesmo ler sua correspondência antes dela. A regra, para as mulheres, era obedecer, trabalhar e se calar. A poesia ficou como uma lembrança de tempos em que, tricotando e vendo cabeças rolar das guilhotinas, elas tiveram o sonho de se libertar.

De volta à terra, já homem maduro e bem encaminhado, Domingos se deu outro objetivo: o matrimônio. Não aquele por amor, pois esta preocupação não existia. O casamento, nesta época, não era uma escolha do coração. O critério de seleção era a igualha. Tinha que ser gente como ele. A união dos socialmente iguais era obrigatória, uma estratégia social entre os baianos nobilitados. O esforço visava a reforçar os grupos: senhores de engenho casavam suas filhas com os filhos de senhores de engenhos. A idéia era conservar e aumentar os bens que possuíam. Para preservar o prestígio e a fortuna, precisava-se, além disso, ter várias propriedades. Ou — outra possibilidade — casar-se com as herdeiras dos grandes comerciantes que dominavam a vida econômica da cidade. Apesar da reclusão em que viviam as mulheres, as oportunidades para um primeiro encontro eram muitas: missas, novenas e outros atos litúrgicos, assim como as festas familiares. Os movimentos eram secretos e frequentemente contavam com o apoio de uma tia solteirona ou irmã mais velha que se tornavam confidentes da jovem. Um irmão ou cunhado servia de “pau-de-cabeleira”, vigiando de perto os passos do casal.

A escolha de Domingos recaiu sobre D. Maria do Carmo de Gouveia Portugal. Viúva, ricamente dotada, jovem, além de bela mulher. Sua família só a teria deixado casar se este fosse um matrimônio que elevasse sua qualificação. O que era o caso. Do contrário, ela teria envelhecido só e tristemente. As núp-

cias tiveram lugar em 20 de maio de 1814. Ela com 19 anos, ele com 35. Era a *Marília* de seus versos, pequena transformação do primeiro nome. Ele fez um excelente negócio. O casamento foi um acontecimento público, que reuniu a imensa família e vizinhos, da cidade e dos engenhos. Aos que não foram convidados, foi enviada uma cortesia: a participação de casamento. “Tenho a honra de comunicar a Vossa Senhoria que no dia tal do corrente casei com a muito estimada senhora, Dona Maria do Carmo... esperando que essa união contará com a inteira aprovação de Vossa Senhoria. Teremos o maior prazer de receber Vossa Senhoria em nossa casa, a rua tal...”. Ela levou no buquê um ramo de alecrim, à maneira “inglesa”. Em 1815 lhe nasceu o filho Domingos. E um ano depois, aquela que seria a luz dos seus olhos: Luiza.

Em janeiro de 1824, um ofício participava sua nomeação para a Corte de Paris, arrancando sua família do Engenho São João. Na França, coube a Domingos tentar o que seu antecessor não tinha conseguido. Bem recebido na Corte, graças à sua fluência e *bel esprit*, viu, todavia, as suas credenciais recusadas. Os ministros continuaram a evitar compromissos a respeito do Brasil, embora no Rio de Janeiro mantivessem representantes travestidos em agentes comerciais. Foi este, contudo, o último ano de vida do obeso e abúlico Luís XVIII, conhecido como “rei-poltrona”, um homem que não compreendia o seu tempo. Morreu em setembro de 1824, de gangrena nos dois pés. Reunira a sua volta monarquistas inflamados, mas mal governava. Por não ter descendentes, foi passando os negócios de Estado para o irmão, Carlos X. Depois de um ano de calma, a oposição retomou a ofensiva nas ruas e no Parlamento. As diferentes facções monarquistas, contrárias a qualquer forma de liberalismo, engalfinhavam-se. Envolvido com essas querelas internas, o rei mal tinha tempo de pensar em política externa. Do seu lado, D. Pedro II já escrevera ao “irmão e primo”, a quem dizia considerar “modelo de virtuoso monarca”, em busca de apoio para consolidar “um vasto, rico e nascente império”.

Pois a mesma técnica diplomática de ambigüidade e procrastinação usada por D. João VI às vésperas de sua fuga para o Brasil era, agora, usada por Carlos X. Esperar e empurrar com a barriga até ver o que Portugal faria. Na reali-

dade, o governo francês, simpático à causa brasileira, só ansiava por uma coisa: a resignação da metrópole. E de fato, depois da assinatura do tratado luso-brasileiro, o governo estendeu a mão ao jovem Império.

Nessa época, Paris abrigava colônias permanentes de ricos estrangeiros: ingleses, americanos, aristocratas russos. Mas, também, grupos de imigrantes trabalhadores, qualificados ou mão-de-obra simples. Habitantes da Suíça, Bélgica, Polônia, Áustria, Itália, Alemanha se reuniam na cidade onde triunfaram seus sonhos políticos e onde buscavam trabalho. Se a Revolução arruinou momentaneamente o comércio parisiense, sob o Consulado e o Império, ele não sofreu com a ruína do comércio exterior que beneficiava os planos de Napoleão. Ao contrário, o número de comerciantes aumentou vertiginosamente.

Paris parecia uma feira perpétua, com lojas brilhantes nas ruas *Vivienne* ou *Saint-Honoré*. A Câmara de Comércio, recém-criada, reunia grandes homens de negócios. As encomendas da Corte davam ao comércio de luxo um prestígio que, há muito, não era visto. Novas técnicas de consumo se impunham: placas iluminadas anunciavam serviços, *magazins* de novidades variavam suas vitrines de acordo com as estações. Multiplicavam-se as galerias comerciais e os bazares. Prospectos e reclames na imprensa anunciavam produtos novos, incessantemente.

Para D. Maria do Carmo e as crianças, deixar Salvador e chegar a Paris era descobrir um mundo novo. Trocar o Pelourinho, as tardes ensolaradas e os verões nos engenhos, substituindo-os pelo movimento, a cidade em obras e os frios invernos foi como virar uma página. No mesmo ano em que a família se instalava, os mais variados eventos aí tinham lugar. A nova sala de Ópera tinha sido inaugurada, o serviço de bombeiros também, o *Café de Paris*, na esquina do *Bulevar des Italiens*, abria as portas, a execução de quatro sargentos antimonarquistas na Praça de *Grève* foi o grande acontecimento público, pousava-se a pedra fundamental da igreja de Nossa Senhora de Loreto, fundava-se o jornal *Le Figaro*, as primeiras canoas de lazer circulavam no Rio Sena, e nascia o primeiro *grand-magazin* do mundo, o *La Belle Jardinière*.

Acompanhando a tendência da época, Luiza e seu irmão se tornaram o centro da família. Eram objeto de todo tipo de investimento: afetivo, claro, mas também educativo, econômico, existencial. Como herdeiros, eram o futuro da família, sua imagem sonhada e projetada, sua forma de lutar contra o tempo e a morte. Nessa época, para tudo e contra tudo, a infância se tornava a idade fundadora da vida e a criança virava uma pessoa. Domingos sabia melhor do que ninguém o quanto uma educação européia poderia servir como investimento num país que – ele previa – precisaria de talentos. A educação cabia à D. Maria do Carmo, que os alfabetizava em francês pelo método *Jacotot*. Luiza começava a aprender alguns pontos de bordado e a costurar roupinhas para as bonecas. Entre marido e mulher uma sólida convivência se estabelecia. Ela o assessorava nas atividades diplomáticas, funcionando como sua secretária particular. A Sinhá, deixada para trás no Engenho do Recôncavo, foi substituída pela *Madame*, com *touts les atouts*, ou seja, com todos os trunfos para se adaptar às novas condições de vida. Os quatro viviam em harmonia. Harmonia suficiente para receber, de braços abertos, Alexandre, o filho natural, agora um adolescente de quinze anos.

Quanto a Domingos, ele se dividia entre duas tarefas: bombardear o país com informações úteis para o seu desenvolvimento e combater as manobras do corpo diplomático português para desestabilizar D. Pedro I. Mal chegara, já dava mostras de seu entusiasmo pelo cargo. Iria se tornar um provedor de idéias para que o jovem Império avançasse. Começou enviando ao Brasil livros de Direito e coleções de sementes para o Jardim Botânico. Procurava engenheiros para criar uma escola de Pontes e Minas, construtores navais e outros profissionais com especialidades que fizessem progredir a agricultura e a indústria. Percorria a cidade, suas livrarias e academias em busca de novidades e de gente que quisesse emigrar para os trópicos. Sua meta era arrancar o país do sistema frouxo e pegajoso no qual tinha se enfrinhado, de braços com a escravidão, que gostaria de ver eliminada.

As cartas ao seu superior não escondiam os problemas que atrasavam seus contatos com o trono francês. As manobras portuguesas eram muitas. E muito

baixas. Ora havia ameaças, ora ações e publicações contra o reconhecimento do Brasil pelas nações européias. Em Hamburgo, por exemplo, um panfleto foi impresso, ameaçando “que Portugal não reconhecerá jamais a conversão feita pelo governo do Brasil. Que o ouro em pó e o pau-brasil, sendo da Coroa de Portugal, não podem servir de garantia contra empréstimos”. Uma semana atrás da outra acumulavam-se os boatos espalhados por Portugal de que “estaria sendo preparada uma expedição contra o Brasil e que a Inglaterra apoiava Portugal”. Que fazia “grande diferença entre a nossa independência e as das repúblicas hispano-americanas” e que tais boatos “preocupavam autoridades francesas e o Ministério de Relações Exteriores”. Anexava à correspondência cópia de circulares passadas pela Secretaria dos Negócios Estrangeiros de Portugal para que todos os seus diplomatas fizessem publicar, nas Cortes em que estivessem servindo, que Sua Majestade “jamais reconhecerá nem se julgará obrigado a cumprir qualquer contrato ou obrigação contraída pelo governo de fato de Rio de Janeiro para obter um empréstimo e que, no caso de chegarem aos portos dos ditos países embarcações com bandeira brasileira, reclamem as mesmas perante as autoridades locais”. As ameaças eram constantes.

Ou seja, a metrópole insistia em continuar metrópole. Por trás das estratégias diplomáticas, insistia em dar a impressão de que o Brasil não conseguiria caminhar com as próprias pernas. Nesse quadro, os constrangimentos eram inúmeros. Em nome deles, entende-se que Carlos X atrasasse os compromissos com o Império brasileiro. Mas de mangas arregaçadas, Domingos seguia trabalhando pelo país. Via-se mordido pela moda do patriotismo que varria a Europa, da Ucrânia aos *moors* da Cornuália. Poetas, jornalistas, escritores cantavam o amor à pátria e a pertença a um rincão. A palavra “pátria” se multiplicava nos seus escritos. O engajamento em aprimorar a “terra natal” era sua maior preocupação.

Passados os primeiros meses de entusiasmo, alguns problemas, contudo, começavam a aflorar na correspondência. Ele sentia que seus esforços esbarravam na lenta burocracia do jovem Império. Por várias vezes se queixava, dizendo-se magoadíssimo com a perda de tempo para se enviarem ao Brasil objetos

“mui necessários não só para que se veja a solicitude do Ministério, mas para que com eles se semêem os princípios da abundância”. A falta de fundos e de autorização para tomar iniciativas era o que mais incomodava este homem acostumado à mais absoluta independência. Queixava-se por estar de “mãos atadas”. Mas, para contentar de algum modo sua “ânsia de ver transplantado quanto é bom para minha pátria”, continuava a remeter livros sobre técnicas agrícolas, hipotecas, leis rurais, pontes e estradas, leis e regulamentos de Marinha, Correios, regulamentos de sociedades científicas e beneficentes, litografia, etc. Ressaltava a importância dos estabelecimentos científicos e a necessidade de formar brasileiros no exterior para que contribuíssem ao país com “misteres úteis”. Ressentia-se pela demora em mandar obras sobre Minas, pois ouviu dizer que em Bogotá estabeleceu-se um museu onde havia aulas sobre Ciências Filosóficas e Matemáticas e “um colégio de Minas”. E perguntava-se indignado: por que lá e não cá?!

Sugeria “encaminhar a população branca européia para as províncias do Norte do Império, onde, além da inferioridade em número da cor branca, as raças africanas são as mais valentes, sendo muito difícil, portanto, guardar o equilíbrio”. Um misto de vontade de interferir para aprimorar os rumos do país e a constatação da inércia em que via mergulhado o funcionalismo é a tônica das cartas nos primeiros anos. Mas também nelas se lêem a impotência, a exasperação, a lista de esperanças frustradas. Não era fácil ser diplomata e representante de um Império verde e imaturo.

“Todas essas considerações não deixam de merecer contemplação de V. Exa. e das pessoas que com vc. dirigem a nau do Estado. [...] Contudo, a julgar pelas aparências (que é sempre julgar mal), longe de receios, elas levam a crer bom o futuro, vendo-se Portugal nomear plenipotenciários para tratar com os de S.M.I e a Inglaterra, Áustria e França apresentando sintomas agradáveis para que o reconhecimento se efetue em breve. Eu, porém, estou persuadido de que os governos não têm e nem podem ter vontade estável, pois que as circunstâncias a tornam tão variável que mal cabe no celeiro das possibilidades

[...]. É portanto minha opinião que não larguemos as armas das mãos sem a conclusão afinal do reconhecimento do Império; que não nos fiemos em aparências por mais lisonjeiras que sejam e, finalmente, que o reconhecimento se faça com brevidade, como com ele vem à paz e conseqüentemente o desleixo da alegria e a perda do estímulo que para a reunião doa ânimos dava a guerra, cumpre que o Ministério vá com antecedência reunindo os elementos necessários para incitar novo estímulo de reunião sem dar intervalo para a quebra de ânimo filho da paz, e lugar de desvarios das imaginações vivas que se lhe apresentar bom alimento para de mau não se nutrirem, que sem boas precauções a paz será um mal. São esses alimentos criação de Escolas de Ciências e Artes, obras públicas, mormente estradas e canais, estabelecimento de caridade, polícia e agricultura, comércio e mineração e mesmo de públicos passatempos no que pondo sempre a mira tenho tomado a liberdade de antecipar a remessa de vários projetos e modelos, não passando além por não exceder dos limites que me são marcados.”

A vida familiar dos Borges de Barros tinha se adaptado ao modelo europeu. Os passeios juntos, visitas a exposições e museus, assim como o trabalho doméstico compartilhado, já eram partes de um modelo tipicamente burguês. Modelo que buscava o equilíbrio da atividade profissional com a felicidade pessoal. Por vários canais diferentes – viajantes, *dândis*, exilados, comerciantes, *misses* ou *nurses* empregadas de boas famílias – esse modelo se infiltrou nas classes dominantes francesas, que encontravam na anglomania uma forma de distinção. Os costumes de higiene, tais como o uso do sabonete, da latrina, da banheira, as modas do vestuário, as maneiras de falar – *home, baby, comfort* –, de brincar, de sentir ou amar oferecem inúmeros indícios desse fenômeno. As roupas, a linguagem, as atitudes em relação aos pobres, os serviços prestados à comunidade, o uso dos bens móveis, tudo se convertia em critério do patriotismo civilizado que Domingos queria transferir para o Brasil.

A vida em Paris e o aconchego familiar não o livravam, contudo, do ninho de cobras em que se tornara o aparelho de Estado recém-constituído por D.

Pedro I. Fofocas, notícias falsas, comentários maldosos também eram ingredientes do trabalho diplomático. Não poucas vezes, abria-se com seu superior dizendo-se magoado:

“Não resisto a importunar V. Exa. com o desabafo de meu coração tão partido, como sensível e independente. Calei os primeiros ataques, mas, como continuam, vencem o silêncio. Em carta dessa capital fui e o foram meus colegas tachados com o título de instrumento de despotismo. Em outras comentam o dinheiro que dispendemos à Nação para passearmos nas ruas das capitais da Europa e, hoje, finalmente vejo um destes muitos papéis escrevinhados cujos destemperos tanto nos dão no rosto [...], vejo tão mal o propósito do meu nome que é forçoso talvez fazer o que não é factível: responder as sandices [...]. Só aqui tendo de fazer tudo quanto pertence a minha delicada e trabalhosa missão, e até de apresentar minha família com decência que não deslustre a nação, e isso no país das incalculáveis e indispensáveis bagatelas. Não me parece muito divertida a existência.”

E concluía:

“A vida diplomática é agradável quando se representa abertamente o monarca e se goza de imunidades e representação. Mas não quando sem as vantagens, tem-se todo o trabalho e a obscuridade e somente o virtuoso prazer de dar-se ao sacrifício. Minha casa sofreu como todas as da Bahia, e, quando o mal geral passou, meus irmãos, esquecendo meus extremos por eles, buscaram acabar o que o inimigo não assolou. V. Exa. há de desculpar fazer perder tempo falando de mim, e nem os creia que viso a qualquer aumento de mercês ou dinheiro [...] e a herança que mais quero deixar a meus filhos é a memória de que me votei à Pátria: a recompensa a que aspiro é a íntima convicção de haver prestado serviço ao Império e ao Imperador.”

O modelo familiarista e patriótico no qual Domingos estava mergulhado refletia na preocupação que tinha com os filhos do jovem Imperador. Morta

D. Leopoldina, vivendo à sombra da Marquesa de Santos – o oposto de tudo quanto Domingos prezava e via se consolidar na vida européia – as crianças estavam aparentemente abandonadas. Ele passou a influenciar na educação dos pequenos príncipes. O que comprava para seus filhos enviava igual para Suas Altezas. De Paris saíam caixas com brochuras, livros e outros objetos elementares para a educação dos pequenos príncipes, assunto que ele encarava com a maior seriedade. A boa educação, explicava, “deve ser nas monarquias o primeiro cuidado, e assim convencido adiantei-me em remeter livros e mais objetos para servirem na educação de Suas Altezas Imperiais, brinquedos pela mor parte, porque é em sábios brinquedos que se ensina o gosto do saber”. Luiza entrava na vida de D. Pedro II sem saber. Vida afora teriam o que recordar em torno dessas primeiras leituras, jogos e passatempos que foram os dela também. Assim folhearam, na mesma época, as estampas de *La Fontaine*, as *Maravilhas da Natureza Viva*, o *Museu da Infância*, o *Egito e a Núbia*, *A Cabana do Pai Tomás*, as *Enciclopédias* das crianças estudiosas, obedientes e religiosas, o *Alfabeto do Pequeno Naturalista* ou a *Bíblia para Crianças*. Junto, seguiam caixas de lápis para desenho, moldes, mapas, peças musicais e um pequeno globo que ela tinha igual.

No meio do ano, a experiência na capital francesa e o convívio com vários brasileiros de passagem o faziam tecer considerações graves:

“O negócio da povoação boa do Brasil me ocupa sempre como um dos mais importantes. E cada vez mais conheço a necessidade em que estamos, não só de gente que com bons costumes dê rosto à prevaricação que desenfreadamente corre. Meninos que daí vêm para colégios me têm pasmado com o desprezo em que trazem a religião e os laços sociais. E os homens com tanto saber em política, tanto sobre direitos do homem, tão pouco sabem sobre as ciências que os nutrem, que os vestem e que dão riqueza à Nação; um disse-me que, para agradar, tinha feito os maiores sacrifícios, até o de ir uma vez à missa! E perguntando-lhe o que era missa, respondeu que não sabia. Outros que atendem com os termos liberdade, liberalismo, igualdade tam-

bém melhor não definem o que repetem; querem a igualdade, nos campos, porém não na espingarda ou na enxada; há sempre injustiça e despotismo quando eles não governam; todos sabem como se fazem constituições; nenhum como se plantam batatas.”

Ele se preocupava com o país, sua elite e seus futuros governantes. Por trazer sua terra encarnada nele, as cartas se sucediam com sugestões e mais sugestões de melhorias. E naquelas que acompanhavam os presentes dos pequenos príncipes, ia junto a inquietação pelo comportamento de D. Pedro em relação aos filhos. Sua atuação lhe rendeu dividendos. Na mesma época, Domingos foi agraciado com o título de Barão da Pedra Branca. Tornava-se assim um dos “Barões de Massapé”, dono de engenho rico e dos melhores, gente de onde viria todo o apoio à Monarquia. Afrancesados, que tinham o gosto da contemporização, que alimentavam os contatos com homens de negócios estrangeiros, sobretudo com ingleses, que prezavam a aristocracia dos canaviais. Homens que mandavam em outros homens; que mandavam nos moleques, nas mucamas, nos bois, nos burros. Só não mandavam no tempo. A notícia foi muita bem recebida pela família em Paris.

Em outubro, abria a casa aos brasileiros de passagem ou estudantes — e havia muitos baianos e pernambucanos — para festejar o aniversário do Imperador! Patriota ao extremo, Domingos não perdia a oportunidade de homenagear as datas nacionais: “Com minha família abrimos nossas portas, em gala e vestidos e no coração.” No mês seguinte, aporrinhações. Tendo enviado “objetos de diminuto preço para a educação de Suas Altezas Imperiais”, foi severamente repreendido pelos superiores, acusado de dilapidar dinheiro. Mais uma vez, o clima de implicâncias renascia. Ciumeira dos provincianos brasileiros, com certeza, invejosos do efeito que os cuidados que atingiam o futuro Imperador podiam ter. Diante das críticas, D. Domingos não perdia tempo. Respondia em gordas cartas em que expunha as dificuldades pelas quais passava:

“Confesso mais que tendo os gastos de minha casa, e mais do que todas as despesas aqui feitas por conta do governo só para sustentar com alguma decência o nome do Monarca e da nação; que levando a economia a ponto de ser minha

mulher o secretário da legação por muito tempo, como aí se verá pelos papéis e cartas por ela escritas; que se despindo minha mulher de seus enfeites e jóias para mimosear pessoas que convém aliciar para o bem do Império, que para diminuição de despesas em despreço de sua saúde e particulares vantagens, correndo todo Paris; que achando no fim do ano um déficit atendível contra nós, magoou uma ordem que parecia me não quadrava, e ainda mais serem tão mesquinhas as despesas que de mim dependem que não admitem diminuição. Pois esta Secretaria não teve uma cadeira ou canivete que custasse dinheiro do Estado como consta das contas. Tenho a honra de informar que será de minha imediata execução não mandar de ora em diante objeto algum sem ordem especial.”

D. Maria do Carmo anotava criteriosamente num caderno os créditos do marido. Não só as dívidas do Estado brasileiro e do Imperador em pessoa, que fazia encomendas, mas de gente de passagem por Paris que se encontrava sem dinheiro: o Visconde de São Leopoldo, o de Cachoeira, o Conde de Valença, o próprio cônsul brasileiro.

Chegou o Natal. E depois da festa, a agonia. O final do ano foi tristíssimo. Seu filho Domingos faleceu. Era criança muito frágil, sempre merecendo cuidados médicos. D. Maria do Carmo passou dias enxugando a baba da boca e o suor da fronte do pequeno. Veio o padre murmurar preces em francês: Amém! Foi enterrado num dia gelado, no jardim da morte. Mas a dor não passou. Tomou-se luto como se faria por um adulto. Pranteado em casa, seus cabelos cacheados se guardaram em medalhões usados pela mãe e pela irmã, ambas vivendo na mais absoluta agonia da perda. D. Domingos se queixaria por toda a vida pela ausência deste menino. Registrou sua revolta até em testamento: “A morte o roubou em Paris”! Era belo como um pequeno anjo. De talhe magro, mas bem proporcionado, os cabelos dançando sobre a cabeça como uma chama escura, o riso espontâneo, o andar gracioso e a fala inteligente. Antes de morrer, pedira ao pai que seus ossos repousassem em terras do Engenho São Pedro, onde brincara e fora feliz. O coração, segundo von-

tade dos pais, seguiu para o Convento do Desterro. Ao encontrar-se com outras mães, D. Maria do Carmo enxugava, com seus lençinhos rendados, intermináveis lágrimas de saudades.

O retrato de família, que correspondia à moda da época, incentivou a realização de uma tela na qual o pequeno Domingos ficou eternizado. No fundo tratado como cenário, as agulhas da Igreja de Santo Suplício, no bairro de *Saint-Germain-des-Prés*, onde moravam. Em primeiro plano, cada personagem desempenhava seu papel: Domingos em indumentária napoleônica, Dona Maria do Carmo numa tristeza sem fim, Yayá estudando. Zelando pelo que sobrou da linhagem, o busto do filho morto. O pai, desesperado, dava vazão ao sofrimento em poesias: “Os túmulos – Poema filosófico e romântico” é considerado por muitos críticos como marco fundador do romantismo no Brasil.

Ademais, culpava o clima terrível por sua infelicidade. Em Paris, os moradores sofriam de umidade, do céu cinzento – a *grisaille* – e de poluição. Desde o outono, as folhas mortas turbilhonavam em espirais. Nove meses por ano era a lama que se agarrava aos sapatos, a bruma que rolava sobre o rio, o frio que enregelava o vento, as chuvas dobrando as árvores e, muitas vezes, a neve escondendo as ruas sujas. Então as portas se fechavam hermeticamente, as cortinas escondiam as janelas, as turfas se acendiam nas chaminés, o tempo escorria gota a gota. A intensidade das precipitações era forte. Nada a ver com as águas tépidas que molhavam o Recôncavo e que depois de encharcar a terra deixavam o sol brilhar. A gripe matou a criança aos dez anos de idade.

“Os sacrifícios da tranqüilidade, da fortuna, da saúde minha e de minha família foram feitos (e gosto de repetir) com vanglória; mas o da perda do meu filho, minha esperança, e posso dizer, um gênio roubado ao Brasil, excede minhas forças. [...] É forçoso que eu me entregue à minha dor por algum tempo para tentar arrancar-lhe tréguas, e ver se posso consertar corpo e alma, de modo que torne à Pátria, ou onde Sua Majestade Imperial julgar que me deva colocar. Desejo passar algum tempo na Itália, fugindo ao clima

que matou meu filho e traz minha família em constante moléstia. Eis a graça que imploro a Vossa Majestade Imperial.”

Seguiram para a Itália, em busca de sol e calor. Viajaram “fugindo do clima” que tantos estragos causou. Os pais relaxaram quanto às exigências de estudos da menina. Corria que estudar muito também destruía a saúde. Um médico recomendou que Domingos desse a Luiza um jumento e a deixasse passear na floresta. Nada de livros, mas distração. Senão mataria a menina como matou o irmão. Mas agora é D. Maria do Carmo que não parecia bem. Volta e meia, adoecia. Domingos escrevia aos amigos no Brasil, depois de passarem por Nápoles e pela Suíça: “A boa mamã continua a padecer. Só Yayá é valentona.” No ano seguinte, tudo parecia ameaçador: “Só a educação da filha pode suportar as perdas que trazem a ausência das fazendas e propriedades e o câmbio destruidor [...] o que nos arrastou a tanto? Minha mulher continua a estar de cama. É mau – prognosticava – começar a estação assim doente. Yayá está boa.”

No ano seguinte, as tarefas se cumpririam normalmente. A legação seguia recebendo brasileiros de passagem, e Domingos, apesar dos problemas financeiros e familiares, continuava se empenhando em bem representar o Brasil. D. Maria do Carmo ora parecia bem, ora estava de cama. Luiza estudava. A tranquilidade desta vez foi quebrada não por simples diz-que-diz-que. O adversário, agora, era de seu tamanho. O homem? José Bonifácio de Andrada e Silva, braço-direito de D. Pedro I na Independência e destruidor dos focos de resistência à separação com Portugal. Agora, contudo, rompido com o Imperador e exilado em Bordeaux.

Em carta a amigos, José Bonifácio, que conhecia Domingos há tempos, revelou que trocara cartas por conta de informações sobre ciências naturais. Bonifácio ficou indignado porque, em vez de responder, Borges mandou-lhe um catálogo, como, aliás, fazia com seus superiores no Brasil. Daí ter se enfurecido por conta de uma carta anônima que recebera, com ameaças aos irmãos, que correriam riscos se voltassem ao Brasil: “Somos detestados por todos os partidos e [...] seremos assassinados em qualquer parte onde desembarcarmos.”

Bonifácio achava que “tal carta saiu da Fábrica do Borges de Barros”. Seriam inimigos mesmo? Tinham muito em comum; ambos eram naturalistas, formados em Coimbra e escreveram para *O Patriota*, além de se manifestarem contra a escravidão e traduzirem obras clássicas. Eram também maçons, mulhereiros, tinham filhos naturais, enfim, eram dotados do tal *bel esprit*. Muito provavelmente, nas suas funções, D. Domingos pagava caro por ter que “vigiar” os passos dos Andradas exilados em Bordeaux. Em poucos anos, Bonifácio voltaria às boas com D. Pedro I e com Domingos também.

Em 1826, foi escolhido senador pela sua província da Bahia. Entretanto, esteve ausente da posse e nem veio ao Rio para assumir o posto: “Que esperassem: Paris vale bem mais...”. Ele estava cuidando da sua Yáyá, então com dez anos. No mesmo ano, acompanhou a coroação de Carlos X, acontecimento que paralisou todos os negócios e afastou ministros e a corte de Paris. Foram para Reims, a cidade na qual os reis franceses eram sagrados. Foi inesquecível o momento em que as portas da catedral se abriram e a multidão invadiu a imensa nave, enquanto quinhentas pombas eram soltas e voavam, aturcidas pelo som do órgão e a fumaça do incenso. Armado, sagrado, coroado, Carlos X se fez aplaudir enquanto os canhões troavam das muralhas e os sinos das igrejas badalavam. D. Domingos aproveitou para se oferecer uma “espécie de férias”. Por conselho médico, passou alguns dias no campo e com tempo livre redigiu um projeto, “Notas sobre a segurança interior do Império do Brasil”. Pediu que fosse levado a presença de Sua Majestade Imperial.

Há algum tempo na Europa, Domingos sonhava fazer do Brasil uma nação forte e progressista. A íntima convivência com as letras e as ciências não impedia, contudo, de acentuar o perigo de um Brasil muito preocupado com a cultura do espírito, em detrimento de uma atividade material, sem a qual toda instituição se tornaria instável e fictícia: “Universidades só quadram quando divulgadas as Luzes, não se há medo de sistemas, antes torna a nação um composto de bacharéis gárrulos e de povo ignorante.” Espírito prático e penetrante, grande amigo de seu país, conhecedor de suas variadas riquezas e de suas possibilidades econômicas, preocupam-no os assuntos puramente políticos

ou científicos, as grandes reformas administrativas, os empreendimentos sem os quais o Brasil jamais poderia se elevar no conceito das potências cultas. Ele persistia em reclamar um pouco de ousadia aos nossos homens de Estado, de cujo governo o Brasil só poderia colher grandes resultados se se aventurasse em grandes empreendimentos. Ele temia que uma minoria acadêmica, dominando uma maioria ignorante, preguiçosa e retraída, se perpetuasse no poder. “Uma sociedade composta de sábios transcendentais não pode subsistir, é mister que haja quem a nutra.”

Em 1827, Domingos figurava entre os que buscavam desesperadamente uma noiva para o Rei e nesta missão investiu todo o seu poder de fogo. Cabia-lhe – e a outros caçadores de noivas – arranjar uma para D. Pedro I. A missão era espinhosa. D. Leopoldina havia deixado para trás, além dos filhos, dúvidas terríveis sobre a causa da morte. Morrera de desgosto porque era maltratada pelo marido, diziam muitos. Outros invocavam a cena dantesca do covarde que dava pontapés na barriga da esposa grávida. Temia-se que, estróina como era, ele levasse ao trono a amante. “D. Pedro, o mais desmoralizado e desventuroso dos pretendentes”, comentava-se entre dentes. Mas pelo Império, era preciso que se casasse de novo. D. Pedro era jovem: tinha 28 anos e um único filho homem. E tinha suas exigências: queria uma esposa digna pelo nascimento, pela formosura, pelas virtudes, pela instrução. A tarefa era difícil.

Os inimigos e os rumores palacianos procuravam desconcertar Domingos: “Aí tem Vossa Majestade a resposta de Pedra Branca, que espera o sim em poucos dias, mas não tenho confiança neste homem. Tudo é chalaça, tudo é hipocrisia”, queixava-se Barbacena, ministro de confiança do Imperador. O diplomata e político sentia-se inseguro, pois seus contatos foram por água abaixo, frustrando D. Pedro várias vezes. Domingos gabava-se de ter conhecimentos e influência nas cortes européias, o que certamente alimentava a inveja dos cortesãos mais chegados ao monarca. E apesar dos rumores que cercavam suas iniciativas, ele não desistia. Acionou seus contactos. Começou a redigir cartas, a realizar entrevistas e a escarafunchar nas complicações comuns aos processos de núpcias.

Com faro de especialista, procurou numa casa que, década e meia antes, seria passaporte para a glória, mas que agora significava fardo difícil de carregar. Havia quem achasse as ligações com Bonaparte perigosas. Mas foi nesta casa que Barbacena havia desdenhado que ele achou a jóia da coroa: Maria Amélia de Leutchemberg, uma menina rosada e com todas as qualidades sonhadas pelo futuro marido. A família aceitou o pedido. Assim terminava a humilhação do Imperador, recusado de porta em porta por dez princesas.

Apesar do que diziam contra ele, Domingos teve o reconhecimento do Imperador, que se apaixonou instantaneamente pela prometida. Agradecido, cumulou o alto funcionário baiano de comendas. Por este serviço, obteve a “Gran Cruz da Ordem de Cristo”, a dignitária da Rosa e recebeu, a 18 de outubro de 1829, o título de Visconde, com grandeza, através de decreto. Por outro lado, a família de *Beaubarnais* lhe ficou eternamente devedora. A jovem arquiduquesa fora o primeiro membro da família Bonaparte, tão cruelmente atingida em 1815, que subia a um trono. Era o fim do ostracismo no qual a família foi mantida por todas as casas principescas. Os *Beaubarnais* e os Bonaparte sentiram grande alegria e dedicaram sincera gratidão àquele que foi o agente deste retorno ao prestígio.

Mas em 1831 um novo drama deixaria a família em pedaços. D. Maria do Carmo engravidou, projetando dar ao filho perdido um pequeno sucessor. Longe das aparadeiras do engenho, distante das mucamas que se reuniam à volta do leito, encorajando-a com gritos e bentinhos, a mulher, cansada de tantas pequenas moléstias, não agüentou. O parto difícil levou mãe e filho. A família pequena, piedosa, intelectual, na qual todos se agarravam como uvas num cacho, se partiu. D. Domingos olhava com desespero as ruínas do que fora sua felicidade. Como Orfeu, não pode reconduzir Eurídice à luz do dia. Escrevendo ao amigo Miguel Du Pin e Almeida dizia-se o “mais infeliz dos homens”. E gemia: “Foi perda irreparável”, havia de passar a vida em “constante e doloroso luto”. E concluía, ressentido: “Espero deixar o retiro que escolhi para entregar-me livremente a meu mal, só querendo partir para ir dar o resto dos meus dias a Nossa Pátria, à qual consagrei a vida e pela qual perdi esposa e filho.”

Em 1833, Domingos vem ao Rio de Janeiro tomar posse de sua cadeira no Senado, instalando-se definitivamente no Engenho São Pedro, a partir de 1837. Anos depois, publica *Vantagens da Vida Campestre* e, a partir de 1850, circula sob seus auspícios o jornal *A Época Litterária*, impresso na tipografia de Carlos Poggetti, situada na Rua Nova do Comércio. Nele, encontravam-se artigos sobre Ciências, Literatura, Belas-Artes, História, peças teatrais e poesias. Era, também, voltado ao público feminino e contava com 22 assinantes entre dezenas de homens. Em extensa troca epistolar com a Condessa de Iatubaiana, Domingos Borges de Barros revelou-se, até o final da vida, um apaixonado pela “Pátria”, um entusiasta das Letras e das Ciências. Personagem ímpar, atravessou décadas como ator e observador de inúmeras revoluções e acontecimentos históricos, a transmigração dos Bragança, entre outros. Dessa gente, Aléxis de Tocqueville dirá em 1845 que eles dançaram sobre um vulcão. E sobre o vulcão Domingos foi tudo: poeta, cientista, senhor de engenho, diplomata, maçom, republicano e monarquista. Enfim, um homem de seu tempo. Domingos fechou os olhos em 20 de março de 1855.

~ Bibliografia

- ALBISTUR, Maité e Armogathe, Daniel, *Histoire du Féminisme Français*, Paris, Éditions des Femmes, 1977.
- Arquivo Histórico do Itamaraty, Missões diplomáticas Brasileiras – Embaixada de Paris, vol.I4
- Autos da devassa da Conspiração dos Alfiates, Edição de Maria Helena. O. Flexor. Salvador, Arquivo Público do Estado da Bahia, 1998; 2 vol.
- BARICKMANN, B. J. *Um Contraponto Baiano: Açúcar, Fumo, Mandioca e Escravidão no Recôncavo, 1780-1860*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- BERTIER DE SAUVIGNY, Guillaume de, *Nouvelle Histoire de Paris. La Restauration (1815-1830)* Paris, Association pour la publication d’une histoire de Paris/ Diffusion Hachette, 1977
- BERNSTEIN, Harry. *Origins of Inter-American Interest 1700-1812*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1945.

- BOLIVAR, Simon. *Carta de Jamaica. Contestación de un Americano Meridional a un Caballero de Esta Isla*. México: Cuadernos de cultura latinoamericana, UNAM, 1978.
- BOWMAN, Jr., Charles H. “Manuel Torres, A Spanish American Patriot in Philadelphia, 1796-1822”. *Pennsylvania Magazine of History and Biography* 94 (1970).
- BORGES DE BARROS, Roberto, <http://Borgesdebarros.blogspot>.
- BRAGA SANTOS, Piedade, Rodrigues, Teresa, Sá Nogueira, Margarida, *Lisboa Setecentista*, Lisboa, Livros Horizonte, 1987.
- BULCÃO SOBRINHO, *Famílias Baianas*, Bahia, Imprensa Oficial, 1946.
- CALADO, Ivanir, *Imperatriz no Fim do Mundo – Memórias Dúbias de Amélia de Leuchtemberg*, Rio de Janeiro, Ediouro, 1998.
- CANDIDO, Antonio, *Um Funcionário da Monarquia – Ensaio sobre o Segundo Escalão*, Rio de Janeiro, Ouro sobre Azul, 2007.
- Cartas Andradinas*. Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 1890.
- CARRÉRE, J. B. F, *Panorama de Lisboa no Ano de 1796*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1989.
- CARVALHO, Carlos Delgado de, *História Diplomática do Brasil*, Brasília, Senado Federal, 1998.
- CARVALHO, Rômulo V. da Gama, *História da Fundação do Real Colégio dos Nobres*, Coimbra, 1959.
- COLON, Maria Luisa. “Impresos en español publicados en Filadelfia durante los años 1800 a 1835”. *Mémoire de maîtrise (Master of Science)*, Catholic University of America, Washington D. C., 1951.
- FIERRO, Alfred, *Histoire et Dictionnaire de Paris*, Paris, Robert Laffont, 1996.
- FRANÇA, José Augusto, “Burguesia Pombalina, Nobreza Mariana, Fidalguia Liberal” In *Pombal Revisitado*, Lisboa, Imprensa Universitária e editorial Estampa, 1983, vol. I e II, cap. I, vol.I.
- FRANCE, Anatole, *Os Deuses Têm Sede*, São Paulo, Boitempo, 2007.
- FREYRE, Gilberto, *Sobrados e Mocambos*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1936.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro, Carvalho de Almeida, Carla Maria, Sampaio, Antonio Carlos Jucá, *Conquistadores e Negociantes, História das Elites no Antigo Regime nos Trópicos, América Lusa Séculos XVI a XVIII*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007
- GOMES, Laurentino, *1808*, São Paulo, Planeta, 2007.
- GRAINHA, M. Borges, *História da Maçonaria em Portugal*, Lisboa, 1912.

- HOBSBAWM, Eric J., *A Era das Revoluções 1789-1848*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- JABOATÃO, Frei Antonio de Santa Maria, *Novo Orbe Seráfico, Brasília ou Crônica dos Frades Menores da Província do Brasil*, Rio de Janeiro, Editora do IHGB, 1857.
- JANKSÓ, István, “A Sedução da Liberdade, Cotidiano e Contestação Política no Final do Século XVIII”, In *História da Vida Privada no Brasil*. Vol. I, cap. VIII, Dir. Fernando Novaes, Coord. Laura de Mello e Souza, São Paulo, Companhia das Letras, 1997.
- JANKSÓ, István, *Na Bahia contra o Império – História do Ensaio de Sedição de 1798*, São Paulo, Hucitec, Salvador, EDUFBA, 1995.
- MALERBA, Jurandir (Org.), *A Independência Brasileira – Novas Dimensões*, Rio de Janeiro, FGV Editora, 2006.
- MATTOSO, Kátia M. de Queiroz, *Bahia Século XIX – uma Província no Império*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1992.
- MATTOSO, Kátia M. de Queiroz, *Presença Francesa no Movimento Democrático Baiano de 1798*, Salvador, Itapuã, 1969.
- MONTEIRO, Tobias, *História do Império*, Rio de Janeiro, F. Briguiet et cia., 1946.
- MOTTA, Carlos Guilherme, *1822 – Dimensões*, São Paulo, Perspectiva, 1972.
- NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira, *Patriarcado e Religião: Clarissas do Convento do Desterro*, Bahia, 1677/1890.
- NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz, *Ser Nobre na Colônia*, São Paulo, UNESP, 2005. (Disponível em <http://Obrabonifacio.com.br>)
- OLIVEIRA MARQUES, A. H., *História da Maçonaria em Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, vol. I, 1990
- OLIVEIRA MARQUES, A.H., *Dicionário da Maçonaria Portuguesa*, vol. I e 2, Lisboa, Editorial Delta, 1986.
- PINHO, Wanderley, *Salões e Damas do Segundo Reinado*, São Paulo, Livraria Martins Editora, s/d.
- SARAIVA, Antonio José e Lopes, Oscar, *História da Literatura Portuguesa*, Porto, Porto Editora Limitada, Coimbra, Arnado, Lisboa, Emp. Lit. Fluminense Ltda, 1955.
- TAVARES, A. de Lyra, *Brasil-França ao Longo de 5 Séculos*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1979.

TRIGO, Luciano, *Engenho e Memória, o Nordeste do Açúcar na Ficção de José Lins do Rego*, Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras/Topbooks, 2002.

VAINFAS, Ronaldo, Dir. *Dicionário do Brasil Colonial*, Rio de Janeiro, Objetiva, 2000.

VIANNA, Urbino, *Bandeiras e Sertanistas Baianos*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1935.

VOVELLE, Michel, *L'Homme des Lumières*, Paris, Seuil, 1996.

ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins, *Nobreza de Portugal e do Brasil*, v. 3, Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1916.

- Carta de Domingos Borges de Barros, enviando ao Conde de Linhares cinco maços de papéis, que o nosso Encarregado dos Negócios nos EUA o incumbiu de fazer chegar às autoridades competentes. Bahia, 14 de Junho de 1811. Col. Aug. de Lima. Localização: I-33,30,47.
- Carta Régia do Príncipe Regente estabelecendo um curso de Agricultura na Bahia e nomeando Domingos Borges de Barros diretor do Jardim Botânico da Bahia e professor de Agricultura e estipulando seus vencimentos. Rio de Janeiro 25/06/1812. Localização: II-33, 23,8
- Instruções provisórias para o ensino público de Agricultura, ordenado pela Carta Régia de 25 de junho de 1812, ao governador e capitão general da capitania da Bahia. OBS: Pela mesma carta fora nomeado para o cargo Domingos Borges de Barros (cf. Cat. Bahia V. 1046). Localização: Mss 6307.
- Carta do Visconde de Pedra Branca à Condessa de Itapagipe, comunicando que, por razões de serviço, fora obrigado a deixar a cidade de Paris. Londres, 27/05/1820. I p. Col. Nogueira da Gama. Localização: I-09,11,050.
- Carta do Visconde de Pedra Branca à Condessa de Itapagipe, participando estar a partir para a Bahia. S/1, 19/09/1840. I f. Col. Nogueira da Gama. Localização: I-09,11,056.
- Carta do Visconde de Pedra Branca ao Visconde de S. Leopoldo enviando cópia do Estatuto da Sociedade Geral dos Países Baixos, para ser entregue ao Imperador. Paris, 24/10/1820. Ip. Col. Ernesto Senna, Série Correspondência de Terceiros. Localização: I-05,19,006.

- Requerimento de Justiniano da Silva Gomes encaminhado ao Ministério do Império, solicitando sua nomeação para professor de Agricultura da capital da província da Bahia, faculdade para ir a França por tempo de quatro anos e certidão declarando o teor da Carta Régia pela qual foi nomeado Lente de Botânica na cidade da Bahia Domingos Borges de Barros, Visconde da Pedra Branca. [S.l.], 1826-1829. Col. Documentos Biográficos. Localização: C-0747,002 n.º 002

A Epocha Litterária seção de Obras Raras, microfilme PR-SOR 046I5.

A historiografia e as dimensões do reinado americano de D. João VI

LUCIA MARIA PASCHOAL GUIMARÃES

Muito já se escreveu sobre a atitude tomada pelo Príncipe Regente D. João, na madrugada de 26 de novembro de 1807. Pressionado pela Inglaterra, sua velha aliada, e sem condições de resistir à iminente invasão do exército francês, ele optou por deixar Lisboa e se estabelecer nos seus domínios da América. A decisão daria sobrevida ao Reino¹, cujo desmembramento em três partes parecia inevitável, de acordo com as cláusulas estipuladas no Tratado de Fontainebleau, celebrado entre França e Espanha, cerca de um mês antes, a 27 de outubro daquele ano².

A produção historiográfica sobre a transplantação do aparato de Estado português para além-Atlântico compreende abordagens variadas. Abrange desde narrativas tradicionais e relatos sobre as peripécias de fidalgos em fuga até sofisticados ensaios, que buscam demonstrar o

Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo. Professora Titular de Historiografia do Departamento de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Pesquisadora do Programa Prociência da UERJ; Pesquisadora do CNPq, do Programa Cientista do Nosso Estado e do PRONEX CNPq/FAPERJ “Dimensões da Cidadania nos Oitocentos”, coordenado pelo Dr. José Murilo de Carvalho. Sócia honorária do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

¹ Antonio Pedro Vicente, “Política exterior de D. João VI no Brasil”. São Paulo, *Estudos Avançados*, 7 (19): 193, 1993.

² Pelo Tratado de Fontainebleau, o Algarve e o Alentejo ficariam sob a soberania da Espanha; a região norte de Portugal caberia ao rei da Etrúria, com o título de rei da Lusitânia, enquanto o restante do território português passaria para o domínio da França. Quanto ao destino reservado ao Brasil e demais colônias de Portugal, tudo leva a crer que posteriormente seriam partilhados entre os dois países signatários daquele tratado.

quanto foi acertada a decisão do regente, que escapou do mesmo destino melancólico de outras tantas cabeças coroadas contemporâneas, derrubadas dos seus tronos à mão armada pelas tropas de Napoleão Bonaparte. Isto sem falar de uma antiga questão de natureza semântica, que ainda hoje instiga os estudiosos, afinal, não existe consenso se a Corte migrou ou se fugiu para o Brasil.

O tratamento dispensado pelos autores ao Príncipe D. João, personagem central daqueles acontecimentos, também se mostra contraditório. Visto por uns como supersticioso, indeciso e fantoche nas mãos dos britânicos, por outros é percebido como homem bondoso e hábil estadista, que soube preservar a integridade da Casa de Bragança. Isto sem falar na exploração caricata de certos aspectos da personalidade do príncipe, sobretudo a sua fama de titubeante e glutão, como se vê no filme *Carlota Joaquina, Princesa do Brasil*.

Talvez o melhor ponto de partida para abrir uma discussão historiográfica a esse respeito seja retomar as reflexões de Francisco Adolfo de Varnhagen. Na sua *História Geral do Brasil Antes da Separação e Independência de Portugal*, publicada pela primeira vez em 1854, ele adverte que o episódio da transladação da Corte, assim como a sua permanência por treze anos no Rio de Janeiro, possui diferentes significados para as histórias do Brasil e de Portugal:

“[...] Não pertencem à história especial do Brasil os pormenores das injustiças e horrores e atentados [...] praticados nessa aleivosa ocupação (francesa) ... Igualmente à história de Portugal pertence relatar as heroicidades que se praticaram primeiro na sublevação dos povos, e logo na porfiada guerra [...]. Pelo que respeita ao Brasil uma nova era vai abrir-se-lhe: em vez de colônia ou de principado honorário, vai ser o verdadeiro centro da Monarquia regida pela Casa de Bragança; e para nós daqui começa a época do reinado, embora o decreto de elevação a Reino só veio a ser lavrado em fins de 1815”³.

O futuro Visconde de Porto Seguro vai ainda mais longe, quando se reporta ao alcance da carta régia assinada por D. João na Bahia, em 28 de janeiro de

³ Cf. Francisco Adolfo de Varnhagen. *História Geral do Brasil*. Revisão e notas de Rodolfo Garcia. 5.^a edição integral. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1956, tomo V, p. 34.

1808, franqueando os portos brasileiros ao livre comércio com todas as nações em paz com Portugal. Afiança que a medida administrativa “emancipou [o Brasil] de uma vez da condição de colônia, e o constituiu nação independente de Portugal, que estava, aliás, então sujeito à França”. Para reforçar sua premissa, ele transcreve um abalizado testemunho de época, do pregador imperial Frei Francisco de Monte-Alverne. Nas palavras do religioso, “[...] os grilhões coloniais estalaram um a um entre as mãos de um príncipe, que a posteridade reconhecerá por o verdadeiro Fundador do Império do Brasil”⁴.

Varnhagen procura desenhar um perfil lisonjeiro de D. João, apoiado no seguinte relato do comerciante inglês John Lucock:

“O príncipe regente tem sido muitas vezes tachado de apático; [...] me pareceu possuir ele muito mais sentimento e energia de caráter do que [...] lhe atribuem amigos e inimigos. Viu-se colocado em circunstâncias singulares e de prova, e submeteu-se com paciência; mas nos momentos críticos soube obrar com vigor e prontidão”⁵.

O autor da *História Geral do Brasil* recorda que em Portugal D. João VI recebera o cognome o *Clemente*, devido ao zelo e à dedicação que dispensava à genitora, a Rainha D. Maria I, doente das faculdades mentais. Reconhece-lhe a natureza contemplativa e a forte devoção religiosa, mas sublinha que o segundo filho varão daquela soberana tornara-se rei por obra do destino, em virtude da morte prematura do irmão mais velho, o Príncipe D. José. Não recebera uma educação apropriada a um herdeiro da coroa, o que explicaria o seu comportamento reservado e até mesmo hesitante, quando se viu obrigado a assumir os negócios do Estado. Varnhagen distancia-se, assim, da percepção do General José Inácio de Abreu e Lima, autor do *Compêndio de História do Brasil*, obra datada de 1843⁶.

⁴ Frei Francisco de Montalverne *apud* Varnhagen. *Ibidem*, p. 89-90.

⁵ John Lucock *apud* Varnhagen. *Ibidem*, p.91.

⁶ A 1.^a edição do *Compêndio*, publicado em dois volumes, data de 1843, e foi dedicada ao Imperador D. Pedro II. No presente trabalho utilizamos a edição condensada em formato pequeno, provavelmente de 1882. Ver José Inácio Abreu e Lima. *Compêndio de História do Brasil*. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, s.d., p.169.

Nascido em Pernambuco, antigo combatente do exército de Simon Bolívar, Abreu e Lima mostra-se bastante econômico nos comentários que tece sobre o regente: “[...] chamado pela sorte para ocupar o trono [...], vivia apartado dos negócios, seguia as suas inclinações pacíficas e religiosas”⁷. Da comitiva que acompanhou D. João, demonstra maior apreço por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, outra figura-chave do jogo político que culminou com a migração da Família Real para o Rio de Janeiro. Aliás, no livro do general, a questão da transferência é definida de maneira cartesiana: “[...] cumpria escolher entre Portugal invadido e o Brasil intacto. Não ficava, portanto, ao regente outro recurso senão trocar uma situação precária na Europa por um vasto império na América.”

Diga-se de passagem, Abreu e Lima parece ter sido o primeiro autor brasileiro a registrar que a decisão do príncipe não decorreu de um arroubo momentâneo. Salienta que a idéia da mudança da capital do Império português para o continente americano já havia sido cogitada no passado⁸, em momentos de instabilidade política do governo, encaminhamento que nos dias atuais tem desfrutado de maior atenção dos especialistas, conforme destacou a professora Lucia Bastos Pereira das Neves, em palestra proferida no Arquivo Ultramarino de Lisboa⁹.

O militar pernambucano admite que a presença da Corte trouxe algumas *vantagens* ao Brasil. Entretanto, não relaciona as instituições aqui estabelecidas, nem a quebra do monopólio metropolitano com o fim do sistema colonial. No seu entender, a independência foi “obra de um povo que reivindica seus direitos [...]; de um Príncipe [D. Pedro] que previne os votos de seu povo; de um

⁷ *Ibidem*, p. 164-165.

⁸ Abreu e Lima identifica os seguintes precursores: Antonio Vieira, que levou a idéia a D. João IV e, antes dele um certo jesuíta, o Padre Câmara, sugeriu-a ao Rei D. Sebastião, em vez da malograda expedição à África. No reinado de D. José I foi defendida por D. Luiz da Cunha e pelo Marquês de Pombal. A mesma proposta, segundo Abreu e Lima, aparece num plano de defesa elaborado pelo ministro inglês William Pitt (1759-1806), no final do século XVIII e publicado num opúsculo. *Ibidem* p. 169.

⁹ Cf. Lucia Maria B. Pereira das Neves. “Alegrias e infortúnios dos súditos luso-brasileiros: a transferência da corte portuguesa para o Brasil em 1807”. Palestra proferida no Arquivo Histórico Ultramarino, em 1.º de março 2007, no Ciclo de Conferências Ciência nos Trópicos.

sábio [José Bonifácio] que firma a soberania da sua pátria ...”¹⁰. Quanto às melhorias introduzidas durante o período joanino, ele as atribui à obra administrativa e reformadora de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, a quem qualifica de *sábio ministro*. Entretanto, adverte que junto com aquelas iniciativas sobrevieram inúmeros males:

“[...] um enxame de aventureiros, necessitados e sem princípios acompanhou a Família Real; foi necessário, portanto, admiti-los nos diferentes ramos da administração. Existindo desde muito a rivalidade entre brasileiros e portugueses, este procedimento da parte do governo veio ainda mais a aumentá-la; além de que os novos hóspedes pouco se interessavam pela prosperidade do país; considerando temporária a ausência de Portugal, tratavam mais de enriquecer-se à custa do Estado do que de administrar justiça ou beneficiar o público”¹¹.

A rivalidade entre portugueses e brasileiros é outro ponto bastante explorado por Abreu e Lima. O assunto lhe serve de mote para introduzir os antecedentes da revolução pernambucana de 1817, na qual esteve envolvido seu pai, julgado e condenado à morte por uma comissão militar. Presta-se, ainda, para justificar a insurreição constitucionalista que irrompeu na cidade do Porto, em 24 de agosto de 1820, no seu ponto de vista, motivada pelo ciúme exasperado daqueles “que viram a sua antiga colônia elevada a Reino”. Para o general, o ressentimento encontrara campo fértil para se alastrar, em virtude dos infortúnios sofridos no período da ausência de El-Rei¹², desde os saques dos franceses durante as invasões até os prejuízos econômicos decorrentes da abertura dos portos brasileiros, passando naturalmente pelo domínio dos ingleses, que converteram Portugal num protetorado militar. Em certo sentido, a versão apresentada no *Compêndio de História do Brasil* vai de encontro à da historiografia lusa oitocentista, como se verá logo adiante.

¹⁰ Abreu e Lima. *Op. cit.*, p. 226.

¹¹ *Idem*, p. 174.

¹² *Idem*, p. 203.

Apesar do *Compêndio* de Abreu e Lima ter sido adotado como leitura obrigatória nos cursos do Colégio Pedro II, a linha interpretativa sugerida por Varnhagen haveria de prevalecer entre os autores nacionais¹³. Na *História da Fundação do Império Brasileiro*, publicada em sete tomos, entre 1864 e 1866, Pereira da Silva identifica na transplantação da sede do Reino a gênese do processo da nossa independência: “Começa no ano de 1808”¹⁴. E justifica o seu ponto de vista, com o argumento de que:

“criam-se interesses e direitos que rompem os laços que as ligavam (metrópole e colônia), e nasce uma nova ordem de coisas que importa uma verdadeira revolução [...]. Estava dado o primeiro passo, e ele foi decisivo e terminante. Rápidos e eficazes efeitos produziu. Não havia mais força para nulificá-los [...].”¹⁵.

O reinado americano de D. João alcançaria outras dimensões em Portugal. Os sentimentos dos contemporâneos exerceram forte influência nas narrativas, tanto no que se refere à crítica da Revolução Francesa quanto no combate às incursões de Napoleão, dando origem a uma vasta literatura polêmica, que ora justificava o antiliberalismo dos contra-revolucionários, ora estimulava sentimentos nacionalistas de matizes diversos. Nesse conjunto de contribuições, salienta-se a *História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal, e da Restauração d’Este Reino*, redigida por José Acúrsio das Neves, editada entre 1810 e 1811, pois foi o primeiro relato sobre o tema e constitui um dos casos mais interessantes do que hoje em dia se denomina história do tempo presente¹⁶.

¹³ No presente trabalho, à guisa de ilustração, a referência recai apenas sobre a obra de Pereira da Silva. Ver, também, Alexandre José de Melo Moraes. *História da Transladação da Corte Portuguesa para o Brasil em 1807*. Rio de Janeiro: Livraria da Casa Imperial de E. Dupont, 1872.

¹⁴ J. M. Pereira da Silva. *História da Fundação do Império Brasileiro*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, Editor; Paris: Augusto Durand Livreiro, 1864, v. I, p.3.

¹⁵ *Idem*, p.275.

¹⁶ Cf. Luís Reis Torgal. “Antes de Herculano...”. In: _____, José Amado Mendes e Fernando Catroga. *História da História de Portugal sécs. XIX e XX*. Lisboa: Temas e Debates, 1998, v. I, pp. 39-40. Vale lembrar que a *História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal, e da Restauração d’Este Reino*, de José Acúrsio das Neves, possui reedição recente, em dois volumes, com notas introdutórias de Antonio Almodóvar e Armando Castro, Porto, Edições Afrontamento, s.d.

Com efeito, a vinda da Corte provocou a subversão dos papéis. A Terra de Santa Cruz transmudou-se de colônia em metrópole, fenômeno histórico que Sílvio Romero denominou *inversão brasileira*. E, do lado de lá do Atlântico, a memória prevaleceria sobre a história. Aos olhos daqueles que não acompanharam a comitiva real e se sentiam abandonados à própria sorte, à mercê do exército inimigo, a solução que a princípio se imaginava provisória parecia perpetuar-se. Basta lembrar a marcha dos acontecimentos.

Se, em 1807, refugiar-se na Terra de Santa Cruz era a única alternativa que restava ao príncipe, a decisão passou a ser contestada com o correr do tempo, à medida que se alterava o quadro da política externa europeia. Apesar disso, D. João, coroado rei nos seus domínios americanos, não demonstrava o menor desejo de deixar o Rio de Janeiro. Nem mesmo quando Napoleão já se encontrava preso em Santa Helena e a paz era restabelecida no Velho Mundo pelo Congresso de Viena. Os fatos se precipitaram com a Revolução do Porto, forçando, finalmente, o regresso do soberano.

A sucessão dos eventos deu ensejo ao aparecimento de uma análise memorial, que refletia experiências vividas e se prestava a interpretações variadas, de acordo com o posicionamento político dos respectivos autores. Vulgarizou-se, assim, um tipo de documento, misto de história e de “jornalismo”, que representa uma fonte de grande interesse, mas cujo manejo requer muito cuidado, pois são textos de circunstância. De todo modo, esses testemunhos se transformariam na matéria-prima para uma reflexão diferente da realidade lusitana, em que se buscavam respostas no passado para explicar o curso descendente que àquela altura Portugal atravessava, tal como se observa no *Ensaio Histórico-Político sobre a Constituição e Governo do Reino de Portugal*, publicado em Paris, no ano de 1830, pelo ex-cônego José Liberato Freire de Carvalho¹⁷. Ele qualifica como um retrocesso a política de governo do período mariano, devido à preponderância de “um partido sacerdotal”. Sustenta que

¹⁷ Ver José Liberato Freire de Carvalho, *Ensaio Histórico-Político sobre a Constituição e o Governo do Reino de Portugal*, onde se mostra ser aquele reino, desde a sua origem, uma Monarquia Representativa e que o Absolutismo, a superstição, e a influência da Inglaterra são as causas da sua atual decadência. Paris: Casa de Hector Bossange, 1830.

“Ao reinado de D. José I, ou antes ao glorioso ministério do Marquês de Pombal, seguiu-se o de D. Maria I, no qual se aproveitaram as máximas do poder absoluto, sem se lhe aproveitarem as muitas virtudes que nele tão brilhantemente tinham resplandecido.”

Externa juízo semelhante sobre a administração de D. João VI, marcada pelas invasões dos franceses, pela debandada da Família Real, pela domínio dos ingleses e pela perda do Brasil. Diante de tantos infortúnios, deduz que somente a revolução de 1820 teria regenerado o Reino e o conduzido ao encontro da realidade constitucional¹⁸.

O *Ensaio Político-Histórico* de Freire de Carvalho converteu-se na matriz de uma historiografia de cariz liberal, mais tarde incorporada pelos autores republicanos e reforçada pela obsessão com a idéia da decadência dos povos peninsulares, uma das questões que mais mobilizou a intelectualidade lusíada do último quartel do século XIX¹⁹. Para o liberal e monarquista Pinheiro Chagas, por exemplo, a degradação que o país experimentava era fruto da centralização absolutista e do definhamento das Cortes, embora julgasse que a invasão francesa havia despertado o sentimento patriótico português da letargia, retemperando-o para a luta de expulsão dos estrangeiros, robustecendo os ideais de independência e liberdade que levaram aos sucessos de 1820²⁰.

Os republicanos, por sua vez, se mostraram mais objetivos. Colocaram no “pelourinho da história o absolutismo, o ultramontanismo, a influência inglesa e a dinastia de Bragança”²¹. No ajuste de contas com passado recente, consoante a concepção decadentista, o positivista Teófilo Braga chega a condenar D. João VI como um *traidor da Pátria*, em razão da fuga para o continente americano!

¹⁸ Freire de Carvalho. *Apud*. Luis dos Reis Torgal, *op. cit.*, pp. 36-37.

¹⁹ Refiro-me aqui à conhecida conferência “Causas da decadência dos povos peninsulares”, pronunciada por Antero de Quental, em Lisboa, no ano de 1871, no âmbito das Conferências Democráticas do Casino. Cf. Fernando Catroga. “Positivistas e republicanos”. *Historia da história de Portugal sécs. XIX e XX*. *Op. cit.*, v. I, p. 103.

²⁰ *Idem*, pp. 126-127.

²¹ *Ibidem*.

A propagação do ideário republicano e a oposição crescente ao regime monárquico iriam servir de incentivo para o estudo dos primórdios do liberalismo português. Ora, isto significava trazer à tona, novamente, o movimento constitucional de 1820 e seus antecedentes, em especial, a *inversão brasileira*. Não vem ao caso, no momento, entrar em maiores considerações sobre essa historiografia engajada, que procurava adequar o passado às circunstâncias do presente, como atesta o relato épico-dramático de José Arriaga, na *História da Revolução Portuguesa de 1820*²². Mas, enquanto Arriaga se mostra confiante em relação ao futuro, Oliveira Martins, na sua *História de Portugal*, com o pessimismo que lhe era peculiar, esconjura a dinastia de Bragança e traça um retrato sarcástico de D. João VI:

“Começava por ser quase disforme. Tinha mãos enormes e um inchaço nas pernas [...]. A má saúde amarelara-lhe a cor do rosto flácido donde pendia o conhecido beijo carnudo dos Bourbon [...]. Era muito sujo [...]; bastante avarento, por desleixo e economia, usava, até caírem de podres, as tradicionais calças de ganga [...]. Não se vá supor com isto que era inteiramente boçal. Tinha uma esperteza de saloio, refinada por uma casuística fradesca [...]. Não queria restaurações nem absolutismos [...], seria o melhor dos reis constitucionais: bastava-lhe o cantochão e as peças de ouro para o distrair [...]; preferia os louros frangos assados com que abarrotava os bolsos da casaca engordurada, comendo-os a mão, polvilhada de rapé [...]”²³.

Como se pode constatar, derivam daí as representações burlescas do monarca, aproveitadas por roteiristas de cinema e por produtores de seriados para a televisão²⁴. Quanto à transferência da Corte, num outro livro, *O Brasil e as Colônias Portuguesas*, Oliveira Martins desfere graves censuras contra o governo

²² Ver José Arriaga. *História da Revolução Portuguesa de 1820*. Porto: Livraria Portuguesa Lopes & Cia Editora, 1886 – 1889, 4v.

²³ Cf. Oliveira Martins. *História de Portugal*. Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira, 1880, v.2, pp. 260-261.

²⁴ Refiro-me ao filme “Carlota Joaquina, Princesa do Brasil”, de Carla Camurati e ao seriado “O Quinto dos Infernos”, produzido pela Rede Globo de Televisão, exibido no Brasil entre 2000 e 2001.

metropolitano, embora a sua definição do problema não se mostre discrepante daquela apresentada pelos historiadores brasileiros no século XIX:

“[...] Ao desembarcar no Rio de Janeiro, D. João VI e seus mandarins tiveram um acesso de atividade, que o inglês, sentado com o rei no trono, fomentava para explorar; um acesso de atividade que, porém, libertava para todo o sempre o Brasil da metrópole [...] Tal foi o primeiro momento da história da independência do Brasil, que o caso para ela fortuito da imigração do mandarinato português, com os monarcas à frente, precipitou de um modo notável [...]”²⁵.

As reflexões de Oliveira Martins continuariam a nortear as análises dos principais estudiosos portugueses por longo tempo. Todavia, durante o Estado Novo salazarista, estimulado pelo governo, ensaiou-se um movimento de reabilitação da dinastia de Bragança, em particular das ditas “figuras caluniadas” de D. Maria I e de D. João VI²⁶. Sob a chancela da Empresa Nacional de Publicidade, entre 1946 e 1958²⁷, foram publicados cinco títulos sobre a vida e a obra do monarca, com o intuito de “retificar os inumeráveis erros introduzidos na história do seu reinado por lamentável descuido de uns e por ignorância e má-fé de muitos”²⁸. Escritas por Ângelo Pereira, do Instituto de Coimbra, as obras transcrevem documentos até então considerados inéditos, pertencentes ao Gabinete Real e que se encontravam em poder do 6.º Marquês do Lavradio. Mas se por um lado Pereira se mostra convincente no seu propósito de defender a pes-

²⁵ Cf. _____. *O Brasil e as Colônias Portuguesas*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1880, pp 105-106.

²⁶ Cf. Luís Reis Torgal. “Formação e consolidação das imagens ‘oficiais’ do Estado Novo”.

In: ____ et alii. *História da História de Portugal* (séculos XIX –XX). Da historiografia à memória histórica. V. II, pp 120-121.

²⁷ Ver Ângelo Pereira. *Os Filhos do Rei João*. _____. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1946. *D. João VI Príncipe e Rei: a Retirada da Família Real para o Brasil*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1953. _____. *D. João VI Príncipe e Rei: A Bastarda*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1955. *D. João VI Príncipe e Rei: a Independência do Brasil*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1956. _____. *D. João VI Príncipe e Rei – Últimos Anos de Um Reinado Tormentoso*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1958.

²⁸ Cf. Ângelo Pereira. *D. João VI Príncipe e Rei – Últimos Anos de Um Reinado Tormentoso*. Op. cit. p. XI.

soa do soberano, por outro não consegue livrá-lo da culpa pela independência brasileira. Nas suas palavras, “O gérmen fora levado pelo próprio D. João, encontrando nas terras de Santa Cruz terreno fecundo...”²⁹.

De qualquer forma, a historiografia lusa da segunda metade do século XX abrandou, progressivamente, o tom sarcástico com o qual era costume referir-se ao tipo físico e à personalidade hesitante do filho de D. Maria I. Por outro lado, perseveraria na crítica à sua atuação como homem de Estado, como se verifica nos trabalhos de especialistas da envergadura de Antonio de Oliveira Marques e de Joel Serrão. O primeiro assevera que D. João ambientou-se muito bem no seu novo Reino tropical. Passou a privilegiá-lo e se esqueceu dos interesses metropolitanos, a ponto de prejudicar o seu comércio, a sua indústria e as suas finanças. E conclui: “A corte portuguesa não se poupou a esforços para elevar a colônia à categoria de grande império [...] Na realidade, a Corte tornou-se estranhamente mais brasileira do que portuguesa...”³⁰.

O historiador Joel Serrão, no *Dicionário de História de Portugal*, no verbete dedicado a D. João VI, bate na mesma tecla: “Enquanto em Portugal continuava a guerra e definhavam as atividades econômicas, o Brasil, em cuja capital se encontrava fixada a sede da monarquia [...], caminhava a passos largos para a independência, pelo alento indireto que a estada da Corte imprimiu a tal processo.” Apesar de admitir algumas qualidades pessoais em D. João VI e a afeição que o povo lhe devotava, Serrão não deixa de acentuar-lhe as fraquezas e de apontá-lo como símbolo de uma fase traumática da história lusíada:

“Era o desmoronar de um mundo e o nascimento de outro: tempo revoltoso e confuso do qual o país acordou transformado por obra e graça do evento decisivo da independência do Brasil, efetiva a partir de 1807 e de direito quinze anos após. Testemunha e agente dessa transformação, o rei, que não havia sido fadado pela natureza nem com grandes recursos intelectuais nem

²⁹ _____, *D. João VI Príncipe e Rei: a Independência do Brasil*. Op. cit. p. 275.

³⁰ A. H. de Oliveira Marques. *História de Portugal Desde os Tempos Mais Antigos até o Governo do Sr. Pinheiro de Azevedo*. 8.^a edição. Lisboa: Palas Editores, 1978, v. I, pp. 615-616.

com vontade firme e esclarecida, que poderia fazer [...] além de procurar impossíveis equilíbrios, inviáveis mediações entre a rotina e a inovação? No meio da solta tempestade nacional que os ventos da Revolução Francesa desencadearam, túbio, infeliz e bom, o rei, aos baldões dos acontecimentos, encarnou um período calamitoso da história pátria...”³¹ (o grifo é nosso).

Em 2006, a série *Biografias dos Reis de Portugal* lançou a publicação *D. João VI*, preparada por Jorge Pedreira e Fernando Dores Costa³². Os historiadores se preocupam em desfazer o estereótipo caricato do monarca, ao mesmo tempo que privilegiam a sua trajetória de governante, realçando-lhe a capacidade de estrategista político. Defendem, entre outras proposições, a de que em 1807, ao cruzar o Atlântico, D. João não só impediu o aprisionamento da Família Real pelo exército do General Junot, mas também frustrou os planos de Napoleão Bonaparte para a Península Ibérica, inviabilizando o projeto de estabelecer nos reinos peninsulares linhagens reais oriundas da sua própria família, tal como se tentou na Espanha com a deposição de Fernando VII e Carlos IV, colocando no trono José Bonaparte. Premissa, por sinal, que viria a ser contestada pela brasilianista francesa Armelle Enders³³.

De qualquer forma, ao fim e ao cabo, a narrativa de Pedreira e Dores Costa não foge da tradicional percepção de que o deslocamento da Família Real para o Novo Mundo contribuiu para o fim do Império luso-brasileiro. Do ponto de vista da historiografia lusíada contemporânea, portanto, o episódio permanece associado a um momento negativo da história de Portugal.

No Brasil, a vertente interpretativa inaugurada por Francisco Adolfo de Varnhagen ganharia um reforço, na passagem do primeiro centenário da che-

³¹ Cf. Joel Serrão. “D. João VI”. In: _____ (dir). *Dicionário de História de Portugal*. Porto Livraria Figueirinhas, 1985, pp 402-403.

³² Cf. Jorge Pedreira e Fernando Dores Costa. *D. João VI*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006. Coleção *Biografias dos Reis de Portugal*.

³³ Segundo Armelle Enders, “a partida da Família Real não alterou muito os planos franceses [...], mas sim a mudança de estratégia de Napoleão em relação à Espanha. Ver Armelle Enders. “Fórum”. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, 3 (28): janeiro de 2008, p. 53.

gada da Corte, com a aparição do livro *D. João VI no Brasil*, em 1908, da pena do historiador e diplomata Manuel de Oliveira Lima. Conforme o próprio autor esclarece, o estudo desenvolvia uma problemática formulada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ou seja, o reconhecimento de “D. João VI como o verdadeiro fundador da nacionalidade brasileira, um título que o Instituto Histórico consagrou ao abrir o seu concurso para a narração do reinado americano daquele monarca”³⁴.

Trata-se de obra de fôlego, que refuta os chavões oitocentistas da historiografia portuguesa. É certo que, na distribuição dos assuntos, os acontecimentos políticos e as intrigas diplomáticas assumem um peso considerável. Porém, Oliveira Lima oferece análises sociais e culturais que emprestam densidade à narrativa, antecipando quase todos os temas e as interpretações dos trabalhos posteriores mais expressivos sobre o período, a exemplo dos de Maria Beatriz Nizza da Silva, de Maria Odila Silva Dias, de José Murilo de Carvalho e de Valentim Alexandre, segundo a avaliação de Guilherme Pereira das Neves³⁵.

A contribuição de Oliveira Lima sem dúvida constituiu um divisor de águas no exame do período joanino. No entanto, apesar da recepção favorável recebida à época do seu lançamento e da influência que exerceu sobre as análises de Luiz Norton, de Pedro Calmon e de Tobias Monteiro³⁶, haveria de ficar no limbo durante muitos anos. O esquecimento a que o livro ficou relegado pode ser atribuído, em parte, a uma historiografia dita *combatente*, de cunho naciona-

³⁴ Cf. Oliveira Lima. *D. João VI no Brasil*. 3.^a edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, p. 21.

³⁵ Cf. Guilherme Pereira das Neves. “Oliveira Lima – D. João VI no Brasil”. In: Lourenço Dantas Mota (org.). *Introdução ao Brasil. Um Banquete no Trópico*. v. 2. São Paulo: editora SENAC São Paulo, 2001, p. 146. Ver, respectivamente, Maria Beatriz Nizza da Silva. *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*. São Paulo: Nacional, 1977; Maria Odila Silva Dias, “A interiorização da metrópole”. In: Carlos Guilherme Mota (org.), *1822: Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972; José Murilo de Carvalho. *A Construção da Ordem*. Rio de Janeiro: Campus, 1980; Valentim Alexandre. *Os Sentidos do Império*. Porto: Afrontamento, 1993.

³⁶ Ver Luiz Norton. *A Corte de Portugal no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. Pedro Calmon. *O Rei do Brasil: Vida de D. João VI*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1943. Tobias Monteiro. *História do Império: a Elaboração da Independência*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982, 2v.

lista, intentada por José Honório Rodrigues. Historiografia até certo ponto inspirada na conhecida frase de Capistrano de Abreu, “o povo capado e recapado, sangrado e ressangrado”. Para José Honório,

“a Guerra da Independência tem sido apoucada para valorizar a obra da Casa de Bragança, para soffrear o papel dos brasileiros e de José Bonifácio e, finalmente, para favorecer o conagraçamento luso-brasileiro. O resultado é que movimentos de massa militares, comparados aos dos grandes chefes libertadores da América do Sul, como Bolívar e San Martin, não têm recebido o destaque merecido³⁷.”

No fundo, José Honório Rodrigues reclamava a falta de um imaginário heróico. Melhor dizendo, postulava dar à independência uma feição nacionalista e revolucionária, desatrelando-a do próprio contexto histórico em que se inseria. Aliás, existe uma historiografia envergonhada, por assim dizer, que se esforça para identificar elementos de uma ruptura radical na nossa emancipação política, tentando assim aproximá-la do curso seguido pelos países vizinhos da América hispânica. Nem tanto ao mar, nem tanto à terra. Há que se reconhecer a singularidade do caso brasileiro, cujos antecedentes se situam, justamente, no reinado americano de D. João VI. Admitir essa especificidade, entretanto, não significa afirmar que a independência ocorreu de maneira pacífica nem tampouco descartar do panorama historiográfico o exame das lutas ou dos combates armados que permearam a sua consolidação.

Ao mesmo tempo que aflorava essa historiografia *combatente*, a história política caía em descrédito, passando a ocupar um lugar secundário nas preocupações dos historiadores, fruto da influência francesa da escola de *Annales*. A corrente inovadora desprezava os acontecimentos políticos e insistia nos fenômenos de longa duração³⁸. Assim, temas que tradicionalmente pertenciam ao domínio político, como a transferência da Corte, o reinado americano de D. João

³⁷ José Honório Rodrigues. *Conciliação e Reforma no Brasil: Um Desafio Histórico-Cultural*. 2.^a edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982, p. 42 (Coleção Logos).

³⁸ Ver a esse respeito Guy Bourdê e Hervé Martin. *As Escolas Históricas*. Tradução de Ana Rabaça. Lisboa: Publicações Europa-América [s. d.], p. 118.

VI e o processo da independência, foram postos de lado. Cederam lugar ao estudo das questões econômicas, examinadas por esquemas de viés marxista que procuravam enquadrar o Brasil num processo subordinado a uma economia de escala mundial, em plena transição do feudalismo para o capitalismo. De acordo com essa linha analítica, a emancipação política passava a ser explicada através da crise do antigo sistema colonial, modelo interpretativo cujo exemplo clássico se encontra na obra do professor Fernando Novais³⁹.

Na contramão dessa vertente, cabe destacar o estudo de Maria Odila Leite da Silva Dias, *A Interiorização da Metrópole (1808-1853)*, publicado em 1972, hoje em dia uma referência no estudo dos fatores que levaram à independência. Ela retoma em grande medida os eixos apontados por Sérgio Buarque de Holanda, sobretudo a noção de que o episódio do rompimento com Portugal seria bem mais complexo do que geralmente se supõe, envolvendo uma série de aspectos correlatos, pois no Brasil “as duas aspirações – independência e unidade – não nascem juntas e por longo tempo não caminham de mãos dadas”⁴⁰.

Maria Odila critica os vícios de interpretação provocados por “enfoques europeizantes”, que distorciam a apreensão do processo da independência. Desvenda outras possibilidades de abordagem, a partir do pressuposto de que “a vinda da Corte com o enraizamento do Estado português no centro-sul do Brasil daria início à transformação da colônia em metrópole interiorizada”. Este movimento, que partiu do Rio de Janeiro e do Centro-Sul, somente se consolidaria no Segundo Reinado, com a centralização política, consumada em 1853 pelo ministério da conciliação do Marquês de Paraná⁴¹.

Mas Clío é volúvel. Seja por causa da proclamada insuficiência dos grandes modelos analíticos, como faz crer Georg Iggers⁴², ou quem sabe por um capricho da

³⁹ Ver Fernando Novais. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 1.^a edição. São Paulo: Hucitec, 1979.

⁴⁰ Cf. Sérgio Buarque de Holanda. “A herança colonial – sua desagregação”. In: _____ (dir.). *História da Civilização Brasileira – O Brasil Monárquico*. 5.^a edição. São Paulo: DIFEL, 1985, tomo II, v. I, p. 9.

⁴¹ Maria Odila Leite da Silva Dias, op. cit. p. 171.

⁴² Cf. Georg G. Iggers. *Historiography in the Twentieth Century. From the Scientific Objectivity to the Postmodern Challenge*. Hanover & London: Wesleyan Press University, 1997, pp. 14 e 15.

musa, a história política reapareceria no panorama historiográfico do final do século XX. Neste impulso revitalizante, é bom que se esclareça, o político deixou de ser compreendido como um simples reflexo do econômico e passou a ser examinado não apenas como uma esfera autônoma, mas também como um dos motores da mudança social. No entender de René Rémond, a nova “história política inscreve-se numa perspectiva global, em que o político é um ponto de condensação”⁴³.

Combinada em boa parte a enfoques culturais, a história política, revigorada, tem propiciado o surgimento de análises originais, multiplicado os objetos de estudo e ampliado certas problemáticas que se imaginavam esgotadas, por assim dizer, tal como a do estabelecimento da sede da Monarquia portuguesa no Novo Mundo e seus desdobramentos. De quebra, propiciou a reabilitação de algumas obras clássicas, à semelhança do já citado *D. João VI no Brasil*, que ganhou reedição em 1996. À guisa de ilustração das novas tendências, cabe citar alguns títulos representativos.

A questão da transferência da Corte como um dos elementos definidores do Estado nacional é privilegiada, entre outros estudiosos, por João Paulo Garrido Pimenta e Andréa Slemian (*O Nascimento Político do Brasil – As Origens do Estado e da Nação*, Rio de Janeiro: DP& A, 2003); pela brasilianista norte-americana Kirsten Shultz (*Tropical Versailles: Empire, Monarchy and the Portuguese Royal Court in Rio de Janeiro, 1808-1821*. New York, Routledge, 2001); por Jurandir Malerba (*A Corte no Exílio. Civilização e Poder no Brasil às Vésperas da Independência*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000); por Maria de Lourdes Viana Lyra (*A Utopia do Poderoso Império*, Rio de Janeiro, 7 Letras, 1994); por Leila Algranti (*D. João VI: Bastidores da Independência*, São Paulo, Ática, 1987). Aparece, ainda, disseminada pelos capítulos que integram as coletâneas organizadas por Vera Lucia Botrel Tostes (*D. João VI: Um Rei Aclamado na América*, Rio de Janeiro, Museu Nacional, 2000)⁴⁴ e por

⁴³ Cf. René Rémond. “Do político”. In: _____ (org.), *Por uma História Política*. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996, p. 445.

⁴⁴ O livro organizado por Vera Tostes reúne os trabalhos apresentados durante o *Seminário Internacional D. João VI, um Rei Aclamado no Brasil*, promovido pelo Museu Histórico Nacional, no ano 2000.

István Jancsó (*Brasil: Formação do Estado e da Nação*, São Paulo, HUCITEC, 2003). Fora do âmbito acadêmico, embora na mesma linha interpretativa, não se pode deixar de registrar o esforço empreendido pelo jornalista Laurentino Gomes, autor do livro *1808: Como uma Rainha Louca, um Príncipe Medroso e uma Corte Corrupta Enganaram Napoleão e Mudaram a História de Portugal e do Brasil* (São Paulo, Editora Planeta do Brasil, 2007), obra de divulgação que busca tornar o tema acessível para o grande público.

A relação entre representações culturais e práticas de poder mereceu as atenções de Iara Lis Schiavinatto em *Pátria Coroada: o Brasil como Corpo Autônomo Político* (São Paulo, UNESP, 1999); de Gladys Sabina Ribeiro em *Liberdade em Construção: Independência Nacional e Conflitos Antilusitanos no Primeiro Reinado* (Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 2002), e de Lucia Bastos Pereira das Neves, nas contribuições *Corcundas e Constitucionais: a Cultura Política da Independência* (Rio de Janeiro, Revan, 2003) e *As Representações Napoleônicas em Portugal: Imaginário e Política* (Tese de Professor Titular, UERJ, Rio de Janeiro, 2003). Nessa última são analisadas as linguagens políticas e as imagens disseminadas no mundo luso-brasileiro sobre Napoleão Bonaparte e a França imperial, nos anos de 1810 e 1811, a partir das leituras e recepções de uma literatura de circunstância, formada por panfletos, folhas avulsas e textos do gênero.

O cotidiano da Corte exilada no trópico, a transplantação e a adaptação de hábitos, as celebrações religiosas, as intrigas palacianas, a criação de instituições científicas e culturais, assim como a conversão do aparelhamento urbano do Rio de Janeiro aos padrões da realeza européia são assuntos explorados pelo pesquisador australiano Patrick Wilcken. O brasilianista enfatiza as contradições dessa “*Versailles tropical*” que floresceu às margens da Baía de Guanabara, cuja fachada metropolitana não conseguia camuflar o maior porto escravista do continente americano⁴⁵.

⁴⁵ Patrick Wilcken. *Império à Deriva: a Corte Portuguesa no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2005.

Maria Beatriz Nizza da Silva também traz uma reflexão sobre o dia-a-dia da urbe carioca, na obra *A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822): Cultura e Sociedade* (Rio de Janeiro, EDUERJ, 2007). Ela aponta alterações nos costumes da população, revela influências recíprocas e mapeia as redes sociais, culturais e políticas que se teceram na cidade, por meio da análise das matérias divulgadas na *Gazeta*, editada pela Impressão Régia.

Por outro lado, certos estudos advertem para o fato de que o Rio não era um insignificante vilarejo à beira-mar antes da chegada da comitiva real. A evolução urbana da cidade foi alvo do geógrafo Mauricio Abreu (*Paradoxos da Modernidade: o Rio de Janeiro do Período Joanino, 1808-1821*)⁴⁶. Já o arquiteto e historiador Nireu Cavalcanti demonstra que havia vida inteligente na capital da colônia, uma forte praça comercial e marítima, dotada de um porto de dimensões razoáveis; no entanto, carecia de suntuosidade e beleza arquitetônica. Reconhece que a vinda de D. João de fato provocou algumas mudanças no cenário urbanístico, porém avalia que as intervenções dos novos administradores foram tímidas, pois lhes faltavam recursos para realizar grandes obras públicas. A maioria das novas construções e reformas deve ser creditada a particulares, comerciantes, traficantes de escravos, fazendeiros, burocratas, estrangeiros, enfim, os novos cortesãos que passaram a gravitar em torno da família de Bragança⁴⁷.

O advento da imprensa no Brasil após a transferência da Corte e a formação de espaços públicos de discussão são assuntos que têm sido alvo de seminários⁴⁸ e do interesse especial de diversos autores. Marco Morel e

⁴⁶ Ver Mauricio A. Abreu e L.L. Martins, “Paradoxos da Modernidade: O Rio de Janeiro do Período Joanino, 1808-1821”. In: Edésio Fernandes e Márcio Moraes Valença. (org.). *Brasil Urbano*. 1.^a ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2004, pp 211-236.

⁴⁷ Nireu Cavalcanti. *O Rio de Janeiro Setecentista: a Vida e a Construção da Cidade da Invasão Francesa até a Chegada da Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004. _____. “Arquitetura do improviso”. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, 3 (28): janeiro de 2008, pp 41-45.

⁴⁸ Ver Cybelle de Ipanema, Esther Bertoletti & José Marques de Melo. *Rumo ao Bicentenário da Imprensa Brasileira*. Salvador: Núcleo de Estudos da História dos Impressos da Bahia (Nehib); São Paulo: Rede Alfredo de Carvalho, 2002.

Isabel Lustosa, por exemplo, dedicaram-se ao exame do periodismo e ao papel fundamental que desempenhou na articulação e divulgação de idéias e ações políticas⁴⁹. Isabel preparou, inclusive, junto com Alberto Dines, a edição fac-similar do primeiro jornal brasileiro, aliás, o primeiro livre da censura portuguesa, o *Correio Braziliense ou Armazém Literário* (1808-1822), editado a partir de Londres, por Hipólito da Costa⁵⁰. Outra iniciativa a registrar foi a reedição recente em meio digital do jornal *O Patriota* (1813-1814), organizada por Lorelai Kury, acompanhada de um livro com comentários de especialistas que ajudam a contextualizar o periódico e a compreender as propostas que veiculava⁵¹.

Na encruzilhada do político com o cultural, cabe também fazer uma referência às incursões de Tânia Bessone e Lúcia Bastos no terreno da história da leitura, com ênfase na pesquisa sobre a circulação e a censura de livros e de idéias⁵². Nessa mesma linha há que mencionar as análises de Jean Marcel Carvalho França sobre a evolução da cultura literária⁵³. Ou ainda a investigação de José Carlos Oliveira, voltada para o estudo da constituição da cultura científica, tributária das iniciativas brasileiras do príncipe regente no campo da ciên-

⁴⁹ Ver Marco Morel. *As Transformações dos Espaços Públicos*. São Paulo: Hucitec, 2005. Ver Isabel Lustosa. *O Nascimento da Imprensa Brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

⁵⁰ Cf. Hipólito José da Costa. *Correio Braziliense ou Armazém Literário*. 31 v. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Correio Brasiliense, 2001-2003.

⁵¹ Os comentários são assinados por Marco Morel, Manoel Luiz S. Guimarães, Sérgio Alcides, Tânia Bessone e Lorelai Kury. Cf. Lorelai Kury (org.). *Iluminismo e Império no Brasil: O Patriota (1813-1814)*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

⁵² Ver Lucia Bastos P. das Neves. "Antídotos contra obras ímpias e sediciosas: censura e repressão no Brasil de 1808 a 1824". In: Márcia Abreu. (Org.). *Leitura, História e História da Leitura*. 2 ed. Campinas (SP): UNICAMP, 2002, p. 377-394. Tânia M. T. Bessone da Cruz Ferreira & Lúcia Bastos P. das Neves. "O medo dos abomináveis princípios franceses: a censura nos inícios do século XIX no Brasil". *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 113-119, 1989.

⁵³ Jean Marcel Carvalho França. *Mulheres Viajantes no Brasil (1773-1820)*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2007. _____. "O Patriota e a formação de padrões literários". In: Isabel Lustosa; Mônica Pimenta Velloso; Júlio Castañon Guimarães; Vera Lins; Ivone Stolze Lima. (Org.). *Imprensa, História e Literatura*. I.^a ed. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2007.

cia e da tecnologia⁵⁴. Isto sem falar da bela obra de Lília Schwarcz e colaboradores, *A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis: do Terremoto de Lisboa à Independência do Brasil* (São Paulo: Companhia das Letras, 2002), uma jornada panorâmica pelos eventos fundadores do Estado imperial, através da saga cumprida por aqueles livros, embalados para acompanhar a Corte, mas que ficaram esquecidos no cais de Lisboa, na confusão do embarque, e só conseguiram chegar ao seu destino anos mais tarde.

No âmbito do gênero biográfico, as abordagens influenciadas pelo *cultural turn* têm descortinado ângulos pouco conhecidos dos principais vultos do período reinol. Francisca Nogueira de Azevedo, no livro *Carlota Joaquina na Corte do Brasil*, se afasta das narrativas tradicionais que tomam a princesa como vulgar, inculta e adúltera. Ela ilumina uma outra face de D. Carlota, a da articuladora e líder política, que transgrediu o espaço permitido às mulheres de sua época. Trabalho, aliás, que Francisca acaba de complementar com a organização, a publicação e o estudo de correspondência inédita deixada pela infanta espanhola⁵⁵. Por sua vez, Isabel Lustosa, no seu *D. Pedro I: Um Herói sem Nenhum Caráter* (São Paulo: Companhia das Letras, 2006), escolheu uma perspectiva original para enquadrar a história de vida do príncipe português que proclamou a independência brasileira, a do herói à moda de Macunaíma. Anuncia-se para breve o lançamento de uma nova biografia de D. João VI, preparada por Lucia Bastos Pereira das Neves.

Os autores brasileiros contemporâneos, de um modo geral, parecem confluir para a noção de que a vinda da Corte portuguesa constituiu um marco de suma importância na história nacional. Neste sentido, inferem que a sua permanência por treze anos no Rio de Janeiro representou um fator fundamental para tornar possível a unidade do país independente, sob a justificativa de que

⁵⁴ Cf. José Carlos de Oliveira. *D. João VI; Adorador do Deus das Ciências?* Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2005. Coleção Engenho e Arte, volume 8.

⁵⁵ Cf. Francisca Nogueira de Azevedo. *Carlota Joaquina na Corte do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Ver também _____. *Carlota Joaquina: Cartas Inéditas*; [tradução das cartas em espanhol], José Luiz Sanchez. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

o Brasil corria o risco de fragmentar-se, tal como ocorreu com as antigas colônias da América hispânica.

É bem verdade que uma voz dissonante veio a público para contestar essa interpretação, às vésperas das comemorações dos duzentos anos da chegada de D. João. A censura partiu do historiador e diplomata pernambucano Evaldo Cabral de Mello, ao que parece inspirado na mais fina flor do “Rubro veio”⁵⁶. Ele julga um equívoco estimar que os sucessos de 1808 tiveram grande repercussão e interesse para todas as partes da colônia. Sustenta que articular o período joanino com a manutenção da unidade nacional é tão-somente uma criação intelectual do Centro-Sul do país. No seu ponto de vista, trata-se de herança “da tradição saquarema da historiografia brasileira, para a qual tudo o que acontece no Brasil é através do Rio, graças ao Rio e pelo Rio”⁵⁷. Para fortalecer sua tese, o historiador adverte que a Família Real submeteu as províncias do norte a uma verdadeira espoliação fiscal. Onerou-as com pesados encargos, que geraram um forte desequilíbrio regional, de maneira a sustentar os seus apaniguados no Rio de Janeiro, cidade que se tornou um “enclave português” no Brasil⁵⁸. Lembra, inclusive, que em Pernambuco chegou a se pagar até um imposto para iluminar o Rio, enquanto em Recife se vivia às escuras. Sem dúvida, a argumentação de Evaldo dá margem para belas polêmicas, “há panos, panos para mangas”, como diria Capistrano de Abreu⁵⁹.

Seja como for, o inventário de obras e autores aqui exposto não pretende esgotar a literatura disponível sobre a problemática da transferência da

⁵⁶ A expressão é do próprio Evaldo Cabral de Mello e foi utilizada para designar a historiografia nativista, surgida por volta de 1862, com a inauguração do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Cf. _____. “Prefácio”. In: _____. *Rubro veio. O Imaginário da Restauração Pernambucana*. 2.^a edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p. 21.

⁵⁷ Ver Evaldo Cabral de Mello, *Jornal do Comércio*. Recife, 22 de janeiro de 2008.

⁵⁸ _____. *Época*. Rio de Janeiro, n.º 506, de 28 de janeiro de 2008.

⁵⁹ Cf. J. Capistrano de Abreu. *Correspondência de Capistrano de Abreu*, v. I; organizada e prefaciada por José Honório Rodrigues. 2.^a edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1977, p. 276.

Corte para o Novo Mundo. Aponta apenas linhagens e percursos historio-gráficos. Mesmo porque, neste ano do bicentenário da efeméride, deverão surgir novas contribuições, que ampliarão o debate, jogando mais luz sobre o tema e questões correlatas. Até o momento, porém, decorrido um século e meio, confirmam-se a pertinência e a atualidade das reflexões de Francisco Adolfo de Varnhagen sobre as dimensões daquele episódio: para a história do Brasil simboliza o limiar de uma nova era, enquanto para a de Portugal traduz o começo da derrocada do Império luso-brasileiro, o que no fundo significa uma perda – a da Terra de Santa Cruz, a jóia mais preciosa da coroa dos Bragança.

D. João VI no Brasil, de Oliveira Lima

JOSÉ ALMINO DE ALENCAR

~ Sobre o contexto político

No seu discurso de posse como novo associado no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, em 25 de outubro de 1896 – Ângela de Castro Gomes nos assinala –, Joaquim Nabuco dizia que a história do Brasil, ou melhor, a sua interpretação, atravessava uma grave crise, cujo resultado podia ser sua “mutilação definitiva”. Os agentes dessa ação eram uma “escola religiosa” (evidentemente os positivistas), que pretendia reduzir a história nacional a três nomes: Tiradentes, José Bonifácio e Benjamin Constant. A questão de Nabuco, entretanto, não era a de negar o “direito” a nenhum dos três como representantes gloriosos de nossa história. Ele não discute, inclusive, o lugar atribuído a Benjamin Constant, incontestavelmente o Fundador da República. Mas não concorda que Tiradentes “resuma em si o ingente esforço pela independência”, a ponto de não se valorizarem “os heróis pernambucanos em 1817”, ou que José Bonifácio fosse mais destacado que Pedro I, até porque aquele se ligava muito mais à independência do que ao passado imperial¹.

¹ Cf. Gomes, Ângela de Castro. “Rascunhos de história imediata: de monarquistas e republicanos em um triângulo de cartas”, in: *Renate de Males*, n.º 24. Campinas: Departamento de Teoria Literária, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade de Campinas, 2004, p. 20.

Ph.D em sociologia pela University of Chicago. Pesquisador da Fundação Casa de Rui Barbosa, atualmente presidente da Fundação. Publicou: *Maneira de dizer*, São Paulo, Brasiliense, indicado para o prêmio Jabuti; *O motor da luz* (São Paulo: Ed. 34, 1994) e *O Baixo Gávea, diário de um morador* (Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará, 1996); *Meu caro Rui, meu caro Nabuco* (Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1999) e *Joaquim Nabuco: O dever da política* (Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2002), em colaboração com Ana Pessoa.

O ano anterior havia sido decisivo para a consolidação da República instaurada pelo golpe militar de 15 de novembro de 1889. A posse de Prudente de Moraes em 15 de novembro de 1894 marcara o início do fim de um período de tensão e conflito que caracterizaram os dois primeiros governos republicanos, chefiados por marechais do Exército. O estabelecimento de um governo civil abre caminho para a pacificação entre as diversas facções da elite nacional. O momento era de congraçamento, de colaboração. “O dever do momento” – título de uma carta pública do até há pouco monarquista Almirante Jaceguai², dirigida a Nabuco – seria o de se integrar ao processo político de uma República enfim pacificada e que poderia reconstruir as mesmas características de convivência entre as elites políticas que prevaleciam durante o Segundo Reinado entre aqueles que habitualmente conduziam os negócios do governo.

Para Nabuco, no entanto, o que estava em jogo naquele período, o seu objetivo maior, como deixa claro em *Balmaceda*³, é a viabilidade de uma ordem liberal no Brasil e na América do Sul; um arranjo político possível que garantisse a estabilidade institucional, as liberdades públicas e certa coexistência competitiva dentro da classe política, seguindo o exemplo do que havia existido, a seus olhos, no reinado de Pedro II, para além das querelas entre regimes.

Para os opositores, os críticos e os decepcionados com a República, a empreitada de luta era – em um momento, para eles, de retrocesso político – sobretudo intelectual e simbólica. As críticas ao novo regime vinham de par com uma reavaliação positiva da Monarquia brasileira, um reexame das suas origens e do seu papel. No seu discurso, pronunciado em instituição que conservava

² De 2 de setembro de 1895. O texto integral da carta pode ser encontrado em Alencar, José Almino de, e Pessoa, Ana (org.), *Joaquim Nabuco: o Dever da Política*, Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2002. pp. 59-75.

³ Balmaceda, José Manuel. (Santiago, Chile, 1840 – id., 1891). Político chileno, chegou a presidente da República (1886-1891), tendo sido derrubado depois de violenta guerra civil. Asilou-se na embaixada da Argentina, recusando-se a sair do país ou a ser julgado por seus vencedores. Viveu até expirar seu mandato legal, suicidando-se no dia seguinte. Nabuco publicará no *Journal do Commercio* uma série de artigos sobre a guerra civil de 1891 no Chile, que serão logo reunidos em um volume (1895) com este título e que terá sua quarta edição pela Cosacnaify, em 2008. Para uma análise mais detalhada da posição de Nabuco no período: cf. Alencar, José Almino de. “Nabuco, monarquista no Brasil e republicano no Chile”, prólogo dessa mesma edição.

uma forte simpatia pelo antigo regime, Nabuco tratava menos de proteger uma *galeria de nomes* do que de combater as distorções e mutilações que tais escolhas introduziam na história do país:

“...isso porque, para ele, o projeto positivista/jacobino, além de fazer datar nossa história da Independência, como se não existisse uma história portuguesa do país, pretendia criar entre a Independência e a República um deserto de quase setenta anos, ‘a que posso dar o nome de deserto do esquecimento’; [...] objetivava realizar uma ruptura entre Monarquia e República, e ignorando todo o progresso material então alcançados”⁴.

Nos três livros que escreve durante o seu retiro da política militante – *Balmaceda, Um Estadista do Império* e *Minha Formação* –, Nabuco vai opor continuidade e reformismo à mudança revolucionária, identificada com o “jacobinismo” dos fundadores da nossa República e do presidente chileno deposto. Trata assim de restabelecer o que ele considera o sentido da herança depositada pela história nacional, e que deveria constituir a base sólida e natural do desenvolvimento político de países como o Chile e o Brasil, que conheceram o privilégio de haver acumulado alguma experiência democrática⁵, *cultura social* que fora violada pelo “gênio sul-americano da ditadura”⁶.

A década de 90 vai assistir ao desenvolvimento e à consolidação de uma interpretação revisionista da história da Monarquia brasileira que segue de perto as linhas gerais do diagnóstico de Nabuco, cujos ecos se encontram, por exemplo, embora de maneira ainda mais partidária, no grande balanço intitulado *A Década Republicana*, promovido pelo Diretório Monarquista e organizado pelo Visconde de Ouro Preto. Essa interpretação se prolonga no *O Ocaso do Império* e constitui ainda a versão canônica de boa parte da historiografia brasileira.

Nessa versão, o período monárquico consistia em uma exceção diante da instabilidade política que caracterizava os países hispano-americanos. Punha-se

⁴ Gomes, Ângela de Castro, *op. cit.*, p. 21.

⁵ Alencar, José Almino, *op. cit.*, pp. 236-237.

⁶ Nabuco, Joaquim. *Balmaceda*. São Paulo: Cosacnaify, 2008 (no prelo), pp. 42 e 43.

de lado a longa duração do regime servil e sublinhava-se a extinção pacífica da escravidão; fazia-se abstração das revoltas regionais e punham-se em relevo a consolidação da unidade nacional desenvolvida pela Coroa, a obra de construção do Estado brasileiro e do sistema político-administrativo e o funcionamento continuado do parlamento e de partidos políticos, em um regime onde vigorava ampla liberdade de expressão.

E, por último, ao lado desse rol de feitos positivos gerados pelo Realismo, quase nunca se deixava de mencionar a chance histórica de ter sido o regime conduzido por um monarca exemplar que teria realizado o “ideal da democracia antiga, o ‘governo do melhor homem’ – um reinado Pericleiano de meio século”, no dizer hiperbólico de Nabuco⁷; alguém capaz de auto-restringir o seu próprio poder, que diria Oliveira Lima, poucos anos mais tarde:

“Nunca tomou partido contra a opinião, representando a reação, nem mesmo jamais corrigiu uma desavença constitucional, fazendo prevalecer sua opinião sobre a dos ministros. Quando muito, em tais casos ele recorria ao sufrágio, que era limitado e, por isso mesmo, tanto mais representativo de um Brasil onde o sufrágio universal estaria em desacordo flagrante com as condições sociais. Uma única ditadura lhe foi cara, e esta ele exerceu sem hesitação: a ditadura da moralidade”⁸.

Pertencendo a uma geração que vinha imediatamente após a chamada *geração de 70* – composta por nomes como Machado de Assis, André Rebouças, Rio Branco, Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, Tobias Barreto, Castro Alves e Sílvio Romero –, nascido em 1867, Manuel de Oliveira Lima emerge para a vida intelectual e profissional ainda no limiar do regime republicano. Logo vem a participar de instituições centrais, sócio fundador da Academia Brasileira de Letras aos vinte anos e secretário diplomático três anos depois, em Lisboa. O

⁷ Nabuco, Joaquim. “O dever do monarquista”. In: Alencar, José Almino de, e Pessoa, Ana (org.), *Joaquim Nabuco: o Dever da Política*, op.cit., p. 81.

⁸ Lima, Manuel de Oliveira. *Formação Histórica da Nacionalidade*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p. 226. *Apud*. Malatian, Teresa. *Oliveira Lima e a Construção da Nacionalidade*. São Paulo: EDUSC, 2001, pp. 233-234.

início da sua carreira se dá justamente durante os dois primeiros governos militares, quando medrava os ataques jacobinos dirigidos aos monarquistas e ao corpo da diplomacia brasileira, identificada à *diplomacia faustosa do império*, enquanto o “descrédito corroía a imagem da República no exterior”⁹. Explica-se talvez por isso um texto datado desse período (*Sept Ans de Republique au Brésil*), oficioso, onde se procura justificar a República e no qual “Oliveira Lima obri-gou-se à defesa não apenas do regime, mas de sua própria posição no corpo diplomático”¹⁰; texto, aliás, pouco conhecido e ímpar no seu republicanismo, ao que se saiba, dentro do conjunto da sua obra.

Já em governo civil, durante o quadriênio de Rodrigues Alves, o *Impressões da América Espanhola* — reunião de artigos publicados no *Estado de São Paulo* —, ao estabelecer uma comparação entre o desenvolvimento político sul-americano desta última com o nosso, retoma o argumento praticamente consensual entre os críticos da República: o de que a natureza mesma do regime monárquico teria evitado as divisões territoriais e a multiplicação do caudilhismo após a independência, “quando o Império Espanhol se libertou fragmentando-se, e a colônia portuguesa, graças à Monarquia, se libertou mantendo a sua unidade”¹¹.

Caberia talvez aqui invocar uma assertiva de Angel Rama: “Não há texto que não esteja determinado por uma situação de presente e cujas perspectivas estruturantes não partam das condições específicas dessa situação”¹². Surgidas de uma situação de crise do regime político (republicano) brasileiro, as interpretações acima vinham a delinear — em termos muito gerais — guias dentro dos quais iam se criando um eixo narrativo da história nacional: procurava-se, talvez em primeiro lugar, como lembra Ângela de Castro Gomes, tentar “fundar a autoridade política na tradição, e não na força e no carisma, como nos lembra a tipologia weberiana”¹³. Procurar-se-iam, portanto, elementos que permaneceriam no

⁹ Malatian, Teresa, *op.cit.*, p. 101.

¹⁰ *Idem*, p. 101.

¹¹ *Apud*. Malatian, Teresa, *op. cit.*, p. 201.

¹² Rama, Angel. *La Crítica de la Cultura en América Latina*. Caracas, Bib. Ayacucho. 1985, p. 98. *Apud*. Pamplona, Marco A. “Ambigüidades do pensamento latino-americano: intelectuais e a idéia de nação na Argentina e no Brasil”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.º 32, 2003, p. 25.

¹³ Gomes, Ângela de Castro, *op. cit.*, p. 21.

longo prazo, definindo o caráter original e a sustentabilidade da ordem política e social brasileira, para a qual teria sido notável a existência de uma Monarquia. Enfim, esta última apontaria para uma continuidade do legado colonial que manteria o país enlaçado à história dos países civilizados, atributo importante para que se firmasse um caminho em direção do progresso.

Assim, para Oliveira Lima, “a continuidade ‘civilizacional’ teria sobrevivido com os herdeiros da dinastia de Bragança, após a volta de D. João para Portugal, ao longo do século XIX, tal como ocorrera com os congêneres europeus”, o que teria garantido ao Brasil a possibilidade de uma independência relativamente pacífica e evitado a violência e a anarquia presentes na frágeis repúblicas hispano-americanas¹⁴. Assim identificadas, essas diretivas permeiam a nossa leitura de *D. João VI no Brasil*.

~ Origem e escopo

A preparação de *D. João VI no Brasil* foi longa, tendo o seu começo provavelmente em 1897, quando o autor comunica a José Veríssimo que projetava escrever sobre o assunto como parte de uma planejada história da diplomacia brasileira¹⁵. A primeira edição do livro data de 1908¹⁶ e foi publicada às expensas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) como trabalho premiado em um concurso de monografias – instituído em 1903, em comemoração do centenário de abertura dos portos – sobre o governo de D. João VI. O concurso havia sido uma iniciativa do Visconde de Ouro Preto, cuja proposta ao Instituto já previa que o trabalho exaltaria “a unidade nacional do Brasil independente” e estabeleceria “a interpretação da transferência da Corte como antigo projeto que resultou na fundação do Império”¹⁷.

¹⁴ Cf. Pamplona, Marco A. *op. cit.*, pp. 21-22.

¹⁵ Malatian, Teresa, *op. cit.*, p. 203.

¹⁶ A primeira edição em dois volumes foi feita pela Tip. do *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro. A segunda edição, de 1945 e também em dois volumes, é da editora José Olympio (Rio de Janeiro). Em 1996, a Topbooks (Rio de Janeiro), publicou uma terceira edição, de onde extraímos as citações deste artigo.

¹⁷ Malatian, Teresa. *op. cit.*, p. 205.

Nas correspondências do autor com José Veríssimo, Capistrano de Abreu e Machado de Assis, antes da publicação e citadas por Teresa Malatian, todos eles salientam a importância de se reverem os lugares-comuns sobre o personagem que lhes pespegava “um renome – talvez não usurpado se contido nos limites do desenho e não puxado até a caricatura – de desmazelo bonacheirão e de esperteza salóia”¹⁸, advindo sobretudo da historiografia portuguesa.

“Eu o tenho por um sujeito atiladíssimo, e mais ainda inteligente”, dizia Veríssimo¹⁹. Dever-se-ia descobrir a “fisionomia real daquele príncipe que, vindo aqui fundar ‘um novo império’, como ele mesmo disse, tão particularmente contribuiu para a nossa independência”, escrevia Machado²⁰.

É verdade que Varnhagen, na sua *História Geral do Brasil*, antecipara a interpretação preconizada por Ouro Preto, quando apresentara a independência como a continuação natural do Brasil português. Ao transferir a Corte para cá e ao decretar a abertura dos portos, D. João VI praticamente abolira a condição colonial do Brasil e transformara o país em sede do Reino, possibilitando o advento de um governo monárquico independente. Oliveira Lima incorpora a mesma interpretação²¹, mas acrescenta um retrato pessoal do Príncipe Regente cheio de nuances, relendo o que era tomado por mediantia, hesitações e até poltronices como manifestações de uma espécie de “astúcia dos fracos”, em um mundo onde imperavam forças muito superiores a sua dinastia e a Portugal.

Por exemplo, já no início do livro ele questiona a versão da fuga da Corte como tendo sido somente um ato destemperado e improvisado, sugerindo que ela estaria entre as alternativas políticas previstas pelo governo português, ao pôr em relevo uma memória de 1803 de D. Rodrigo de Souza Coutinho ao Príncipe Regente, na qual se lê: “Depois de devastado por uma longa e sangüinolenta guerra, ainda resta ao seu soberano criar um poderoso Império no Bra-

¹⁸ Lima, Manuel de Oliveira. *D. João VI no Brasil*, Topobooks, Rio de Janeiro, pp. 577-578.

¹⁹ Em carta de 7 de janeiro de 1897, *apud*. Malatian, Teresa, p. 203.

²⁰ Em carta de 5 fevereiro de 1906, *apud*. Malatian, Teresa, p. 205.

²¹ *Idem*, p. 208.

sil, donde se volte a reconquistar o que se possa ter perdido na Europa”²²... E, bem mais adiante, conclui sobre D. João VI: “Seu senso político revelou-se em muita ocasião. Um dos mais fracos soberanos da Europa, vimos ter sido o único que escapou às humilhações por que fez Napoleão passar os representantes do direito divino”²³.

Essa versão revisionista da personalidade e das habilidades de D. João VI constitui um dos atrativos mais populares desse livro, mas não creio eu ser o seu traço mais significativo, o qual se diria derivado de um conselho que Capistrano lhe havia voluntariado: “Quando chegar à época em que ele (D. João VI) veio para o Brasil, leia, de lápis em punho, todos os viajantes, apresente um quadro largo do estado do Brasil e ver-se-á quanto é falso e acanhado tudo quanto agora se tem feito”²⁴.

Oliveira Lima consultou praticamente todos os viajantes e estudiosos, como Tollenare, Saint-Hilaire, Luccock, Koster, Freycinet, Mary Graham, von Leithold, Spix, Von Martius, James Prior; e foi muito além: percorreu cartas e memorandos de diplomatas estrangeiros – da França, da Inglaterra, dos Estados Unidos – lotados no Rio de Janeiro, e cartas de personagens menos importantes que lhe forneceram valiosas descrições da vida durante o período joanino, como é o caso da extensa correspondência do bibliotecário da Biblioteca Real, Luís Joaquim dos Santos Marrocos, além de documentos de um sem-número de arquivos brasileiros e portugueses. Ao descrever o seu esforço de compilação, Otávio Tarquínio de Souza nos diz:

“Para levar a cabo a grande obra [...], forjou uma pachorra de velho frade e durante anos se entreteve nas coleções de manuscritos do Arquivo Nacional, da Biblioteca Nacional, do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério dos Negócios Estrangeiros da França, do Departamento de Estado dos Estados Unidos, do Museu Britânico, da Real Biblioteca da Ajuda.

²² Lima, Manuel de Oliveira. *D. João VI no Brasil*, op. cit., p. 44.

²³ Lima, Manuel de Oliveira. *D. João VI no Brasil*, op. cit., p. 578.

²⁴ Em carta de 11 de dezembro de 1900, apud. Malatian, Teresa, op. cit., p. 204.

Muitos dos documentos em que se apoiou eram inéditos ou só tinham sido manuseados por um ou outro pesquisador menos atilado e sobre eles não se havia feito até então qualquer trabalho”²⁵.

O resultado desse esforço é um volume de aproximadamente setecentas páginas distribuídas em trinta capítulos. A espinha dorsal da narrativa segue aproximadamente a linha cronológica da estada de D. João VI no Brasil – da partida da Corte de Lisboa em novembro de 1807 ao seu retorno para Portugal em abril de 1821 –, mas o autor introduz capítulos nos quais se engaja em digressões para, por exemplo, compor um personagem, como no capítulo VI, sobre a *Rainha Dona Carlota*, ou no muito citado capítulo XXIV, *El-rei*, quase no final do livro, onde se tenta descrever modos de agir e traços da personalidade de D. João VI à luz da história do período. Às vezes, também se detém em um tema especialmente relevante para esclarecer a sua narrativa – é o caso do capítulo X, sobre o *tráfico de escravos*, e do capítulo XIX, sobre o *tratamento dos índios*. Em outros, seleciona um episódio particularmente expressivo, como no capítulo XX, sobre a *Revolução Pernambucana de 1817*.

A multiplicidade de informações acumuladas faz com que *D. João VI no Brasil* seja utilizado muitas vezes como uma simples fonte de dados ou guia de referência de uma época, por especialistas de áreas diversas que o consultam à procura de material relevante aos seus interesses específicos. No entanto, o todo se apresenta como um monumento de história narrativa em que a riqueza das informações recenseadas – de história diplomática, de história política, de economia, biografias, cenas de descrição da vida comum, anedotas – é alinhavada com um cuidado analítico permanente; o que faz com que este livro possa ser classificado como um dos pilares da historiografia do século XIX, juntamente com *Um Estadista do Império*, de Joaquim Nabuco.

Oliveira Lima analisa, talvez pela primeira vez, a emergência do Estado brasileiro dentro da dinâmica das relações internacionais da época, percorrendo

²⁵ Souza, Octávio Tarquínio de. Prefácio à 2.^a edição. In: Lima, Manuel de Oliveira. *D. João VI no Brasil*, op. cit., p. 771.

minuciosamente os seis anos (1808-1814) da hegemonia napoleônica e os cinco anos posteriores ao Congresso de Viena (1815-1820), quando se redefiniram as relações de poder entre os países da Europa.

Destriçar toda a trama histórica envolvida, vista de um país periférico submetido a dois grandes determinantes – o avanço crescente do domínio do capital inglês e o grande jogo de poder entre as potências européias –, é tarefa que exige um fôlego intelectual e uma paciência para os detalhes admiráveis. Esse esforço narrativo é feito ao longo de seis capítulos (do XII ao XVII), repletos de peripécias diplomáticas, jogo de dissimulações e habilidades de muitos agentes manipulando uma variedade de interesses, mas cujas linhas centrais vêm a constituir o cerne do livro, em torno do qual tudo o mais se organiza²⁶.

Ao observar essa movimentação complexa de agentes e interesses, há que se aceitar a observação de Luiz Costa Lima, que vê em *D. João VI no Brasil* não uma biografia de um príncipe regente, depois rei, mas uma “biografia plural”, compreendendo uma “plêiade de nobres e juristas burgueses (o Conde Palmela, Antônio de Araújo, o Conde Barca, o Marquês de Aguiar, Rodrigo de Souza Coutinho, Tomás Antônio Portugal, Silvestre Pinheiro Ferreira), sem a qual as hesitações do príncipe-regente teriam sido paralisia, e suas astúcias, inseqüências”²⁷.

A importância da aliança com a Inglaterra – centro do capitalismo industrial e comercial em expansão – implicava um estado de dependência de Portugal, que se submetia às exigências inglesas. Depois da abertura dos portos, em 1808, medida que também favoreceu o movimento comercial da colônia,

“as condições exaradas no convênio de 1810 significavam a transplantação do protetorado britânico, cuja situação privilegiada na metrópole se consagra na nossa esfera econômica e até se consignava como perpétua. A falta de

²⁶ Neves, Guilherme Pereira das. “Oliveira Lima: D. João VI no Brasil”. In: Mota, Lourenço Dantas. (org.) *Introdução ao Brasil: Um Banquete no Trópico*. São Paulo, editora SENAC, 2000, p. 152.

²⁷ Lima, Luiz Costa. “D. João VI no Brasil (Oliveira Lima)” In: Lima, Luiz Costa. *Intervenções*. São Paulo: EdUSP, 2002. p. 376.

genuína reciprocidade era absoluta²⁸ e dava-se em todos os terrenos, parecendo mesmo difícil de estabelecer-se pela carência de artigos que se equilibrassem na necessidade de consumo, sendo mais precisos no Brasil os artigos manufaturados ingleses do que à Inglaterra as matérias-primas brasileiras”²⁹.

O predomínio econômico da Inglaterra é tomado por Oliveira Lima, como não poderia deixar de ser, por dado inevitável, paisagem permanente do período. Do ponto de vista político, tratava-se, para Portugal, de sobreviver em meio ao jogo das potências européias, abocanhando as vantagens possíveis.

Se nos ativermos ao que se passou no Congresso de Viena, veremos que os representantes portugueses procuravam resolver três questões prioritárias: a restituição do território de Olivença, tomado pela Espanha na guerra de 1801; a fixação da fronteira norte com a Guiana Francesa – invadida pelas tropas portuguesas em 1809 – de acordo com o Tratado de Utrecht, de 1713, que a Inglaterra havia alterado, em detrimento de Portugal, no acordo de Amiens com a França, em 1802; e a defesa do tráfico negreiro, cuja proibição vinha sendo objeto de campanhas da opinião pública na Inglaterra.

A posição marginal de Portugal, na órbita de influência inglesa, durante as negociações de Viena não contribuiu para a resolução definitiva de nenhum desses pontos: Olivença não foi devolvida, e a questão da Guiana ainda se arrastaria por décadas. Ressalve-se, porém, que, embora “fosse Portugal o único estado verdadeiramente interessado em que não se cessasse o comércio de escravos”³⁰, tenha obtido uma vitória parcial nesta questão, graças, em muito, às movimentações do Conde de Palmela, representante português junto ao Congresso: acordou-se que o tráfico de escravos fosse abolido ao norte do Equador, mantendo-o, todavia, abaixo da linha equatorial. Oliveira Lima sublinha a lucidez premonitória de Palmela sobre esse resultado, citando uma sua comunicação ao Brasil:

²⁸ O tratado luso-britânico de 1810 fixava em 15% a taxa alfandegária sobre produtos ingleses vendidos para o Brasil, o que constituía uma vantagem unilateral *fraglante* para Inglaterra, já que os demais países pagavam uma taxa de 24% e Portugal 16%! Somente em 1816, igualaram-se as taxas inglesa e portuguesa.

²⁹ Lima, Manuel de Oliveira. *D. João VI no Brasil*, op. cit., p. 251.

³⁰ Lima, Manuel de Oliveira. *D. João VI no Brasil*, op. cit., p. 276.

“Julgo-me na consciência obrigado a declarar e a repetir que a idéia de continuar sem limite de tempo à importação de escravos para o Brasil é impraticável e que nos atrairá, se não nos precavermos, as mais fatais conseqüências. Basta para provar essa asserção refletirmos que o Brasil é já agora o único país no mundo para onde se levam, sem ser por contrabando, novos escravos. Em todo o resto da América se acha esse tráfico abolido, e a Inglaterra está bem determinada (porque quando mesmo o governo o não quisesse, a nação o exigiria) a conseguir finalmente a abolição geral. O que podemos ainda é ganhar tempo, e para preparar-nos para o sacrifício, mas não evitá-lo afinal”³¹.

E Oliveira Lima conclui: “D. João VI conseguiu todavia regressar para Portugal sem que estivesse resolvida a questão, o que neste caso era sinal de vitória”³².

A essa vitória que, sabemos agora, conseguiu ser empurrada até 1850 acrescenta-se a ocupação portuguesa da Banda Oriental do Prata, “o maior desforço, o desforço tomado pelo príncipe regente e seus conselheiros em oposição a toda a Europa, mesmo contra o aliado Inglês, do que Portugal deixara de alcançar em Viena e de justiça lhe cabia”³³.

Aproveitando a fragilidade da Espanha, recém-saída da ocupação francesa, o relativo alheamento europeu com relação às Américas e a instabilidade do governo de Buenos Aires, o governo no Rio de Janeiro, pretextando intervir contra as movimentações militares de Artigas, invade Montevideú, em 1816. Apesar dos protestos espanhóis e até da oposição inglesa, Portugal conseguiu protelar a situação, através de seguidas negociações de Palmela, criando-se uma situação continuada de ocupação que levou à anexação formal da região, em 1821, e à criação da Província Cisplatina.

É notável a maestria com que Oliveira Lima descreve as manobras diplomáticas e os ganhos possíveis desse Reinado com espaço limitadíssimo dentro do jogo das grandes nações. Nesse processo, ele salienta a divisão virtuosa e pro-

³¹ Ofício a Thomas Antônio de Villa Nova, de 10 de agosto de 1819. Cf: Lima, Manuel de Oliveira. *D. João VI no Brasil*, op. cit., p.283.

³² Lima, Manuel de Oliveira. *D. João VI no Brasil*, op. cit., p. 283.

³³ Lima, Manuel de Oliveira. *D. João VI no Brasil*, op. cit., p. 371.

ductiva de trabalho entre um rei que tomava iniciativas aqui no continente americano e o seu enviado, que ora se fixava em ganhos específicos julgados essenciais (como no caso do tráfico negreiro abaixo do Equador), ora tergiversava, protelava, chicaneava para evitar uma solução definitiva que fosse prejudicial aos interesses do reino, como na caso da campanha do Prata.

O problema da Guiana, a ocupação da Banda Oriental a partir do Rio de Janeiro, o envolvimento comercial com a Inglaterra, as negociações internacionais, que têm naturalmente que receber o aval e o desenvolvimento da Corte carioca, vão cada vez mais caracterizando o espaço territorial brasileiro como unidade política, o que, de resto, ele já se tornara formalmente, com a sua elevação a Reino Unido. A dependência do trabalho escravo, que caracteriza os grupos proprietários brasileiros e determina o afinco na defesa do tráfico negreiro pelos diplomatas portugueses, tão bem descrita por Oliveira Lima, aponta para a existência de um interesse nacional, perverso, é bem verdade, mas que tem a força de unir as classes dominadoras dentro do país. Tudo isso é descrito, analisado ou sugerido pela enorme quantidade de documentos e fatos aqui reunidos, o que torna as seções sobre a política internacional uma raridade dentre os estudos sobre essa época.

~ Era no tempo do Rei...

Com esta primeira frase do seu *Memórias de um Sargento de Milícias*, Manuel Antonio de Almeida nos projeta – pelo poder evocativo de um pregão frequentemente utilizado pelos contadores de história – a um tempo mítico, onde fantasia e imaginação encontram o seu lugar; um tempo estranho pelo pitoresco que a distância impingia, mas igualmente familiar, nosso. Era o tempo de D. João VI, e quase todos nós reconhecemos naquele livro – que praticamente funda a nossa prosa de ficção – um ar, um espírito que nós gostamos de identificar como brasileiros, mais precisamente de um Brasil urbano que teria sido inaugurado com a presença da Corte no Rio de Janeiro.

“Com a chegada de D. João VI”, nos diz Gilberto Freyre em *Sobrados e Mocambos*,

“o patriarcado rural que se consolidara nas casas-grandes de engenho e fazenda [...] começou a perder a majestade dos tempos coloniais [...]. No Brasil dos princípios do século XIX e fins do XVIII, a reeuropeização se verificou [...] pela assimilação, da parte de raros, pela imitação (no sentido sociológico, primeiro fixado por Tarde), da parte do maior número, e também por coação ou coerção, os ingleses, por exemplo, impondo à colônia portuguesa da América [...] uma série de atitudes morais e de padrões de vida que, espontaneamente, não teriam sido aceitos por brasileiros³⁴.

Nós sabemos que o sociólogo, apesar de vez por outra manifestar sua nostalgia pelo patriarcado, compreendia que, ao destruir a sociedade patriarcal, mas também lhe assimilando certos aspectos, a reeuropeização mencionada fazia parte constitutiva da nossa formação; um pouco à maneira de Oliveira Lima, que foi seu mestre, ou pelo menos seu guia nas leituras, e à diferença dos românticos, que procuravam no passado mais remoto, pré-colonial, base para a construção da identidade nacional.

Para o autor de *D. João VI no Brasil*, “havia uma forte convicção do acerto da ação colonizadora exercida pelos europeus e sobretudo pelo Estado, simbolizado na figura de D. João VI”³⁵. O Brasil se afirmava, se definia e entrava na grande roda do mundo civilizado; e lá entrava, pela mão do Rei.

³⁴ Freyre, Gilberto. *Sobrados e Mocambos*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1968, vol 2, p. 3 e pp. 309-310.

³⁵ Malatian, Teresa, *op. cit.*, p. 215.

“Promover e dilatar a civilização”: a política de imigração do governo de D. João no Brasil

MARCOS GUIMARÃES SANCHES

Sócio Honorário
do Instituto
Histórico e
Geográfico
Brasileiro.
Professor de
História do
Brasil das
Universidades
Federal do
Estado do Rio
de Janeiro e
Gama Filho.

A instalação da Corte portuguesa no Brasil foi um marco para a implantação de políticas com potencial de transformação da realidade colonial. No caso da imigração, os poucos resultados ou as avaliações contraditórias, muitas vezes sem uma pesquisa empírica mais consistente, contribuíram para o interesse limitado por parte dos historiadores.

O nosso objeto é a criação da colônia de suíços no Rio de Janeiro, origem da atual cidade de Nova Friburgo e, a partir do estudo de caso, discutir uma eventual política de imigração e/ou povoamento empreendida por D. João e seus ministros no Brasil.

A historiografia da imigração privilegiou durante longo tempo a relação entre a introdução de colonos europeus e a sua inserção no setor dominante da economia, a grande lavoura de exportação, substituindo ou convivendo com a força de trabalho escrava. Embora reconhecendo a importância de tal abordagem, mais recentemente no-

vas questões têm se mostrado relevantes, como os objetivos políticos, sociais e até simbólicos da imigração, abrindo espaço para pensarmos tais iniciativas como manifestações de uma política do Estado não circunscrita a objetivos econômicos.

Por outro lado, considerar que a iniciativa tomada só dez anos depois da chegada ao Brasil seja um indício da inexistência de qualquer política de imigração é desconhecer a conjuntura político-militar da Europa após a Restauração. Avaliar seus resultados como projeto de colonização desvinculado da realidade colonial é atomizar o objeto, retirando-lhe a sua concretude espaciotemporal.

Propomos, portanto, estudar o núcleo colonial suíço de Nova Friburgo como uma ação da política joanina no Brasil, procurando compreender os seus resultados no conjunto das estruturas coloniais.

A instalação da colônia suíça na Fazenda do Morro Queimado (posteriormente Vila de Nova Friburgo) constituiu-se na primeira experiência de implantação de núcleos coloniais no Brasil, cujos resultados devem ser relativizados, ainda que a historiografia não seja consensual sobre os objetivos pretendidos. A análise do processo colonial de Nova Friburgo poderá abrir perspectivas para o estudo de experiências semelhantes, inseridas ou não na fronteira econômica do país.

As perspectivas historiográficas do problema podem ser grupadas em três grandes conjuntos: a história política, que examina o projeto como parte da política joanina no Brasil; a história da imigração, na qual o tipo de experiência aqui estudado é parte de um projeto maior, cujos elementos de destaque são a imigração substitutiva do trabalho escravo e a colonização da região sul; e a história econômica, que, ao desvendar determinadas características da economia escravista, em momentos de expansão e crise, sugere-nos algumas perspectivas de interpretação.

No primeiro conjunto, destaca-se a relativa atualidade da obra de Oliveira Lima, que define como principal objetivo do projeto de colonização o povoamento definitivo do país e relaciona entre as razões do seu fracasso a falta de

recursos do Estado, o caráter negativo das subvenções, o recrutamento inadequado e a falsa ilusão dos colonos¹.

A natureza política do projeto, na versão de Oliveira Lima, pode ser relacionada a algumas interpretações contemporâneas, que valorizam a orientação imperial da política portuguesa na direção da organização de um império transatlântico, como já propusera D. Rodrigo de Souza Coutinho, ou consideram 1808 como o momento de “interiorização da metrópole”², caracterizando a política joanina como uma “virada modernizadora”³, visando a adaptar a colônia a sua nova condição.

Oliveira Lima superou a linha mestra da historiografia anterior, que, influenciada por Varnhagen, estava centrada na crítica à administração portuguesa, atribuindo as dificuldades e fracassos da iniciativa à incompetência dos homens de Estado, no caso o Ministro Villanova Portugal⁴.

A historiografia econômica, principalmente a de orientação marxista, inaugurada por Caio Prado, revela outras nuances do problema. Na *História Econômica do Brasil* observava que as dificuldades dos núcleos coloniais estavam ligadas ao problema da escravidão, ou melhor, ao setor econômico da grande propriedade baseada no trabalho escravo⁵. Caio Prado superava a explicação imaginosa e simplista de Roberto Simonsen – para quem a imigração visava à introdução de idéias européias para conter as revoltas internas, e o seu fracasso devera-se às péssimas condições da viagem⁶ – e prenunciava a excelente síntese de Emília Viotti, que reconhece nos núcleos coloniais objetivos estritamente demográficos, sofrendo forte concorrência da economia escravista, com quem disputava os braços para a lavoura⁷.

¹ LIMA, Oliveira. D. *João no Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, s/d, Vol. 3, pp. 929-937.

² DIAS, Maria Odila Silva. A Interiorização da Metrópole. In MOTA, Carlos Guilherme (Org.), *1822: Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

³ LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação*. São Paulo: Símbolo, 1979, Cap. III.

⁴ SILVA, João Manuel Pereira da. *História da Fundação do Império*, Rio de Janeiro: Garnier, 1856, T. IV, pp. 239-276.

⁵ PRADO Jr., Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1959, Cap. 19.

⁶ SIMONSEN, Roberto. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1978, pp. 416-418.

⁷ COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1989, pp. 100-110.

O caminho trilhado por Emília Viotti pode ser encontrado também na origem da historiografia específica da imigração. José Fernando Carneiro, autor da primeira síntese sobre a imigração no Brasil, identificou objetivos demográficos na criação dos núcleos coloniais e atribuiu, no caso de Nova Friburgo, o seu fracasso à “proximidade” das lavouras de café e açúcar⁸, o que no nosso entendimento complementa a explicação de Viotti, pois as relações entre os dois setores não se limitavam à concorrência por braços, mas a uma espécie de força centrípeta, exercida pelos setores dominantes.

A historiografia da imigração com expressiva produção nas últimas décadas tem-se ocupado preferencialmente das temáticas da transição escravidão-trabalho livre, como em Emília Viotti, ou avançando mais recentemente para abordagens em história social e das mentalidades⁹. As frentes de colonização estudadas são as implantadas na região Sul, sendo relegadas a plano inferior as experiências implementadas nas regiões Sudeste e Nordeste, às quais normalmente estão associados resultados pouco expressivos.

Nova Friburgo, apesar de ter sido objeto do estudo pioneiro do Visconde de Sinimbu (1852)¹⁰, que não ultrapassou a descrição factual e foi escrito com o visível interesse em propalar as qualidades de trabalhador agrícola do imigrante, só veio a merecer mais recentemente uma análise minuciosa, fruto de tese de Martin Nicoulin defendida na Universidade de Fribourg e já publicada no Brasil¹¹.

O projeto colonial de Nova Friburgo resultou de uma multiplicidade de motivações, não nos interessando estabelecer prioridades entre elas, apesar do desconto a alguns exageros historiográficos, com os objetivos morais de

⁸ CARNEIRO, José Fernando. *Imigração e Colonização no Brasil*. Rio de Janeiro: Faculdade Nacional de Filosofia, 1956, p. 9.

⁹ Por exemplo: ALVIM, Zuleika. *Brava Gente*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

¹⁰ SINIMBU, Visconde de (João Lins Vieira Cansansão Sinimbu). *Notícias das Colônias Agrícolas Suíças e Alemães fundada na Freguesia de São João Batista de Nova Friburgo*. Rio de Janeiro: Typ. Jornal do Comércio, s/d.

¹¹ NICOULIN, Martin. *La Genèse de Nova Friburgo*. Fribourg/Suisse: Editions Universitaires Fribourg, 1988. Há edição brasileira editada pela Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional.

dar dignidade ao trabalho¹² e à obsessiva preocupação com a formação de camadas médias, para opor-se às oligarquias, como aparece em Caio Prado e Werneck Sodré.

O projeto colonial de Nova Friburgo, ação política do governo joanino do Brasil, contempla dois grandes objetivos: o político, de povoamento do território, e o econômico, de criar um núcleo produtor nas proximidades da Corte, sendo que tal atividade não deve ser confundida com economia de subsistência, como fazem vários autores, uma vez que se tratava de uma produção mercantil de gêneros para o mercado interno.

~ Expulsão e atração: duas realidades

As investigações recentes sobre a imigração têm revelado a importância de se conhecerem as circunstâncias que motivaram a saída dos imigrantes do seu local de origem, a exemplo do citado trabalho de Zuleika Alvim.

A Confederação Suíça era constituída por treze cantões soberanos, divididos ainda, por motivos religiosos, em católicos e protestantes, todos com organização republicana. Nas cidades se desenvolveu uma burguesia bastante pobre para os padrões europeus ocidentais, porém mais poderosa que os habitantes das planícies, onde o patriciado se reservava os direitos políticos e as vantagens sociais. Existiam querelas perpétuas entre os cantões e, dentro destes, entre as cidades e o campo.

Destacando-se no cenário europeu como centro comercial e financeiro, nela sobreviviam, com relativo poder, as forças conservadoras. A conquista francesa acelerou, ainda que de forma desigual, a emancipação política dos camponeses. Em quase toda parte, os direitos feudais foram abolidos, a servidão tendeu a desaparecer, o acesso à propriedade e o seu desmembramento tornaram-se mais fáceis. No entanto, tais tendências se reverteram após 1815, no contexto conservador da Restauração. O cultivador das colinas continuava sofrendo o

¹² OBERACKER Jr, Carlos H., A Colonização Baseada no Regime da Pequena Propriedade Agrícola In HOLANDA, Sérgio Buarque (Direção). *História Geral da Civilização Brasileira*, São Paulo: Difel, 1969, T. II, Vol. 3, L. II, Cap. III.

domínio do patriciado urbano, que se mantinha apegado às corvéias, às dízi-mas e até mesmo à servidão, quadro só significativamente alterado após 1848.

A Paz de Paris consagrou a neutralidade suíça¹³ e, internamente, o retorno do predomínio das forças conservadoras. Nas áreas rurais foram revigoradas as práticas de origem feudal, e nos centros urbanos as corporações dominavam a produção. Por outro lado, a crise de 1815, caso clássico de crise de pós-guerra, fez regredir uma parte da industrialização do continente europeu que havia se expandido durante o “bloqueio”, em especial os setores têxtil, metalúrgico e químico.

Agravando este quadro estava a questão demográfica. A Suíça registrara expressivo aumento da natalidade a partir da segunda metade do século XVIII. A população saltara de 1,2 milhão em 1750 para 1,7 milhão em 1800, chegando aos 2,4 milhões em 1850¹⁴.

Martin Nicoulin sintetiza a conjuntura de “dificuldades sócio-econômicas” da Suíça após a Restauração apontando três movimentos de emigração: o primeiro, em 1816, originário das regiões industriais, provocado pela crise econômica (1815-16); o segundo, ligado aos problemas políticos da Suíça alemã, relacionados ao redesenho do mapa da Europa central em Viena; e o terceiro, de emigração generalizada, no qual se inclui o contingente dirigido ao Brasil¹⁵. Do ponto de vista estrutural, o autor aponta o confronto entre arcaísmo e mudanças estruturais, tese endossada por Pierre Channu no prefácio da obra de Nicoulin para explicar a saída sistemática de contingentes demográficos da Europa no século XIX.

A motivação para a saída dos suíços não deve, portanto, ser reduzida às dificuldades da conjuntura econômica, mas também creditada às pressões impostas pela Restauração, tomada no sentido múltiplo que lhe confere René Remond¹⁶.

No Brasil, a conjuntura da transferência do governo para a colônia, a partir de 1808, implicou transformações bastante significativas. Ganhava maior

¹³ Cópia da ata de 20 de novembro de 1815 foi remetida a D. João por ofício do Chanceler da Confederação Helvética, de 11 de fevereiro de 1817, exaltando “a igualdade de propósitos” e “possibilidades de cooperação”, Arquivo Histórico do Itamarati, Lata 679.

¹⁴ PRADA, V. Vasques. *História Econômica do Brasil*. Madrid: Rial, 1972, Vol. I, p. 475.

¹⁵ NICOULIN, Martin. *Op. cit.* pp. 21-38.

¹⁶ REMOND, René. *O Século XIX*. São Paulo: Cultrix, 1976, pp. 17-24.

ênfase a idéia de se fundar um grande Império no Brasil, como aparece no Manifesto de Guerra à França, em 1.º de maio de 1808. A idéia era antiga e veiculada com maior freqüência após 1770, quando D. Luiz da Cunha insistira na transferência do governo português para a América. Em 1789, plano neste sentido era esboçado no jornal *O Ideiador*¹⁷ e a conhecida *Memória* de D. Rodrigo de Souza Coutinho no final do setecentos consolidava a proposta de um Império transcontinental. As reuniões do Conselho de Estado, durante o segundo semestre de 1807, quando se discutia a crítica situação de Portugal no cenário europeu, esboçaram a organização de um Reino do Brasil, sob a direção de D. Pedro, cuja viagem chegou a ser organizada¹⁸.

Neste contexto, Rodrigo de Souza Coutinho, em 31 de dezembro de 1810, enviava “representação reservadíssima” ao Príncipe Regente, onde apontava como “tábua de salvação” do Reino o “novo Império do Brasil”¹⁹. O Príncipe não acatou várias sugestões apresentadas, mas endossou a necessidade de modernização da estrutura econômica e social da colônia.

A ação joanina no Brasil é aqui entendida como uma política modernizadora, na concepção proposta por Alcir Lenharo²⁰, na qual a ampliação das agências do Estado, a suspensão de monopólios e restrições tipicamente coloniais e alguns investimentos diretos do próprio Estado, como a colonização e a abertura de estradas, são entendidos como elementos que compõem a ação de modernização. Após 1808, o Brasil conheceu um surto comercial notável, responsável pela aceleração das atividades econômicas refletidas no *boom* exportador, que só se esgotou por volta de 1820, com a normalização do comércio atlântico.

A idéia de uma “virada modernizadora” não pode ser dissociada, no entanto, do clássico descompasso, consensual na historiografia, entre ações e resultados,

¹⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História Geral do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1956, T. V, p-16 sg.

¹⁸ MARTINS, Francisco Enéas. *O Conselho de Estado Português e a Transmigração da Família Real em 1807*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1968. Ver especialmente as atas de 20 de agosto, 3 de setembro e 14 de outubro.

¹⁹ “Representação Reservadíssima ao Príncipe Regente...”, Arquivo Histórico do Itamarati, Lata 660.

²⁰ LENHARO, Alcir. *Op. cit.*, cap. 3.

onde as iniciativas modernizadoras se chocavam com as estruturas do Antigo Regime, no caso representadas pela colonização de base mercantilista e escravista.

A presença de estrangeiros cresceu bastante após 1808. No período compreendido entre 1808 e 1822, foram registradas 4.234 entradas (não computados os portugueses), das quais 93 são de suíços, números expressivos para a realidade colonial.

QUADRO I
ENTRADA DE ESTRANGEIROS – SUÍÇOS NÃO COLONOS²¹

CAPITANIAS	1815	1816	1817	1818	1819	1820	1821	1822	TOTAIS
Bahia	—	—	—	—	—	1	1	—	2
Espírito Santo	—	—	—	—	—	1	3	—	4
Minas Gerais	—	—	—	1	1	3	1	2	8
Pernambuco	—	—	—	—	—	—	1	—	1
Rio Grande	—	—	—	1	—	—	1	—	2
São Paulo	—	—	1	1	1	—	1	—	4
Rio de Janeiro									
Cabo Frio	—	—	—	—	—	3	—	—	3
Campos	—	—	—	—	—	—	3	—	3
Macaé	—	—	—	—	—	—	—	2	2
Rezende	—	—	—	—	—	—	1	—	1
Rio Preto	—	—	—	—	—	—	1	—	1
Cantagalo/Friburgo	—	—	—	—	6	7	2	1	16
Sem destino indicado*	—	2	6	5	22	7	3	1	46
TOTAIS	—	2	7	8	30	22	18	6	93

Fonte: Arquivo Nacional – Registro de Estrangeiros.

* Supõem-se que 13 desses registros sejam de comerciantes com várias entradas e saídas a intervalos curtos; outras fontes indicam que parte destes estrangeiros dirigiu-se para a região de Friburgo.

²¹ Nesta denominação englobamos os estrangeiros entrados no país fora do movimento de imigração dirigida, uma vez que os imigrantes trazidos de forma organizada, sob a direção do Estado, não passaram pelo registro.

Definindo-se a imigração como uma “política oficial e deliberada de povoamento, ainda que por iniciativa particular”²², podemos aproveitar a periodização clássica de José Fernando Carneiro²³, que define o primeiro período de imigração entre 1808 e 1886 como caracterizado por núcleos de pequenos proprietários nas áreas próximas às grandes lavouras. Apesar de nesses núcleos não se registrar ou mesmo ser proibida a presença de escravos, estão eles ligados ao latifúndio escravista, “cerne de todos os eventos do fenômeno migratório” nesta fase²⁴.

As condições para a imigração espontânea foram criadas a partir de 25 de novembro de 1808, quando decreto do Príncipe Regente assegurava aos estrangeiros o direito à propriedade territorial, o que convinha ao “real serviço e bem público”, no sentido de “aumentar a lavoura e a população neste Estado”. Mas a “imigração planejada, escolhida e subsidiada pelo Estado”, na expressão de Fernando Carneiro, teve início com as tratativas estabelecidas com a Confederação Suíça para a fixação dos colonos suíços, no local da futura Nova Friburgo, em 1819.

Os contatos com a Confederação Suíça foram iniciados no contexto da normalização das relações entre os países europeus, após o Congresso de Viena, como se vê na carta datada de 11 de fevereiro de 1817, endereçada pelo presidente da Confederação Suíça a D. João, que versava essencialmente sobre a normalização das relações entre os dois países. A resposta de D. João, datada de 2 de maio de 1818, trata com prioridade da instalação do “Consul Comercial da Confederação Suíça na minha cidade de Lisboa” e do “novo Consulado Português junto à Confederação Suíça” e apenas de passagem se refere à decisão de “anuir favoravelmente a solicitação que me foi presente por parte do Cantão de Friburgo, para estabelecimento de algumas famílias suíças neste meu Reino do Brasil, de conceder-lhes convenientemente porção de terreno para utilmente cultivarem, além de outras vantagens que lhes mandei declarar...”²⁵.

²² PELIZZETTI, Beatriz. *Pioneirismo Italiano no Brasil Meridional*. Curitiba: Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, 1981, p. 53.

²³ CARNEIRO, J. Fernando. *Op. cit.*, p. 9.

²⁴ PELIZZETTI, Beatriz. *Op. cit.*, p. 55.

²⁵ Arquivo Histórico do Itamarati, Lata 679 ou *Collecção de Leis do Império do Brasil*. 1808. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891, p. 39.

Os objetivos declarados no real Decreto de 6.5.1818, que incumbia o Ministro e Secretário dos Negócios do Reino, Tomás Antonio de Villanova Portugal, de organizar a nova colônia, não nos parecem mera formalidade diplomática ou exercício de retórica:

“... promover e dilatar a civilização do vasto Reino do Brazil, a qual não rapidamente progredirá sem o auxílio e acrescentamento de habitantes affeitos dos diversos gêneros de trabalhos com que a agricultura e indústria costumam remunerar os Estados que as agasalham”²⁶.

A idéia de transferência de colonos não era nova. *Memória*, de 1807, associava a imigração à necessidade de ocupar as vastas extensões de terra e ainda permitir a formação de fábricas, a partir de uma mão-de-obra mais qualificada. A transferência seria subsidiada e deveria ser “cuidadoso” o “trato” com o imigrante²⁷, mas ainda usavam como modelo a “política dos casais”, praticada por Portugal no século XVIII.

Carlos Oberacker tributa a Villanova Portugal e sua formação ilustrada a retomada do projeto pombalino de introdução de colonos – brancos, católicos, etc. – no Brasil. A avaliação do autor revê o juízo consagrado por Varnhagen de crítica e de despreparo dos ministros de D. João no Brasil. Deve ser lembrado que, na mesma conjuntura, foram instaladas as colônias de Viana, no Espírito Santo (1817), e Leopoldina, na Bahia (1819).

~ O Projeto Colonial

As ações efetivas para a instalação do núcleo de Nova Friburgo tiveram início com a chegada ao Rio de Janeiro de Sebastien Nicolau Gachet, em 3 de outubro de 1817, a bordo do navio *Emília*, acompanhado da esposa e declarando-se comerciante²⁸.

²⁶ *Collecção de Leis do Império do Brasil*. 1808. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891, pp. 40-41.

²⁷ “*Memória sobre a conveniência de se instalar colonos das Ilhas para o Brasil*”, 1807, Antonio Joaquim Coelho Couto, Arquivo Histórico do Itamarati, Lata 679.

²⁸ Arquivo Nacional, Registro de Estrangeiros, 1808-1822.

Sebastien Gachet era portador de correspondência do “Conselho de Estado da Vila e República de Friburgo”, acompanhada de carta patente expedida pelo mesmo órgão, datadas de 9 e 23 de maio de 1817, em que oferece a “entrada de famílias no Brasil, onde se propõe a criar um estabelecimento agrícola” que seria um “meio de comércio com sua pátria”. Na documentação citada, os suíços já expressavam a necessidade de contar com o “favorecimento do Estado” “para levar avante a empreitada”²⁹. O agente suíço se apresentava na dupla condição de representante oficial e de representante de uma sociedade de capitalistas, destacando sempre as possibilidades de desenvolvimento manufatureiro. Gachet, em suas tratativas com o governo de Fribourg, já demonstrara grande habilidade diplomática, defendendo a dupla possibilidade do empreendimento: o desenvolvimento da agricultura no Brasil e a colocação de produtos manufaturados suíços³⁰.

A estratégia de Gachet combinava as necessidades suíças com as intenções do Brasil, agora a metrópole do Império português, dentro de um contexto de expansão agrícola já iniciada no século anterior e da nova forma de inserção no comércio internacional, explorada habilidosamente por Gachet, que, ao se referir aos Tratados com a Inglaterra, destacava as intenções inglesas de privar as “plantações brasileiras de sua mão-de-obra tradicional”.

As “Condições” para estabelecimento da colônia foram objeto de algumas controvérsias. A proposta encaminhada pelo agente suíço, consolidada em 22 artigos³¹, está arquivada junto com documento em rascunho, produzido provavelmente por funcionários do Ministério, com considerações para análise do Ministro Villanova Portugal³², que expressam as divergências de fundo entre o governo português e o agente.

²⁹ Arquivo Histórico do Itamarati, Lata 679, Ofício endereçado ao Ministro dos Negócios Estrangeiros e Carta Patente.

³⁰ NICOULIN, Martin. *Op. cit.*, pp. 33-39.

³¹ “Condições pelas quaes Sua Magestade Fidelíssima há por bem conceder no seu Reino do Brasil o Estabelecimento de huma colonia de Suissos, composta de cem familias”, 1819 (Cópia traduzida para o português com autenticação do autor). Arquivo Histórico do Itamarati, Lata 679.

³² “Reflexões reduzidas a artigos para subirem a presença do Exmo. Sr. Thomaz Antonio Villanova Portugal, para sobre eles determinar o que julgar mais conveniente”, 1818. Arquivo Histórico do Itamarati, Lata 679. O documento “Reflexões...” foi produzido com um mapa de distribuição das terras, que está extraviado.

A proposta do agente apresenta um apelo econômico centrado na “substituição dos braços dos negros”, “conversão da indústria”, “aumento das rendas” e “conservar no reino os minerais”. Se por um lado a proposta caracteriza uma ênfase manufatureira e capitalista, por outro, distancia-se do eixo dominante da formação brasileira: o latifúndio escravista.

Propunha a instalação da colônia em região de “clima temperado”, aproveitando-se uma “sesmaria próxima ao mar”. Apontava para a região do litoral compreendida entre a “Bahia de São Francisco do Sul até a fronteira da Ilha de Santa Catarina”, prevendo a futura dispersão dos colonos até as planícies de Curitiba, onde poderiam ser aproveitados em atividades mineradoras.

Os colonos seriam representados por aproximadamente “trezentas famílias católicas de 3 a 8 indivíduos, tendo transporte, instalação, instrumentos de trabalho e gado custeados por uma Companhia de Colonização a ser criada, que também faria a distribuição das terras, recebidas em doação do Estado.

A proposta de distribuição de terra caracteriza uma ocupação de pequena propriedade, produtora de alimentos, destinada à plantação de “trigos e legumes”, nomeadamente arroz, batatas e milho dentre outros, e com extensão, quantidade de gado e sementes proporcionais ao tamanho da família, com “plena propriedade por concessões, e sem pagarem renda ou pensão alguma”.

A proposta foi parcialmente acatada pelos funcionários portugueses na exposição ao Ministro, quando propunham a reserva de duas sesmarias de uma légua de testada por três de fundos, que seriam divididas em 120 lotes de 300 braças de frente por 75 de fundos. As dimensões dos lotes eram equivalentes às da proposta do agente, mas o documento português já se refere a Morro Queimado, na Capitania do Rio de Janeiro, como o local de instalação dos colonos. Diferem fundamentalmente na percepção e quanto aos objetivos do projeto, pois enquanto o agente falava em manufaturas e capitalismo, os funcionários portugueses recomendavam a escolha de local “onde já existem escravos e plantações”³³.

³³ O documento “Reflexões...” foi produzido com um mapa de distribuição das terras, que está extraviado.

QUADRO 2
DISTRIBUIÇÃO DOS LOTES, GADO E SEMENTES
(Por tamanho das famílias)

ITENS / FAMÍLIAS	3 ou 4 PESSOAS	5 ou 6 PESSOAS	7 ou 8 PESSOAS
LOTES (TAMANHO)	75 POSSES	120 POSSES	150 POSSES
Vacas de leite	2	3	4
Cabras	2	3	4
Ovelhas	4	6	8
Porcos	2	3	4
Bois / Cavalos de trabalho	1	2	3
Trigo	1	1	2
Feijão	1	1	2
Favas	1/4	1/2	3/4
Arroz	2	3	4
Batata	1	2	3
Milho	3	4	6
Mamona	1/2	1	1 1/2
Linho	1/4	1/2	1
Cânhamo	1/4	1/2	1

Fonte: “Relação do Gado Necessário a cada Família Suíça, que vier estabelecer-se no Brasil, e dos outros objetos para semear e plantar”. Arquivo Histórico do Itamarati, Lata 679.

O governo português parece ter privilegiado a região circundante à Corte, interessado em equacionar o problema do abastecimento de víveres³⁴. A região escolhida para a instalação da colônia estava a meio caminho das Vilas de Macacu e Cantagalo, sendo a primeira fornecedora de gêneros para o mercado do Rio de Janeiro³⁵.

³⁴ LINHARES, Maria Yeda L. *História do Abastecimento: Uma Problemática em Questão*. Brasília: Binagri, 1979.

³⁵ Macacu produzia mandioca, feijão, açúcar, milho e arroz, escoados por Porto das Caixas para o Rio de Janeiro. Conf. LOBO, Eulália M. L. *História do Rio de Janeiro. Do Capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1979, Vol. I, p. 99.

O texto trata ainda de subsídios do governo (160 réis no primeiro e 80 réis no segundo ano), que deveriam garantir o abastecimento da colônia até o início de 1821, e de isenção tributária por 10 anos, reservando-se à Coroa os monopólios tradicionais de pau-brasil e diamantes. Os colonos ficam dispensados do serviço militar, policial e miliciano. Paralelamente, se procurava atrair imigração voluntária de “suíços que já tinham fortuna”, assegurando-lhes a concessão de terrenos vizinhos, “com todas as vantagens e privilégios”, o que pode explicar o quantitativo que aparece no Quadro I, no período de instalação da colônia.

Os atos oficiais que formalizaram a instalação da colônia foram firmados entre março e maio de 1818, mas desde fevereiro já estavam todos os procedimentos acertados, como se observa na documentação diplomática. Em “Nota” endereçada ao Secretário de Estado e Ministro do Reino, Sebastien Gachet informava que o embarque dos colonos seria feito em Marselha – e por isso pedia a intervenção do Marquês de Marialva, Ministro português em Paris – e encaminhava interessante relação dos instrumentos necessários para o trabalho agrícola e manufatureiro³⁶.

Na correspondência enviada ao Ministro e ao Rei, em nome do Governo do Cantão de Fribourg, Sebastien Gachet expressava “o reconhecimento dos capitalistas suíços” pela possibilidade de “...introduitir dans ce Royaume des diverses branches d’industrioux aux quelles l’ancien monde dort une partion de ses richesses...”³⁷.

Na carta destinada ao Rei, a propaganda é ainda mais incisiva. Elogiava as qualidades do homem da Suíça, tradicional “berço de imigrantes” com 8 a 10 mil saídas por ano, destacando a possibilidade de “faire de grands etablissemens de cultures et monter diverses manufactures...” que redundariam em vantagens financeiras pelas “industries qu’elle introduiroit...”. Os suíços são descritos como “fidèles, sobres et robustes, agriculteurs laborieux, loabileux dans beaucoup de professions utiles, supérieurs en divers arts mecaniques,...particulièrement dans de filage et tissage de tout sort y con pris ouvrages en coton, soient...”³⁸. [sic]

³⁶ “Note pour Son Excellence Monseigneur Le Secrétaire d’Etat, Ministre de L’Interieur”, 10.02.1818. Arquivo Histórico do Itamarati, Lata 679.

³⁷ Correspondência para o Ministro datada de 17.02.1818. Arquivo Histórico do Itamarati, Lata 679.

³⁸ Correspondência para o Rei datada de 24.02.1818. Arquivo Histórico do Itamarati, Lata 679.

Em março de 1818 foi firmado o “Projeto de Convenção”, por Sebastien Gachet e Villanova Portugal, sobre o projeto de colonização, sendo encaminhado para ratificação pelo governo da Confederação Helvética³⁹. No seu encaminhamento, o Consul Bremond acenava com a possibilidade de emprego de créditos suíços em troca de “privilégios” exclusivos por tudo que descobrirem e “inovarem”. O projeto previa o assentamento de três mil indivíduos católicos, dos quais 600 a 1000 viriam numa primeira leva e os demais em intervalos de três a quatro meses, sendo fixados no Distrito de Cantagalo. Estipulava ainda a vinda de um “número suficiente de artesãos” e profissionais de nível superior (médico, farmacêutico, veterinário etc.), que receberiam pensão anual do Estado.

O Estado se obrigava a fornecer terras, animais, ferramentas, “vantagens e privilégios aos agricultores e manufactureiros”. Os colonos se responsabilizavam pela construção da Vila e ficavam submetidos às autoridades e leis portuguesas. O subsídio do Estado se estenderia até 1829, à exceção do quinto. Estabeleceram-se, ainda, regras sobre a possibilidade de naturalização dos colonos e a fundação da Vila de São João Batista de Nova Friburgo.

Paralelamente, Sebastien Gachet apresentava as condições de desembarque dos colonos e seu deslocamento para Morro Queimado, previsto para durar dez dias. Solicitava provisões de milho e o pagamento de 160 réis por dia, durante um ano⁴⁰. Retornando à Suíça, para organizar a vinda dos colonos, estava investido como Cônsul de Portugal em Fribourg⁴¹ e deixava firmada a “Obrigaçã” de transportar “até a bahia do Rio de Janeiro cem famílias de Colonos... com todos os seus móveis e instrumentos ruraes, pelo preço de cem pesos hespenhois por cada pessoa”, assumindo o Governo a responsabilidade sobre os colonos 24 horas após o desembarque⁴².

³⁹ *Projet de Convention relative à la colonization de Suisse au Brésil*. Arquivo Histórico do Itamarati, Lata 679.

⁴⁰ *Dispositions Générales relatives a l'establissement de la Colonie Suisse des lárrivés des colonos dans la Baye de Rio de Janeiro*. Arquivo Histórico do Itamarati, Lata 679.

⁴¹ Carta Régia de 20.04.1818.

⁴² “Obrigaçã...”, RJ, Impressão Régia, 1820, Arquivo Nacional, Lata 991

QUADRO 3
TRANSPORTES DOS COLONOS

NAVIOS	TOTAL DE EMBARCADOS	COLONOS ATÉ 7 ANOS	COLONOS COM MAIS DE 7 ANOS	MORTES	TOTAL DOS GASTOS ¹
Heureux X Voyage	442	96	346	31	³
Urania	437	98	339	107	3:372\$000 ⁴
Catherine	357	66	291	25	2:806\$800 ⁴
Debly Eliza	233	54	179	25	³
Elizabeth Marie	228	38	190	19	³
Daphne	197	34	163	43	1:641\$000 ⁴
Cammillus	123	20	103	9	1:629\$250 ⁴
Trajano	²	—	—	—	3:552\$000 ⁴
TOTAIS	2.017	406	1.611	259	22:000#300 ⁵

¹ Inclui despesas de Alfândega.

² Transporte de bagagem.

³ Não localizadas as notas de despesas específicas a estas embarcações.

⁴ Notas de despesas manuscritas s/data e s/assinatura AHI, Lata 679.

⁵ Relatório de despesas – 08/02/1820 – Elaborado pelo Visconde do Rio Seco – AHI, lata 679.

As primeiras medidas oficiais para viabilizar o assentamento dos colonos datam de 6 de maio de 1818, com a nomeação do Desembargador Pedro Machado de Miranda Malheiros para Inspetor da Colônia e a determinação para a compra da Fazenda do Morro Queimado, no Distrito de Cantagalo, pelo preço de 10:468.800, desembolsando o Real Erário apenas a quantia de 1:455.400, já que se “achava obrigada e o valor correspondente foi incluído no seu preço”⁴³.

A compra incluía os escravos da fazenda, cujo valor era apenas ligeiramente superior ao conjunto de gado, frutos e colheitas, embora representasse mais do que o dobro do valor dos bens de raiz. A Fazenda do Morro Quei-

⁴³ Carta Régia de 6.5.1818. Arquivo Histórico do Itamarati, Lata 679.

mado estava situada próximo a Cantagalo, em zona de ocupação recente, mas já apresentava algumas características das propriedades ligadas à produção de exportação, apesar de estar praticamente improdutiva, pois dos 39 escravos apenas seis se encontravam na Fazenda, estando os restantes a serviço em localidades vizinhas.

Uma hipótese que pode dar conta da situação da propriedade é tomá-la como representativa de um mercado colonial de terras e de escravos, cuja renda não advinha, necessariamente, da sua exploração direta pelo proprietário, hipótese corroborada pela circunstância de 10% do valor da compra da fazenda estar representado por dívidas da propriedade.

O projeto foi formalizado pelo Decreto Real de 6 de maio de 1818⁴⁴, que aprovou o “Itinerário” e as “Condições” para o assentamento dos colonos. Neste ponto, abre-se um novo veio de investigação, não explorado nos limites do presente texto, sobre os procedimentos e a rotina da atuação do Estado português. Respalhando-se na vasta documentação disponível, é possível observar as práticas da intrincada burocracia absolutista, sua excessiva regulamentação de procedimentos e as justaposições e conflitos de determinações e jurisdições.

Em todos os atos oficiais, desde as simples nomeações, passando pelo minucioso “Itinerário”, que chega a especificar o tempo para percorrer determinados trechos, até a distribuição de gados e sementes (Quadro 2), constata-se a preocupação com o controle de todos os detalhes, que, agravada pela falta de recursos do Estado, gera uma espécie de inércia que domina todo o processo. Outro decreto de 6 de maio de 1818 propõe uma subscrição popular, isto é, “subir a minha real presença ofertas de quantias”, para fazer face às “avultadas despesas”⁴⁵. As condições para a contratação de empréstimo tomado aos “fiéis vassalos” com reiteradas “provas de amor e lealdade” foram estabelecidas no primeiro ato que delegava a incumbência de “organizar e dirigir” a colônia ao Ministro Villanova Portugal.

⁴⁴ “Decreto, Itinerário e Obrigação”, RJ, Imprensa Régia, 1819, Arquivo Nacional, Lata 99I.

⁴⁵ Arquivo Histórico do Itamarati, Lata 679, Pac. 2.

Independente das dificuldades já prenunciadas, a relevância atribuída ao empreendimento – “importante comissão” – pode ser percebida pela condição social do seu Administrador, pois Miranda Malheiros era Desembargador com assento no Desembargo do Paço e intitulado “Chanceler-Mor do Reino do Brasil” no citado Decreto, com jurisdição bastante ampla, como por exemplo efetuar despesas, tomar posse de bens e nomear oficiais e auxiliares.

Paralelamente, na Europa se configuravam as dificuldades para a atração de colonos. Em correspondência ao Ministro Villanova Portugal, o Ministro na França, Marquês de Marialva, previa dificuldades de isenções fiscais para a passagem de colonos com objetos pelo território francês⁴⁶. O próprio Sebastien Gachet em correspondência ao mesmo Ministro reiterava as dificuldades em atrair colonos, justificando-as pela “concorrência entre os diversos pontos de imigração e Nova Friburgo”⁴⁷, posição contrariada pelo Cônsul Jean Baptiste Péronne, a quem a opinião pública era favorável, dispondo-se a dirigir toda a imigração anual para o Brasil⁴⁸.

Sebastien Gachet continuava o esforço para combater a imagem negativa do Brasil, como mostra a nota por ele publicada na *Gazeta Laussane*:

“O clima convém perfeitamente aos europeus. A terra é de pasmos de fertilidade, tudo pega de estaca, qualquer ramo de árvore cortado e metido na terra espontaneamente pega, podem-se semear as hortas quasi todos os mezes e podem-se ter duas colheitas de batatas: o milho dá duzentos e trezentos por hum, toda a casta de criação se multiplica, à proporção da fertilidade e da benignidade do clima”⁴⁹.

⁴⁶ Carta do Embaixador na França ao Ministro Villanova Portugal, 8.8.1818, Arquivo Histórico do Itamarati, Lata 679.

⁴⁷ Carta de Sebastien N. Gachet ao Ministro Villanova Portugal, 1.10.1818. Arquivo Histórico do Itamarati, Lata 679.

⁴⁸ Carta de Jean-Baptiste Péronne ao Ministro Villanova Portugal, 27.10.1818. Arquivo Histórico do Itamarati, Lata 679.

⁴⁹ Carta de Sebastien N. Gachet. Arquivo Histórico do Itamarati, Lata 679.

Durou aproximadamente um ano o trabalho de recrutamento dos colonos que partiram da Suíça em 4 de julho de 1819. Totalizavam inicialmente 783 colonos friburgueses e 300 dos cantões de Vaux e de Valais. O Abade de Friburg, Conus de Saint Piene, descreveu a etapa de recrutamento e embarque dos colonos e relacionou as famílias imigradas⁵⁰. Nesse cantão foram recrutados, seguindo dados de Nicoulin, 668 indivíduos, pertencentes a 119 famílias, sendo que 95 delas (83%) se apresentavam completas, com predominância dos jovens. Deve ser observado que mais de 20% do total de imigrantes eram menores de sete anos, e sobre amostragem de 195 colonos, o mesmo autor conclui que apenas 94 (48%) eram agricultores⁵¹.

As dificuldades da viagem estão narradas na correspondência do Padre Joye, futuro Vigário da Colônia⁵². O projeto inicial de embarque pelo Havre foi abortado, sobretudo por problemas aduaneiros para embarcar os víveres ali comprados e os objetos dos imigrantes. De Paris, Gachet dava contas ao governo das dificuldades e da falta de recursos⁵³, devendo ter sido atendido pelo governo, como pode ser observado pela correspondência do Marquês de Marialva, Ministro em Paris⁵⁴.

Os colonos embarcaram em Rotterdam no período de 11 de setembro a 11 de outubro de 1819, em sete navios, totalizando 2.017, sendo 1.611 maiores de sete anos e 406 menores até essa idade, com todas as despesas de frete sob a responsabilidade do governo português (Quadro 3).

A viagem foi marcada por elevado índice de mortalidade entre os colonos, aproximadamente 17% do total, apesar das justificativas posteriores de Sebastien Gachet, que chegou a elaborar um minucioso regulamento para a traves-

⁵⁰ “*Relação das Famílias Suíças, Imigradas para Nova Friburgo, em 1819*”, elaborada por J. Conus.

⁵¹ NICOLIN, M. *Op. cit.*, p. 67.

⁵² TAUNAY, Affonso. O Diário do Cura Joye In *Jornal do Commercio*, 6.8.1944.

⁵³ Carta de Sebastien N. Gachet ao Ministro Villanova Portugal, 2.6.1819. Arquivo Histórico do Itamarati, Lata 679.

⁵⁴ Carta do Marquês de Marialva ao Ministro Villanova Portugal, 22.9.1819, Arquivo Histórico do Itamarati, Lata 679. Dá conta de utilização dos quarenta contos de réis, disponíveis de Paris.

sia, incluindo até mesmo o cardápio por dia da semana⁵⁵. Dos colonos embarcados, só chegaram ao Rio de Janeiro 1.682, sendo 946 homens e 736 mulheres. O Vigário Joye acusava o agente de ter duplicado o número de imigrantes, deixando-os em precárias condições de alojamento⁵⁶.

Os desacertos da viagem e o comportamento de Sebastien Gachet foram objeto de processo, motivado por reclamações formais da Confederação Helvética, do Marquês de Marinalva e de alguns colonos⁵⁷. O Rei, através de “Aviso” datado de 9 de março de 1820⁵⁸, mandou formalizar processo sobre a conduta de Gachet no transporte dos colonos. Imputavam-lhe diversas acusações: “má inteligência e direção”; irregularidades nos editais publicados na Suíça, chamando os colonos para Berna, em junho de 1819; privações até Rotterdam, onde os colonos deveriam embarcar e onde os navios ainda não estavam fretados; imigração de pessoas enfermas; “médicos e cirurgiões ignorantes”; excesso de passageiros nos navios; falta de víveres; o agente ter se transportado isoladamente no navio Trajano de carga; responsabilidade pela fome, moléstias e mortes.

Gachet replicava, reiterando a cobrança do que a Coroa lhe devia⁵⁹ e se reportando diretamente ao Rei, em duas ocasiões; protestava por “insinuações e intrigas que atribui ao Ministro Villanova Portugal”. Queixava-se das investigações em curso e defendia-se de não haver pago as despesas efetuadas pelos colonos na Suíça e na Holanda, nem o salário do Médico e do Vigário, por não serem de sua obrigação. Pede audiência ao Monarca⁶⁰, o que parece ter

⁵⁵ “*Règlement pour la traversé....*”. Incluído no “processo verbal e sumário sobre a conduta de Sebastien N. Gachet”. Arquivo Histórico do Itamarati, Lata 680.

⁵⁶ TAUNAY, Affonso. *Op. cit.*

⁵⁷ Carta da Comissão de Imigração de Berna, 28.I.1820, encaminhada por Carta do Marquês de Marialva ao Ministro Villanova Portugal, 30.6.1820; Carta de Brenene a Monsenhor Miranda, 30.06.1820 (A reclamação suíça tem mais de 30 páginas). Arquivo Histórico do Itamarati, Lata 680.

⁵⁸ Aviso do Rei ao Ministro Villanova Portugal, 9.3.1820, Arquivo Histórico do Itamarati, Lata 680.

⁵⁹ Carta de Sebastien N. Gachet ao Ministro Villanova Portugal, 12. 1820, Arquivo Histórico do Itamarati, Lata 680.

⁶⁰ Carta de Sebastien N. Gachet ao Rei, 25.06.1820. Arquivo Histórico do Itamarati, Lata 679.

origem na sua convocação para interrogatório, expedida por Paulo Fernandes Viana, Intendente de Polícia da Corte⁶¹.

Sebastien Gachet teve uma de suas solicitações atendidas, a de ser nomeado um Juiz extraordinário⁶², tendo sido designado Pedro Alvarez Diniz, “Representante dos Agravos da Casa de Suplicação e Juiz dos Feitos da Coroa e Fazenda”, como Juiz privativo nas “causas das reclamações contra Gachet”. A orientação oficial era de “se terminarem com brevidade e em uma só instância as reclamações”⁶³, evitando-se quaisquer desdobramentos em um processo que terminou sem quaisquer punições efetivas⁶⁴.

~ Colonização e dispersão

A instalação da colônia de europeus na serra fluminense, através da imigração subsidiada e dirigida pelo Estado, não alcançou os resultados desejados. Ainda na fase de discussão do projeto, já era manifesta a contradição entre as perspectivas de introdução do trabalho livre e do desenvolvimento de atividades em moldes tipicamente capitalistas e as posições de funcionários graduados do governo português, que associavam a imigração às estruturas e necessidades da grande lavoura escravista.

O recrutamento, a seleção e o transporte dos colonos sofreram inúmeros percalços, como demonstra o processo aberto contra Sebastien Gachet, destacando-se a elevada taxa de mortalidade entre os colonos na viagem.

A organização da colônia obedeceu a práticas administrativas ineficientes, confusas e repetitivas. As providências e decisões eram lentas e excessivamente burocratizadas, como nos mostra a análise da vasta documentação disponível.

⁶¹ Ofício do Ministro Villanova Portugal a Paulo Fernandes Viana, 18.06.1820. Arquivo Histórico do Itamarati, Lata 679.

⁶² Carta de Sebastien N. Gachet ao Rei, 18.09.1820. Arquivo Histórico do Itamarati, Lata 679.

⁶³ Ofício do Ministro Villanova Portugal a Monsenhor Miranda, encaminhando despacho do Rei, 25.08.1820. Arquivo Histórico do Itamarati, Lata 679.

⁶⁴ “Processo verbal e sumário sobre a conduta de Sebastien N. Gachet no transporte dos colonos Suíços para Nova Friburgo deste Reino do Brasil”. Arquivo Histórico do Itamarati, Lata 680.

As “Lembranças” de Monsenhor Miranda listam algumas providências que deveriam ser tomadas na chegada dos colonos ao Rio de Janeiro, dentre as quais destacaríamos: providências junto à Alfândega para liberar os colonos; providências junto ao Provedor-Mor da Saúde para exame dos colonos; solicitação ao Bispo de licença para que os colonos pudessem comer carne nos dias de guarda; participação ao Conde dos Arcos; participação ao Intendente da Polícia; participação ao telégrafo⁶⁵.

Os colonos ainda estavam em viagem e as providências administrativas já evoluíam. A Freguesia de Morro Queimado ganhou a denominação de Nova Friburgo, o Juiz de Fora de Macacu foi designado Juiz Comissário dos Suíços, foram nomeados o Diretor da Colônia e seu Comandante Militar, João Manuel Almeida Peçanha.

A preocupação do governo em regulamentar todos os procedimentos nos mínimos detalhes se mostrava pouco eficaz. Exemplo significativo foram as instruções aprovadas pelo Rei para o transporte dos colonos do Rio de Janeiro até Nova Friburgo. Detalhando desde a forma como serão guardados pela tropa os navios no porto até o tempo a ser gasto em cada trecho do percurso, as normas oficiais chocavam-se com a realidade. Faltavam víveres e utensílios, as carroças atolavam e grande número de colonos acabaram internados no Hospital de Macacu⁶⁶. O fornecimento de materiais e até mesmo o pagamento do pessoal empregado no empreendimento só eram atendidos após reiteradas solicitações.

Na instalação dos colonos, o primeiro problema foi a distribuição das terras, sob a forma de sorteio. Foram distribuídos 120 lotes com casas, algumas ainda não concluídas, mas muitos deles mostraram-se impróprios ao cultivo, obrigando-se a reabertura do processo, e convocando por Edital (26.6.1820) os colonos para a troca de terras.

“Todo colono a quem pela sorte coubesse terra absolutamente incapaz de cultivar-se apresentará até o último do corrente a competente representação a

⁶⁵ “Lembranças...”. Arquivo Histórico do Itamarati, Lata 680.

⁶⁶ “Instruções para o transporte dos colonos...”, 5.10.1819. Arquivo Histórico do Itamarati, Lata 679.

M. Quevremont, chefe de polícia da colônia, para que por uma vez se examine todos estes objetos e se verifiquem as circunstâncias em que S. Majestade foi servido permitido quae se fação tropas e outras terras já demarcadas”⁶⁷.

O Edital não chegou a resolver todos os descontentamentos, em grande parte conseqüentes da má localização do núcleo, mas serviu, pelo menos, para melhorar a situação de algumas famílias que conseguiram trocar de lotes, sempre com o argumento de que as terras recebidas inicialmente não tinham condição de cultivo.

A cada família, dependendo do número de pessoas, também foi fornecido um determinado número de animais. Uma família de três ou quatro pessoas, por exemplo, receberia duas vacas (para criação), quatro cabras, dois porcos e três cavalos ou bois de trabalho, além de sementes para plantio. Além disso, os colonos passaram a desfrutar o direito a uma “mesada”, concedida entre os dias 20 e 25 de cada mês, paga pela Tesouraria Geral das Tropas⁶⁸.

A instalação da Vila de Nova Friburgo, com todo o ritual requerido por tal categoria de localidade, como a construção de um pelourinho e da Câmara Municipal, contrastava com as dificuldades dos colonos e a precariedade e dificuldades do processo de assentamento. Em 24 de junho de 1820 (Dia de São João Batista, Padroeiro da Vila), D. João VI aprovava, tomando como base as informações fornecidas pelo Monsenhor Miranda, o Edital de redistribuição de lotes e autorizava o estabelecimento de cinco comissões para organizarem os vários ramos da colônia⁶⁹.

As várias explicações sobre o fracasso da colônia conferem importante peso à demografia e à qualidade dos colonos. Dos 2.013 passageiros, só chegaram a Friburgo 1.631. Dos 389 mortos (311 na travessia oceânica, 43 na Europa e 35 em Macacu), 216 eram menores até 9 anos, o que significa que a redução da força de trabalho potencial foi de apenas 8 %.

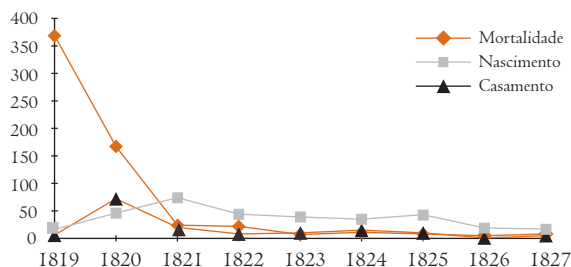
⁶⁷ Anais da Biblioteca Nacional, vol. 102, 1983, 87.

⁶⁸ Arquivo Histórico do Itamarati, Lata 679.

⁶⁹ Arquivo Histórico do Itamarati, Lata 680.

A inadaptabilidade dos colonos não explica a mortalidade, ocorrida predominantemente durante a viagem e o processo de instalação.

QUADRO 4
COLÔNIA DE NOVA FRIBURGO – CURVA DEMOGRÁFICA



Fonte: NICOULIN, Martin. *La Genèse de Nova Friburgo. Fribourg (Suisse): Editions Universitaires Fribourg, 1988.*

O contingente suíço, apesar do número expressivo de crianças, era formado em grande parte por indivíduos economicamente ativos:

QUADRO 5
FAIXAS ETÁRIAS

IDADES	COLONOS
0-19	1.140 – 57%
20-59	837 – 42%
60-...	22 – 1%

Fonte: NICOULIN, Martin, *Op. cit.*, p. 110

A qualidade dos colonos, desde a “Notícia” do Visconde Sinimbu, tem sido apontada como razão do fracasso da colônia. As acusações de prostituição, criminalidade e vagabundagem não encontram respaldo na documentação. A falta de qualificação profissional também precisa ser melhor examinada. A quase totalidade dos colonos do sexo masculino, em idade adulta, tinha profissão declarada. Os agricultores predominavam em larga escala no grupo, como se observa na amostragem apresentada de 381 colonos:

QUADRO 6
QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

PROFISSÕES/ATIVIDADES	TOTAL	%
Agricultores	180	47,25%
Construção Civil	55	14,44%
Manutenção e Abastecimento	82	21,52%
Fabricação de Alimentos e Têxteis	46	12,07%
Outros	18	4,72%
TOTAL	381	100%

Fonte: NICOULIN, Martin, *Op. cit.*, pp. 110-111.

Os colonos, uma vez instalados em Nova Friburgo, não conseguiram fazer da colônia uma unidade produtiva, sendo crítico o seu próprio abastecimento. Esse problema já era previsto, como nos mostra a abundante documentação relativa à construção de uma estrada ligando a colônia à região do Rio do Pomba, cuja economia se especializava em produção de abastecimento destinada à região de Cantagalo⁷⁰.

As reclamações contra a distribuição e a qualidade dos lotes ganharam novo rigor com o resultado da primeira safra agrícola, prejudicada ainda mais pela estação das chuvas, o que levou Monsenhor Miranda a classificar como “alarmante” a situação da colônia.

Os problemas políticos decorrentes da Revolução Portuguesa de 1820 refletiram-se na colônia com a demissão de Monsenhor Miranda e na menor intensidade e frequência com que se registram procedimentos administrativos.

A criação da Sociedade Filantrópica do Rio de Janeiro (31.05.1821), tendo como principal atividade a organização de subscrições, estancou temporariamente o declínio da colônia e, neste momento, alguns colonos chegavam a falar em um “estado de prosperidade nascente”⁷¹.

Os resultados foram de curta duração. Os problemas anteriores à criação da Sociedade recrudesceram. Aproximadamente um ano após a fixação, Nova Fri-

⁷⁰ Arquivo Histórico do Itamarati, Lata 680.

⁷¹ Arquivo Nacional, Caixa 999, Pac. 2.

burgo estava esvaziada. As medidas de correção adotadas pelo governo, como a redistribuição de terras e as tentativas dos colonos de prorrogar o pagamento de subsídios, só foram parcialmente atendidas e se mostraram ineficazes⁷².

Dispersaram-se os colonos. Alguns se fixaram no Rio de Janeiro e uma parte significativa em Cantagalo, como nos mostra o Quadro 8. As terras eram apontadas como pouco férteis e as manufaturas não se instalaram, apesar de referidas constantemente e do número razoável de artesãos e artífices entre os colonos (Quadro 7).

QUADRO 7
MÃO-DE-OBRA QUALIFICADA

PROFISSÕES	PROFISSIONAIS	MÉDIA DE IDADE
Tecelão	2	20
Carpinteiro/Marceneiro	6	44
Lapidação/Entalhe	8	39
Pedreiro	5	39
Mecânicos/Maquinistas	5	41
Gravador	2	44
Forja	1	60
Ferrador	1	40
Fundição	2	46
Bijouteria	1	42
TOTAL	33	41

Fonte: *Tableau des Artistes et Ouvriers de la Colonies*, Abril/1820, AHI, Lata 679.

As novas levas de imigrantes (1820-1821) acabaram por se dispersar junto com os colonos originais na direção dos Distritos de Cantagalo e Macaé, levando Martin Nicoulín a afirmar que “desde o começo a história de Nova Friburgo foi marcada pela ausência dos Suíços”⁷³.

⁷² Ver por exemplo: Ofício do Ministro Villanova Portugal a Monsenhor Miranda, 25.8.1820 – Autoriza a redistribuição de terrenos a novos cultivadores que se estabelecessem; Ofício de Monsenhor Miranda ao Rei, 4.10.1820 – Encaminha representação assinada pelos Chefes de Famílias dos colonos, solicitando a manutenção do subsídio; Portaria do Príncipe Regente, 10.11.1821 – Autoriza a distribuição de terras em novas áreas, mas declara-se contra o pagamento de subsídio aos colonos. Arquivo Histórico do Itamarati, Lata 680.

⁷³ NICOULIN, Martin, *Op. cit.*, p. 288.

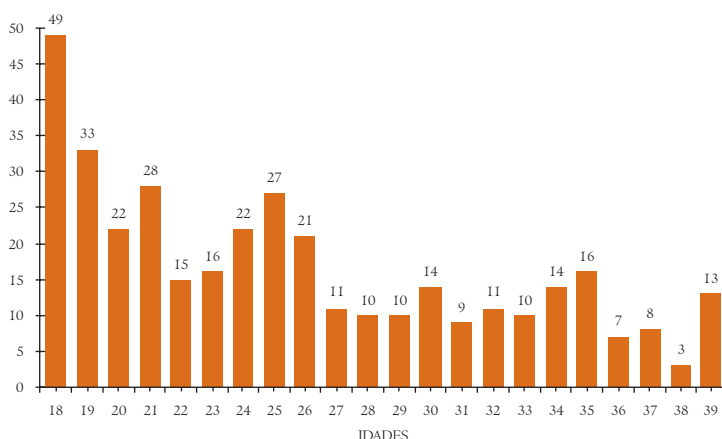
O eixo da dispersão na direção de Macaé deslocou os imigrantes para uma zona pioneira, e existem relatos de confrontos com escravos fugidos e posseiros pobres. Na direção de Cantagalo, trabalharam para os fazendeiros brasileiros, utilizando sua anterior experiência profissional – *exercer son ancién métier* –, como nos informa Joye, autor do levantamento demográfico que em 1824 nos dá 42% dos colonos homens entre 18 e 40 anos residindo em Cantagalo, contra apenas 22,5% que permaneciam em Friburgo.

QUADRO 8
COLONOS DO SEXO MASCULINO ENTRE 18 e 40 ANOS – 1824

8.1 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL E ESTADO CIVIL

COLONOS	NÚMERO DE CASAS	MÉDIA POR CASA	LOCAL DE RESIDÊNCIA	ESTADO CIVIL
369	98	3,7	Nova Friburgo 83 (22,5%) Cantagalo 155 (42%) Não Declarados 131 (35,5%)	Casados 109 (29,5%) Solteiros 260 (70,5%)

8.2 DISTRIBUIÇÃO DOS COLONOS POR IDADE



Fonte: “Relação Nominal dos Colonos Suíços de 18 a 40 anos” – 01.10.1824 – Vigário Jacob Joye – A.N. – Caixa 991

O café, enquanto possibilidade de riqueza, teria atraído os suíços, conclui Nicoulin, mas os relatos de colonos sobre o sucesso com o café em que se baseia o autor parecem se restringir ao início do desenvolvimento dessa cultura na região de Cantagalo, pois o estudo da cafeicultura na região e mesmo os relatos preocupados em desvendar o destino dos suíços não confirmam tal hipótese⁷⁴.

As tentativas posteriores de sustar o declínio da colônia tiveram resultados limitados. José Bonifácio, preocupado com a situação de Friburgo, imaginou o deslocamento para o Rio de Janeiro dos colonos alemães contratados para Leopoldina.

Decretos do Governo Imperial, em 1824 (15 e 20.04.1824), tentaram favorecer a instalação dos novos colonos: as terras foram redistribuídas e até o culto público protestante foi permitido. No entanto, no início do período regencial, os ofícios do Diretor da Colônia davam conta do seu “abandono”.

A experiência pioneira da colônia de suíços na capitania do Rio de Janeiro foi, sem dúvida, exemplo significativo das reformas pensadas para a colônia pela burocracia portuguesa, em grande parte formada nos quadros da Ilustração setecentista. Seus percalços são o resultado da contradição representada pelo choque entre idéias reformistas e a permanência de estruturas do Antigo Regime, particularmente o Antigo Sistema Colonial. Entendemos, portanto, que seu estudo contribui para melhor conhecimento da política joanina no Brasil e da trajetória da colônia em direção ao seu processo de emancipação política.

⁷⁴ Ver por exemplo: TSCHUDI, Johann Jakob von, *Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*, BH/SP, Itatiaia/Edusp, 1980.

A música no Rio de Janeiro no tempo de D. João VI

VASCO MARIZ

Vasco Mariz é musicólogo, ex-presidente da Academia Brasileira de Música, autor de *Villa-Lobos, o Homem e a Obra*, *História da Música no Brasil*, *A Canção Brasileira* etc. Em 1983, recebeu o Prêmio José Veríssimo da ABL.

~ I. A música no Brasil Colônia. As irmandades musicais

Nos dois primeiros séculos de colonização portuguesa, a música que se fazia no Brasil estava diretamente vinculada à igreja e à catequese. Os franciscanos e, sobretudo, os jesuítas desempenharam papel importante a partir de meados do século XVI. O aporte ameríndio à música brasileira foi limitado, em comparação com a vultosa contribuição africana, embora a simbiose do folclore musical africano com a bagagem cultural européia tenha sido lenta nos primeiros séculos da colonização. A musicalidade inata do africano o destinava a ser o intérprete ideal e até mesmo o criador da música que se fazia no Brasil colonial.

Os ricos e os padres importavam música escrita e os instrumentos de Portugal e da Europa. As atividades musicais foram de maior vulto em Salvador e Olinda, embora não se deva desprezar o que ocorria no Rio de Janeiro, São Paulo, Maranhão e Pará. No século XVII, começam a surgir as irmandades musicais, sendo a mais

importante a de Santa Cecília, cuja sede central estava em Lisboa, e que funcionava como uma espécie de sindicato de músicos. Somente os sócios da irmandade podiam fazer música e os improvisadores eram passíveis de multas e até de prisão. Pesquisas recentes fixam em 250 o número de músicos em atividade em Ouro Preto. Nas últimas décadas do século XVIII, houve grande atividade musical em Minas Gerais, onde se destacou o compositor Emerico de Lobo Mesquita.

~ 2. Dom João VI: o príncipe, o rei e o melômano

A transferência da Corte para o Brasil era um projeto antigo, datado de meados do século anterior, que foi desarquivado por D. João devido à ameaça napoleônica. A decisão foi meditada, as preparações foram feitas com todo o cuidado e o embarque foi ordeiro. Não foi, portanto, uma fuga, e sim uma retirada estratégica. Em suas memórias de Santa Helena, Napoleão reconheceu que ficou frustrado com a partida da Corte portuguesa para o Brasil.

D. João VI tinha evidente sensibilidade pela música e era admirador de seu predecessor, D. João IV, ele mesmo compositor que tinha reunido no seu palácio de Vila Viçosa uma das melhores bibliotecas musicais da Europa. D. João V havia protegido as artes, e a música em especial, durante o seu reinado. Seguindo essa tradição, em Lisboa o Príncipe D. João fazia questão de assistir aos espetáculos de ópera no Teatro São Carlos, aos eventos e concertos na Capela Real e ia ouvir o cantochão em Maфра. No Rio de Janeiro, D. João tinha o hábito de comparecer aos serviços solenes de primeira e segunda grandeza na Capela Real e aos espetáculos no Real Teatro de São João. Algumas vezes ele até apareceu de surpresa nos ensaios na Capela Real e no Teatro.

Concordo com o maestro André Cardoso, que comentou:

“A imigração de músicos portugueses e italianos para o Rio de Janeiro foi fator decisivo na mudança do gosto musical no Brasil no início do século

XIX, sendo também determinante o incremento da então incipiente atividade operística. [...] Antes de ser uma criação de D. João, a Capela Real do Rio de Janeiro foi, em verdade, uma transposição para as terras brasileiras de sua congênere lisboeta”¹.

~ 3. A chegada da Família Real ao Rio de Janeiro

A 14 de janeiro de 1808 o brigue “Voador” trouxe ao Vice-Rei do Brasil, Conde dos Arcos, uma notícia que era uma verdadeira bomba : a Família Real portuguesa estava viajando para o Rio de Janeiro e chegaria dentro de dois meses! É imaginável o alvoroço que a notícia levantou na sonolenta cidade. O Palácio dos Vice-Reis recebeu pintura nova por dentro e por fora e as acomodações internas, mobiliário etc. foram melhorados tanto quanto possível. A Irmandade de Santa Cecília teve a incumbência de preparar as atividades musicais, sabendo-se que D. João era admirador da música sacra.

Logo após o desembarque, foi formado o cortejo real, saindo todos a pé, lentamente, tomando as atuais ruas I.º de Março e do Rosário até chegarem à modesta igreja catedral. Os sinos de todas as igrejas da cidade repicavam alegremente e a procissão avançava ao som de vivas, entre alas de soldados. As ruas do centro da capital estavam pavimentadas de flores, com tapeçarias e colchas nas janelas e varandas das residências.

Uma vez instaladas na catedral, todas as pessoas importantes, os músicos interpretaram um *Te Deum Laudamus* e *O Beate Sebastiane*, em homenagem ao patrono da cidade. Aguardava D. João uma verdadeira surpresa musical. Lá estava o padre José Maurício, mestre-de-capela da catedral, que dirigiu o conjunto de cantores e instrumentistas em bela exibição de um seletor repertório sacro, o que surpreendeu agradavelmente o monarca.

¹ CARDOSO, André. *A Música na Capela Real e Imperial do Rio de Janeiro*, p. 50.

~ 4. A Capela Real do Rio de Janeiro. Depoimentos de viajantes estrangeiros. Seu funcionamento

O padre José Maurício assumira o cargo de mestre-de-capela a 2 de julho de 1798. Apesar dos poucos meios com que contava o padre-mestre, conseguiu apresentar na modesta Igreja do Rosário, então a catedral da cidade, diversas obras de bastante alento, não somente de sua própria autoria quanto de outros mestres, graças à excelente biblioteca musical que possuía. Logo após a chegada da Família Real ao Rio de Janeiro, o plantel de artistas de que José Maurício dispunha foi aumentando sensivelmente com a chegada de cantores e instrumentistas. Isso permitiu ao mestre-de-capela preparar obras de maior fôlego nos dois anos que antecederam a chegada ao Brasil do grande compositor lusitano Marcos Portugal, que iria açambarcar todas as glórias no terreno da música.

A nova Capela Real funcionou irregularmente nos primeiros meses e seu estatuto só foi regulamentado a 4 de agosto de 1809, isto é, mais de um ano após a mudança da Corte. Os cantores tinham vestimenta própria, que Ayres de Andrade descreve assim: “Uma sobrepeliz de renda com mangas, protegida por uma capa roxa e um cabeção vermelho.” Os músicos eram divididos em “coro de cima” e “coro de baixo”, este formado por capelães cantores responsáveis pelo cantochoão, tão caro ao príncipe regente, que por vezes ia ouvi-los sem se anunciar.

A Igreja não permitia a presença feminina nos coros eclesiásticos, e os naipes agudos eram formados por meninos e depois pelos *castrati*. Os naipes de soprano e contralto eram supridos por jovens do Seminário de São Joaquim, mas essas vozes não tinham a dramaticidade nem a agilidade na parte dos solistas. Os *castrati* vieram preencher essa falha e se tornaram presença obrigatória nas atividades musicais. Em 1810, D. João mandou trazer de Lisboa diversos cantores sopranistas de boa qualidade: seu desempenho foi muito louvado pelos viajantes de passagem pelo Rio de Janeiro, que ressaltaram sobretudo “as partes vocais admiravelmente executadas”.

O cargo de organista da Capela Real foi também a princípio ocupado por José Maurício. Viera com D. João o organista português Antônio José de

Araújo, que logo fez amizade com o sacerdote e ambos conseguiram montar o complexo órgão que chegara de Portugal. Portanto, não é um exagero afirmar que quase tudo o que se fazia na Capela Real nos anos de 1808 a 1810 era organizado, dirigido e até interpretado pelo padre-mestre. Considerando que havia 81 cerimônias previstas anualmente, em nível de quatro ordens, pode-se calcular que quase cem funções, de maior ou menor grandeza, eram realizadas na Capela Real do Rio de Janeiro.

O repertório que habitualmente se interpretava na Capela Real do Rio de Janeiro mudou muito após a chegada da Família Real e dos artistas italianos. José Maurício, que era o único mestre-de-capela desde 1798, gostava de apresentar um repertório clássico e conservador, mas depois da chegada da Corte à capital, ele teve de se adaptar ao gosto do novo e seletivo público, a quem tinha o dever de agradar. Era uma música brilhante, apropriada para lisonjear a vaidade dos cantores e o mau gosto do público, o que obviamente perturbava o clima do ofício divino. De qualquer modo, isso era inelutável, e José Maurício teve de ceder e abastardar o tipo de obras que eram habitualmente interpretadas na Capela. Foram mestres-de-capela José Maurício Nunes Garcia (a partir de 2 de julho de 1798), Marcos Antônio Portugal (a partir de 23 de junho de 1811) e Fortunato Mazziotti (a partir de 4 de julho de 1816). Os mais bem pagos eram os *castrati* italianos, sendo que o soprano Facciotti ganhava mais do que os mestres-de-capela. Como escreveu Ayres de Andrade,

“a música de Marcos Portugal tinha de agradar mais. Prestava-se à virtuosidade vocal, que era o regalo para os ouvidos do público da época, habituado a frequentar o teatro lírico, que não podia dispensar. As composições de José Maurício não tinham nada disso. Sua grande força estava na grande massa coral e esta é uma agente de expressão musical que, por sua própria natureza, é rebelde a piruetas vocais. Por isso a música do padre-mestre há de ter parecido demasiado simplória”².

² ANDRADE, Ayres de. *Op. cit.*, p. 32.

Acrescentaria que José Maurício era demasiado modesto e até submisso. Ele não quis enfrentar Marcos Portugal e se conformou com uma posição subalterna. Por isso na relação dos grandes acontecimentos na Capela Real do Rio de Janeiro a música era *sempre* de Marcos Portugal. Assim, José Maurício, depois da chegada de Marcos, passou de mestre-de-capela, que antes tudo decidia, para mero maestro substituto, que assumia a batuta só quando o músico português estava ausente ou não se interessava pelo espetáculo. Entre 1811 e 1821 a *Gazeta* não mencionou o nome de José Maurício uma única vez.



Numerosos visitantes estrangeiros, mais ou menos ilustres, estiveram de passagem pelo Rio de Janeiro durante a permanência de D. João VI e D. Pedro I e se admiraram da qualidade da música que aqui se fazia na época. O comandante francês Louis Freycinet relata em seu livro *Voyage Autour du Monde* que, ao fazer escala na Guanabara em 1817, tivera oportunidade de freqüentar os concertos e as cerimônias da Capela Real, onde quase todos os artistas eram negros e sua interpretação musical nada deixava a desejar.³ Comentando o papel dos *castrati*, escreveu ele:

“Vozes encantadoras se fizeram ouvir, demasiado doces, claras demais para vozes de homens, mas elas tinham uma tal força e um tom grave especial que nunca se encontra nas vozes femininas”.

Jean Baptiste Debret escreveu em seu livro *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil* que as despesas com a Capela Real se elevavam a 300.000 francos anuais. Afirmou ele que o plantel de artistas à disposição da Capela Real era de cinquenta cantores, entre os quais se achavam os famosos *castrati*, e cerca

³ FREYCINET, Louis. *Voyage Autour du Monde*, Éditions Pillot, Paris, 1825, p. 216.

de cem instrumentistas, sendo o conjunto dirigido por dois mestres-de-capela. No entanto, o número de intérpretes dependia da importância dos concertos e cerimônias. No período entre 1816 e 1817 houve três grandes comemorações: a morte da Rainha D. Maria I, a coroação do Rei e o casamento do príncipe herdeiro, sendo óbvio que nessas representações o número de artistas era mais elevado.

Contudo, afirma ainda Ayres de Andrade que “José Maurício conseguiu manter-se em evidência em espetáculos *fora* da Capela Real, promovendo a execução de obras que não tinham entrada no repertório da Capela Real”.

E graças à correspondência que daqui enviava Sigismund Neukomm para uma revista vienense, sabemos que o padre José Maurício apresentou pela primeira vez no Rio de Janeiro a *Missa de Réquiem*, de Mozart, na Igreja do Parto, graças à organização da Irmandade de Santa Cecília. Escreveu Neukomm que a execução da obra-prima de Mozart nada deixou a desejar, embora os coros tenham sido cantados em andamento demasiado rápido. Acrescentou o músico austríaco que “esta primeira experiência foi tão bem-sucedida em todos os seus aspectos que esperamos não seja a última”.

Este é um depoimento válido, por tratar-se da opinião de um grande artista europeu que aqui residia no momento. Lembro ainda que José Maurício também dirigiu em 1821 o oratório de Haydn *A Criação*, em interpretação considerada *um primor* por Sigismund Neukomm. Foi a primeira vez que, no Rio de Janeiro, essas duas obras de grande envergadura e difícil interpretação foram apresentadas, graças ao esforço e ao talento do padre-mestre.

~ 5. O Real Teatro de São João e o Teatro de São Pedro de Alcântara

Quando D. João se instalou no Rio, havia um modesto teatro de ópera que não distava muito do Palácio dos Vice-Reis, que se tornara o Palácio Real. O teatrinho foi também enobrecido com o título de Teatro Real, mas obviamente não poderia continuar com aquele título pomposo e irrealista. D. João orde-

nou a construção de um grande teatro, planejado nos moldes do Teatro de São Carlos de Lisboa.

Durante o período em que José Mauricio dirigiu a Capela Real e o chamado “teatrinho”, não houve encenação de óperas por absoluta falta de meios para isso. Tudo mudaria com a chegada de Marcos Portugal e dos músicos que com ele vieram para o Brasil em 1810. O novo teatro deveria abrigar com comodidade 1.200 pessoas na platéia e haveria quatro níveis de camarotes em um total de 112. O primeiro nível tinha trinta camarotes; o segundo, 28; o terceiro, 28 e o mais alto, 26 camarotes. A lotação aproximada seria de 1.600 pessoas bem acomodadas. Moreira de Azevedo descreveu-o mencionando sanefas de seda, grinaldas de flores, arandelas, lustres e cortinas de veludo franjado a ouro na tribuna real. Sua massa se destacava do casario que o rodeava por sua harmoniosa e imponente arquitetura. As gravuras da época confirmam essa apreciação não exagerada. Não havia outro teatro que se lhe assemelhasse nas Américas.

A construção demorou quase quatro anos e só ficou pronta em 1813, tomando o nome de Real Teatro de São João, em homenagem ao príncipe regente. O teatro era magnífico para a época e se encontrava no chamado Rocio do Rio de Janeiro, hoje Praça Tiradentes. O teatro foi inaugurado com a representação da peça teatral de Bernardo de Sousa Queiroz intitulada *O Juramento dos Numes*.

D. João mandara buscar músicos em Lisboa e *castrati* italianos. Viajantes de passagem pelo Rio louvaram a qualidade da execução e consideraram a orquestra como uma das melhores do mundo de então. Durante cerca de treze anos o Real Teatro foi uma luz que iluminava o Brasil, encantava o público e surpreendia os viajantes estrangeiros que aqui aportavam. Infelizmente, tudo terminou na noite de 25 de março de 1824, já depois do regresso de D. João.

Ficaram no teatro os empregados da administração, carpinteiros, maquinistas, contra-regras e outros que exigiam um pagamento extra do empresário. Ele estava em um balancim, recusou-se a pagar e esperava que o descessem dali. A discussão continuava, quando ele resolveu descer de qualquer maneira e, ao fazê-lo, o balancim foi bater no fundo do pano. O pano de fundo tocou nas

velas de iluminação do palco e começou o incêndio. Todos correram para apagar o fogo que se espalhava, mas nada conseguiram. No Rocio o povo alarmado começou a gritar. D. Pedro já estava longe, mas, ao saber do ocorrido, regressou a galope a tempo de presenciar a destruição do belo teatro.

Do fogo só sobraram as paredes do prédio e logo seu arquiteto pensou em aproveitá-las para construir um novo teatro, menor e mais barato, pois afinal D. João VI já havia regressado a Lisboa e não havia dinheiro disponível para frivolidades culturais. Ele hipotecou o terreno ao Banco do Brasil e o teatrinho foi construído em pouco mais de seis meses: possuía 24 camarotes dispostos em dois níveis e 150 cadeiras de platéia. Muito modesto. Era uma verdadeira miniatura do Teatro Real de São João, mas iria dar trabalho às centenas de cantores, instrumentistas, artistas em geral e empregados do grande teatro queimado.

Com autorização imperial, o novo teatro passou a chamar-se Teatro de São Pedro de Alcântara. O palco era pequeno e não permitia encenar óperas de maior porte, que exigiam a presença de dezenas de pessoas em cena. Uma ópera de Rossini, hoje esquecida, foi escolhida para a reinauguração – *L’Inganno Felice*. A data foi o 1.º de dezembro do mesmo ano de 1824, escolhida por ser aniversário da sagração e da coroação de D. Pedro I. Foi uma récita de gala e teve a presença do monarca.

O declínio das atividades musicais no Rio de Janeiro já era evidente e a inauguração do “teatrinho” não enganou ninguém. Aquele grande fausto musical dos anos anteriores acabara. Não havia mais meios financeiros para manter o mesmo nível dos espetáculos e os melhores artistas, como Paulo Rosquellas e Miguel Vaccani, já se haviam mudado para Buenos Aires. D. Pedro cortou até o modesto auxílio financeiro que seu pai concedia ao padre José Maurício.

Ayres de Andrade, em seu livro sobre Francisco Manuel, nos forneceu a lista completa das óperas cantadas naquele teatro no período de 1813 a 1824. Para não cansar o leitor com a longa lista e informações sobre essas óperas, preferimos fazer comentários ressaltando os pontos principais das atividades no teatro. Da leitura dessa lista constatamos à primeira vista a relativa rapidez com que os

cenários e o material orquestral dessas óperas, muitas delas recém-estreadas na Europa, foram trazidos para o Rio de Janeiro e aqui as óperas ensaiadas e encenadas em curto espaço de tempo. Algumas dessas obras selecionadas para apresentação na capital do reino foram escolhidas com muito acerto, pois até hoje, duzentos anos depois, continuam em cartaz nos teatros de ópera do mundo moderno e estão gravadas em CDs. Rossini foi o compositor favorito dos organizadores, pois fizeram subir à cena nada menos de dezesseis vezes as óperas daquele músico italiano, em um total de 34 apresentações no Real Teatro de São João. Chega a espantar que a ópera *Don Giovanni*, de Mozart, de montagem difícil até hoje e que exige vários cantores de primeira linha, tenha sido encenada tão cedo na América do Sul, com atraso relativamente pequeno em relação à sua estréia em Viena.

Curiosamente, só em 1821, ano do regresso de D. João VI a Portugal, foi possível acelerar o ritmo das apresentações de óperas no Real Teatro. A 26 de fevereiro, foi encenada pela primeira vez *La Cenerentola* (A Cinderela), de Rossini, sucesso retumbante que teria ainda cinco récitas até 1824. Gaetano Rossini (1792-1868) dominou os palcos europeus na primeira metade do século XIX e essa ópera continua até hoje a obter êxito nos palcos contemporâneos.

Em 1823, entraram em forte declínio as temporadas líricas do Real Teatro de São João. A *saison* daquele ano constou apenas de um único espetáculo citado. O fato é que, dali para frente, a ópera não passará de trechos cantados nos entreatos das representações dramáticas. Reflexo, sem dúvida, da situação econômica do país, terrivelmente comprometida pelo regresso da Família Real a Lisboa e pelos acontecimentos políticos. A 25 de março de 1824 ardia o Real Teatro de São João. Já o novo teatrinho de São Pedro de Alcântara teria um palco tão pequenino que não comportava a encenação de óperas.

Os leitores interessados no repertório interpretado no Real Teatro poderão ouvir uma seleção de obras em três discos de 33 rotações da marca “Angel” CBX – 412, publicados em meados dos anos sessenta, com a Orquestra Sinfônica Nacional, sob a direção do maestro Alceu Bocchino e com a colaboração dos cantores da Associação do Canto Coral, dirigidos pela saudosa Cléofe Person de Matos, e das cantoras Olga Maria Schroeter e Maria Helena Buzelin.

6. Outras atividades musicais no período

Ayres de Andrade comentou que o hábito de ir a concertos no período em que D. João viveu no Rio de Janeiro evoluiu “em ritmo mais lento que o de ir ao teatro”. Havia dois pontos obrigatórios de reuniões sociais: as igrejas e o Real Teatro de São João. O que retardou bastante o hábito de freqüentar concertos era que o príncipe regente, e depois como rei, não ia a concertos. Por isso o público habitual do teatro e das igrejas não se sentia atraído pelos concertos, por vezes realizados em locais pouco apropriados.

Os concertos da Real Câmara também aconteciam no Paço de São Cristóvão e na Fazenda de Santa Cruz, dependendo de onde se achava a Família Real. No entanto, existia no Rio de Janeiro desde 1815 uma organização recreativa que realizava concertos para seus associados. Mais tarde, em 1831, após a abdicação de D. Pedro I, apareceram duas outras sociedades: a Filarmônica e a Sociedade de Beneficência Musical.

A organização musical que existia desde 1815 chamava-se “Assembléia Portuguesa”. Documento preservado no Arquivo Nacional revela que o príncipe regente aprovou o seu regimento interno, no qual se lê, no item n.º 3, que “haverá um concerto e baile extraordinário todas as vezes que um motivo de regozijo público fundamente esta resolução da Assembléia”. O viajante inglês John Luccock, em suas *Notas sobre o Rio de Janeiro*, comentando as atividades da Capela Real e do Teatro de São João, afirmou que “a orquestra é bem constituída e a música, admirável”⁴.

Acompanhando D. Leopoldina, veio uma banda de música dirigida por Eduardo Neuparth. Os ensaios se realizavam defronte à residência do padre José Maurício perante verdadeira multidão. O padre-mestre gostava muito dessa banda e do seu diretor e escreveu para ela nada menos de doze *Divertimentos*.

Depois que ocorreu o incêndio no Real Teatro de São João, em 1824, foram organizados diversos concertos no pequeno teatro que o substituiu, no

⁴ LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e Partes Meridionais do Brasil Tomadas Durante uma Estada de Dez Anos Nesse País*, São Paulo: Editora Martins, 1942, p. 43.

mesmo local, no Rocio, hoje Praça Tiradentes. Em 1825 foi aberta a assinatura de uma série de 21 concertos que se realizaram de abril a julho daquele ano com a participação do famoso sopranista Facciotti e outros colegas da Capela Imperial.

O que parece digno de nota é que todas as atividades da Capela Real do Rio de Janeiro, dos dois teatros e dos concertos criaram um público seletivo que manteve o interesse pelas atividades musicais após a partida de D. João VI para Lisboa e de D. Pedro I para a França. As finanças oficiais estavam em precário estado, mas os particulares continuaram a encorajar as atividades musicais, que tiveram prosseguimento malgrado a ausência total de subsídios do Estado.

~ 7. José Maurício Nunes Garcia, o padre-mestre

Pesquisas recentes revelaram que o sacerdote não era apenas *mais um* músico mulato, da série que tanto frutificou no período colonial. Já se pode afirmar sem hesitação que o padre-mestre foi mesmo um homem culto, com educação humanista desusada para pessoa de sua modesta origem, orador apreciado, além de grande compositor e notável intérprete. Entretanto, cabe aqui salientar que a qualidade de sua música, em vez de beneficiar-se com a chegada da Corte portuguesa, sofreu a influência negativa do estilo pomposo e adornado da música napolitana, tão em moda em Lisboa. Na ânsia de agradar ao rei que admirava, José Maurício sobrecarregou sua música singela e espontânea e adornou-a demasiado. Mas esse é apenas um pormenor, não diminui o mestre, embora tal fato se observe com bastante clareza em suas obras do período final, isto é, depois que chegou ao Rio de Janeiro o espetaculoso Marcos Portugal. Se a música rococó era do gosto da Corte, era natural que o compositor brasileiro se ajustasse à realidade, para competir com seus rivais portugueses.

Improvisador hábil, no juízo do músico austríaco Sigismund Neukomm, atraiu a atenção do príncipe regente logo após a sua chegada, quando José

Maurício estava na plenitude de sua capacidade musical, aos 41 anos de idade. Nos três primeiros anos da estada de D. João no Brasil, o padre-mestre foi o líder das atividades musicais no Rio de Janeiro, apesar de sua timidez.

O compositor faleceu a 18 de abril de 1830, aos 62 anos de idade, portanto. Os biógrafos salientam sua pouca saúde em vários momentos importantes de sua carreira e é inegável que D. João VI tinha exigido muito da resistência física de José Maurício, sobretudo no período 1808-1811. É evidente que seu progressivo afastamento da Corte o deprimiu e desestimulou. A partida do rei para Portugal deve ter representado o golpe final nas esperanças do compositor, tanto mais que D. Pedro I, apesar de músico também, nem sequer pôde manter a pensão concedida pelo pai para a manutenção da escola de música. Depoimento do filho de José Maurício parece revelar um envelhecimento prematuro, alguma doença crônica que lhe provocava dores fortes. Morreu pobre na Rua do Núncio n.º 18 e foi enterrado no claustro da Igreja da Irmandade de São Pedro, tal como desejava. Infelizmente, não foi possível localizar até agora os restos do padre-mestre. Seu desaparecimento não causou emoção alguma na sede do Império e só o *Diário Fluminense* (7 de maio) publicou um necrológico redigido pelo cônego Januário da Cunha Barbosa, velho amigo e companheiro de irmandade.

~ 8. Marcos Portugal, o compositor de óperas

Cabe aqui um comentário especial dedicado a Marcos Antônio Fonseca Portugal, cujo nome já foi aqui mencionado diversas vezes. Era então o mais importante músico português, nascido em Lisboa, em 1762, e até hoje o compositor lusitano de maior nomeada de todos os tempos. Em 1792, aos 30 anos de idade, partiu para a Itália e lá conseguiu fazer representar suas óperas em vários teatros do país. Só regressaria a Lisboa oito anos depois, em 1800, e ele conseguira encenar na Itália nada menos de 21 óperas de sua lavra. Destaco entre elas *Demofonte*, que foi montada em 1794 no Teatro alla Scala de Milão, o grande templo europeu da ópera, e *Fernando Nel Messico*, encenada em Veneza no

Teatro San Benedetto. De volta a Lisboa, o príncipe regente D. João encantou-se com ele e o fez mestre da Capela Real de Lisboa, diretor do Teatro de São Carlos e professor de música no Seminário Patriarcal.

Suas óperas percorreram o mundo: em 1807 sua ópera cômica *Non Irritar le Donne* foi encenada com sucesso no Teatro des Italiens, em Paris, e uma dúzia de suas partituras figurou nos cartazes do Teatro Louvois, na Salle Favart e no Odeon, de Paris, entre 1801 e 1819.

A partida de D. João VI se refletiu imediatamente no esplendor do culto e sobretudo na remuneração dos músicos. Com seu salário reduzido, Marcos passou a residir na casa de uma amiga rica, a Marquesa de Santo Amaro, mas teve a sorte de conseguir manter o cargo de professor das princesas. A realidade é que a música de José Maurício só cresceu com o tempo, ao passo que a obra de Marcos já está esquecida.

~ 9. O *Chevalier* Sigismund Neukomm

Outro grande personagem da música no Rio de Janeiro no tempo de D. João VI foi o compositor, pianista e organista austríaco Sigismund Neukomm. Ele era um compositor de renome na Europa, a serviço do príncipe de Talleyrand, e tivera importante obra interpretada durante o Congresso de Viena, em 1815, perante todos os monarcas e embaixadores da Europa.

Nessa época ele ficara impressionado pela notícia de que grandes artistas franceses estavam planejando partir para o Brasil, integrando uma missão cultural, a convite do príncipe regente português. Ofereceu-se ao Marquês de Marialva, embaixador português em Paris, para acompanhar o Duque de Luxemburgo, então nomeado embaixador de Luís XVIII junto à Corte portuguesa, o qual aceitou a sugestão de levá-lo em seu séquito ao Rio de Janeiro.

Logo ao chegar ao Rio de Janeiro foi contratado para dar aulas de composição a D. Pedro e às princesas. Ao instalar-se no Rio de Janeiro, o compositor austríaco tinha 38 anos e já era um músico conhecido na Europa. Ele não tardou a travar boas relações com os artistas franceses que, como ele, acabavam de

chegar e caiu nas graças dos diplomatas estrangeiros aqui sediados. Sigismund era um excelente organista e ofereceu diversos recitais na Capela Real e em igrejas das irmandades, mas não conseguimos localizar a apresentação de nenhuma ópera sua no Teatro São João.

Dentre suas obras salientamos a grande *Missa pro die Acclamationis Joannis VI*, que inclui cinco solistas, grande coro e grande orquestra. Destacamos em especial uma valiosa seleção de *Modinhas Portuguesas*, do músico popular Joaquim Manuel da Câmara, que fazia imenso sucesso na época no Rio de Janeiro. Neukomm preparou a transcrição do acompanhamento para piano das modinhas, que originalmente foram escritas para acompanhamento de violão ou cavaquinho. Vinte modinhas foram publicadas em Paris pelo músico austríaco e constituem valiosa contribuição para o estudo da música de salão no Rio de Janeiro, no início do século XIX.

Joaquim Manuel da Câmara era um compositor e cantor muito popular, que se apresentava com um cavaquinho, miniatura de guitarra, o que na época era uma novidade. Os viajantes estrangeiros Louis Freycinet e Adrian Balbi louvaram seu excepcional talento. O primeiro escreveu que “o instrumento tinha um encanto inexprimível que nunca mais encontrei nos guitarristas europeus mais notáveis”.

José Maria Neves sublinha, em seu excelente estudo sobre Neukomm, que Marcos Portugal não cedeu muito espaço ao compositor austríaco e tacitamente dividiu o terreno, ficando com toda a parte teatral. Mesmo assim Neukomm conseguiu incluir numerosas obras religiosas no repertório da Capela Real e nas igrejas das irmandades.

~ 10. D. Pedro I, o músico e o compositor

D. Pedro I (Lisboa, 1792-1834) foi aluno de música de Marcos Portugal e Sigismund Neukomm. Seus dotes como compositor têm sido bastante exagerados ou romantizados, mas é indubitável que dois trabalhos de importância histórica são de sua lavra: o *Hino da Independência*, no Brasil, e o *Hino da Carta*, que

comemorou a Revolução do Porto, quando ele retomou de seu irmão Miguel a coroa portuguesa, e foi o hino nacional de Portugal de 1834 até 1911, por ocasião da queda da Monarquia.

Marcos Portugal ensinou-lhe noções técnicas da música em geral e ele teria aprendido a tocar nada menos de seis instrumentos: fagote, trombone, clarinete, violoncelo, flauta e rabeca. Sigismund Neukomm ensinou a D. Pedro composição, contraponto e harmonia. Ele tinha boa voz e gostava de cantar modinhas, afirma Renato Almeida.

D. Pedro organizava concertos na Fazenda de Santa Cruz, nos arredores do Rio, e muitas vezes tomou parte na orquestra como primeiro clarinete, ao lado de músicos negros escravos. Essa fazenda era dirigida pelos jesuítas, que preparavam jovens afro-brasileiros de algum talento musical para receberem instrução e participarem de conjuntos instrumentais e vocais. Naquela fazenda eram oferecidos freqüentes concertos e até mesmo cenas de óperas.

A formação musical e grande parte da produção de D. Pedro como compositor datam de *antes* da partida do rei, seu pai, para Lisboa, em 1821. Depois da Independência, não lhe sobrou mais tempo para a música. Após sua abdicação, D. Pedro viveu algum tempo em Paris e até teria ficado amigo de Rossini, o qual fez interpretar, em 1832, uma abertura para orquestra de sua autoria, no Teatro des Italiens.

Sabe-se com certeza que D. Pedro compôs uma *Sinfonia*, um *Te Deum*, *Variações* sobre uma ária de dança popular (Miudinho), uma *Missa* que foi interpretada em 1829 na Capela Imperial, quando se casou pela segunda vez; a abertura para uma ópera em português, o *Hino da Independência* e o *Hino da Carta*. O primeiro é, realmente, uma peça inspirada e espontânea, que agrada ainda hoje. Já o *Hino da Carta* parece artificial, com pouca originalidade e evidentes resquícios de Mozart e das árias de óperas italianas.

Muita fantasia se tem escrito sobre a elaboração do *Hino da Independência*. A princípio, pensava-se que D. Pedro havia escrito também a letra, mas em 1833 o jornalista e político da época, Evaristo da Veiga, protestou contra tal versão, afirmando ser ele mesmo o autor das palavras. Não tem fundamento tampou-

co o fato de que o príncipe teria composto a música na tarde de 7 de setembro de 1822, pois era virtualmente impossível compor, orquestrar e ensaiar o hino em tão curto espaço de tempo e no estado de espírito em que se encontrava. O mais provável mesmo é que o imperador, dias depois, tenha ajustado as palavras de Evaristo da Veiga ao seu hino.

Como vêem os leitores, a vinda da Família Real portuguesa para o Brasil teve enorme significação em numerosos setores da vida social de nosso país, que ainda era extremamente modesta. No setor da música, o período que acabamos de comentar deve ser considerado uma época áurea a ser melhor estudada e da qual devemos nos orgulhar. Sua surpreendente alta qualidade foi testemunhada por numerosos visitantes ilustres de passagem pelo Rio de Janeiro e representou um período de *rayonnement* cultural de projeção mundial na sua época.



Cadeia das Flexeiras – Antiga jaula de animais
da Real Coutada da Ilha do Governador.

A Real Coutada da Ilha do Governador

CYBELLE DE IPANEMA

Livre Docente e Doutora ECO/UFRJ, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, I.^a Secretária do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. É autora de *História da Comunicação*. Brasília, 1967; *A Tipografia na Bahia*. Rio de Janeiro, 1977; *Imprensa Fluminense*. Rio de Janeiro, 1984; *Silva Porto: Livreiro na Corte de D. João, Editor na Independência*. Rio de Janeiro, 2007. Entre outros. Agraciada com a Medalha Tiradentes, da ALERJ.

Trazemos um tema pouco explorado no “universo D. João”. A transferência da Corte e o príncipe regente e rei têm sido enfocados nos aspectos políticos, econômicos, sociais, culturais – com base na criação da Impressão Régia, em 13 de maio de 1808 –, nas transformações sofridas, em especial pela cidade do Rio de Janeiro, nova sede da monarquia portuguesa, na arquitetura, costumes... Poderá causar espécie, igualmente, assunto ligado a uma porção do Rio de Janeiro, para alguns, talvez, sem maior expressão.

Já na chegada da Corte, no entanto, a Ilha do Governador representava um espaço não destituído de significado. No século XVI, ali se produziu o primeiro açúcar do Recôncavo da Guanabara, no engenho de Salvador Correia de Sá, governador de que ela herdou o nome que ostenta até hoje¹. Na centúria seguinte, seu neto, Sal-

¹ Sesmaria doada por Mem de Sá, em 5 de setembro de 1567. Transcrição em SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *O Rio de Janeiro no Século XVI*. Lisboa: Comissão Nacional das Comemorações do IV Centenário do Rio de Janeiro, 1965, 2 vol. 2.º vol., pp. 107-110.

vador Correia de Sá e Benevides, governador do Rio de Janeiro e também dono da Ilha, construiu, para a metrópole, embarcações, a exemplo do galeão “Padre Eterno”, no local, até os dias atuais, “ponta do Galeão”², no bairro desse nome.

Referir, no século XVIII, o conceituado mineralogista mineiro (ou goiano), João Manso Pereira, que foi comissionado pela Coroa para pesquisas pelo interior, hábil artífice que “a D. João VI ofereceu um aparelho e uma caixa para sabão de barba, de fina porcelana, como a da Índia, que ele sabia imitar, assim como o charão, feita com argila da Ilha do Governador”³.

Com a vinda da Corte e ao correr do século XIX, a Ilha vai funcionar como abastecedor do Rio de Janeiro, comparecendo com pescado, lenha, madeira, frutas, legumes e verduras, farinha de mandioca, açúcar, cal, tijolos e telhas. Sua importância prosseguiu nos séculos passado e corrente, marcada pela presença de personalidades dos vários setores da vida social e cultural do país.

No século XIX, o Barão de Capanema, Guilherme Schuch de Capanema, implantador do telégrafo no Brasil (1852), instalou na Ilha, onde morou, aparelho para a repartição e um Observatório Meteorológico dos Telégrafos que editou Boletins. É lembrado na Ilha, no *Morro do Barão* e na *Rua Capanema*. A *Praia do Barão* foi rebatizada como Congonhas do Campo⁴.

Já no século XX, os escritores Afonso Henriques de Lima Barreto e Rachel de Queiroz – esta última membro da Academia Brasileira de Letras –, o poeta Vinicius de Moraes, o professor Paulo Rónai, os pintores Galdino Guttman Bicho (autor de painéis em postos de saúde tombados na esfera municipal) e

² BOXER, Charles. *Salvador de Sá e a Luta por Brasil e Angola – 1602-1686*. São Paulo: Companhia Editora Nacional/EDUSP, 1973, pp. 340-345. À p. 315, é reproduzido “O *Padre Eterno* no porto do Rio de Janeiro, 1664”, de gravura inglesa, em cores. Foi, na época, considerado o maior navio do mundo. Boxer, com base na Coleção “Documentos Históricos”, da Biblioteca Nacional, refuta Angra dos Reis como local da construção. A ida a essa localidade seria, apenas, para buscar madeira.

³ BLAKE, Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Ed. fac-similar. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970, 3.º vol., p. 479.

⁴ O Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro guarda carta sua, dirigida, em 4 de outubro de 1876, em papel timbrado do “Gabinete do Diretor Geral dos Telégrafos. Brasil”. L. 141, Doc. 98.

Jordão de Oliveira, o jogador de futebol Brito, o ator Castro Gonzaga, o músico Renato Russo e Miguel Fallabela foram algumas personalidades que viveram no bairro.

A Ilha do Governador, que ofereceu lazer a D. João e à Família Real nos anos 1800, retrata-se atualmente como porta de entrada do Brasil, pelo Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro “Maestro Antônio Carlos Jobim”; possui um brasão (concepção de Alberto Lima), um hino (letra e música de Alexandre Denis), o “Dia da Ilha do Governador” (Lei municipal n.º 1.833, de 2 de dezembro de 1991), uma Escola de Samba (“União da Ilha”), no rol das entidades tombadas como patrimônio cultural da cidade⁵, a par de sua história, levantada e publicada, prosseguindo pesquisas.

Um recuo de duzentos anos no “túnel do tempo” leva-nos a uma Ilha rica de vegetação, cercada de numerosas faixas de areia clara, águas limpas, ocupada por menos de 2.000 habitantes⁶.

Dela fez D. João local de vilegiatura, além do Paço de São Cristóvão, da Quinta da Boa Vista, régio presente de Elias Antônio Lopes, da Fazenda Real de Santa Cruz, incorporada aos bens da Coroa quando da expulsão dos jesuítas (1759) e de outros sítios, como o de Botafogo.

A parte ocidental da Ilha, onde se encontram os locais de Galeão, S. Bento, Itacolomi, Flexeiras e Tubiacanga, constituía a extensa fazenda dos beneditinos, em cuja posse entraram por doação de Manuel Fernandes Franco, em 1695⁷. A fazenda dos beneditinos, São Bento chamada, possuía escravaria e engenho, para produção de açúcar e aguardente, um dos três que figuram em mapa do século XVIII, como “engenho dos padres bentos”⁸. Era uma grande propriedade, a maior da Ilha, ocupava cerca de metade de sua área, confrontando com a Fazenda da Conceição. Arrendavam os frades terrenos a particulares.

⁵ *Diário Oficial do Município*, de 1.º de fevereiro de 2008.

⁶ Cf. *Recenseamento do Rio de Janeiro (Distrito Federal)*, realizado em 20 de setembro de 1906. Rio de Janeiro: Oficina de Estatística, 1907, p. 20.

⁷ Escritura de doação, in SILVA-NIGRA, D. Clemente Maria. *Construtores e Artistas do Mosteiro de São Bento*. Bahia: Tipografia Beneditina Ltda., 1950, 3 vol., II parte, Doc. 30, de 4 de maio de 1695, pp. 61-63.

⁸ CAPASSI, Domingos, pe. *Plan de la Baye et port de Rio de Janeiro*. Paris: Desauche, 1785.

Até hoje, a bipartição da Ilha permanece, inclusive por um muro, separando a antiga Fazenda do Mosteiro, sob a jurisdição da Aeronáutica, do restante, caracterizado por malha urbana viária, muito maior população, ocupação imobiliária – gabarito limitado em três andares, pela presença dos aeroportos – e serviços.

Durante a gestão do Frei João da Madre de Deus França à frente da comunidade beneditina de N. S. do Monserrate, que se conservou um segundo triênio, reconduzido pelo núncio, Monsenhor Lourenço Callepi, “a rogo e insistências do próprio príncipe”,

“... fez o prelado grandes obséquios à pessoa de S. Alteza o Sr. D. João, captando-lhe a simpatia e notável reconhecimento. Foi então que se edificou e preparou convenientemente⁸⁰ na Ilha do Governador, em terras e domínios do mosteiro, um palacete⁸¹ de recreio, onde achasse o príncipe lugar de remanso e paz depois de suas agitações políticas: para aí foi ele muitas vezes com toda a Real Família, achando grande prazer no retiro e no pitoresco do sítio.

⁸⁰ Esta obra, que andou em mais de 100.000 cruzados, deixou o convento muito empenhado em dívidas.

⁸¹ Ainda ali se acham muitos dos objetos e móveis que serviram ao referido Sr. D. João VI.⁹”

O historiador Oliveira Lima, em seu clássico trabalho sobre D. João, por quatro vezes se refere a esses sítios, balizando, até, datas de visitas. Observa, paralelizando o oferecimento da Quinta da Boa Vista:

“A generosidade de Elias Lopes foi um tanto comercial, pois que o doador mais tarde apresentou a conta ao presenteado; os religiosos de São Bento gastaram porém sem segunda intenção para mais de cem mil cruzados no palacete de recreio que, com destino a Dom João, prepararam na Ilha do Governador”¹⁰.

⁹ GÁLVÃO, Benjamin Franklin de Ramiz. Apontamentos históricos sobre a Ordem Beneditina em geral e em particular sobre o Mosteiro de N. S. do Monserrate da Ordem do patriarca São Bento desta cidade do Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: IHGB, 35 (45), 1872, pp. 347-348.

¹⁰ LIMA, Oliveira. *D. João VI no Brasil*. 4 ed. Pref. Wilson Martins. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996. p. 133.

Uma descrição desse palácio encontra-se em John Lucock, viajante inglês do período de 1808-1818:

“Também visitamos São Bento, que é um dos paços reais, sendo cortesmente recebidos pelos padres residentes. A casa foi construída recentemente pela Ordem, presenteada ao rei, constituindo atualmente um retiro favorito. Torna-a sua situação merecedora de tal distinção, pois que domina belíssimo panorama das partes inferior e média da baía, de sua entrada, da cidade e de todos os mastros semafóricos, desfrutando da plena influência vitalizante da brisa marinha. A casa possui catorze cômodos num só pavimento. Os aposentos diretamente reservados ao uso do soberano constam de uma pequena sala de visitas, mobiliada com uma mesa, uma escrivaninha e duas ou três cadeiras; uma sala de jantar, pouco maior, com um grupo de mesas de mogno, uma dúzia de cadeiras pintadas e dois vasos comuns, em imitação de cristal lapidado, para velas, e comunicando com esses, por meio de um corredor estreito, um quarto de dormir pequeníssimo em que se acha um leito de baldaquim com reposteiros lisos de seda azul claro. Os quartos dos dois príncipes são do mesmo tipo e porte, cada qual com sua cama de dossel munida de mosquiteiro e cada qual com uma “marquesa” para o criado. Anexa a esses aposentos, acha-se uma larga varanda; na extremidade oposta à sua entrada, uma capela e por trás dela, um cômodo de bom tamanho com adornos e acabamento de excelente estilo. Foi pintado por um escravo pertencente à propriedade que, de acordo com o que ele próprio contava, fugira, penetrara num navio destinado a Londres, estivera ali empregado numa manufatura de cadeiras pintadas, onde trabalhou por seis meses, cansara-se da Inglaterra e da liberdade e resolvera regressar ao Brasil e à escravidão. Na sua volta, achava-se essa casa em construção e, tendo alguém observado seus talentos recém-adquiridos, incumbiram-no de exercê-los nesse cômodo. Numa larga moldura, acima do plinto, representou ele muitas das lindas flores que dão na Ilha, e somos obrigados a dar testemunho da correção com que as representou, embora percebêssemos falhas de estilo. Haja o que

houver de errado nas produções do seus lápis, é porém quase supérfluo acrescentar que o sujeito possui talento sem dúvida alguma e que, sendo ele agora escravo leal ao mesmo tempo que grande artista, tratam-no com muita bondade. A criadagem do rei dorme em quartos compridos e estreitos, na ala ocidental do edifício; cada um desses contém quatro, seis ou oito leitos de solteiro. Sempre que o rei visita Santa Cruz ou São Bento, as camas são trazidas da cidade e levadas de volta, em seu regresso...¹¹.

Desse palacete, ainda se podiam ver “a câmara de D. João guarnecida de móveis de seu uso que os beneditinos conservam”¹².

Na Ilha, foi estabelecida uma coutada, um campo de caça para recreio do príncipe e sua família nas visitas que faziam a esse recanto do Rio de Janeiro¹³.

Com data de 12 de agosto de 1811, reza o decreto de João: “Encarrega ao Conselheiro Joaquim José de Azevedo da Inspeção e Direção da Real Coutada da Ilha do Governador”, subordinada ao Ministério e Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra¹⁴.

Joaquim José de Azevedo, nobre abastado, agraciado por D. João com os títulos de Barão (1812) e Visconde (1818) do Rio Seco, mais tarde Marquês de Jundiá (1826), por D. Pedro I, foi importante personagem na Corte de D. João, em Portugal e no Brasil. Responsabilizou-se pelos arranjos da viagem da Família Real para o Brasil. Detinha uma propriedade nesse local da Ilha do Governador.

¹¹ LUCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e Partes Meridionais do Brasil*. Cap. XI. Rio de Janeiro: Excursões pela baía e rios que nela deságuam. São Paulo: Livraria Martins, 1942, pp. 223-224.

¹² CUNHA, Antônio Estêvão da Costa e. *Notícia Descritiva da Ilha do Governador*, 1870. Arquivo Nacional, Cód. 807, vol. 3.º das Memórias. pp. 264-302. Há uma coincidência nos depoimentos de Ramiz Galvão (1872) e do professor da Ilha, em sua circunstanciada *Notícia descritiva*.

¹³ *Coutada*. s.f. – Terra onde se criava caça para a Família Real e/ou para pessoas da fidalguia e na qual era vedada a caça aos demais. HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 857. As coutadas tinham Regimentos próprios. A matéria vem tratada no Tit. XCI, Livro Quarto das *Ordenações Filipinas*, de 1603. ALMEIDA, Candido Mendes de. *Código Filipino ou Leis de Portugal*. Rio de Janeiro: Tipografia do Instituto Filomático, 1870. Tit. LXXXVIII. Das caças e pescarias defesas (pp. 1236-1240); Tit. XCI. Que nenhuma pessoa faça coutadas (pp. 1241-1242).

¹⁴ *Coleção das Leis do Brasil*, Cartas de Lei, Alvarás, Decretos e Cartas Régias de 1811. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890, p. 85. Original no Arquivo Nacional. Casa Real e Imperial. Mordomia Mor. 1807-1837. SDE 027, Doc. 94.

Jean Baptiste Debret, em sua *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*, confirma as duas propriedades:

“Entre a imensa quantidade de ilhas que povoam a baía de propriedades agrícolas e industriais, distingue-se pelas suas dimensões a ilha dita do Governador, verdadeiro jardim inglês onde se acham localizadas uma bela residência imperial e a rica propriedade do Visconde do Rio Seco”¹⁵.

Ainda em Debret, a referência: “Quanto ao rei, seus passeios se prolongavam desde a Ilha do Governador até Botafogo; voltava em seguida a São Cristóvão, para as recepções da noite, que eram numerosas e às quais a rainha não assistia”¹⁶.

Na correspondência do funcionário régio Luís Joaquim dos Santos Marrocos¹⁷, encarregado dos arranjos da Biblioteca Real, estão relatadas visitas de D. João à Ilha:

“S.A.R. tem estado há dias na Ilha do Governador, divertindo-se e gozando do belo ar que estes políticos modernos lhe acham; tem ali um magnífico palácio de campo e uma formosa chácara com tapada e coutados extensíssimos, de que é Inspetor Geral o conselheiro Joaquim José de Azevedo; este tem de assistência efetiva a seu cunhado Carlos Principy e sua irmã Izabelona, ali vivendo e desfrutando tudo, a título de conservação [...]. Em todo o tempo desta residência S.A.R. na dita Ilha tem mandado dar mesa franca a todas as pessoas que o têm ali cumprimentado” (carta n.º 8, de 28 de outubro de 1811, p. 41).

“S.A.R. parece que vai passar uns dias à Ilha do Governador ou a Santa Cruz e por esta ocasião faço tenção de ir ali beijar-lhe a mão e ver pela primeira vez esses sítios” (carta n.º 33, de 17 de novembro de 1812, p. 111).

¹⁵ DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. São Paulo: Martins, 1965, t. II (v. III), p. 284.

¹⁶ DEBRET, Jean Baptiste. *op. cit.*, p. 176.

¹⁷ Cartas de Luís Joaquim dos Santos Marrocos escritas no Rio de Janeiro à sua família em Lisboa, de 1811 a 1821. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: MEC, vol. LVI, 1934 (1939).

Ainda esta: “Mas supriu aquele inconveniente (*não ter podido ir a Santa Cruz*), transportando-se para a Ilha do Governador, onde passa estes dias de entrudo” (carta n.º 133, de 31 de janeiro de 1818, p. 311).

Marrocos de tudo informava a família em Lisboa, e sua correspondência é documentário sobre os acontecimentos no Rio de Janeiro dessa época, não lhe escapando a vida política ou as intimidades palacianas.

Atestatória também da presença de D. João é uma carta à esposa Carlota Joaquina, com data de 14 de novembro de 1811, firmada da Ilha do Governador.¹⁸

A coutada, na fazenda dos beneditinos, localizava-se na parte oeste da Ilha. D. João não se furtaria, certamente, de freqüentar a Igreja Matriz de N. S. da Ajuda, na Freguesia, no lado oposto, igreja erigida em paróquia em 1710, pelo bispo do Rio de Janeiro, D. Francisco de São Jerônimo.¹⁹ A igreja que, então, atendia aos “fregueses” – razão do nome *Freguesia* – vinha de 1743, construída pelo pe. Pedro Nunes Garcia, proprietário da área²⁰ e de engenho²¹. Coube ao pároco Francisco Xavier de Pina dar-lhe “acrescentamentos no ano de 1811”²² e é, talvez, ao que se refere o expediente mandando pagar a esse vigário 800\$000 (oitocentos mil réis), “em que se arbitram as despesas com as obras da Capela-mor e Tribuna para o Soberano”²³.

Há ainda informações de outros escritores, unânimes na louvação das qualidades do local: “Nesse solar, D. João deu festas esplêndidas, sobretudo para festejar a Virgem Santíssima...”²⁴.

Podem-se documentar outras presenças do rei e familiares neste considerado agradável sítio:

¹⁸ PRESAS, José. *Memórias Secretas de la Princesa del Brasil, Atual Reina Viuda de Portugal, la Señora Doña Carlota Joaquina de Bourbon*. Bordeus: Carlos Lawalle Sobino, 1830, p. 178.

¹⁹ ARAÚJO, José de Sousa Azevedo Pizarro e (monsenhor Pizarro). *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: INL, 1946. 4.º vol., p. 77.

²⁰ ARAÚJO, José de Sousa Azevedo Pizarro e. *Op. cit.*, p. 78.

²¹ Também figurando no mapa do padre Domingos Capassi, como “engenho do padre Pedro Nunes”.

²² ARAÚJO, José de Sousa Azevedo Pizarro e. *Op. cit.*, p. 78.

²³ Resolução de S. A. Real o príncipe regente, de 5 de junho de 1815.

²⁴ CRULS, Gastão. O Rio de Janeiro no primeiro quartel do século XIX. *Anuário do Museu Imperial*. Petrópolis, 1946, p. 134.

“Visitava D. Leopoldina com o marido outrossim a Baía de Guanabara e as suas ilhas aprazíveis: ‘Já visitei todas as ilhas e bancos de areia na Baía. A Ilha do Governador é mui linda e há aí muitas antas, o maior animal da América do Sul: trata-se de uma espécie de porco com três cascos. Ademais pesquei um peixe que parece uma tesoura’ (ao irmão Francisco, 01.01.1818) [...] Costumava D. João passar nessa ilha a quaresma, presumivelmente em companhia dos filhos e da nora”²⁵.

De total validade as citações de Oliveira Lima, em circunstâncias bastante especiais. Com referência à pretendida volta a Portugal:

“... e quando lhe falavam no remédio essencial aos males da ex-metrópole, nesse regresso que até lhe curaria as linfaticas, fazia ouvidos de mercador. Não carecia de atravessar o oceano para ter ar do mar: bastava-lhe a Ilha do Governador, que de uma caravela até tinha a forma esguia. Das janelas do convento só se enxergavam as águas da baía, salpicadas de terras que lhes quebravam a monotonia, e era tão gostoso o peixe do mar servido no refeitório”²⁶.

A 7 de outubro lhe haviam chegado as primeiras novas da Revolução do Porto, de 20 de agosto de 1820: “Tão esperançado andava o rei, que não se afligiu nem deu mostras de maior inquietação. Da Ilha do Governador, onde se achava, e onde lhe foram parar os despachos, veio no dia seguinte para São Cristóvão, nada comunicando...”²⁷.

Na contingência, já da volta, em 1821, quando se pensava no Príncipe D. Pedro e não no próprio rei: “Alguns dias depois, a 4 de fevereiro, já D. João anunciava ter recebido o voto do filho, com quem devia avistar-se, e de fato se avistou, na Ilha do Governador, mas tornava a reclamar o parecer de Tomás Antônio”²⁸.

²⁵ OBERACKER JR., Carlos H. *A Imperatriz Leopoldina: Sua Vida e Sua Época. Ensaio de Uma Biografia*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1973, p. 151.

²⁶ LIMA, Oliveira. *D. João VI no Brasil*. *Op. cit.*, p. 624.

²⁷ *Idem, ibidem*, p. 634.

²⁸ *Idem, ibidem*, p. 655.

No que respeita à Coutada Real, tinha ela por Inspetor e Diretor o futuro Visconde do Rio Seco, Joaquim José de Azevedo, e para seu funcionamento foi baixado o Decreto de 22 de agosto de 1811 – dez dias depois da designação do Conselheiro –, com a ementa: “Aprova o Regulamento para regime da Real Coutada da Ilha do Governador”²⁹.

É o “Regulamento” um verdadeiro *modus vivendi* para a população insulana daquela porção do território. Os beneditinos, que estavam na posse da terra havia já 116 anos, deviam fazer suas próprias regras em relação ao funcionamento da fazenda e relações interpessoais com os moradores. Outro valor mais alto, agora, no entanto, se “alevantava” e era a sua “constituição”.

São quarenta dispositivos que procuram atingir, tentacularmente, todos os passos da vida cotidiana. Não poderia ser rápido ou fácil imbuir-se de tantas responsabilidades, contra que pesavam até perdas materiais, culminando com a expulsão da Ilha. Para tanto, um dos itens (n.º 33) prescrevia: “Cada um dos guardas deverá ter uma nota por escrito das ordens régias relativas à Coutada, para vigiar na sua observação”.

São muitos os aspectos abrangidos, havendo grande preocupação com a lenha (maior número de itens). Determina-se como deveriam agir os funcionários da coutada – couteiros e guardas – e os moradores, a quem se restringia, inclusive, possuir cães, “visto que eles são prejudiciais à caça”. É um documento elucidativo sobre a vida na Ilha do Governador nos primeiros anos do século XIX e sobre uma prática administrativa da Monarquia portuguesa: a criação de campos de caça para deleite real.

Aos proprietários era vedado cortar árvores nos seus respectivos terrenos sem que os couteiros lhes destinassem os sítios, “a fim de se não estragarem as moitas reais e os talhados e de se conservarem as madeiras de lei”. A penalidade era plantar, à própria custa, árvores da mesma espécie, arrancando primeiro as raízes primitivas. Igualmente a lenha para o consumo das casas e cercas só poderia ser cortada em áreas determinadas.

²⁹ Coleção das Leis do Brasil. *Cartas de Lei, Alvarás, Decretos e Cartas Régias de 1811*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890, pp. 88-92.

O embarque de lenha cortada só se fazia com uma guia do couteiro. Aqui, um parêntese: confirma-se ser a Ilha, nessa época, fornecedora de lenha para o Rio de Janeiro, onde era grande o consumo doméstico e industrial. A lenha desembarcada de uma falua na Praia dos Mineiros, retratada por Thomas Ender em uma de suas aquarelas³⁰, pode proceder da encosta da Serra do Mar, como da Ilha do Governador.

Se os moradores possuísem licença dos proprietários dos terrenos para o corte de lenha, deveria a mesma especificar a qualidade, o número de barcos e os lugares onde seria embarcada, bem como seria a licença exibida aos couteiros para que fosse cumprida. Ficavam excluídas dessas licenças as madeiras de lei, as quais só poderiam ser cortadas, mesmo pelos proprietários, com ordem expressa “de Sua Alteza Real”.

Os barcos pilhados sem guia da lenha sofriam penalidades que chegavam ao máximo de sua apreensão e venda, dividindo-se o produto entre os couteiros e guardas (a quem, também, cabia a lenha), a Santa Casa da Misericórdia e os pobres do Aljube.

Os moradores que ordenassem a escravos buscar lenha em sítios não determinados pelos couteiros para bem público ficavam sujeitos à pena de os mandar trabalhar por um mês nas estradas da Ilha, sustentando-os, fornecendo as ferramentas, sem que vencessem coisa alguma.

Nota-se uma preocupação no que respeita a estradas e caminhos. Este não é o único item em que se estabelece, como penalidade, o trabalho nas vias de acesso da Ilha. Tal era a pena aos moradores que dessem couto a escravos fugidos. Teriam que ceder dois dos seus, para trabalharem um mês, sem vencimento. Se não os houvesse, o próprio morador trabalharia nas estradas, cinco dias, do mesmo modo. Na reincidência, seria expulso da Ilha.

Obrigava-se os moradores a cercar os “sítios de sua morada”, a fim de evitar que a caça neles entrasse, até o fim do ano – o Regulamento é dos fins de agosto –, sob pena de os perderem.

³⁰ FERREZ, Gilberto. *O Brasil de Thomas Ender 1817*. Rio de Janeiro: Fundação João Moreira Salles, 1976, p. 65.

Se um morador encontrasse pretos fugidos ou soubesse que escravo seu os acoitava ou lhes facilitava roubar gado, deveria dar parte ao couteiro ou aos guardas para os entregar ao oficial de milícias. Em caso contrário, deveria ceder metade de seus escravos para o serviço da coutada, por um mês, sem vencimento.

E não se diga que não houvesse alguma compensação a tantas medidas proibitivas: aos moradores e seus escravos era permitido matar as cobras, lagartos, sapos e gambás que encontrassem. Do mesmo modo, podiam queixar-se aos couteiros de violência dos guardas; dos couteiros ao Conselheiro Joaquim José de Azevedo, contra esse representar à Sua Alteza Real, pela Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra.

Seria imediatamente preso e remetido ao Aljube, por ordem do Conselheiro Joaquim José de Azevedo, os que matassem caça ou a apanhassem a laço, nos lugares onde fossem dessendentar-se. Era proibido portar espingarda ou outra qualquer arma de fogo: permitia-se tê-las em casa, para defesa.

Couteiros e guardas recebiam ordens do dito conselheiro, devendo em tudo obedecer-lhe, sendo o segundo couteiro subordinado ao primeiro. Ambos são nominados no Regulamento: José Francisco e Manuel Francisco da Costa³¹, respectivamente. Um relatório completo das novidades e serviços da semana era comunicado pelo primeiro couteiro ao conselheiro, todos os domingos, devendo entregá-lo “em casa deste, na ponta do Galeão” – o que confirma a existência da propriedade de Rio Seco nessas paragens.

Era também das atribuições do primeiro couteiro a “conservação das fontes de que bebe o povo”, devendo mantê-las limpas, bem como os brejos, “em benefício dos gados e da caça”; manter “cerrados” (cercados) para depositar a caça que fosse chegando, providos de água e com capim plantado; providenciar para que não houvesse na Ilha ladrões de lenha e caça.

³¹ Original, como Doc. 93, Decreto do príncipe regente, de sua nomeação, “para couteiro da Ilha do Governador”, referendado pelo Conde de Aguiar, com data de 12 de agosto de 1811. Arquivo Nacional. Casa Real e Imperial, Mordomia Mor. 1807-1837. SDE 027.

Se estrangeiros, ignorando as determinações, fossem caçar, deviam ser advertidos “com toda a moderação e civilidade”. Caso isso não bastasse, tomar-se-lhes-iam os sinais e se daria parte ao conselheiro encarregado da Real Coutada, para a transmitir à Secretaria de Estado. Se fossem portugueses, seriam advertidos do mesmo modo. Não sendo atendidos, recorrer às milícias e ao povo para os prender e remeter ao Aljube. Atirar, só em legítima defesa.

Aos trabalhadores da coutada eram fixadas as seguintes diárias: oficiais, 640 réis; serventes de mais de 20 anos, 200 rs.; de 16 até 20, 160 rs.; de 12 até 16, 120 rs. Dispunham de meia hora para almoçar e duas para jantar. De menor idade não seriam admitidos – por onde se vê que, considerado menor, só abaixo de 12 anos.

Aos guardas era determinado obedecerem ao couteiro, terem cavalo sempre pronto e andarem armados, “para serem conhecidos e respeitados”.

Era bem rigoroso o Regulamento com esses funcionários, impondo-lhes penas de expulsão da Ilha quando não cumprissem exatamente seus deveres. Só podiam usar o fardamento que se lhes desse nos dias em que S. A. R. estivesse na Ilha, ocasião em que deviam conhecer de seu couteiro o lugar que lhes competia.

Ao Regulamento não escapava a discriminação dos uniformes de couteiros e guardas, na cor dominante verde, constantes de casaca, véstia, calção e chapéu. Mais requintados os dos couteiros, em que o calção trazia ligas de prata e o chapéu era guarnecido de galão e presilhas desse metal. Só poderia ser usado segundo as determinações. Se o deixassem “perder da traça”, ficavam obrigados a repô-lo à sua custa. No caso de serem despedidos, devolver o fardamento e a espingarda.

Era o Regulamento assinado pelo Conde de Linhares, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, do Conselho de Estado, ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra.

O Barão (e futuro Visconde) do Rio Seco, zeloso funcionário, não descurou de seus deveres. Uma documentação manuscrita³² reúne, sobretudo, cor-

³² Arquivo Nacional. “Coutada da Ilha do Governador”. *Op. cit.*

respondência entre Rio Seco e o Conde das Galveias, D. João de Almeida de Melo e Castro, sucessor do Conde de Linhares na pasta, por falecimento deste, em 1812. Em um dos documentos, com data de 20 de abril de 1813, ele envia ao Conde das Galveias a carta de um dos couteiros da Ilha em que este informa terem sido encontrados mortos três veados dos que vieram do Reino, talvez por mordedura de cobra. Diz Rio Seco, em seu ofício, que “está feita a experiência que não se dão no Brasil os veados do Reino, e acho que não convém à Real Fazenda fazer despesas com mandar vir...”; que os do país andam esper-tos e não consta terem morrido. Esclarece que seu interesse “é que S.A.R. e seus augustos filhos tenham naquela Ilha um divertimento tão próprio de sua alta grandeza”. Solicita ao ministro expedir ordem

“às terras compreendidas nesta capitania do Rio de Janeiro, para se apanha-rem veados e cervas para aquela coutada, onde receberá o portador que ali os levar mil e quatrocentos réis por cada um, do Inspetor da dita coutada, o Barão do Rio Seco”.

Ainda no mesmo ofício:

“... procuro ter muita caça naquela coutada e dou todas as despesas por muito úteis à minha pessoa, visto que a Providência Divina me dá tanto com que as fazer, e os meus obséquios são feitos a um soberano que tanto me tem favorecido e honrado”.

Conclui pedindo ao Conde das Galveias que o perdoe por tomar-lhe o tem-po, “mas é a quem devo recorrer para as providências daquela coutada”. A car-ta do couteiro, que vai anexada a este ofício, dá detalhes sobre o estado dos animais supostamente envenenados e como ele procedeu.

Na mesma série de documentos, outro informe vem da parte de um dos couteiros, que comunica ao conselheiro ter suspenso um dos guardas, por motivo que muito o magoou. Conta que uma anta, recentemente curada de fe-rimentos, estava em um cercado, com milho e capim. Sua Alteza Real, nesse

dia, fora a cavalo de manhã, andara uma distância muito grande, e à tarde, a pé. “Foi até a Ponte das Flexeiras e gostou dos caminhos.” Indagado por D. João sobre os animais que havia no cercado, respondeu-lhe que “umas araras, umas siriemas, oito perdizes” e a tal anta que tinha ficado boa. Qual não foi sua decepção ao chegar “a Princesa D. Carlota e o Príncipe D. Pedro, que informa a D. João ter encontrado a anta morta, no cercado fechado, sem ter quem o abraße. Era o resultado de o guarda não lhe ter participado o ocorrido. Termina o couteiro sua parte de suspensão do guarda faltoso: “... se ele me desse parte, não ficava eu mentiroso para com S.A.R. É o maior sentimento que tenho.”

Outro documento refere-se a uma troca de correspondência entre Galveias e o Conde da Palma, com respeito a requisições de caça para a coutada, feitas pelo Barão do Rio Seco.

Em 22 de abril de 1821, na iminência do retorno para Portugal, D. João emite o Decreto que “encarrega o Governo Geral do Brasil ao Príncipe Real constituído Regente e Lugar-Tenente do Rei”, a que vão anexadas Instruções³³.

A coutada foi extinta por D. Pedro, em 2 de maio de 1821. É a Decisão do Governo n.º 23, na pasta do Reino: “Manda abolir a coutada da Ilha do Governador”:

“S. A. R. o príncipe regente tomando em consideração quanto são geralmente prejudiciais à agricultura as coutadas abertas, principalmente em sítios que pelas suas matas virgens e terras não roteadas necessariamente devem conter muito animais daninhos: é servido que de ora em diante fique abolida a coutada da Ilha do Governador, devassando-se a qualquer para a caça todo o terreno que nela estava compreendido. O que participo a V. S. para que assim se execute”³⁴.

Quem a referenda é o Conde dos Arcos, D. Marcos de Noronha e Brito, ministro e secretário de Estado do Reino (ministério do príncipe, escolhido por D. João). Está dirigida ao “Sr. Visconde do Rio Seco”.

³³ *Coleção das leis do Brasil. Decretos, Cartas e Alvarás de 1821*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889, Parte II, pp. 71-72.

³⁴ *Coleção das leis do Brasil. Decisões do Governo de 1821*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889, p. 15.

Vale observar que D. Pedro entrou na Regência do Brasil por ato de seu pai, o Rei D. João VI, às vésperas da partida deste, o que ocorre em 26 de abril. Nessa data entraria D. Pedro efetivamente no exercício de seu cargo. Bem poucos dias após – seis, precisamente –, extingue o campo de caça que ele freqüentara desde os treze anos de idade. Não lhe sobriariam boas recordações? Naturalmente, fariam mais alto as razões de Estado. A grande justificativa era o prejuízo que causavam essas áreas defesas à agricultura. Por outro lado, poderia ser, talvez, uma medida popular o generalizar “a qualquer” a atividade, um privilégio real.

Ao deixar o serviço de Sua Majestade, Joaquim José de Azevedo escreveu uma *Exposição Analítica*, cujo capítulo VIII versa sobre: “Das contas que o Visconde do Rio Seco deu dos meses de janeiro, fevereiro, março e abril (*de 1821*), até o dia 26, em que Sua Majestade se retirou desta Corte”. O número 29 é o item “Despesa com o sustento dos bichos que estavam na Ilha do Governador, no sítio denominado das Flexeiras, que El Rei para lá havia mandado, contada a despesa do 1.º de outubro de 1820 até 22 de maio de 1821 637\$800”³⁵.

Três meses depois da extinção da coutada, por Decreto de 27 de agosto de 1821, D. Pedro “dispensa o Visconde do Rio Seco de todos os empregos que exerce de responsabilidade pecuniária”³⁶. O título da *Exposição Analítica*, como se viu, incorpora essa informação.

Diz Gastão Cruls que, por iniciativa do Conde da Barca, nesse local da Ilha do Governador foi iniciada a cultura do chá por chineses mandados vir por D. João, e que D. Leopoldina mantivera ali um jardim zoológico³⁷.

³⁵ AZEVEDO, Joaquim José de. *Exposição analítica e justificativa da conduta e vida pública do Visconde do Rio Seco desde o dia 25 de novembro de 1807, em que S. M. Fidelíssima o incumbiu dos arranjos necessários de sua retirada para o Rio de Janeiro até o dia 15 de setembro de 1821, em cujo ano demittira todos os lugares e empregos de responsabilidade de fazenda com permissão de S. A. R. o regente do Brasil, concedida por decreto de 27 de agosto do presente ano*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1821, p. 33.

³⁶ *Coleção das leis do Brasil. Decretos, Cartas e Alvarás de 1821*, op. cit., pp. 107-108.

³⁷ CRULS, Gastão. *O Rio de Janeiro no Primeiro Quartel do Século XIX*, op. cit., p. 134.

A construção que funcionou durante muitos anos como cadeia das Flexeiras (foto) consta fosse antiga jaula de animais do tempo da coutada. Demoliu-se para a ampliação de pistas de pouso do Aeroporto do Galeão, que foi inaugurado em 1952 e substituído pelo AIRJ – Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro em 1977.

Moradores antigos fazem referência ao que seria o portão do jardim zoológico de D. Leopoldina, também sacrificado em benefício das obras da Aeronáutica. Aliás, a paisagem de Galeão e áreas anexas tem sido alterada com a implantação da Aeronáutica nessa parte ocidental da Ilha do Governador.

A área da antiga fazenda, dividida nas cinco citadas localidades de Galeão, S. Bento, Itacolomi, Flexeiras e Tubiacanga, constitui hoje apenas o bairro do *Galeão*, um dos catorze da Ilha do Governador, dos mais de cem do município do Rio de Janeiro³⁸. A Praia de São Bento, batizada com pertinência naquela época, recebeu um novo nome: Belo Jardim (!).

Não será destituída de importância a menção ao solar do Visconde do Rio Seco, no centro do Rio de Janeiro, na Praça Tiradentes, onde já funcionou o Detran e cujas obras de restauração nunca chegam a um termo.

³⁸ Decreto n.º 3.158, de 23 de julho de 1981.



O Rio de Janeiro no tempo de D. João VI

VERA LÚCIA BOTTREL TOSTES

D João Maria José Francisco Xavier de Paula Luís Antonio ♦ Domingos Rafael foi o segundo filho da Rainha de Portugal D. Maria I, a “Princesa do Brasil”, com seu tio-marido, D. Pedro III. No dia 13 de maio de 1767, no Palácio Real da Ajuda, próximo de Lisboa, nasceu aquele que seria D. João VI.

Dois acontecimentos familiares modificaram o destino de D. João: a morte prematura de seu irmão mais velho, D. José (1788), que o conduziu à sucessão direta do trono português, e a doença mental da Rainha D. Maria I, que o levou, em 15 de julho de 1799, à conquista do título de Príncipe Regente, após sete anos de governo como herdeiro da Coroa.

Nessa condição e ao saber que as tropas francesas, comandadas pelo General Junot, avançavam pelo interior de Portugal, tomou a decisão de trazer para o Brasil, em 1807, a capital do reino. A resolução da transferência da Corte para o Brasil manteve intacto o poder soberano dos Bragança e colocou em prática um

Doutora em história social pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é Diretora do Museu do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Participou de Congressos Nacionais e Internacionais e é membro Titular de Associações Científicas e Instituições Culturais no Brasil e no Exterior. Recebeu diversas medalhas e condecorações pelo desempenho na área museológica. É autora de *Princípios de Heráldica e Títulos e Brasões*, além de diversos artigos publicados em revistas técnicas no Brasil e Exterior.

plano já arquitetado, cinquenta anos antes, por D. Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal.

Na Bahia, após 54 dias no mar, em difícil viagem, ancoraram a 22 de janeiro de 1808. A bordo do Príncipe Real vinham D. Maria I, o Príncipe Regente, o Príncipe da Beira, Infante D. Pedro, seu irmão D. Miguel e o Infante da Espanha, D. Pedro Carlos. D. Carlota, suas filhas e os demais membros da Corte e do governo foram distribuídos nas outras embarcações. Além das que chegaram a Salvador, algumas ancoraram avariadas na costa da Paraíba e na do Recife. No Rio de Janeiro as primeiras chegaram no dia 13 de janeiro, ficando os tripulantes a bordo para aguardar a chegada real¹. Pela primeira vez um monarca europeu cruzou a linha do Equador e pisou em terra tropical.

A estada de um mês em Salvador foi marcada pela assinatura, em 28 de janeiro, da Carta Régia que determinava a abertura dos portos brasileiros ao comércio exterior, com conseqüências permanentes para o Brasil. Em 7 de março desse mesmo ano, chegaram ao Rio de Janeiro, onde permaneceram até 26 de abril de 1821. Iniciava-se uma nova fase na História do Brasil e de Portugal.

~ O Rio de Janeiro no tempo de D. João

É inegável a transformação que se processou no Brasil a partir de 1808, com a chegada da Corte portuguesa. Esse fato de grande amplitude e singularidade representou não apenas o início da formação de uma nova nação, mas também a construção de um Império na América, citado pelo Visconde de Porto Seguro como “maior que o dos romanos”².

Tratava-se não apenas da construção de um Império na América, mas da definição e da consolidação do poder monárquico no Novo Mundo³. O que o

¹ LIGHT, Kenneth. A viagem da Família Real para o Brasil, 1807-1808. *Anais do Seminário Internacional D. João VI – Um Rei Aclamado na América*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2000, p. 108.

² VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. História da Independência do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Nacional*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1917, p. 32.

³ SANTOS, Afonso Carlos dos. A fundação da Europa possível. *Anais do Seminário Internacional D. João VI – Um Rei Aclamado na América*. Rio de Janeiro. Museu Histórica Nacional. 2000, p. 12.

escritor Euclides da Cunha chamou de a “transmutação em nossos destinos” representou o início de uma nova era, na qual o Rio de Janeiro ocupou o lugar central dos acontecimentos, como capital do Império Luso-Brasileiro.

Desde que passou a ser a capital, em 1763, o Rio de Janeiro, ao longo das diversas administrações de governadores e vice-reis, teve um significativo, embora pequeno, crescimento. A infra-estrutura urbana recebeu melhorias com a construção do aqueduto da Carioca, dos chafarizes do Lagarto, das Marrecas e do Largo da Carioca e com as edificações governamentais, como o Paço e os seguintes prédios militares: o Quartel de Artilharia, o Arsenal da Marinha e a Casa do Trem. As praças no Centro da cidade, como o Largo do Carmo, procuravam adequar a nova capital aos padrões portugueses.

As igrejas, os conventos e as irmandades espalhavam-se entre os morros de São Bento, Santo Antonio, Castelo, Santa Teresa e da Conceição. Entretanto, era na várzea da cidade que coabitavam as construções religiosas, ornamentadas com trabalhos em talha dourada, as residências de casas baixas decoradas com simplicidade, e alguns sobrados. Encontravam-se distribuídos ao longo de 46 ruas estreitas e sinuosas quatro travessas, seis becos e dezenove largos e praças, na grande maioria enlameados, imundos e malcheirosos, em consequência da topografia e do comércio dos escravos. A população locomovia-se por esses logradouros a pé, a cavalo, em carroças e em cadeirinha de arruar. Poucos veículos puxados a cavalos circularam, tal como traquitanas, berlindas e coches.

Com cerca de 60 mil habitantes, na maioria escravos, a cidade convivia com diferentes códigos sociais, tanto de negros escravos e libertos, de uma grande população livre e pobre, bem como da rigidez de um pequeno grupo aristocrático, formado de funcionários da Coroa, do clérigo e de comerciantes enriquecidos. As elites mais abastadas residiam fora da desordem urbana, em chácaras nos bairros distantes mais arejados, como Botafogo, Catete e Laranjeiras. A cidade apresentava todo o exotismo dos trópicos em exuberante paisagem, em poucos aspectos tendo semelhança com Lisboa, mas longe de se confundir com outras cidades européias.

Os inúmeros europeus que visitaram o país nessa época deixaram vasta literatura, já bastante estudada, que serve para ilustrar o cotidiano da cidade e seus habitantes, descritos por alguns como pessoas sem educação e instrução. Trajavam túnica de algodão ou quimonos chineses, provenientes das embarcações vindas da Índia e da China, o que dava um aspecto oriental/asiático à cidade. Apesar da proibição de importação de produtos estrangeiros, um intenso comércio contrabandeado era realizado em especial nos portos do Rio de Janeiro e de Salvador, onde os barcos paravam, muitas vezes, com a desculpa de consertar avarias ou atender enfermos.

As mulheres, na grande maioria, viviam reclusas, com poucas formas de diversão além das ligadas à liturgia e às festas religiosas. Em casa, dividiam o tempo entre os afazeres domésticos, os jogos de gamão e as cartas. Elas tinham como um dos passatempos preferidos ficar na janela, voltadas para a rua – hábito que até hoje se percebe nos subúrbios e nas cidades pequenas. Sobre o tema observou, já no século XX, o cronista Morales de los Rio Filhos: “Esta mania de olhar para a rua com os cotovelos apoiados em almofadas e o cachorro de estimação ao lado se prolongou até depois das reformas urbanas de Pereira Passos e Paulo de Frontin”⁴.

Paralelamente à precariedade urbana, a cidade oferecia uma vida cultural com teatros que recebiam companhias portuguesas, francesas e italianas. Apesar das restrições quanto à imprensa e à falta de universidades locais, havia livreiros que atendiam a um bom público consumidor, composto de magistrados, funcionários reais, militares, botânicos, cirurgiões, boticários, físicos, professores e negociantes.

As associações e os grêmios foram os espaços onde se pôde expandir o conhecimento de maneira mais atualizada no denominado “Século da Luz”. Na segunda metade do século XVIII, criaram-se a Academia Científica do Rio de Janeiro (1771-1779) e a Sociedade Literária do Rio de Janeiro (1786-1790)⁵. O

⁴ D'ARAÚJO, Antonio Luiz. *Rio Colonial: Histórias e Costumes*. Rio de Janeiro. Quartet, 2006, p. 93.

⁵ FONSECA, Maria Rachel Fróes da. O Associativo Científico no Brasil (1771-1829) e a promoção das ciências e da felicidade da nação. *Anais do Seminário Internacional D. João VI – Um Rei Aclamado na América*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2000, p. 124.

escritor e historiador Silva Maia, em discurso na Sociedade Literária do Rio de Janeiro, enfatizou a importância dessas instituições, que distinguiam, “depois dos Estados Unidos, o Brasil [como] o país da América onde mais se tem desenvolvido o espírito de associação, o que, decerto, segundo o que já fica dito, é de bom agouro para a nossa futura prosperidade”⁶.

Foi essa a cidade que viu no dia 7 de março de 1808 os navios com a Corte portuguesa chegarem à Baía de Guanabara. Ao contrário do que ocorrera em Salvador — onde o governador, não sabendo como deveria proceder, ordenou que os moradores ficassem em suas residências quando soube da aproximação das embarcações, só saudando a comitiva real no desembarque —, no Rio de Janeiro uma multidão, num misto de êxtase e curiosidade, postou-se ao longo das praias e em pequenas embarcações próximas à costa para saudar a esquadra, na entrada da Baía de Guanabara. Depois de ancorada a frota, os tripulantes reais decidiram permanecer a bordo até o dia seguinte. Assim, tanto o Vice-Rei Conde dos Arcos como as autoridades da cidade subiram ao barco Príncipe Real para a cerimônia de beija-mão ao regente.

No dia seguinte, a Família Real desembarcou numa cidade profusamente enfeitada, em meio aos “vivas” da população, que se misturavam ao barulho dos fogos de artifício e das salvas de tiros dos canhões disparados das embarcações. As ruas foram cobertas com flores e folhagens para esconder a sujeira habitual. Arcos triunfais foram construídos ao longo do trajeto entre o cais e o Paço dos Vice-Reis, onde a população, trajando sua melhor indumentária para saudar D. João e toda a Corte, enfeitara as janelas com colchas adamascadas, segundo relatos da época. Era a maior celebração que a cidade jamais havia visto⁷.

Nas igrejas, os sinos repicaram e, nos sermões das missas comemorativas, era exaltado o evento. Em Recife, o padre Bento Trindade referiu-se à presença da Corte, dizendo: “Vinde reinar nos corações de vossos fiéis americanos,

⁶ MAIA, Emílio Duarte Moreira de. Discurso sobre as sociedades científicas e de beneficência, que têm sido estabelecidas na América, recitado na Sociedade Literária do Rio de Janeiro. *Apud.* FONSECA, Maria Rachel Fróes da. *O Associativo...* *Op. cit.*, p. 127.

⁷ SOUZA, Iara Lis Carvalho. D. João VI no Rio de Janeiro, entre festas e representações. *Anais do Seminário Internacional Um Rei Aclamado na América*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2000, p. 53.

ainda mais do que no seu vasto continente. Um novo mundo, novo céu e nova Terra vos estendem os braços; o céu vos chama e vos convida”⁸.

O novo mundo é representado na alegoria que mostra a índia se curvando em frente a D. João e oferecendo as riquezas da terra – frutas tropicais. Essa imagem simbólica perdurou até 1815. Com a elevação do Brasil a Reino Unido, a América passa a portar uma coroa, descrita da seguinte maneira por Luis Gonçalves dos Santos, o Padre Perereca:

“Já o índio havia deposto o cocar e as plumas com que se adornara até o dia 16 de dezembro de 1815, e recebido da munificente mão do Sr. D. João VI a brilhante coroa que cinge hoje a sua fronte e o real manto de púrpura, com que cobre a sua antiga nudez”⁹.

Dessa maneira, a América aparecia em luminárias, hinos, poesias e arcos triunfais que ornamentavam a cidade.

~ A Corte no Rio de Janeiro

Quantas pessoas desembarcaram no dia 8 de março de 1808, até hoje não é possível precisar. Oito, dez, treze ou quinze mil são os números citados por diferentes autores. O número de personagens que chegaram naquele momento é um componente, mas com certeza não o mais importante desse episódio. Para além das pessoas, o momento era carregado de um forte simbolismo.

A abertura dos portos ao comércio com as nações amigas, a criação de instituições – não apenas de caráter administrativo, militar e judiciário, mas também as científico-culturais, como o Horto Florestal, a Biblioteca Real, a Academia de Belas Artes, o Laboratório Farmacêutico e a Escola Anatômica, além da Academia Real Militar, que teve como função o desenvolvimento do estudo das ciências matemáticas, físicas, naturais e de engenharia militar – assim como a elevação do Brasil a Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve, conso-

⁸ TRINDADE, Padre Bento. Sermão de Ação de Graças pela Feliz Vinda do Príncipe Regente Pregado na Igreja do Sacramento em Recife. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1809.

⁹ SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Op. cit.*, p. 51.

lidaram o estabelecimento administrativo da Corte e criaram, na Colônia, um ambiente que permitiu o estabelecimento de um Estado Monárquico independente, além de modificarem fortemente os hábitos de seus habitantes.

Para dar condições à instalação dos novos habitantes e da burocracia governamental transmutados para os trópicos, o Vice-Rei Conde dos Arcos desocupou edificações. O Paço passou a abrigar a Família Real, tornando-se o Paço Real, e a ele foram anexados os prédios vizinhos da Cadeia Velha e do Convento do Carmo — este último, onde a Rainha D. Maria passou o resto de seus dias. As casas mais requintadas foram requisitadas. Ficou famosa a sigla PR, de Príncipe Regente, que designava o uso para o monarca. Em pouco tempo, a população já dizia, em tom de galhofa, que PR significaria “ponha-se na rua”.

Os abastecimentos de água e comida, que vinham das chácaras mais próximas, tornaram-se insuficientes. A procura maior do que a oferta, tanto de alimentos como de moradias, provocou alta nos preços e a oferta limitada com o aumento do consumo. Esses eram alguns dos transtornos para a população local e para os novos habitantes.

O espaço urbano teve que ser repensado e recriado. No caso do abastecimento de água, foi de imediato providenciada a construção de novos chafarizes e as ruas tiveram que ser alargadas para possibilitar a passagem de veículos de grande porte.

A capital colonial, sufocada por proibições industriais e comerciais, viu sua população e a vida crescerem em intenso ritmo após a abertura dos portos ao livre comércio a todas as nações amigas e a introdução de novas indústrias. Calcula-se que, já em setembro de 1808, existiam cem firmas inglesas no Rio de Janeiro. O mesmo ocorreu, em menor proporção, nas cidades de Salvador (Bahia) e Recife (Pernambuco), que também receberam um fluxo de firmas inglesas e norte-americanas.

Segundo o padre Luis Gonçalves dos Santos, chegaram ao Rio de Janeiro, em 1808, 765 navios portugueses e 90 estrangeiros; no ano seguinte, 822 portugueses e 83 estrangeiros; e, em 1810, 1.241 e 122, respectivamente¹⁰. No fi-

¹⁰ LESSA, Carlos. *O Rio de Todos os Brasís*. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 77.

nal da permanência da Corte no Brasil, em 1821, o porto registrou um total de 1.655 embarcações. Dessas, 195 eram inglesas, 74 norte-americanas e 46 francesas, entre outras, o que demonstra a forte inserção econômica inglesa no país, a qual só encontrou concorrência depois do final da guerra napoleônica, quando foram introduzidas mercadorias importadas da França – país que, aos poucos, assumiu relevante papel na economia mercantil.

Apesar de a entrada de estrangeiros haver sido controlada pela Intendência-Geral da Polícia do Rio de Janeiro, criada logo em 1808 e em cujos livros ficaram anotados os dados referentes aos imigrantes, é de difícil contabilidade esse número. Podem ter-se alcançado cifras como as mencionadas pelo economista Carlos Lessa, em seu livro *O Rio de Todos os Brasis*: “Entre 1808 e 1822, foi registrada a fixação de 4.234 estrangeiros, sem contar os seus familiares, entre 1.500 espanhóis, 1.000 franceses, 600 ingleses e centenas de alemães, italianos, suíços, suecos, holandeses, etc. Até chineses e hindus vêm para o Rio.” Os franceses só começaram a chegar ao país depois de 1814, com o término da guerra napoleônica e a paz européia.

Junto com os estrangeiros, chegaram ofícios antes desconhecidos, citados nas listas de controle junto com a procedência do imigrante, onde apareceram especializações profissionais de taneiros e caixeiros dinamarqueses; lavrador escocês; marceneiro, caixeiro, copeiro sueco; sapateiro irlandês; boticário italiano; cozinheiros e livreiros franceses; taverneiros espanhóis; relojoeiros suíços, entre outros¹¹.

Os estrangeiros chegaram transformando o comércio e criando novas necessidades, hábitos, usos e práticas no cotidiano da cidade. A presença desses novos moradores repercutiu no ordenamento urbano, na arquitetura das casas, na disposição e na decoração dos cômodos internos, na moda e na maneira de comer e de se vestir.

Esse “novo mundo” chegava em navios – alguns de 400 toneladas –, que, depois de cerca de cinco ou seis semanas de viagem, despejavam na praça do

¹¹ HOLANDA, Sergio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira* (Tomo II: o Brasil monárquico). São Paulo: Difel, 1985, p. 12.

Rio de Janeiro louças, vidros, cachimbos, pentes, navalhas, óculos de longo alcance, meias, instrumentos matemáticos e metalúrgicos de Birmingham e Sheffield e vestimentas em algodão e lã das indústrias de Lancashire e Yorkshire. Isso era o que havia de mais moderno, mesmo que a lã grossa e os esquis para neve fossem incompatíveis com o clima dos trópicos.

Todos esses navios carregados de mercadorias encontravam uma cidade colonial, que precisou transformar-se rapidamente para absorver os novos fluxos. Foi preciso reformar o porto, reestruturar a alfândega, criar e sofisticar as formas de comércio e de crédito, tudo isso em tempo recorde. John Luccock, o comerciante inglês que viveu na Corte entre 1808 e 1818, vai mencionar, já em 1813, a introdução de novas práticas no serviço portuário, tentando conter o congestionamento do porto e dos armazéns.

Mas não só o comércio abriu fronteiras. A multiplicidade de culturas e religiões incitou a tolerância de novas práticas religiosas, num espaço até então exclusivamente católico, com a exigência de liberdade de culto para protestantes e de autorização para a construção de templos e de cemitérios, como o do bairro da Gamboa.

O exotismo tropical que sempre despertou o interesse dos europeus tornou-se ainda mais atraente. Nesse período, chegaram à cidade geógrafos, naturalistas, botânicos, artistas e viajantes de todos os tipos, como Martius & Spix, Langsdorf/Rugendas, Thomas Ender, Debret, Taunay, etc. As viagens filosóficas/científicas e a entrada de artistas europeus produziram narrativas e imagens sobre o cotidiano da cidade que hoje expressam a real dimensão da transmutação da vida dos brasileiros. A essa literatura juntaram-se as dos comerciantes e diplomatas estabelecidos na Corte, como John Luccock, Richard Bate, Tully, Ordeley, Chamberlain, Maria Graham, entre muitos outros.

Criada em 1808 para atender à necessidade de divulgar os atos do governo, a Imprensa Régia fez circular o primeiro jornal do país: a *Gazeta do Rio de Janeiro*. Nas páginas da *Gazeta*, encontram-se inúmeros anúncios de casas comerciais, hábito introduzido pelos ingleses e rapidamente copiado por todos os estrangeiros, os quais nos dão a conhecer informações valiosas sobre o comércio na cidade.

Para atender a todo esse dinamismo, a cidade em expansão acelera-se com a incorporação de áreas antes consideradas agrícolas, como o Campo de Santana e São Cristóvão, onde as famílias abastadas começaram a construir suas residências e palacetes – muitos dos quais, hoje, abrigam museus ou estabelecimentos comerciais. O mais importante de todos foi o Paço da Quinta da Boa Vista, erguido numa área antes ocupada pelos jesuítas com engenhos de cana-de-açúcar.

A expansão criou uma complexidade de novas funções e um hiato urbano. A ida da Família Real para São Cristóvão modificou o espaço habitacional no Centro: o casario transformou-se em cortiços ou em casas comerciais, que ganharam segundos andares, em que habitavam os comerciantes e suas famílias. As instituições recriadas desde a chegada da Corte também se conservaram no Centro, como a Imprensa Régia, na Rua do Passeio, o Banco do Brasil, na Rua Direita – atual Rua Primeiro de Março –, o Hospital Militar, no Morro do Castelo (demolido em 1922) – onde teve início a Escola de Anatomia, Cirurgia e Médica –, a Real Academia de Guardas da Marinha, no Morro de São Bento, e, em 1811, a Real Academia Militar, onde se instalou a Escola de Fortificação e Engenharia, dando origem ao ensino de Engenharia no Arsenal Real, denominado Casa do Trem, hoje parte do complexo arquitetônico do Museu Histórico Nacional. O Arsenal, nesse período, passa a ter o importante papel de suprir com armamento as tropas reais em combate com Napoleão. Até então, essa era uma função proibida, uma vez que na Colônia não era permitida a fabricação de armas. Essas chegavam em partes – “os trens de artilharia” – e aqui eram fundidas.

A paisagem da região da Lagoa Rodrigo de Freitas causava grande admiração aos estrangeiros que chegavam, e D. João ali decidiu colocar a fábrica de pólvora e o Horto Real, atual Jardim Botânico, que serviu para experimentos agrícolas, com plantas provenientes de vários países, como pimenta e chá, e a ampliação da plantação de café, que ocuparia a subida do Maciço da Tijuca. A recuperação da Floresta da Tijuca, como a conhecemos hoje, ocorre na segunda metade do século XIX.

~ A Sociedade

Não só o equipamento urbano se modificou; o estabelecimento da Corte no Rio de Janeiro trouxe um novo comportamento social e cultural. A população viu-se repentinamente diante de novos desafios e do envolvimento com novos hábitos europeizados, que modernizaram a vida cotidiana. O requinte e o luxo penetraram na cidade para atender as exigências de uma população estreatante em terra tropical.

Com o final da guerra napoleônica, em 1814, começaram a chegar os franceses, ampliando o leque, já bastante grande, de novos hábitos e comportamentos, implantados pelos ingleses e alemães. Um desses hábitos foi o gastronômico, que efetivamente deixou marcas até os dias atuais. A importação de produtos alimentícios já acontecia esporadicamente e em pequenas porções para atender estrangeiros saudosos dos paladares europeus. Em especial para os funcionários da Coroa, chegava azeite, vinagre, aletria, queijos do Alentejo, presunto. Há menções a funcionários que pagavam até 2\$400 réis por uvas e 80 réis por unidade de maçãs pequenas, o que representava uma fortuna para a época.

Não havia, no Brasil, uma uniformidade de consumo alimentício. Dependendo da região e da condição social come-se, até os dias atuais, de maneira distinta. De Norte a Sul, consumia-se a farinha de mandioca, o feijão – cujo caldo servia para umedecer a farinha que, em algumas casas, era misturada à carne –, o peixe seco e alguns legumes cozidos e muito apimentados. A pimenta malagueta amassada com vinagre estava presente nos pratos de todas as classes. Esses ingredientes eram misturados e amassados com os dedos, os quais os levavam à boca. A farinha de mandioca estava presente tanto nas mesas dos ricos e dos comerciantes como na alimentação dos escravos. Até hoje é bastante comum nas refeições esse hábito indígena de comer com farinha de mandioca. De influência africana, o angu feito com farinha de milho, puro ou com miúdos de porco, era preparado pelas negras escravas e vendido nas ruas, e até os dias atuais é popular em muitas cidades.

O queijo, antes consumido somente em Minas Gerais e no Nordeste, difundiu-se, e aos de fabricação local juntaram-se os holandeses e ingleses. As frutas brasileiras, segundo relato de viajantes, associavam sabores, formas e coloridos exóticos, nem sempre apreciados por todos. A banana era apresentada como alimento das classes mais simples; a jabuticaba, elogiada pelo seu sabor, semelhante ao da uva, era usada para fazer licor; a goiaba se fazia em conserva; e o tamarindo era utilizado como recheio de sobremesas. Já a laranja era consumida com a comida para cortar a gordura e o ardor da pimenta ou ainda na sobremesa. O arroz-doce coberto com canela era uma das comidas preferidas das classes mais ricas. Por outro lado, a alimentação dos escravos reduzia-se a dois punhados de farinha seca, umedecidos com suco de laranja ou banana.

O estabelecimento da Corte e a possibilidade de um comércio exterior sem restrições tornaram mais fácil a vinda de produtos pouco conhecidos e ampliaram o consumo pela população local. As importações de novos itens, como manteiga – praticamente desconhecida –, aguardente de anis, atum, ave-lãs, azeitonas, batatas inglesas, chás, farinha de trigo, lingüiça, salame, salsicha, talharim, passas, vinhos moscatel e tinto¹² e muitos outros, ao longo dos anos, foram apreciadas. Entre as novidades estava o uso dos vegetais cozidos ou crus em saladas, o que provocava risos.

Com a chegada dos franceses, introduziram-se as padarias, onde o pão, até então feito com farinha de mandioca, passou a ser preparado com farinha de trigo e ficou conhecido pelo nome de “bis”. O trigo, inicialmente importado, passou a ser cultivado nas províncias do Sul, devido às temperaturas mais amenas. Além dos franceses, os espanhóis e italianos também se dedicaram à confecção de pães, sendo que esses últimos também foram os responsáveis pela introdução das massas e dos sorvetes no país.

Paralelamente à introdução dos alimentos, requintou-se a mesa. A louça de Macau, da Companhia das Índias, substituiu as de flandres e barro; também se

¹² SILVA, Beatriz Nizza da Silva (coord.). *O Império Luso-Brasileiro – 1750-1822*. Vol. III. Lisboa: Estampa, 1986, p. 515. Coleção sob a direção de Joel Serrão e H. Oliveira Marques.

difundiram os copos e as garrafas de cristal, bem como os talheres, antes raramente usados pela elite local, e as toalhas de damasco ou de linho.

Às festas religiosas, que constituíam o grande acontecimento social, agregaram-se os saraus privados, as festas oficiais, a cerimônia do – (beija-mão) e, após a inauguração do Teatro São João, as apresentações de óperas, orquestras e peças, que muitas vezes iniciavam ou terminavam com vivas e hinos cantados por todos em homenagem a datas ou feitos cívicos. Como exemplos podem-se citar as manifestações por ocasião da data natalícia de D. João, em 13 de maio, ou a comemoração de vitórias, como o final da Revolta de Pernambuco em 1817. A existência de teatros particulares na cidade faz perceber o gosto por esse tipo de diversão. Mesmo com ingressos caros, havia procura e eram vendidos com antecedência.

Com a nova vida efervescente, as mulheres, que raramente freqüentavam as festas, passaram a fazê-lo. Junto com os homens, apresentavam-se com novos costumes importados ou confeccionados por alfaiates ingleses ou costureiras francesas. Vestidos que, muitas vezes, eram bordados em fios de ouro e prata, especialmente para o teatro e para a cerimônia do beija-mão. As senhoras também chamavam a atenção pela quantidade e qualidade das jóias. Os penteados eram feitos por cabeleireiros franceses e ingleses. O mundo elegante feminino comprava-se na Rua do Ouvidor, e o masculino, na Rua Direita.

Muitos senhores passaram a vestir seus escravos de maneira mais elegante, em especial os de casa e os de companhia. Os escravos forros copiavam a moda, usando indumentária pesada para o clima local. Em casa, tanto os patrões como os escravos vestiam-se de maneira semelhante, com roupas de algodão largas, e as mulheres, com batas decotadas, que chamavam a atenção dos estrangeiros.

Em 1821, a Corte regressou a Portugal. Se, ao chegar ao Rio de Janeiro, D. João VI desembarcou numa provinciana cidade colonial, ao partir, deixou um Brasil bem diferente daquele encontrado, como definiu Oliveira Lima:

“D. João veio criar e realmente fundou na América um Império, pois merece bem assim ser classificado o de ter dado foros de nacionalidade a uma imensa Colônia amorfa, para que o filho, porém, lhe desfrutasse a obra. Ele próprio regressara menos rei do que chegara, porquanto sua autoridade era agora contrariada em pejo. Deixara, contudo, o Brasil maior do que o encontrara.”¹³

A mesma cidade que viu com deslumbramento a chegada da Corte presenciou, treze anos depois, a sua partida. Não viveu nos anos seguintes o mesmo esplendor, mas tampouco voltaria a ser a capital colonial de antes. O continuísmo do processo metropolitano transformara de maneira indelével o comportamento e o espírito dos seus habitantes, que já não se entendiam como colonos, senão como iguais aos da metrópole portuguesa ou como brasileiros independentes do jugo de Portugal.

A cidade do Rio de Janeiro personificou a importância da transformação que ocorreu no país nos anos seguintes, com a permanência do Príncipe D. Pedro e o processo de independência. Essa cidade, em 2008, celebra a efeméride relendo o episódio histórico com um novo olhar sobre seus personagens e, em especial, D. João VI. Fazemos nossas as palavras do Marquês de Caravelas, que, em 1826, lembrou, no Senado, a data do falecimento de D. João VI:

“Nós todos que aqui estamos temos muitas razões para nos lembrarmos da memória do Sr. D. João VI, todos lhe devemos ser gratos pelos benefícios que nos fez: elevou o Brasil a Reino, procurou por todos seu bem, tratou-nos sempre com muito carinho e todos os brasileiros lhe são obrigados.”

Muitos cariocas que transitam pelo Centro do Rio de Janeiro não se dão conta de como a cidade, ainda hoje, preserva a memória viva do período. Ruas estreitas e sinuosas, igrejas, monumentos e chafarizes, instituições administrativas, militares e culturais seguem no mesmo lugar, contribuindo para que a cidade seja o cartão-postal do Brasil.

¹³ LIMA, Oliveira. *Dom João VI no Brasil*. Rio de Janeiro, Topbooks Editora, 1996, p. 16.

1808 – Marco de um novo tempo para o Brasil

MARIA DE LOURDES VIANA LYRA

Historiadora,
Sócia Titular
do Instituto
Histórico e
Geográfico
Brasileiro –
IHGB. É autora
de *A Utopia do
Poderoso Império.
Portugal e Brasil:
bastidores da política e
O Império em
Construção: Primeiro
Reinado e Regências*
entre outros
trabalhos.

O alvorecer do século XIX no Brasil é considerado o tempo de um “novo descobrimento” das terras lusas da América, pela abertura de suas fronteiras ao mundo e pelo conseqüente despertar de novos olhares sobre as suas potencialidades, a partir da chegada da Corte portuguesa ao Novo Mundo lusitano e da sua instalação na cidade do Rio de Janeiro¹. Acontecimento histórico de importância extraordinária, pela inversão ocorrida nos papéis tradicionalmente representados pela metrópole europeia e o mundo colonial americano, a transferência da Corte para o Brasil, em 1808, provocou transformações significativas nas relações político-econômicas e socioculturais até então estabelecidas, alterando completamente a estrutura do sistema de dominação colonial vigente.

¹ Sérgio Buarque de HOLANDA, em precioso estudo, “A herança colonial – sua desagregação”, analisa esse tempo como o “novo descobrimento do Brasil”. Cf. *História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II – O Brasil Monárquico. I.º Volume*, São Paulo: DIFEL, 1970, p. 9-39.

No Rio de Janeiro se instalaram o príncipe regente e sua real família, além de todas as instâncias administrativas do governo e do corpo diplomático, convertendo-se essa cidade na nova sede da Corte monárquica portuguesa, o que abolia por completo os laços de submissão do Brasil a Portugal, a antiga metrópole. Ao mesmo tempo, a imediata decretação de abertura de todos os portos do Brasil ao comércio exterior, nos primeiros dias de estada de D. João na Bahia, significava o fim do exclusivismo comercial. E esses dois acontecimentos resultavam, sem dúvida, no rompimento do estatuto colonial. A partir de então, o Brasil passava da condição de colônia à de sede do Reino português, centralizando no Rio de Janeiro todos os órgãos administrativos da metrópole. Portanto, lançar o olhar sobre o contexto desse novo tempo abre um leque de questões pertinentes a serem abordadas, sobretudo em relação aos fundamentos do modelo de Estado que começava então a ser constituído no Brasil.²

Com a chegada da Corte, foram instituídos no Rio de Janeiro a Impressão Régia, o Banco do Brasil, a Real Academia Militar e de Guarda-Marinha, a Real Biblioteca, o Jardim Botânico, o Museu Real e o Observatório Astronômico. As Escolas Médico-Cirúrgicas, no Rio de Janeiro e em Salvador. E o Curso de Estudos Matemáticos, no Recife. Tratava-se de iniciativas necessárias à instalação e ao pleno funcionamento da Corte, o que evidencia a intenção do governo de realmente se estabelecer no Brasil. Também data dessa época a chegada ao Rio de Janeiro da Missão Artística Francesa, em 1816, e a da Missão Científica Austríaca, em 1817.

Eram estrangeiros que aqui chegavam ávidos por conhecer a nova terra, que permanecera interdita ao restante da Europa desde a época dos descobrimentos, submetida ao forte esquema de proteção mantido pelos portugueses. Além de artistas especializados e estudiosos renomados, envolvidos em projetos artísticos e de exploração científica, chegaram os homens de negócios, os

² O aprofundamento da análise dessas questões encontra-se em estudos elaborados anteriormente. Cf. Maria de Lourdes Viana LYRA. *A Utopia do Poderoso Império. Portugal e Brasil: Bastidores da Política*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994; e *O Império em Construção: Primeiro Reinado e Regências*. São Paulo: Atual, 2000 (*Discutindo a História do Brasil*).

mercadores e os artífices de todas as nacionalidades, que aqui buscavam se envolver no comércio, na produção agrícola e na exploração mineradora. As principais cidades portuárias cresceram em tamanho e população, sobretudo a sede da Corte, o Rio de Janeiro, que ampliou consideravelmente o seu perímetro urbano. Novas lojas comerciais foram abertas e os hábitos do cotidiano se modificaram. Esses eram sinais de um tempo que começava e o Brasil se mostrava ao mundo de forma estonteante, através do olhar estrangeiro daqueles que aqui chegavam e se deslumbravam com a natureza exuberante da terra nova e com as promessas de um futuro grandioso que era assegurado ao *Império do Novo Mundo*³.

É com a atenção centrada nesse tempo e nas questões postas em relação a esta conjuntura específica que a análise sobre o sentido do *Império do Novo Mundo* se impõe, sobretudo no contexto das comemorações pelo bicentenário desse evento extraordinário. Direcionamos a reflexão sobre o processo de formação do Estado imperial brasileiro como corpo político autônomo, a partir de 1822, e sob a perspectiva do pensamento embaixador da ação política dos agentes públicos em prol da estruturação de um “poderoso império atlântico” sediado no Brasil, como meio de fortalecimento da forma de governo monárquico na Europa. Essa é uma vertente de análise que amplia o campo de observação e instiga novos questionamentos. Principalmente quando se entende que a transferência da sede da Corte lusa para o Brasil, a sua instalação no Rio de Janeiro e a abertura dos portos do Brasil ao comércio exterior, em 1808, foram fatores determinantes para a abolição do esta-

³ Entre inúmeros textos de contemporâneos e de viajantes estrangeiros que traduzem o clima de ebulição desse novo tempo destacamos: Luís Gonçalves dos SANTOS (Pe. Perereca), *Memórias para Servir à História do Reino do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: EDUSP, 1981; John LUCCOCK. *Notas sobre o Rio de Janeiro e Partes Meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: EDUSP, 1975; José da Silva LISBOA. *História dos Principais Sucessos Políticos do Império do Brasil*. Rio de Janeiro. Typ. Impr. Nac., 1828; SPIX e MARTIUS. *Viagem pelo Brasil. 1817–1820*. 3 Volumes. Melhoramentos – IHGB – MEC, 1976; J.B. DEBRET. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. 2 Volumes. São Paulo: Martins, EDUSP, 1972; Maria GRAHAM. *Diário de Uma Viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: EDUSP, 1990. Sobre o período joanino, ver a obra clássica de Oliveira LIMA. *D. João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996

tuto colonial e o fim da subordinação à metrópole portuguesa, anteriormente sediada em Lisboa.

A institucionalização do *Reino Unido de Portugal e Brasil*, através de uma “Carta de Lei”, de 16 de dezembro de 1815, que elevou o Brasil à condição de Reino, não deixava mais nenhuma dúvida: a antiga colônia Brasil efetivamente passava a ser, de fato e de direito, um Reino Unido a Portugal⁴. Iniciativa essa extremamente importante, por evidenciar a efetiva transplantação da forma monárquica de governo da Europa para as terras da América e explicitar as objetivas intenções imperiais do governo português, de instituir e fortalecer o *Império do Novo Mundo*. A medida também ressaltava a exceção que o novo Reino do Brasil passava a representar entre as recém-instaladas repúblicas americanas, ou seja, caracterizar-se pela adoção de um posicionamento contra-revolucionário e conservador, em estreita sintonia com as tradicionais monarquias européias e em total desarmonia com as recém-independentes repúblicas da América.

Esse é um ângulo de análise ainda pouco enfocado pela historiografia referente, mas extremamente necessário à compreensão dos fundamentos ideológicos e da prática política empreendida no processo histórico de construção do Estado imperial brasileiro, um Estado fundado sob a promessa de um “grande e poderoso Império do Novo Mundo”. É nesse contexto que se impõe o aprofundamento da reflexão sobre a retomada do antigo ideal português de “grandeza imperial” e sobre o projeto da criação de um “poderoso império atlântico”, a partir da implantação da Monarquia no Novo Mundo. Esse pro-

⁴ Ainda persiste na historiografia a referência à “*Vinda da Família Real*” – expressão inadequada, por camuflar o real sentido da transferência da sede de poder monárquico para Brasil e do projeto político de realização do poderoso Império do Novo Mundo, que vai além do viés de análise que continua a considerar o Brasil na condição de colônia até o *Sete de setembro de 1822*, quando D. Pedro bradou o grito de *Independência ou Morte* nas margens do riacho Ipiranga. Sobre o tema da data da Independência ver: Maria de Lourdes Viana LYRA. *Memória da Independência: marcos e representações simbólicas*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Contexto, vol. 15, n.º 29, 1995; e sobre o modelo adotado de Reino Unido: A transferência da Corte, o Reino Unido luso-brasileiro e a ruptura de 1822. *RIHGB*, n.º 436, jul./set. 2007.

jeto era baseado na unidade luso-brasílica e estruturado nos pressupostos do *reformismo ilustrado* – vertente de pensamento dominante em Portugal, caracterizado pelo posicionamento contra-revolucionário e pelo empenho na política reformista para ampliar as bases de sustentação do poder real estabelecido⁵.

Seguindo essa trilha de análise, percebe-se que, interligada à questão da retomada do ideal português de edificação de um “grandioso e poderoso império”, havia a imagem referencial de “fatura paradisíaca do Novo Mundo”, existente desde a época dos descobrimentos e acrescida pelos “mitos de conquista”, à qual se recorria para exprimir o sentido de mudança na estruturação do império colonial que se reformulava. Inspirado por essa imagem, surgia o desejo de renovação da monarquia portuguesa, que se sentia revigorada pelas perspectivas abertas com o domínio direto e absoluto das imensas riquezas das terras do Brasil. É essa expectativa de futuro promissor que aparece com nitidez no discurso da *Ilustração*. E foi nessa expectativa de grandeza imperial que se baseou todo o esquema teórico das novas relações a partir de então estabelecidas.

A conjuntura de crise enfrentada por Portugal no início dos oitocentos era tão grave quanto a que atravessara no século XVII, quando teve que enfrentar a Espanha para restaurar a Coroa e a autonomia do Reino. Naquele momento, o mais ilustre conselheiro de D. João IV, o Padre Antônio Vieira, lançara mão da crença mistificadora de origem bíblica – já fecundada em Portugal pelo *sebastianismo* – para formular a predição do *Quinto Império do Mundo Esperança de Portugal*, sob a égide de Deus e do Reino luso, com o propósito de instigar os patrícios à guerra da Restauração⁶. Mas o acento religioso não anulava uma perspectiva bem mais ampla e profana, na qual as potencialidades da colônia Brasil já representavam papel fundamental no processo de restauração do Estado luso e de reestruturação da monarquia portuguesa. Tanto que o Padre Vieira

⁵ Sobre o ideal português de grandeza imperial ver análise desenvolvida em: Maria de Lourdes Viana LYRA. *A Utopia do Poderoso Império*. Op. cit., cap. 3, p. 107.

⁶ Cf. Padre Antônio Vieira. *História do Futuro. Livro Anteprimeiro. Prolgônomo a toda história do futuro, em que se declara o fim & se povoam os fundamentos della*. Lisboa: Of. Pedroso Galram, 1718.

aconselhou a transferência do rei para suas terras da América, que já despontavam como expoentes na produção açucareira e demonstravam enormes perspectivas na exploração de futuras jazidas de minérios.

A utopia do *Quinto Império* exerceu enorme fascínio sobre os lusitanos, influenciando decisivamente na mentalidade regeneradora da nação portuguesa e, também, na aspiração de grandeza do Brasil, com base nas suas decantadas potencialidades. Assim é que, no século seguinte, quando o ouro do Brasil começou a encantar o mundo, essa utopia lusa atravessou o oceano e imbricou-se aos “mitos de conquista” da América. Ou seja, incorporou-se à visão paradisíaca do Novo Mundo, vista à luz das Sagradas Escrituras e encarada como realidade possível, passando ambas a formar uma só imagem – a de núcleo gerador do mundo e de riquezas terrenas⁷.

O peso dessa imagem paradisíaca de grandeza imperial, a partir do Novo Mundo, aumentou consideravelmente com a instalação do governo monárquico no Rio de Janeiro, passando o Brasil a ser encarado como berço natural de “um poderoso e brilhante império” a ser ali edificado. Inúmeras foram as demonstrações de euforia expressadas por parte considerável de homens públicos engajados no processo em curso, face à perspectiva de que estariam sendo lançados naquele momento os “fundamentos do mais extenso, ligado, bem defendido e poderoso império que é possível existir na superfície do globo, no atual estado das nações que o povoam”⁸. Tanta confiança provinha do conhecimento sobre a existência de “caudalosos rios, vastas campinas, pedras em abundância, minas riquíssimas de toda qualidade de metais; uma situação que se pode comparar com a descrição do Paraíso Terreal”, como escreveu o jornalista Hipólito José da Costa, ao propor a mudança da sede do novo império luso-brasílico para o centro do território, no local onde posteriormente Brasília seria construída⁹.

⁷ *Idem, Ibidem*. Sobre os mitos de conquista, consultar a análise magistral de Sérgio Buarque de HOLANDA. *Visão do Paraíso*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969. *Brasiliana*, vol. 333.

⁸ Cf. *Correio Brasiliense*, março de 1813. Vol. X, p. 374-75.

⁹ *Idem. Ibidem*.

Na conjuntura seguinte, já no tempo do Brasil independente e no contexto da discussão constitucional, a utopia do “poderoso império” continuou presente, afiançando aos agentes políticos que a “obra começada” com a chegada da Corte, em 1808, sem dúvida prenunciava a realização do “Quinto Império do Mundo, preconizado pelo imortal Vieira, a pátria salva dos horrores da anarquia, constituindo governo pelo qual sejam tutelados os direitos do cidadão brasileiro”¹⁰. Essa era a convicção de D. Marcos Antônio de Sousa, deputado pela Bahia nas Cortes de Lisboa, ao mesmo tempo que demonstrava a preocupação quanto à forma de adoção dos princípios revolucionários. Todo o cuidado deveria ser tomado pelos agentes da política nacional no encaminhamento da estruturação do Estado monárquico, garantidor da grandeza imperial e ao mesmo tempo calcado nos princípios liberais.

Cabe ainda anotar que, para a afirmação do ideal de grandeza do Estado imperial, contribuiu não apenas a visão paradisíaca do Novo Mundo, nem somente o empenho da *política ilustrada* em prol do projeto de realização de um “poderoso império” luso-brasílico sediado no Novo Mundo. Também o interesse de potências estrangeiras, como a Inglaterra e a Áustria, concorreu, por razões diversas, para que essa utopia crescesse, criasse raízes e permanecesse como a idealização maior da política imperial, marcando com força o pensamento dominante no Brasil independente.

À Inglaterra interessava particularmente assegurar a continuidade do comércio com a providencial aliada. Os ingleses consideravam a costa brasileira, sobretudo a extensão que vai do “Cabo de São Roque ao Cabo Frio, a mais decisiva posição geográfica do mundo”, e a sua plena utilização significaria o completo domínio da navegação, com “o império da América do Sul e a Grã-Bretanha [...] ligados eternamente” e transformados em “duas potências com comércio exclusivo”. Certo do seu poder de persuasão para definir os novos rumos, ante a preeminência assumida nos negócios portugueses, o governo

¹⁰ Cf. *Cópia de uma carta que de Londres escreveu para França o mesmo D. Marcos Antônio de Sousa...*, transcrita em Mello MORAES. *História do Brasil Reino e Brasil Império*. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: EDUSP, 1982.

inglês pressionou com firmeza a transferência da sede da Corte lusa para as terras da América, argumentando ser o Brasil o “seu reduto inexpugnável contra a tirania da Europa” e chegando a aconselhar ao monarca português que, ao chegar ao Brasil, deveria imediatamente mandar edificar no centro do território uma “nova Lisboa”, interligada por estradas, a serem devidamente abertas, “a Caiena, ao Pará, a Olinda, ao Rio de Janeiro, a Calhau, a Lima e a Santiago”, para que fosse possível realmente “Portugal se tornar uma potência”¹¹.

À Áustria, líder da Santa Aliança – associação expoente do pensamento contra-revolucionário na Europa –, interessava o sucesso da empreitada de um império unificador do Velho e do Novo Mundo pela perspectiva do providencial fortalecimento do sistema monárquico absolutista, que se encontrava profundamente abalado face às mudanças decorrentes das revoluções Americana (1776) e Francesa (1789). Os *ilustrados* da Santa Aliança, ferrenhos defensores da monarquia absolutista, se sentiam profundamente ameaçados pela propagação do ideal da liberdade e igualdade dos povos, princípios por eles considerados “abomináveis”. Daí o empenho da Áustria no estreitamento das relações com a Casa de Bragança, pela oportunidade de participar ativamente no esforço de implantação e enraizamento do sistema de poder monárquico tradicional no Novo Mundo¹².

Ao Reino Unido luso-brasileiro, a efetivação de uma aliança dinástica sólida com os Habsburgo poderia significar a conquista de um forte aliado no empreendimento em execução. Além de que, o apoio austríaco poderia contrabalançar o peso da tutela inglesa, que se tornava com o passar dos anos cada vez mais incômoda. É nesse contexto que o casamento do príncipe herdeiro D. Pedro com a arquiduquesa austríaca Leopoldina assume dimensão particular. Considerada “um pacto vantajosíssimo entre a Europa e o Novo Mundo”, essa união representava o entrelaçamento dos grandes interesses das partes envolvi-

¹¹ Cf. *Discurso do ministro inglês William Pitt. In: Tobias Monteiro. História do Império: a Elaboração da Independência*. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: EDUSP, 1981. Tomo I, p. 61 e segts.

¹² Cf. Ezekiel Stanley RAMIREZ. *As Relações entre a Áustria e o Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968. *Brasiliana*, vol. 337.

das. Exímia articuladora da política em prol do fortalecimento da monarquia no Brasil, antes e depois de 1822, e da realização do “poderoso império atlântico” – entendido como condição básica à “extinção do sistema democrático” na América –, a Imperatriz Leopoldina atuou em harmonia com o pensamento dominante e a ação dos principais articuladores do Estado independente¹³.

Firme defensora dos princípios da *Ilustração*, a partir do início da discussão sobre o modelo de monarquia constitucional D. Leopoldina percebeu a força da mudança e, aliada aos agentes mais expressivos da política imperial – sobretudo ao patriarca José Bonifácio –, se apressou em argumentar em prol de uma liberdade qualificada como “justa e sensata”, em oposição à liberdade “anárquica” e causadora de conturbações populares. Não descuidava, sobretudo, da defesa do princípio da preponderância do Executivo sobre o Legislativo, para que fosse preservada a autoridade real, buscando demarcar com precisão o campo de luta e apontar ser esse o limite da discussão liberal, no Brasil imperial.

Essa é, a meu ver, a questão central a ser anotada e analisada com maior atenção no contexto da estruturação do Estado imperial no Brasil. A discussão sobre a margem de poder a ser atribuído ao governante numa monarquia constitucional, aliada à proposta de coexistência de duas câmaras, defendida pelos grupos majoritários envolvidos no processo de construção do Estado e empenhados na realização do ideal de grandeza imperial, direcionou o debate constitucional e marcou a tendência conservadora do pensamento e da ação política no Brasil do século XIX. Senão vejamos:

¹³ Sobre o tema consultar: Maria de Lourdes Viana LYRA. “Relações diplomáticas e interesses políticos no casamento de D. Leopoldina”. In: *200 Anos, Imperatriz Leopoldina*. Rio de Janeiro: IHGB, 1997. A atuação de D. Leopoldina na cena política ocasionou o movimento de arregimentação de outras mulheres em torno da imperatriz-mulher – através de manifestos políticos –, como demonstração de apoio geral da sociedade à política encetada, o que levaria ao conseqüente fortalecimento do sistema monárquico no Brasil. Sobre essa discussão, ver da mesma autora: “O público e o privado no Brasil imperial”. *História: Fronteiras*. Anais do XX Simpósio da ANPUH. Florianópolis, 1999, p. 283-294; “Presença da mulher na política: manifestações coletivas – séculos XVII ao XIX”. *RIHGB*, a.166, n.428, jul./set. 2005.

~ Os princípios liberais e o debate constitucional

O contexto histórico no qual o debate constitucional se instalou no mundo português – fundamentado na exigência de uma lei suprema instituidora do Estado de direito e delimitadora do poder dos agentes do governo – corresponde justamente ao momento no qual se fortalecia a diretriz do *reformismo ilustrado*, traduzida na oficialização do Reino Unido luso-brasileiro e em prol da efetivação do “poderoso império” que uniria os dois lados do Atlântico. Assim, tanto em Pernambuco como em Lisboa – onde eclodiu, em 1817, um movimento simultâneo de contestação ao absolutismo português e a favor da adoção do sistema constitucional – a reação do governo *Ilustrado* do Rio de Janeiro foi tão enérgica quanto devastadora foi a sua ação em defesa do abafamento das vozes dos “infieis vassalos”, por pregarem a abolição dos “sagrados direitos de El-Rei”.

Os líderes de ambos os movimentos foram julgados por “crime de lesa-majestade” e exemplarmente condenados à pena de morte, para que ninguém mais se atrevesse a falar em revolução nem duvidar da validade do sistema monárquico na sua forma “pura” – como se dizia na época para identificar a forma original de monarquia absolutista, ou seja, aquela que preservava a autoridade absoluta do rei em oposição à nova forma requerida, a de monarquia constitucional, cujo fundamento central era a limitação da autoridade real, que ficava restrita ao exercício do Poder Executivo¹⁴.

O movimento revolucionário de 1817 significava a entrada em cena, no mundo luso-brasileiro, de um novo projeto de organização política, calcado nos sedutores princípios da liberdade do homem e da representação política do cidadão, pressupostos essenciais da doutrina liberal e, portanto, revolucionários. A forte reação do governo, no entanto, não seria suficiente para impedir que focos de reação surgissem logo depois reivindicando modificações

¹⁴ Cf. *Notes Dominicales – Prises Pendant un Voyage en Portugal et au Brésil en 1816, 1817 et 1818* – par L. F. de TOLLENARE. Paris, PUF, 1971. Tomo I. F. Muniz TAVARES. *História da Revolução de Pernambuco de 1817*. Recife: Imprensa Industrial, 1917; G.L. LEITE. *Pernambuco: 1817: Estrutura e Comportamento Social*. Recife: FUNDAJ/Ed. Massangana, 1988.

profundas em relação à composição do Estado e à definição da participação do homem na sociedade.

A eclosão em 1820, na cidade do Porto, de um movimento revolucionário, liderado sobretudo por grupos militares e mercantis descontentes com a situação de penúria em que vivia o velho Reino lusitano, rapidamente se alastraria. E tomaria vulto com a convocação e instalação das *Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa* em Lisboa e a exigência do retorno do rei a Portugal¹⁵.

A convocação de eleições dos deputados às Cortes Constituintes legitimava os representantes de todas as províncias que compunham o Reino Unido luso-brasileiro como cidadãos membros da comunidade nacional luso-brasileira, e não mais vassalos do rei, estimulando a rápida divulgação das revolucionárias idéias de liberdade do homem e de ampliação das bases de participação política da sociedade. A partir de então, a questão da constitucionalidade do poder se sobrepunha às demais e o *constitucionalismo* passou a ser a palavra de ordem, utilizada inclusive como sinônimo de *liberalismo*.

Cabe anotar, no entanto, que os “sucessos constitucionais verificados” ecoariam de forma diferenciada no seio da população do Reino Unido luso-brasileiro. O “feito fantasma do espírito de liberdade” passou a constituir o “grande medo” entre os proprietários de terra e de escravos, principais agentes políticos e fiéis seguidores do *reformismo ilustrado*, portanto defensores das prerrogativas do poder real. Convertidos todos, mas com reservas, ao *constitucionalismo*, os agentes políticos mais expressivos da Corte do Rio de Janeiro passariam a se arremeter na luta contra a generalização do direito de todos os habitantes do Reino Unido à liberdade e à participação política, sob a argumentação da urgente necessidade de criarem meios de prevenção contra a “anarquia” e a “conturbação popular”, consideradas a face “perigosa” da revolução.

¹⁵ Cf. Valentim ALEXANDRE. “O nacionalismo vintista e a questão brasileira”. In: *O Liberalismo na Península Ibérica na Primeira Metade do Século XIX*. Lisboa, Sá Costa Ed., 1982, vol. I, p. 287; Maria de Lourdes Viana LYRA. *A Utopia do Poderoso Império*. Op. cit., p. 167 e segs.

Inicialmente, o interesse geral em resguardar a integridade do Reino Unido luso-brasileiro encaminhou a ação no sentido de facilitar a “passagem da antiga para a nova forma de governo” e evitar “as convulsões que caracterizam as reformas populares”. Essa era uma questão tão importante a ser atentada quanto à perspectiva de perda para o Brasil da condição de Reino, o que implicaria o retorno inaceitável da sua completa submissão ao governo novamente sediado em Lisboa. Uma análise mais apurada tanto da fala quanto da estratégia adotada pelos agentes envolvidos nesse confronto revela o quanto a divergência sobre a redefinição do posicionamento das duas partes do Reino Unido, aliada à marcha do movimento liberal português – que encaminhava a aprovação do princípio de câmara única e de limitação do poder real –, resultou na falência do modelo de Reino Unido e na conseqüente ruptura da unidade luso-brasileira, que conduziria à adoção tardia do modelo de Independência a partir da segunda metade do ano de 1822¹⁶.

No Brasil, a divulgação do ideal de liberdade, igualdade e soberania popular causava enorme preocupação aos grupos de dominação. Estes eram os princípios basilares dos sistemas democráticos e republicanos que ressurgiam na América naquele momento, e que atraíam a simpatia de parte significativa da população urbana. Eram idéias que remetiam ao movimento explosivo e extremamente “perigoso” de 1817, em Pernambuco, e que deveriam, portanto, ser definitivamente afastadas do seio de uma sociedade com quase metade da população constituída de escravos e com uma economia essencialmente baseada no trabalho compulsório.

A tarefa que se impunha, portanto, aos homens públicos condutores era a de promover o convencimento geral sobre a validade da monarquia constitucional, forma de governo apresentada como a mais acertada ao Estado Independente do Brasil, justamente por terem a ventura de poder contar com o apoio e a solidariedade do “magnânimo” Príncipe D. Pedro, que defendia com denodo o Reino do Brasil contra as investidas das Cortes de Lisboa. Cabia também

¹⁶ Cf. Maria de Lourdes Viana Lyra. *A Utopia de Poderoso Império*. Op. cit., p. 191 e segs.

o alerta sobre a necessidade de ater-se a uma “liberdade justa” e, ao mesmo tempo, rejeitar o princípio da limitação do poder real. Nesse sentido, bastante significativo foi o posicionamento de D. Leopoldina, no momento da ruptura. Consciente da sua missão no firme combate à tendência dominante nas Cortes Gerais, em relação à abrangência do ideal de liberdade e sobretudo quanto à limitação do poder real, a princesa escreveu ao pai, para pedir o seu imprescindível apoio à causa do Brasil:

“Depois de todas as notícias seguras da traidora mãe-pátria européia, nada se resolveu, senão ficar S.M. o rei em prisão dissimulada por ordem das Cortes. A nossa viagem para a Europa torna-se impossível porque excitaria o nobre espírito do povo brasileiro; e seria o mais grosseiro erro político se todos os nossos esforços não tendessem a garantirmos uma justa liberdade, conscientes da força e grandeza deste belo e florescente Império. Ele que nunca se submeterá ao jugo da Europa, poderá, entretanto, com o tempo, ditar leis”¹⁷.

Em posição diversa, o médico e jornalista Cipriano Barata, deputado constituinte e representante da Bahia nas Cortes de Lisboa, aplaudia o avanço da proposta liberal portuguesa, embora já apontasse a existência de “tramóia” e “artifício” contrários aos interesses do Reino do Brasil:

“A Constituição Portuguesa é um esforço de gênio [...], por meio desta vê-se de certo modo [...] o rei déspota ser obrigado a ser bom homem, cidadão pacífico [...], vê-se o governo popular, ou representativo, isto é, republicano, combinado docemente e casado com o monárquico, cujo nome por si só deve espavorir o mundo inteiro [...]; nele vê-se a liberdade conhecida e respeitada, a igualdade praticada, a segurança exercida

¹⁷ Cf. *Carta de D. Leopoldina ao pai, Francisco I*, de 8 de agosto de 1822. Arquivo Nacional. Caixa 4, pacote I, doc. 7a.

[...], vê-se a religião triunfante; a superstição e o fanatismo debaixo dos pés da filosofia; vê-se o veto temporário e nunca o absoluto; a iniciativa das leis pertencendo ao Legislativo; honra e louvor pertencendo a tão sábios instituidores”¹⁸.

Os textos em destaque revelam o quanto era fulcral a discussão sobre o ideal de liberdade e sobre o princípio da limitação do poder real. A aceitação ou não do poder de veto “temporário ou absoluto”, aliada ao debate sobre o princípio e as bases da liberdade a ser usufruída pelos cidadãos membros do Estado liberal, confrontou os grupos, dividiu as opiniões e identificou os posicionamentos divergentes. Todos os meios, inclusive a imprensa, foram então utilizados para maior abrangência na divulgação e no convencimento da proposta defendida.

O *Reverbero Constitucional Fluminense*, redigido por “dois brasileiros amigos da nação e da pátria” – anônimos, mas que todos sabiam tratar-se de Gonçalves Ledo e Cunha Barbosa, articuladores dinâmicos – que se propunham a “instruir o povo no caminho da verdade”, com o objetivo de transformar os indivíduos em “cidadãos úteis e ordeiros”, aplaudiu o endosso à proposta de governo monárquico constitucional, sob o comando de D. Pedro, pelos benefícios advindos com a segurança de manutenção da ordem e os bens surgidos com a justa liberdade: “Adotando o príncipe, adotou o Brasil o partido mais seguro; vai gozar dos bens da liberdade sem as comoções da democracia e sem as violências da arbitrariedade”.¹⁹

Logo após a aclamação de D. Pedro, como “Defensor Perpétuo e Imperador Constitucional do Brasil”, o periódico *O Regulador Brasileiro*, que apareceu inicialmente com o nome de *Regulador Brasília-Luso*, patrocinado por José Boni-

¹⁸ Cf. *Fala que fez o senhor Deputado Barata ao Congresso de Lisboa*. Seção de Obras Raras da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – Títulos Diversos. Sobre o papel desempenhado por Cipriano Barata no cenário político, consultar Marco Morel. *Cipriano Barata na Sentinela da Liberdade*. Salvador: Academia de Letras da Bahia; Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 2001.

¹⁹ Cf. *Reverbero Constitucional Fluminense*, de 25 de abril de 1822.

fácio e redigido pelo Frei Francisco Sampaio, capelão-mor e pregador da capela real, um dos reformistas ilustrados mais destacados da Corte do Rio de Janeiro, publicava:

“Como poderá haver idéias democráticas em uma nação que não tem motivos para arrancar o cetro das mãos daquele que é tão digno, que sempre será digno de o empunhar? Os brasileiros não são monstros, são incapazes de se mostrarem ingratos, e demais conhecem que uma democracia não poderia concorrer mais para sua felicidade do que seu novo Império Constitucional, tendo eles a glória de possuir um gênio tão sublime, tão filantrópico, tão liberal como o novo Imperador”²⁰.

Crítico em relação aos “males da filosofia do século XVIII”, por originar “demagogos” e “revolucionários que iludem os povos”, o redator, dizendo-se convencido de que o “povo não tem uma perfeita idéia dos verdadeiros princípios constitucionais”, anunciava que passaria a publicar regularmente a tradução dos escritos do publicista franco-suíço Benjamim Constant sobre as bases do sistema constitucional. Enquanto isso, o Barão Wenzel von Mareschall, representante diplomático da Áustria no Brasil, escrevia ao seu chefe hierárquico, o Príncipe Metternich, transmitindo o empenho do governo do Brasil para que fosse elaborada uma Constituição baseada no princípio bicameral e no poder de veto do soberano, e não unicameral e sem poder de veto, conforme o modelo que estava sendo adotado em Lisboa:

“A questão das duas câmaras e do veto absoluto deverá ser vista como já decidida no juramento prestado na coroação, porque sem a preservação destes princípios a Constituição não poderá ser vista como boa; que, para evitar da parte da Assembléia toda pretensão de soberania, o governo está decidido a que sejam discutidas com os ministros e conselheiros da Coroa as bases do

²⁰ Cf. *O Regulador Brasileiro*, de 16 de outubro de 1822.

novo pacto, ou da Constituição, a qual será submetida à ratificação do soberano e da nação, pelo órgão das câmaras, sobre as quais o governo exerce uma grande influência”²¹.

É oportuno anotar que o relatório diplomático antecipadamente assegurava que no Brasil seria institucionalizado o princípio de “duas câmaras e do veto absoluto”, o que significava a garantia da preservação do poder real e da preponderância do Executivo sobre os demais poderes. A partir de então, o empenho dos grupos de dominação no Brasil se concentraria na defesa da aprovação do poder de “veto absoluto” ao soberano, sendo tal empenho traduzido na luta pela adoção do princípio de uma “liberdade justa e sensata”, regulada por uma Constituição não “demagógica” nem “anárquica”, como a que estava sendo elaborada em Lisboa, conforme alertaria em seguida o próprio Imperador, D. Pedro I, por ocasião da abertura dos trabalhos constituintes²². Antes da instalação da Assembléia Constituinte, a imperatriz escreveria novamente ao pai, para assegurar que a constitucionalidade da Monarquia pouco alteraria o âmbito das prerrogativas da autoridade real:

“A Assembléia é formada de duas câmaras, o imperador dispõe do veto absoluto, cabe-lhe a escolha do conselho privado e dos ministros, sem que deva existir a mínima oposição ou intromissão [...]. O imperador possuirá todos os atributos que fortalecem o bom sucesso do seu poder; assim, é o chefe principal do Poder Executivo e da máquina política”²³.

²¹ Cf. Ofício de 21 de dezembro de 1822. “A correspondência do Barão Wenzel de Mareschall”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1916, tomo 80, p. 14.

²² Cf. Fala de abertura dos trabalhos da Assembléia Constituinte. 3 de maio de 1823. *Diário da Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil*. 1823. Edição Fac-Similar. Brasília. Senado Federal. Obra Comemorativa de Sesquicentenário da Instituição Parlamentar, 1973. Vol. I, p. 18

²³ Cf. *Carta de D. Leopoldina ao pai*, de 6 de abril de 1823

~ A constitucionalização do Estado imperial

Convocada desde junho do ano anterior, a Assembléia Constituinte do Brasil seria oficialmente aberta em 3 de maio de 1823, data em que se comemorava o descobrimento do Brasil e cuja escolha demonstra a força simbólica que se desejava imprimir ao Estado imperial nascente. Ou seja, revela a clara intenção dos articuladores políticos em interligar os dois momentos fundadores do Brasil: o da sua descoberta e o da fundação do Estado imperial moderno, que se dava pela via constitucional. Uniam-se, assim, as promessas de grandeza do Novo Mundo luso ao projeto de criação de um novo “vasto e poderoso império” no Brasil.

Era bem clara entre os articuladores políticos a idéia de que o território do Brasil “era mui grande para ser uma República; mui extenso para ser uma Monarquia ordinária como essas que apenas se divisam na Carta da Europa”, cabendo aos constituintes apenas ratificar o que “a natureza (lhe) havia destinado”, convertendo-o no “novo e poderoso império nesta parte da América”. Acoravam-se eles na idéia de predestinação de grandeza do Brasil imperial, realizada a partir da fundação de um “império florescente com grande peso na balança política do mundo” e firmada na convicção de que tal empreendimento dependia da criação de mecanismos constitucionais garantidores da concentração do poder de decisão política nas mãos do monarca.

Isso explica o enorme esforço empreendido em prol da estruturação de um governo forte o suficiente para “centralizar a união e prevenir as desordens que procedem de princípios revolucionários” – como alertou José Bonifácio de Andrada e Silva, o *Patriarca da Independência* –, definindo com precisão as bases da diretriz política a ser adotada. Essa diretriz deveria atender ao princípio do fortalecimento do poder do Estado, através da centralização das suas formas de atuação, para que fosse preservada a unidade do território e do corpo político, condição essencial à realização da grandeza imperial.

Representantes de apenas treze províncias compunham a Assembléia eleita para traçar o perfil constitucional da Monarquia adotada. A província do Rio

de Janeiro elegeu oito deputados; São Paulo, nove; Minas Gerais, vinte; Pernambuco, treze; Bahia, onze; Ceará, oito; Paraíba e Alagoas, cinco cada uma; Santa Catarina e Mato Grosso, um cada uma, atingindo um total de 89 representantes. Muitos deles, no entanto, não chegaram a tomar posse por questão de ordem pessoal ou devido à reprovação de sua escolha pela comissão de verificação instalada no período preparatório da Assembléia.

Esse aspecto, aliado à falta de critérios claros na proporcionalidade entre a população de cada província e o número de deputados eleitos, indica a participação restrita da sociedade na discussão constitucional, sobretudo quando se observa que essa representação foi escolhida em eleições indiretas e segundo critérios duplamente seletivos: apenas os “homens bons”, ou seja, os homens livres e de posses residentes em cada localidade, indicavam os de “maior destaque” entre eles para que estes, por sua vez, escolhessem os “mais notáveis” entre todos.

Desde o início dos debates na Assembléia Constituinte a defesa do princípio da preponderância do Executivo sobre o Legislativo foi firme e objetivada, além de guiada pelo ideal permanente de realização do “poderoso império” e sempre entendida como condição básica à “extinção” do “sistema democrático” na América²⁴. É bastante significativo, portanto, que na *Fala do Trono* – pronunciamento que oficializava a abertura dos trabalhos da Assembléia e determinava quais as questões centrais a serem atentadas e prudentemente debatidas pela Constituinte – o imperador tenha expressado a sua aspiração para que fosse elaborada uma

“Constituição sábia, justa, adequada e executável, ditada pela razão [...], em que os três poderes sejam bem divididos [...] e que sejam de tal modo organizados e harmoniosos [...], uma Constituição que, pondo barreiras inacessíveis ao despotismo, quer real, quer aristocrático, quer democrático, afu-

²⁴ Cf. *Cartas sobre a Revolução do Brasil* de Silvestre Pinheiro FERREIRA. In: *Documentos para a História da Independência*. Rio de Janeiro: Of. Graf. Biblioteca Nacional, 1923; e análise sobre este posicionamento político por parte dos agentes envolvidos, em Maria de Lourdes Viana LYRA. *A Utopia do Poderoso Império*. Op. cit., p. 191 e segs.

gente a anarquia e plante a árvore daquela liberdade a cuja sombra deva crescer a união, tranquilidade e independência deste Império, que será o assombro do mundo novo e velho”²⁵.

Ao mesmo tempo em que tenha alertado:

“Todas as constituições que, à maneira das de 1791 e 1792, têm estabelecido suas bases e se têm querido organizar, a experiência nos tem mostrado que são totalmente teóricas e metafísicas e por isso inexecutáveis; assim o provam a França, Espanha e ultimamente Portugal. Elas não têm feito, como deviam, a felicidade geral; mas sim depois de uma licenciosa liberdade [...] apareceu o despotismo [...], e sofreram todos os horrores da anarquia”²⁶.

A mensagem era bastante clara quanto aos cuidados a serem tomados em relação à maior ou menor liberalização do Estado nascente. Isso porque, enquanto havia consenso quanto à forma de governo adotada – “muito antes de nos elegermos para seus representantes (a nação) já tinha decretado que fosse a Monarquia Constitucional e Representativa” –, o mesmo não acontecia em relação à delicada questão sobre a divisão dos poderes e sobre a maior ou menor força atribuída ao poder real, o que requeria atenção no encaminhamento do processo de estruturação do governo liberal. Essa questão se tornaria o foco dos debates políticos então empreendidos, e a discussão seria desencadeada logo no início dos trabalhos, face à declaração do imperador, ao encerrar a sua *Fala* de abertura, comprometendo-se a defender “a pátria, a nação e a constituinte” desde que ela fosse digna do Brasil e dele próprio:

“Espero que a Constituição que façais mereça a minha imperial aceitação e seja tão sábia, e tão justa, quanto apropriada à localidade e civilização do povo brasileiro”²⁷.

²⁵ Cf. *Diário da Assembléia Geral Constituinte ...*. Sessão de 3 de maio, p. 15.

²⁶ *Idem*, *Ibidem*, p. 16.

²⁷ *Idem*, *Ibidem*.

As palavras do imperador foram entendidas como “ingerência indevida” do Executivo no Legislativo por aqueles que concebiam a autoridade do governante limitada pelo pacto constitucional, os quais reagiram com vigor e exigiram explicações quanto “as condições que (o imperador) quer entrar no pacto social”. Imediatamente, o grupo majoritário, que entendia a Monarquia e o imperador preexistentes à Constituição, levantou-se contra a exigência, considerada interferência descabida:

“Para que tem tanto trabalhado até agora o governo? Para centralizar a união e prevenir as desordens que procedem de princípios revolucionários. O povo do Brasil quer uma Constituição, mas não quer demagogia e anarquia [...]. Vimos os horrores da França; as suas constituições, apenas feitas, logo foram destruídas; e por fim um Bourbon, que os franceses tinham excluído do trono e até execrado, veio trazer-lhe a paz e a concórdia [...]. Protesto à face da Assembléia e à face do povo que não concorrerei para a formação de uma constituição demagógica, mas sim monárquica”²⁸.

Sob a alegação de garantir o necessário equilíbrio de forças entre os poderes – “em todas as constituições os monarcas têm sempre tal ou qual ingerência no Legislativo” – e seguindo à risca o postulado defendido pelo pensador Benjamim Constant, que concebia a Monarquia Constitucional como “uma força coercitiva [...], uma força comum” necessária para maior defesa do Estado e manutenção da ordem social²⁹, o grupo majoritário assumiu posição favorável ao princípio de que o monarca, além de representar o Poder Executivo, deveria ser concebido como a “autoridade vigilante”, a “guarda da Constituição”. O grupo argumentava que a “nação” requeria um “defensor”, um detentor do “poder soberano, que alguns denominam de poder neutro ou moderador, que

²⁸ Cf. *Diário da Assembléia...* Op. cit., Sessão de 6 de maio, p. 28.

²⁹ Cf. *Oeuvres Politiques de Benjamin Constant*. Introduction par Charles Louandre. Paris. Charpentier et Cia., Libraires-Éditeur, 1874. Sobre a influência do pensamento de Benjamim Constant, no Brasil, ver Maria de Lourdes Viana LYRA. *La Révolution Française et la Constitutionnalisation du Brésil. L'Image de la Révolution Française*. Paris: Pergamon Press, 1989, vol. II ; e *A Utopia do Poderoso Império*. Op. cit., p. 169 e segs.

é o baluarte da liberdade pública”, condição necessária para que fosse evitada a transformação de um dos poderes constituídos em “tirano, como o acontecido na França”. Nesse sentido, defenderam:

“Basta refletir que em vão lhe conferiremos o título de rei ou imperador; ele jamais será monarca e Monarquia o governo que presidir, se ao mesmo tempo este supremo magistrado não for munido de autoridade suficiente para contrabalançar as resoluções do Poder Legislativo”³⁰.

Percebe-se o quanto era forte a influência, exercida sobre articuladores políticos, do pensamento de Benjamim Constant, para quem a chave da organização política, numa Monarquia Constitucional, consistia na diferença essencial e necessária entre a “autoridade responsável” do ministério, que constituía o “poder ativo”, e a “autoridade revestida de inviolabilidade” do chefe do Estado – o rei ou o imperador, que representava o “poder neutro” –, que se constituía numa autoridade superior e, ao mesmo tempo, intermediária e mantenedora do necessário equilíbrio. A função precípua dessa figura seria, então, preservar a harmonia entre os poderes políticos, agindo como uma força “reparadora, sem ser hostil”. É oportuno remarcar que, ao argumentar sobre a necessidade de uma subdivisão nos três poderes numa Monarquia Constitucional – “o poder real; o poder executivo; o poder representativo, de duração; o poder representativo, de opinião; o poder judiciário” –, Benjamim Constant indicou o quanto a existência de um “poder neutro”, distinto do Executivo, atribuía ao governo monárquico características liberais, ao mesmo tempo em que preservava a supremacia do poder real e o legitimava na nova ordem que se fortalecia³¹.

A proposta de coexistência de duas câmaras constituiria um outro elemento de definição quanto ao caráter mais avançado ou conservador da proposta liberal. A Monarquia Constitucional adotada na França restaurada, em 1814 – por meio de uma Carta de Lei outorgada pelo próprio rei –, seguira o princí-

³⁰ Cf. *Diário da Assembléia..... Op. cit.*, Sessão de 22 de maio de 1832, p. 99.

³¹ Cf. *Oeuvres Politiques de Benjamim Constant. Op. cit.*, p. 18.

pio de duas câmaras e passara a constituir modelo referencial aos que buscavam uma passagem moderada entre o antigo e o novo regime. Pautada na “política do justo meio” – também apregoada por Benjamim Constant como forma de evitar os extremos da tirania real (o absolutismo) e da tirania popular (a democracia) –, a tendência conservadora da doutrina liberal, que caracterizava o pensamento dominante na Europa nas primeiras décadas do século XIX, encontrou imediata acolhida no Brasil e passou a constituir a bandeira mais alta na luta pela legitimidade do Estado nascente. Através do seu jornal *O Tamoyo*, José Bonifácio de Andrada definiu as balizas mestras do projeto de Estado liberal que estava sendo traçado, defendendo que a prática da liberdade no Brasil implicava a institucionalização de uma “liberdade justa e sensata debaixo das formas titulares da Monarquia Constitucional, o único sistema que poderá conservar unida e sólida esta peça majestosa e inteiriça de arquitetura social desde o Prata até o Amazonas”³².

Por sua vez, o jornalista Cipriano Barata, um dos mais expressivos representantes da vertente avançada do pensamento liberal – que se negara a participar do debate constitucional no Brasil em protesto contra o predomínio da tendência moderada da Assembléia Constituinte, apesar de eleito com o maior número de votos como representante da província da Bahia –, reagindo com veemência contra qualquer tolhimento da liberdade e contra a tendência favorável às prerrogativas do poder real, reivindicava a elaboração de uma

“Constituição feita sobre princípios liberais [...] que não se lembre de duas câmaras nem do veto absoluto; que diminua e corrija os magistrados, fazendo eleger estes pelo povo; que deixe toda liberdade à imprensa, às ciências, às artes; que faça finalmente reluzir um governo em tudo novo, livre e perfeito”³³.

³² Cf. *O Tamoyo*, 2 de setembro de 1823.

³³ Cf. Cipriano Barata. *Análise do Decreto de 1.º de dezembro, sobre a criação da Nova Ordem do Cruzeiro*. Seção de Obras Raras da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

No confronto de idéias e posicionamentos divergentes em relação à organização do Estado imperial, a questão da administração provincial também assumiu grande importância face à interligação com o princípio da centralização do poder político e da unidade do Estado imperial. O grupo minoritário, defensor de propostas liberais mais avançadas e, por isso, apontado como “radicais”, entendia a organização das províncias como áreas autônomas, as quais, unidas por “laços de federação”, formariam a “união imperial”. E defendia que só às províncias deveria caber a elaboração de “suas leis particulares”, a articulação de “seus arranjos em separado”, a organização “dentro delas pelos seus naturais e seus governos privativos”. Em posição oposta, o grupo majoritário, ligado ao governo e identificado com a vertente moderada do pensamento liberal, argumentava que a união do Estado imperial implicava a unidade do corpo político, defendendo a centralização da ação política e a elaboração de leis numa só instância de poder. Para esses políticos o poder central deveria ser o único gestor dos interesses dominantes distribuídos irregularmente pelo imenso território nacional³⁴.

As divergências de interesses e as disputas desses grupos no interior do poder indispueram o imperador com o seu mais forte aliado político, José Bonifácio de Andrada, causando a demissão deste e do seu irmão, Martim Francisco Ribeiro, em julho de 1823. O momento de crise fora agravado pela restauração do absolutismo em Portugal, no mês anterior, quando D. João VI dissolveu as Cortes Legislativas e anulou a Constituição elaborada pelas Cortes Gerais e Constituintes, provocando mudanças significativas entre os liberais no Brasil em relação à discussão sobre as atribuições do Executivo. O exemplo nefasto do rei de Portugal era um alerta ao Brasil, governado por um filho e herdeiro desse rei. Nesse contexto, a comissão encarregada da elaboração do Projeto de Constituição, da qual faziam parte José Bonifácio e seu irmão Antônio Carlos de Andrada, apresentou o texto final para ser posto em discussão no plenário

³⁴ Cf. *Diário da Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil. 1823*. Ed. Fac-similar. Senado Federal. Obra Comemorativa da Instituição Parlamentar, 1973.

da Assembléia Constituinte, sem atender à proposta de concessão do poder de veto ao Executivo.

O imperador não titubeou em agir arbitrariamente, enviando tropas militares para encerrar, à força das armas, os trabalhos da Assembléia Constituinte. Não ter conseguido introduzir as propostas garantidoras das prerrogativas requeridas ao poder real nem tampouco pôde legitimar a condição do imperador do Brasil como herdeiro do trono português – item fundamental à aspiração acalentada de reatamento da unidade luso-brasileira – constituíram razões de peso considerável para o golpe de força contra a Constituinte. Na justificativa apresentada pelo imperador, a restrição ao poder real aparecia como causa determinante da sua ação:

“O gênio do mal inspirou danadas tensões e espíritos inquietos e mal-intencionados, e soprou-lhes nos ânimos o fogo da discórdia [...]. Diversos e continuados ataques ao Poder Executivo e à sua condescendência a bem da mesma harmonia enervaram a força do governo e o foram surdamente minando. Foi crescendo o espírito de desunião. [...] Passou-se avante, e pretenderam restringir em demasia as atribuições que competem pela essência dos governos representativos ao chefe do Poder Executivo”³⁵.

O imperador explicitava o seu repúdio à forma como haviam sido definidas as atribuições do poder real, revelando o conservadorismo do seu pensamento em relação aos princípios do governo representativo, ao direito à liberdade e à participação do homem na sociedade e demonstrando a determinação imperial em fazer valer, no Brasil, as prerrogativas do poder real. Sempre com a intenção firme de manter acesa a possibilidade de reatamento da unidade luso-brasileira. Para tanto, convocou imediatamente uma comissão, formada por ministros e conselheiros do governo e por ele supervisionada, para elaborar uma nova Carta de Leis. Como estratégia política foi decidido que o novo tex-

³⁵ Cf. *Manifesto de Sua Majestade o Imperador aos Brasileiros!* – 16 de novembro de 1823.

to constitucional deveria ser submetido à aprovação das Câmaras Municipais do Império do Brasil. Seria uma forma arrevesada de atender ao princípio de “soberania do povo”, ação necessária para evitar maiores desgastes com a opinião pública, que começava a se firmar através do debate político travado em torno da discussão constitucional e divulgado pelos órgãos de imprensa.

É oportuno atentar para algumas diferenças essenciais existentes entre o texto do Projeto de Constituição, elaborado pela comissão especial e apresentado para ser debatido na Assembléia Constituinte, e o texto final consagrado na Constituição Política do Império do Brasil, de 1824, após ser revisto e alterado pela comissão especial e outorgado pelo imperador. Tomando como base o texto em discussão na Assembléia Constituinte, a comissão reformulou alguns artigos fundamentais à diretriz que se queria imprimir à Constituição do Império. Eram artigos que tratavam da questão mais polêmica da Monarquia Constitucional, isto é, a parcela – maior ou menor – de poder atribuída ao monarca, sendo completamente modificados aqueles que instituíam a divisão dos poderes constitucionais em três instâncias, “Legislativo, Executivo e Judiciário”, que delegavam o poder de legislar à “Assembléia Geral e ao Imperador conjuntamente”, que reconheciam ao imperador apenas o poder exclusivo de “prorrogar e adiar a Assembléia” e o direito de veto temporário³⁶.

A estrutura do poder Legislativo foi redefinida, sendo tal poder delegado “à Assembléia Geral, com a sanção do imperador”, a quem era atribuído o direito de conceder ou negar cada decreto dentro de um mês. Se o imperador não se manifestasse dentro desse prazo, seria como se expressamente negasse. Portanto, as decisões da representação política ficavam submetidas à apreciação real. Isso significava atribuir ao imperador o direito de “veto absoluto”, ou seja, era concedido ao Executivo o poder de vetar as leis criadas e aprovadas pelo Legislativo.

³⁶ Cf. Projeto de Constituição para o Império do Brasil. Diário da Assembléia ... *Op. cit.*, vol. II, p. 669, e *Constituição Política do Império do Brasil – 1824*. In: José Antônio Pimenta Bueno. *Direito Público Brasileiro e a Análise da Constituição do Império*. Brasília: Senado Federal, 1978.

Acrescentou-se ainda um quarto poder, o Moderador, “chave de toda organização política”, que atribuía ao imperador o poder de intervir, sempre que necessário, para dirimir conflitos e assegurar a ordem social. Ou seja, conferia-lhe o direito de agir “dissolvendo a Câmara dos Deputados, nos casos em que exigir a salvação do Estado”. Adotando este quarto poder – concebido como a “autoridade vigilante”, a “guarda da constituição”, o “baluarte da liberdade pública” pelo pensador suíço Benjamim Constant –, a forma monárquica adotada no Brasil se distinguia das demais existentes na Europa pelo caráter altamente concentrador do poder de decisão nas mãos do soberano. Tal princípio foi entendido como essencial ao pleno desempenho das funções do governante real e necessário à efetivação da unidade brasileira e à consolidação do Estado imperial.

Em linhas gerais, essas foram as alterações mais significativas feitas pela comissão nomeada pelo imperador. No entanto, vale anotar que outros artigos foram refeitos, com pouca alteração no texto escrito, mas com expressivas modificações na configuração do Estado e na composição da sociedade brasileira que juridicamente se constituía. Em relação aos artigos que restringiam aos “homens livres” a condição de brasileiros e definiam a participação política destes através da legislação eleitoral, seriam feitas alterações substanciais. As expressões “são brasileiros: todos os homens livres habitantes do Brasil, e nele nascidos” e também “os escravos que obtiverem cartas de alforria” foram substituídas por: “São cidadãos brasileiros: os que tiverem nascido no Brasil, quer sejam ingênuos ou libertos”, como aqueles que constituíam a soma dos nacionais (os membros do Estado brasileiro). Na categoria de *ingênuos* (palavra de origem latina que significa “livre de nascença”) eram incluídos os que gozavam da condição de homem livre (bem de acordo com o sentido dessa palavra, no século XIX), e na de *libertos* eram incluídos os ex-escravos, ou seja, os alforriados. Percebe-se, portanto, a estratégia utilizada para apagar do texto constitucional qualquer referência direta à escravidão e para camuflar a existência de uma sociedade composta de escravos, o que não condizia com os preceitos do liberalismo. Quanto à legislação eleitoral, foram modificados os artigos que

especificavam o critério de avaliação para o voto censitário, ou seja, a exigência da comprovação de bens para se adquirir o direito de votar e tornar-se cidadão. Tratava-se de um mecanismo comumente utilizado pelos Estados modernos constitucionais no século XIX. Era uma forma de classificar a população (os nacionais) que compunha o Estado/Nação, dividindo-a entre cidadãos – os chamados “homens bons”, possuidores de bens e sabedoria e, portanto, com direito à participação política – e povo – a massa de homens livres e pobres excluídos da vida política e identificada como a “raia miúda” ou a “gente miúda do povo”. No novo texto constitucional permaneceu o princípio de eleição indireta, mas foi substituído o tipo de especificação para estabelecer o mínimo exigido para qualificar o cidadão votante. O parâmetro com base em alqueires de mandioca foi substituído pela exigência da comprovação de uma renda mínima anual com base em bens de raiz, traduzidos em determinada quantia de dinheiro, o que restringia ainda mais a representação política da sociedade, já que eram poucos os que possuíam bens ou detinham propriedades.

Ao mesmo tempo, foi suprimida a indicação nominal dos direitos individuais dos nacionais – “I – liberdade pessoal; II – juízo por jurados; III – liberdade religiosa; IV – liberdade de indústria; V – inviolabilidade da propriedade; VI – liberdade de imprensa –, o que demonstra a opção por uma prática restritiva e conservadora, que temia o crescimento das reivindicações sociais, além de tornar conflituoso o debate jurídico sobre os direitos do homem na sociedade que se estruturava. Também foram retirados os artigos que garantiam a todos os brasileiros “escolas primárias em cada termo, ginásios em cada comarca e universidades nos mais apropriados locais”, e os que previam a criação de leis complementares para regulamentar o número e a forma de organização desses “úteis estabelecimentos”. Apenas no final do novo texto constitucional foi vagamente registrado que “a instrução primária é gratuita a todos os cidadãos”, sem qualquer alusão à forma de regulamentação ou à prática da atividade escolar no Brasil.

Igualmente suprimidos foram os artigos que definiam com precisão os limites do Império “uno e indivisível desde a foz do Oyapok até os trinta e quatro

graus e meio ao Sul” e os que proibiam ao imperador e ao “herdeiro do Império suceder em Coroa estrangeira”. Ora, a eliminação da cláusula que impunha ao imperador a renúncia à Coroa estrangeira, ao lado da inexistência da definição dos limites do território do Brasil e da supressão da indicação nominal das províncias que compunham o Estado imperial, abria enorme brecha para uma possível reunificação da Coroa portuguesa, indicando a retomada do projeto de unidade luso-brasileira, uma “verdadeira questão permanente” no entender do Conde de Palmela, um dos mais eminentes políticos da Corte de D. João VI. É importante anotar que a cláusula que dizia ser a Cisplatina unida “por federação” ao Império do Brasil foi igualmente riscada do novo texto, traduzindo a completa rejeição ao modelo de federação.

Os demais artigos permaneceram iguais na forma em que haviam sido apresentados na Assembléia Constituinte. A Assembléia Geral continuava formada de duas Câmaras, uma temporária, a de deputados (eleitos por quatro anos), e outra vitalícia, a de senadores (eleitos em lista tríplice e escolhidos para exercerem o mandato por toda a vida). As províncias seriam governadas por um presidente nomeado pelo imperador e assessorado por um Conselho Geral Consultivo, sem direito a elaborar leis próprias nem eleger representações locais. Isso significava um retrocesso quando comparado com a prática de Juntas de Governo eleitas pela representação local, que vinha sendo adotada desde 1820, quando, a partir da Revolução Liberal do Porto, o sistema anterior de nomeação pelo rei de capitães-gerais para governarem as províncias (assim oficialmente chamadas as antigas capitanias depois de 1815, com a elevação do Brasil a Reino) foi eliminado, sendo substituído pelo de governadores eleitos. Era, portanto, paradoxal o retorno do atrelamento das províncias ao poder central.

Em poucas semanas de trabalho concentrado o novo texto constitucional ficou pronto e logo foi enviado às principais cidades do Império para a devida aprovação pelas suas Câmaras Municipais. O governo imperial, no entanto, não aguardou a resposta de todas. Bastou o pronunciamento favorável das Câmaras Municipais das principais cidades das províncias coligadas – Rio de Ja-

neiro, Minas Gerais e São Paulo — para que fosse prestado, em 25 de março de 1824, o juramento oficial à Constituição do Império do Brasil, pelo imperador e pela imperatriz, seguidos do bispo e do representante do Senado da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. A cerimônia foi realizada com grande pompa seguida de três dias de festejos.

~ O exercício do poder imperial

O texto da Constituição outorgada efetivamente assegurava ao imperador a supremacia do Executivo e da máquina política. Com o apoio de parcela significativa da sociedade — aquela política e economicamente dominante, constituída pelos ricos proprietários de terra e de escravos, ligados à produção dos principais produtos de exportação, ao grande comércio e à burocracia do Estado —, o texto constitucional foi aprovado pela maioria das Câmaras Municipais das cidades do Brasil. Poucas foram as reações à Carta de Leis que lhes era imputada com profundas restrições aos poderes da representação política.

Registram-se apenas duas manifestações contrárias. Uma, amena, expressada pela representação da Câmara da cidade de Itu, na província de São Paulo, que se pronunciou através de uma comissão composta de “cidadãos probos”, entre os quais se destacava o Pe. Antônio Diogo Feijó, que havia sido eleito deputado para representar a província de São Paulo junto às Cortes Constitucionais de Lisboa. Julgando “impraticáveis alguns artigos e outros pouco vantajosos”, a comissão propôs apenas algumas alterações no artigo que atribuía ao Poder Moderador o direito de dissolução da Câmara de Deputados, concordando com o pronto juramento na forma que “V.M.I. julgar necessária por bem da Nação e para a felicidade pública”.

O protesto mais veemente partiu da Câmara de Recife e Olinda, na província de Pernambuco, cuja representação denunciou o ato “ilegal” de dissolução da Assembléia Constituinte e reagiu com firmeza ao caráter “iliberal” do texto constitucional outorgado. O religioso Frei Joaquim do Amor Divino Caneca foi convidado a fazer o pronunciamento sobre “o projeto de Constituição que

o imperador impunha”, na condição de membro do Corpo Literário da cidade. Ex-revolucionário de 1817 e ferrenho defensor do sistema constitucional pleno, Frei Caneca considerou o golpe contra a Assembléia Constituinte “nefasto para a liberdade e a independência do Brasil”, denunciou as alterações danosas feitas no projeto elaborado pela representação eleita e enumerou as razões da negativa da província ao juramento proposto:

“1.º, por ser iliberal, contrário à liberdade, independência e direitos do Brasil, e apresentado por quem não tem poder para dar; 2.º, por envolver o seu juramento perjúrio ao juramento cívico, em que se comprometeu reconhecer e obedecer à Assembléia Brasileira Constituinte e Legislativa”³⁷.

Seguindo na explanação de motivos, o frade remarcou que, no texto proposto:

“Não se determina positiva e exclusivamente o território do Império, como é de razão, e o têm feito sabiamente as constituições mais bem formadas da Europa e América; e com isso se deixa uma fisga para se aspirar à união com Portugal; o que não só trabalham para conseguir os déspotas da Santa Aliança e o rei de Portugal, como o manifestam os periódicos mais apreciáveis da mesma Europa e as negociações do ministro português com o do Rio de Janeiro e correspondência daquele rei com o nosso imperador, com o que S.M. tem dado fortes indícios de estar de acordo [...]. O Poder Moderador de nova invenção maquiavélica é a chave mestra da opressão da nação brasileira e o garrote mais forte da liberdade dos povos. Por ele o imperador pode dissolver a Câmara dos Deputados, que é a representante do povo, ficando sempre no gozo dos seus direitos o Senado, que é o representante dos

³⁷ Cf. *Obras Políticas e Literárias de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*. Colecionadas pelo Comendador Antônio Joaquim de Mello. 2.ª Ed. fac-similar da ed. 1875. Recife: Ed. Univ. da UFPe, 1972, p. 40-47.

apaniguados do imperador. Essa monstruosa desigualdade das duas câmaras, além de opor de frente ao sistema constitucional, que se deve chegar o mais possível à igualdade civil, dá ao imperador, que já tem de sua parte o Senado, o poder de mudar a seu bel-prazer os deputados que ele entender que se opõem aos seus interesses [...]. Como poderei jurar uma Carta Constitucional que não foi dada pela soberania da nação?”³⁸.

Demonstrando pleno conhecimento sobre a limitação que o texto constitucional, “nefasto para a liberdade e a independência do Brasil”, impunha à sociedade, pela excessiva concentração de poder atribuída ao Executivo e pela restrição da atividade parlamentar, Frei Caneca justificou o voto da província contra a Constituição outorgada, chamando a atenção para a perigosa brecha que se abria à retomada da unidade luso-brasileira, claramente presente na supressão dos artigos que definiam os limites do território do Império.

Estabelecia-se o confronto entre aquela província e o governo imperial, traduzido no conflito ferrenho que se estabelecia naquele momento. Logo depois, em julho de 1824, a Junta de Governo que já havia sido eleita para administrar a província, sob a presidência de Manuel Carvalho Paes de Andrade, reagiu à decisão do imperador de nomear pessoa de sua confiança, como determinava a Constituição, para governar Pernambuco.

A representação política local considerou tal ato uma violência contra a autonomia provincial. Invocando a defesa da “pátria”, da “liberdade” e dos “inalienáveis direitos de soberania”, Paes de Andrade proclamou a *Confederação do Equador* e convidou as demais províncias do Brasil a igualmente recusarem obediência ao governo imperial. Mais ligados ao grande comércio e às atividades urbanas, os confederados acusaram o imperador de desvirtuar o princípio do sistema monárquico e de “traidor das aspirações nacionais”, apontando o erro de ter-se adotado no Brasil “um sistema de governo defeituoso em sua origem”. Daí a razão de reivindicarem a adoção de um sistema “análogo às luzes

³⁸ *Idem, Ibidem.*

do século” e idêntico em todo o continente americano, o que indicava a opção pelo governo republicano. As províncias da Paraíba, do Rio Grande do Norte e do Ceará – esta última já revoltada e sob o comando de Tristão de Alencar Araripe – atenderam logo ao chamado, seguidas pelo Piauí e o Pará³⁹.

Alarmado, o governo imperial imediatamente reagiu, acusando o movimento de “desagregador” da unidade nacional. Apoiado pelos grandes senhores de terra e de escravos da província, justamente os defensores da preservação das prerrogativas do poder real em prol da ordem social e partidários locais do governador nomeado Francisco Paes Barreto, o imperador arregimentou forças contra aqueles que ameaçavam a existência do Império. A ação contra-revolucionária foi violenta, e os líderes, condenados à morte sem clemência, sobretudo Frei Caneca, cujo calvário – após o ato público de desfiliação religiosa, foi morto a tiros de fuzil, face a recusa do carrasco em puxar a corda da forca – comoveu a população e ainda hoje é encenado em palco aberto pelas ruas do Recife. O jornalista João Soares Lisboa – redator do periódico *O Correio do Rio de Janeiro*, que se aliara aos confederados de Pernambuco – morreu em combate. O médico e jornalista Cipriano Barata continuou trancafiado na prisão. Assim foi paralisada a ação dos liberais “radicais” e caladas as vozes mais fortes que argumentavam em defesa da ampliação do direito de representação política da sociedade e contra o princípio centralizador do Estado imperial constitucional.

Com a reação implacável do governo imperial à *Confederação do Equador*, o pensamento liberal moderado e conservador foi se consolidando, contribuindo para firmar a posição do imperador e do grupo político que o apoiava. Ao tentar resistir à centralização do poder, os confederados forneceram os melhores argumentos para justificar a sua instauração. O aniquilamento dos confederados de 1824 representou um marco importante na conquista da unidade nacional, tão necessária à existência do Estado imperial brasileiro, uma vez que da união de todas as partes do Brasil e da completa harmonia entre o governo

³⁹ Glacyra L. Leite. *Pernambuco 1824: a Confederação do Equador*. Recife: Massangana, 1989.

central e as províncias dependia o reconhecimento internacional da existência do novo Império do Brasil no concerto das nações.

A partir de então, o processo histórico de estruturação e consolidação do Estado monárquico e imperial seguiu as injunções das conjunturas correspondentes. Cabia aos “construtores do Império” exercerem a política sempre atentos à preservação do arcabouço institucional definido pela Constituição de 1824. O confronto entre grupos políticos diversos em torno dos limites do pensamento liberal e dos interesses locais agitou o cenário do Primeiro Reinado, sobretudo a partir de 1826, quando finalmente a Assembléia Geral foi convocada e iniciou seus trabalhos sob clima de tensão entre grande parte da representação política e o imperador. O antagonismo crescente entre os poderes constitucionais e as desconfianças da população em relação ao imperador, com a entrada em cena da questão sucessória da Coroa portuguesa, ocasionada pela morte de D. João VI, culminaram na abdicação de D. Pedro I, em 1831. Esse foi um momento grave de inflexão, mas não de ruptura, na execução da política desenvolvida em prol da consolidação das estruturas do Estado imperial.

No tempo das Regências, o debate constitucional foi retomado, e voltou à cena o esforço de ampliação das bases da representação política. O grupo que empunhou a bandeira da reforma constitucional lutava contra a excessiva centralização do poder político, administrativo e fiscal que estava em plena execução. Oriundos das camadas urbanas, como haviam sido os liberais “radicais” da década anterior, seus membros passaram a ser identificados como liberais “exaltados” e, igualmente, combatidos pelos liberais moderados no poder. O acirramento da luta política ocasionou levantes, revoltas, rebeliões, insurreições que eclodiram por toda parte do Império, contra a limitação da liberdade e sobretudo contra as restrições impostas às municipalidades e às províncias, sem, no entanto, ocasionar a diminuição do peso político dos liberais moderados.

Nem a aprovação do *Ato Adicional à Constituição do Império*, em 1834, e da *Lei de Interpretação* (desse mesmo Ato Adicional), de 1840, ou a revisão do *Código de Processo Criminal*, em 1841, resultaram em alterações substanciais na estrutura-

ção do Estado centralizador, como propunham os liberais “exaltados”. Ao contrário, a reformulação constitucional acarretou a institucionalização da centralização das rendas públicas, a definição das novas relações de dependência dos cargos da Justiça e da Força Militar, a abolição do sistema de eleição para escolha dos cargos da magistratura, o que levou a centralizar no governo geral o poder de nomeação dos juízes e do promotor, finalizando a obra da centralização. A alardeada prerrogativa da descentralização provincial, com a transformação dos Conselhos Gerais em Assembléias Legislativas, representava o único ganho. Mas bastante esvaziado, pela completa submissão das deliberações das Assembléias à sanção do presidente da província, nomeado pelo imperador. Também era restrita a área de atuação para traçar as diretrizes locais, face à carência de recursos próprios, retirados em sua maior parte pelo governo geral, que centralizava a arrecadação e o uso das rendas públicas⁴⁰.

Ainda digna de nota é a permanência inalterada da crença na validade da Monarquia para realizar a grandeza do Império do Brasil, mesmo entre aqueles que haviam se rebelado contra as diretrizes do governo central. Tamanho empenho implicou a institucionalização de um Estado nacional unitário, no qual a Monarquia foi mantida como forma centralizadora de governo imperial, e a economia baseada no trabalho escravo conservada para atender à demanda da produção agrícola, fonte de riqueza dos grupos sociais de dominação e esteio do projeto político em execução. Esse modelo de sociedade criava um profundo distanciamento entre o Brasil independente e a forma de pensar o Estado liberal, como dinamizador do exercício da liberdade de atuação e de participação política da maior parte dos seus membros cidadãos.

Nessa linha de análise fica em evidência a questão fundamental que vem sendo aqui levantada, qual seja, aquela que remete à discussão sobre a tendência conservadora do pensamento liberal que traçou o perfil do sistema constitucional brasileiro e embasou a prática política dos grupos de domina-

⁴⁰ Sobre a conjuntura do Primeiro Reinado e do tempo das Regências e sobre a questão da centralização das rendas cf. Maria de Lourdes Viana LYRA. *O Império em Construção: Primeiro Reinado e Regências*. Op. cit.

ção no Brasil. O aprofundamento dessa discussão requer a reflexão sobre o peso que o ideal português de grandeza imperial, imbricado à visão paradisíaca das terras do Novo Mundo, exerceu sobre o pensamento político brasileiro no século XIX. Esse ideal estruturou o projeto de fundação de um estado monárquico imperial poderoso, fundamentado inicialmente na unidade luso-brasileira, com a idealização do *Império Atlântico*, e, posteriormente, alicerçado na unidade territorial e política do Brasil – com os limites estabelecidos, no início, do “Amazonas ao Prata”, e depois, do “Oiapoque ao Chuí” –, sempre fortalecido na crença nacional sobre o futuro promissor de um “Brasil grande, um país de dimensões continentais”.